

# Estudos de Sociologia

## nº 38



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
FCL – UNESP – Araraquara – v.20 – n.38 – 1º semestre de 2015

## **EXPEDIENTE**

### **UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Marilza Vieira Cunha Rudge

### **FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara**

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

### **DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Chefe: Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim

Vice-chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão dos artigos em Espanhol: Sara Gonzales Berrio

Versão para o Inglês: Lana Mara Andrade Nóbrega Meyer

Capa: Andrea Yanaguita

Fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

Apoio Técnico: Nadia Fratantonio

### **Indexada por / Indexed by:**

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews os Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

### **Redação e Contatos**

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: [estudosdesociologia@fclar.unesp.br](mailto:estudosdesociologia@fclar.unesp.br); <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

## MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

## EDITORA

**Lucila Scavone**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

## CONSELHO DE REDAÇÃO

**Maria Aparecida Chaves Jardim**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

## CONSELHO EDITORIAL

**Adriana Bebiano**, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURBIT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil



## SUMÁRIO

### DOSSIÊ: SOCIEDADE E PODER EM MICHEL FOUCAULT

*Apresentação*..... 11  
Sérgio Adorno

*Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões*..... 15  
Marcos César Alvarez

*Sociedade punitiva, morte e guerra: uma releitura a partir de Michel Foucault*..... 35  
Luís Antônio Francisco de Souza e Rodolfo Arruda Leite de Barros

*Direito e tecnologias de poder*..... 57  
Andrei Koerner

*O monitoramento eletrônico de presos nos Estados Unidos: um trajeto genealógico*..... 75  
Ricardo Urquizas Campello

### ARTIGOS

*A necessidade de uma criminologia cultural face aos desdobramentos das Teorias do Conflito*..... 95  
Saulo Ramos Furquim

*Bourdieu sem mistério ou a aplicabilidade de ferramentas sociológicas de pesquisa*..... 111

Cristina Carta Cardoso de Medeiros

*Ulrich Beck e o paradigma sociológico do risco*..... 129

Eduardo Nunes Jacondino e Daniel da Rosa Eslabão

*A episteme de ponta-cabeça: os saberes subalternos e as novas perspectivas das Ciências Sociais* ..... 145

Abraão Pustrelo Damião

*Cem anos de desenvolvimento e solidão na América Latina*..... 163

Herbert Toledo Martins e Dhanyane Alves Castro

*Tempo, vida e narrativa* ..... 177

Andressa de Freitas Ribeiro

## VARIA

*A revolução passiva dos governos Lula*..... 197

Carlos Alberto Bello

## RESENHAS

*Peregrinações de uma tradição oculta: o pária como crítica da modernidade* ..... 219

Deni Ireneu Alfaro Rubbo

*Vigilância líquida*..... 227

José Dantas Sousa Junior

## SUMMARY

### DOSSIER: SOCIETY AND POWER IN MICHEL FOUCAULT

*Foreword*..... 11  
Sérgio Adorno

*Michel Foucault and Sociology: approaches and tensions* ..... 15  
Marcos César Alvarez

*Punitive society, death and war: a rereading from Michel Foucault*...35  
Luís Antônio Francisco de Souza e Rodolfo Arruda Leite de Barros

*Law and power technologies* ..... 57  
Andrei Koerner

*Electronic monitoring of inmates in the United States: a genealogic path* ..... 75  
Ricardo Urquizas Campello

### ARTICLES

*The need for a cultural criminology from unfolding of Theories of Conflict*..... 95  
Saulo Ramos Furquim

*Bourdieu without mystery or the applicability of sociological research tools*..... 111  
Cristina Carta Cardoso de Medeiros

*Ulrich Beck and the sociological paradigm of risk*..... 129  
Eduardo Nunes Jacondino and Daniel da Rosa Eslabão

*The episteme upside down: subaltern knowledge's and the new perspectives of social sciences*..... 145  
Abraão Pustrelo Damião

*One hundred years of solitude and development in Latin America ...* 163  
Herbert Toledo Martins and Dhanyane Alves Castro

*Time, life and narrative*..... 177  
Andressa de Freitas Ribeiro

## VARIA

*The passive revolution of Lula's governments* ..... 197  
Carlos Alberto Bello

## REVIEWS

*Pilgrimages of a hidden tradition: the paria as criticism of modernity*..... 219  
Deni Ireneu Alfaro Rubbo

*Liquid Surveillance*..... 227  
José Dantas Sousa Junior

**Dossiê:**  
**Sociedade e Poder em**  
**Michel Foucault**



## APRESENTAÇÃO

Sérgio ADORNO\*

Depois da morte de Michel Foucault, em 1984, alguns intelectuais prognosticaram que as inquietações e mesmo o *frisson* inerentes à obra e ao pensamento daquele filósofo estariam superadas em poucos anos. Por um lado, argumentavam que os objetos abordados em sua obra se restringiam ao mundo ocidental herdeiro do iluminismo, em especial europeu e continental, emergente em fins do século XVIII e dominante ao longo do século XIX. Seu impacto para a compreensão dos problemas sociais e dos dilemas intelectuais contemporâneos exigiriam ultrapassar sua microfísica do poder, o império das disciplinas e dos saberes normativos, a desconfiança nos sujeitos e suas virtudes racionalistas. Por outro, muitos entendiam que, a despeito da internacionalização do pensamento de Michel Foucault, especialmente a partir da publicação, em inúmeras línguas, de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1975), ele permanecia um filósofo francês, fosse por seu estilo de escrita, fosse por reproduzir a grande tradição iluminista que alia dialeticamente pensamento e ação política, fosse pela natureza de suas polêmicas na esteira do que fizeram seus antecedentes desde Rousseau a Sartre.

No entanto, ao menos dois movimentos vieram colocar tais prognósticos em dúvida. Primeiramente, a publicação de *Dits et Écrits* (FOUCAULT, 1994) e logo em seguida dos cursos no *Collège de France*, entre 1970-1984<sup>1</sup>, que contribuíram em muito para penetração cada vez mais enraizada do pensamento de Foucault no universo intelectual e político anglo-saxão. *Dits e Écrits*, reunião de entrevistas e pequenos artigos publicados em periódicos acadêmicos e não acadêmicos ao

---

\* Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Docente do Departamento de Sociologia e Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – sergioadorno@gmail.com.

<sup>1</sup> As aulas de Michel Foucault no *Collège de France* foram publicadas pelos períodos em que foram ministradas, e/ou pelos temas dos Cursos em livros na França e em diversos países, não há uma edição única que compile todas aulas. Nas Referências consta um dos livros dessas aulas, publicado no Brasil (FOUCAULT, 2000).

longo da vida do filósofo, contribuíram em muito para conhecer o polemista que não poupava críticas às tradições e convenções intelectuais e tampouco de rever e desdizer suas próprias obras e descobertas nos escombros da história. A leitura desses ensaios permite compreender a complexidade de um pensamento em sua articulação entre criação intelectual, vida pública e política e focalização dos labirintos da vida cotidiana, em especial as formas insidiosas em que poderes investem sobre corpos.

Em segundo lugar, Foucault firmou um horizonte para a filosofia contemporânea representado pelos laços estreitos que estabeleceu entre pensamento filosófico e investigação histórica. Não é por certo uma marca original. Sua originalidade está no modo como revolucionou o tratamento dos objetos históricos. Ele não se identifica como historiador, ou ao menos o que se convencionou chamar de historiador. Identificava sua investigação como histórica mais em virtude dos objetos empíricos aos quais havia se debruçado ao longo de sua trajetória intelectual: da loucura ao liberalismo como economia política de gestão de populações. Sob este prisma, os cursos vieram justamente por em evidência a meticulosa pesquisa documental em arquivos históricos, sua metodologia de trabalho, o modo como construía suas hipóteses e as transformava em objetos propriamente ditos de investigação filosófica. Seus cursos radicalizam uma noção que lhe é cara e fundamental: a noção de atualidade.

Foucault não é um pensador com o olhar voltado para o passado, porém para o presente. Está preocupado em auscultar a contemporaneidade, ou melhor a nossa contemporaneidade, aquela que veio se constituindo desde fins do século XVIII com as revoluções políticas modernas e se desdobrou nesse grande projeto molecular de controles dos corpos, das emoções, da vida e da morte, das pulsões e das violências, da reprodução cotidiana de populações, do racismo, do controle minudente das sexualidades. Não sem razão sua atualidade desembocou na perspectiva histórica do biopoder ou da biopolítica. É ela que parece enfeixar todos os movimentos, deslocamentos e temporalidades do presente. É nela que fatos aparentemente díspares como violência de gênero, estetização da vida cotidiana, dieta e hábitos alimentares parecem encontrar um solo comum por onde transitam saberes e formas políticas de incitação ao controle de si e dos outros. É nela que parecem residir todas as racionalidades que a contemporaneidade deixa entrever. Por isso, o pensamento de Foucault, mais do que onda ou moda, mais do que ícone dos movimentos libertários, traduz a possibilidade mesma da contemporaneidade, isto é a possibilidade de viver e pensar no plural, a pluralidade do pensar – em lugar da homogeneidade buscada nos grandes relatos científico-filosóficos fundados nas esperanças e apostas na razão – como fonte mesma de liberdade dos sujeitos.

Não sem motivos, a obra de Foucault permanece como fonte de inspiração. Basta um breve rastreamento nas fontes eletrônicas de informação para constatar

os inúmeros seminários e eventos acadêmicos dedicados ao estudo de suas obras, escritos e cursos por todo o mundo, assim como os *sites* na Internet, as discussões nas redes sociais reunindo, é certo, reflexões heterogêneas inclusive, quanto à maior ou menor densidade. Por isso, este novo dossiê – **Sociedade e Poder em Michel Foucault** – persegue a atualidade de seu pensamento. Estão nele agregados quatro contribuições originais.

Marcos Alvarez, que vem se dedicando com afinco há anos a leitura e estudo do conjunto da obra, apresenta um ensaio instigante. Seu propósito é avaliar o impacto do pensamento de Michel Foucault na Sociologia e na Teoria Social. Inicialmente, faz menção à metáfora frequentemente empregada por Foucault de referir-se ao trabalho intelectual como **caixa de ferramentas**, por isto compreendendo o trabalho intelectual como uma espécie de artesanaria na qual ideias e hipóteses iniciais se convertem em experiências provisórias que se desdobram em obras a serem em momento posterior criticadas, viradas do avesso, forçadas a ranger, desobstruídas. É a partir dessa perspectiva de **caixa de ferramentas** que Alvarez examina os equívocos e limites de uma apropriação e aplicação quase literais dos conceitos e perspectivas analíticas subjacentes ao pensamento de Foucault. Afinal, diria o próprio Foucault, nada mais anti-foucaultiano do que realizar uma exegese de seu pensamento e aplicar suas hipóteses a objetos empíricos, como se fossem não ferramentas, porém instrumentos de precisão e medição.

Luiz Antônio Francisco de Souza é igualmente outro pesquisador familiarizado com o universo foucaultiano. Seu ensaio tem como contexto social e político mais amplo uma descrição sociológica da crise de modernidade em que se acha imersa nossa contemporaneidade, cujo sintoma mais evidente é sem dúvida o retorno da violência como mecanismo constitutivo da política. Souza indaga se as tendências atuais, sobretudo a militarização da segurança pública, fenômeno quase universal, não estariam significando uma sorte de *thanatos* política (AGAMBEN, 2004), uma espécie singular de biopolítica vigente em nossa contemporaneidade? Para responder a essa indagação, o artigo se detém com base na descrição de distintos cenários de violência – guerras, massacres, encarceramento em massa – em instigante discussão a respeito da reintrodução da morte nos cálculos do poder. Tal perspectiva retoma, em outro plano, as relações entre vida e morte, mais propriamente entre o direito de mandar matar e o de deixar viver.

Andrei Koerner não é menos familiarizado com a obra de Michel Foucault comparativamente a seus anteriores. Ele vem se ocupando, há muito tempo, em compreender relações para as quais Foucault parece não ter se detido explicitamente: as relações entre tecnologias de poder e direito. De fato, Foucault evocou com frequência tais relações, em geral tratadas de modo disperso ao longo das obras, ensaios, entrevistas e cursos. Explorando com maior atenção a noção de

governamentalidade e de Estado governamental, seu ensaio apresenta um exercício de rastreamento de uma série de ferramentas conceituais – arte de governar, regime governamental, racionalidade jurídica, prática jurídica, arte de julgar, as distinções entre direito e jurídico, as relações entre lei e norma, entre jurídico e normativo – com o propósito de afinal requalificar o território do que em Foucault se pode entender como direito.

Finalmente, Ricardo Urquiza Campello tem por objetivo traçar uma genealogia dos dispositivos de monitoramento eletrônico de criminosos sujeitos ao controle penal nos Estados Unidos. Ele mostra como experimentos científicos realizados por psicólogos e biólogos da Universidade de Harvard visando controlar à distância o comportamento de indivíduos sobre os quais pesava a suspeita de autoria de desvio ou crime foram apropriados pela indústria de segurança e pelos mecanismos estatais e privados de aplicação de sanções penais. A descrição histórica é primorosa e revela o quanto pesquisas originais podem ser esclarecedoras. Elas revelam de modo inequívoco as estreitas relações entre saberes científicos e poder punitivo para além do que já sabíamos a partir da leitura de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977). Além disso, seu ensaio vai mais longe justamente ao abrir um diálogo esclarecedor com o que Michel Foucault nomeou de governamentalidade neoliberal.

Com este Dossiê, não apenas se coloca em evidência contribuições recentes. Seu maior propósito é manter viva nossa atualidade.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits**. Paris: Guallimard, 1994. 4 v.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Surveiller et punir**. Paris: Guallimard, 1975.

# MICHEL FOUCAULT E A SOCIOLOGIA: APROXIMAÇÕES E TENSÕES<sup>1</sup>

Marcos César ALVAREZ\*

**RESUMO:** O texto discute a recepção dos trabalhos de Michel Foucault na Sociologia e na Teoria Social. A partir da metáfora da caixa de ferramentas, empregada pelo próprio Foucault, analisa como as investigações do filósofo francês foram recebidas e criticadas nesse campo de conhecimento. A divisão habitual do percurso intelectual do autor em três domínios – arqueologia, genealogia e ética – é problematizada, tendo em vista tanto os livros produzidos, quanto os textos dispersos e os cursos. Por fim, apresenta aspectos de sua influência no Brasil, especialmente no que diz respeito à caracterização da assim chamada sociedade disciplinar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Michel Foucault. Sociologia. Teoria Social. Poder.

## A caixa de ferramentas

As formas originais de pensamento se introduzem por elas mesmas: sua história é a única forma de exegese que elas suportam, e seu destino a única forma de crítica. (Michel Foucault)

*La circulation internationale des idées est pleine de malentendus et de pièges, contre lesquels il faut être sans cesse en garde.* (Pierre Bourdieu)

---

\* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 – mcalvarez@usp.br.

<sup>1</sup> O presente texto foi originalmente elaborado como parte de tese de Livre-Docência, defendida na Universidade de São Paulo (ALVAREZ, 2013).

Michel Foucault por diversas vezes convidou seus ouvintes ou leitores a tomarem suas ideias como hipóteses de trabalho, suas análises como experiências provisórias, seus livros como ferramentas para múltiplos usos possíveis. Por exemplo, em entrevista realizada por J.J. Brochier, em 1975, ele afirmava, em relação a Nietzsche:

O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse. (FOUCAULT, 1981b, p.143).

Tal tipo de posicionamentos fornece uma pista não apenas para compreender como Foucault se apropriava dos autores que achava importantes e que iriam se constituir para ele como efetivos instrumentos de pensamento, mas igualmente como desejava que seu próprio percurso intelectual fosse apropriado por outros leitores. A metáfora da caixa de ferramentas se oporia, desse modo, ao ritual acadêmico do comentário, que garantiria ao autor um lugar no conjunto da tradição filosófica, mas pagando-se o preço da neutralização das novas possibilidades abertas pelo seu pensamento, dos novos espaços de problematização que Foucault buscava obsessivamente desobstruir. Seria também um convite ao uso público de suas pesquisas pelos movimentos sociais e nas lutas setoriais, diante das quais o intelectual não deveria desempenhar nenhum papel como protagonista, mas inserir-se como intelectual específico em oposição ao intelectual universal, tal como Foucault (1981b) prescrevia em entrevista de 1977. Em outra entrevista, a Roger Pol-Droit em 1975, Foucault (2006) é ainda mais explícito no convite ao uso instrumental de seus textos, embora a tensão entre o trabalho intelectual tradicional – do qual Foucault nunca conseguiu se desvencilhar totalmente – e o sonho de um pensamento verdadeiramente instrumental se faz presente:

Meu discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006, p.52).

De modo mais geral, a metáfora da caixa de ferramentas buscava situar seus trabalhos no espaço da liberdade – tanto de si próprio quanto dos atuais e futuros leitores – mas não era, no plano intelectual, um convite à leitura descuidada ou ao emprego frouxo de conceitos e de análises. Mesmo que com frequência Foucault tenha divulgado em registros diversos suas ideias – em livros e artigos acadêmicos e também em entrevistas, em prefácios, em artigos de jornais etc. – o caminho trilhado não era o da vulgarização fácil. Nesse sentido, parece apropriada a observação de Pierre Bourdieu, justamente a respeito de Foucault, quando afirma que por vezes um autor consciente busca tornar-se difícil de ler para poder encontrar seus verdadeiros leitores e, em contrapartida, contornar as ameaças representadas pelas forças da não-recepção (BOURDIEU, 1996). Esse parece ter sido realmente o caminho trilhado por Foucault, que dificilmente respondia às polêmicas mais vulgares<sup>2</sup>, aos ataques mais simplistas, às questões mais diretas e, em contrapartida, desenvolveu um estilo de escrita elaborado e virtuoso – elogiado, entre outros, por Lévi-Strauss (2005) – não dissociado dos difíceis problemas que buscava enfrentar.

Desse modo, ainda como comenta Bourdieu (1996), sem dúvida Foucault buscava não os leitores que lêem para falar em seguida do que leram, mas sim aqueles que lêem para, a partir disso, fazer alguma coisa, fazer avançar o conhecimento. Mas o convite à instrumentalização de seus trabalhos não excluiria o esforço de enfrentar as dificuldades próprias de um pensamento, sem dúvida original, mas igualmente complexo e denso. Por isso o empenho permanente em esclarecer, sempre com rigor, suas escolhas teórico-metodológicas, caracterizar as hipóteses em jogo, corrigir seus pontos de vista e, por vezes, indicar as leituras equivocadas de seus trabalhos.

Logo, restituir ao percurso intelectual de Foucault sua riqueza e complexidade não é uma tarefa banal, nem se limita à periodização de seus principais trabalhos ou à busca das inter-relações entre os diferentes registros de sua produção. Tanto num caso quanto no outro, a unidade e a coerência de seu percurso parecem difíceis de serem plenamente estabelecidas. Por um lado, como lembra mais uma vez Bourdieu (1996), é preciso não fetichizar um autor: pode-se opor uma citação a outra de Foucault não apenas porque ele se contradizia, como todo mundo, mas igualmente porque ele não dizia as mesmas coisas para públicos diversos e em diferentes circunstâncias. Por outro lado, linearidade, continuidade, coerência e unidade,

---

<sup>2</sup> Em entrevista a Paul Rabinow de 1983, Foucault explica porque não gostava de se envolver em polêmicas. Para o filósofo francês, o polemista sempre vê o interlocutor como um adversário ou um inimigo a ser destruído, já que assume de antemão uma legitimidade que nega ao seu adversário. Além dos efeitos esterilizantes, em termos de produção da verdade e nocivos em termos políticos, para Foucault o que está em jogo também é toda uma moral da procura da verdade e da relação com o outro, que a polêmica afronta (FOUCAULT, 1999).

não são termos equivalentes nem foram tratados de forma tradicional pelo próprio Foucault (REVEL, 2012).

Tais desafios não são, no entanto, apenas obstáculos, mas parte do exercício intelectual mesmo de apreensão e de compreensão de seu pensamento. Tomar os trabalhos de Foucault em sua dispersão e heterogeneidade incontornáveis e, ao mesmo tempo, dar conta da forma original de como ele trabalhava, da descontinuidade coerente que atravessa os trinta anos de seu trabalho de escrita, de pesquisa, de ensino e de compartilhamento de seu pensamento (REVEL, 2012), permitem uma apropriação mais de acordo com seu próprio percurso intelectual.

## Arqueologia, Genealogia e Ética

Os escritos de Foucault são usualmente divididos em três domínios distintos de análise, a cada um dos quais se associa um determinado tipo de abordagem (DAVIDSON, 1988). O primeiro domínio seria o dos sistemas de conhecimento, abordado a partir de uma arqueologia do saber<sup>3</sup>. O segundo domínio seria aquele das modalidades de poder, estudado a partir de uma genealogia do poder<sup>4</sup>. E o terceiro domínio seria o das relações do sujeito consigo mesmo, analisado a partir de uma ética<sup>5</sup>. No entanto, talvez se deva ter mais cautela mesmo com esse tipo de periodização, sobretudo tratando-se de um autor como Foucault, pois tanto os domínios explorados quanto as abordagens construídas sucedem-se em sua trajetória de modo complexo, com frequentes sobreposições metodológicas e retornos a períodos históricos de análise.

Judith Revel (2012), aponta justamente como essa divisão didática não resolve uma série de questões relativas ao conjunto dos trabalhos de Foucault, entre elas o problema dos textos intermediários e também o da razão desses deslocamentos ao longo do percurso intelectual do próprio autor. Ou seja, a divisão permite manter uma aparência de continuidade, mas ao preço de uma ausência quase total de transições, bem como de questionamento efetivo das rupturas e das descontinuidades. A autora defende, em contrapartida, que o tema do descontínuo está presente não apenas nas descrições históricas de Foucault – por exemplo, na sua preocupação extrema com os acontecimentos, com as rupturas temporais, na busca por tornar aparente todas as descontinuidades que atravessam a história – mas igualmente no plano da

---

<sup>3</sup> Exemplo desta abordagem seriam trabalhos como *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1981a) e *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2012). Sobre o momento arqueológico do percurso de Foucault, conferir Rouanet et al (1971) e Gutting (1989).

<sup>4</sup> *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977) seria o trabalho paradigmático desta abordagem genealógica.

<sup>5</sup> Desenvolvida sobretudo nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade II* (FOUCAULT, 1984) e *História da Sexualidade III* (FOUCAULT, 1985).

própria escrita, ao buscar experimentar uma fragmentação da narrativa filosófica. Assim, antes de ser genealógico, o pensamento de Foucault seria descontínuo, com a própria descontinuidade tornando inevitável a assunção, por exemplo, da dimensão genealógica em relação à arqueologia.

Tal jogo da diferença e da descontinuidade na própria escritura torna complexa mesmo a relação entre os diversos registros, os múltiplos planos da escrita de Foucault. Os grandes livros e os textos periféricos ou pequenos escritos, publicados nos *Dits et Ecrits*, estabelecem entre si relações complexas sendo, por vezes, os textos periféricos laboratórios dos livros, como seria de se esperar, mas sendo, outras vezes, após a publicação dos mesmos livros, lugares de sua crítica radical (REVEL, 2012). Esse jogo no cruzamento dos diferentes registros de escritura buscaria impedir justamente a fixação da qualquer coisa como a unidade de uma obra ou o motivo básico do pensamento de Foucault. Paradoxalmente, ainda como afirma Revel (2012, p.85), a contradição entre esses dois planos não suprimiria necessariamente a coerência do projeto, mas o faria avançar numa dinâmica permanente de temas e de pesquisas: essa seria a “descontinuidade coerente do pensamento de Foucault”.

Embora tais questões sejam de difícil aprofundamento, é certo que Foucault, ao longo de seu percurso intelectual, terá a preocupação constante, ou melhor, a coragem de problematizar sua própria posição (REVEL, 2012), de revisar análises e reelaborar conceitos. Um equívoco frequente da recepção dos trabalhos de Foucault na Sociologia ou na Teoria Social – foco principal da discussão ora em curso – reside justamente na não caracterização precisa desses movimentos de seu pensamento, dos inúmeros deslocamentos que possibilitam tanto a construção de problemas e de conceitos quanto o desenvolvimento das análises históricas.

## O efeito Foucault na Sociologia

A partir da caracterização do percurso intelectual de Foucault, é possível perceber o alcance que suas ideias e pesquisas terão no âmbito de áreas específicas, como a Sociologia. Tal ressonância alcançará inúmeros temas, como gênero e sexualidade, corpo, saúde e doença, crime, punição e desvio, instituições e organizações, entre inúmeros outros, além de discussões diversas no âmbito da teoria sociológica. Apesar da riqueza dos desdobramentos das leituras de seus trabalhos em termos de questões específicas estudadas pela Sociologia, a recepção mais vulgar ainda constrói uma imagem bastante inadequada do pensamento do autor. Assim, é muito frequente em livros e manuais a apresentação de Foucault como autor supostamente pós-modernista, que enfatizaria o discurso ao invés da realidade, que

reificaria o poder na vida social, que acreditaria que os esforços de mudança social estariam sempre condenados ao fracasso<sup>6</sup>.

Sem dúvida, outro equívoco recorrente consiste justamente na tentativa de aplicação dos conceitos e análises de Foucault como se fossem modelos gerais de pensamento, aplicáveis aos mais diversos contextos. Mas os trabalhos de Foucault não se prestam a tal tipo de instrumentalização. Permitem, em contrapartida, novos ângulos de abordagem de questões já tradicionais no campo da reflexão sociológica e áreas afins.

Pode-se ilustrar esse impacto produtivo de um novo estilo de problematização das relações entre saber, poder e subjetividade no âmbito da Sociologia a partir de uma entrevista na qual Foucault explicita porque evitava utilizar em suas análises a noção de ideologia, embora esta noção aparentemente pudesse recobrir muitos dos estudos por ele realizados, sobretudo no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX. Ao manifestar suas reservas em relação a essa noção, Foucault afirma em entrevista datada de 1977:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária em relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 1981b, p.7).

A citação acima adquire ainda maior relevância para a presente discussão, pois, no interior da Sociologia, os trabalhos de Foucault foram inicialmente incorporados, sobretudo, para suprir as lacunas deixadas por essa noção no estudo das relações entre práticas de conhecimento e práticas de poder no interior da sociedade. As análises de Foucault – principalmente de sua fase genealógica – serão mobilizadas para explicar o papel desempenhado pelas ideias e instituições na manutenção cotidiana da ordem social, ou seja, para descrever a microfísica do poder que perpassaria todo o corpo social. Será igualmente a discussão acerca do papel das disciplinas – e dos saberes normalizadores a ela associados – que ganhará a cena.

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, o resumo que Anthony Giddens faz das ideias de Foucault (GIDDENS, 2005).

A partir dos problemas levantados em relação às análises em termos de Ideologia<sup>7</sup>, é possível perceber alguns dos novos equacionamentos que Foucault propõe e que terão efeitos nas Ciências Sociais nesse momento. Um primeiro problema levantado é o da oposição falso/verdadeiro ou não-científico/científico como critério de análise. O conceito de saber rompe com a ideia de cientificidade como critério de investigação histórica, recurso utilizado por análises que operam a partir da oposição esquemática ideologia/ciência. Não apenas as práticas ideológicas, mas também as científicas se articulam ao contexto social, sendo irrelevante para a análise arqueológica o corte científico/não-científico como pressuposto metodológico. A arqueologia, tendo o saber como campo de estudos, procura em diferentes práticas discursivas as várias articulações desse saber. Assim, o saber sobre a loucura não deve ser procurado apenas no interior de uma disciplina com pretensão *status* científico, como a Psiquiatria, dado que excede a ela, devendo ser procurado também em textos jurídicos, expressões literárias, reflexões filosóficas etc.

Os saberes são assim territórios arqueológicos e não apenas domínios científicos, territórios esses formados por práticas discursivas. O corte ideologia/ciência deixa, portanto, de ser critério orientador da análise e passa a ser problema que deve ser historicamente situado. Daí que Foucault coloca na *Arqueologia do Saber* que ideologia e cientificidade não se excluem necessariamente; que uma ciência não é ideologia apenas nas falhas de sua estrutura e que o papel da ideologia não diminui à medida que cresce o rigor formal da ciência. Portanto, o funcionamento ideológico da ciência deve ser visto como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 1986). Essas novas orientações implicam também um reequacionamento das relações entre verdade e poder, como será visto logo a seguir. Mas, na proposta da arqueologia, um conceito se coloca antes como prioritariamente articulado ao de saber: o conceito de discurso. Com ele, Foucault rompe com outro problema em relação ao conceito de ideologia: o do caráter superestrutural das ideias. O conceito de discurso, ao enfatizar a especificidade das práticas discursivas, rompe com a oposição estrutura/superestrutura.

Muito sinteticamente, pode-se dizer que o essencial do posicionamento de Foucault em relação aos discursos é que ele os define como práticas articuladas de forma complexa a relações de poder e de saber (FOUCAULT, 1986; VEYNE, 1982). A análise arqueológica do discurso, tal como ele a propõe, ressalta o que se poderia chamar de especificidade interna dos discursos, relacionado-a também com suas condições de produção, ou seja, o discurso é visto tendo especificidade,

---

<sup>7</sup> Em entrevista de 1984, Foucault retoma suas reservas em relação à noção de Ideologia, ao indicar novamente que, desde o início de seu percurso intelectual, ao tomar as relações entre saber e poder como problema, tal noção não era capaz de dar conta das questões que pretendia desenvolver (FOUCAULT, 2001).

exterioridade, positividade, mas, ao mesmo tempo, é visto remetendo-se ao conjunto das condições históricas que o tornam possível. Por isso, o discurso não pode ser visto apenas como representação de uma realidade, apenas como índice das coisas, mas, como uma existência peculiar, uma complexidade que lhe é própria e que só pode ser apreendida como prática (FOUCAULT, 1986). Os discursos são, pois, considerados como práticas regradas e com formas próprias de encadeamento articuladas, ao mesmo tempo, ao conjunto das demais práticas não-discursivas. A historicidade coloca-se, conseqüentemente, tanto no plano interno do discurso, dadas as transformações que acontecem nas próprias regras de formação dos discursos, quanto no plano externo do conjunto da história, ao qual estão articuladas as práticas discursivas.

Se os saberes, como resultados de práticas discursivas, não podem ser analisados a partir do corte ciência/ideologia, a definição dos discursos como práticas também não permite que sejam colocados apenas como superestrutura. E, com a genealogia, a explicitação das articulações entre práticas de poder e práticas de saber rompe com o terceiro aspecto problemático do conceito de ideologia: a pressuposição de um sujeito que a instrumentalize. A problematização do sujeito perpassa as obras de Foucault, como indicado anteriormente. Mas é preciso analisar antes o conceito de poder para entender de que modo se coloca o problema do sujeito a partir dessa matriz. Menos que uma definição, o conceito de poder em Foucault consiste numa nova perspectiva de análise das práticas sociais de submissão e de dominação. A ideia de que as relações de poder na sociedade não devem ser estudadas apenas a partir de um centro único localizado no Estado, mas que devem ser vistas a partir de suas aplicações cotidianas, nas capilaridades do corpo social, é uma das ideias que mais teve ressonância no campo das Ciências Sociais contemporâneas. O poder é visto como relação social complexa, que provém de todos os lugares, de todos os pontos da sociedade, sem que haja um lugar privilegiado para seu exercício. Isso faz com que a análise dos micropoderes torne-se elemento indissociável das análises sobre a sociedade.

Assim, Foucault pensa o poder não como posse, mas sim como relação, que se estabelece entre diversos pontos da sociedade e que se modifica constantemente. O poder não pode ser visto como superestrutural, já que as relações de poder são concebidas como imanentes às relações econômicas, sexuais, de conhecimento etc. O poder não é considerado como superestrutural porque funciona de maneira produtiva e não apenas de modo repressivo. Dispositivos de poder produzem campos de saber e de dominação<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> No entanto, a noção de poder não permanecerá inalterada ao longo do percurso intelectual de Foucault. Como apontam diversos comentadores (ORTEGA, 1999), a concepção ligada à luta e ao confronto, inspirada em Nietzsche e empregada sobretudo em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977) será

Sobre a questão do sujeito, o posicionamento de Foucault em relação ao poder rompe com a sua instrumentalização necessária por um sujeito. Pelo contrário, o poder é considerado, ao mesmo tempo, como intencional e não subjetivo. Em outras palavras, o poder se exerce a partir de miras e objetivos, mas seu exercício não tem por fonte os sujeitos; ao contrário, são as próprias práticas de poder que constituem os sujeitos.

Coloca-se, deste modo, o conceito de sujeito em Foucault também como resultado de práticas históricas. Determinadas práticas de poder na sociedade moderna, como as práticas disciplinares, permitem, por exemplo, a produção de sujeitos politicamente submissos. Por outro lado, práticas éticas voltadas para a relação do indivíduo consigo mesmo permitem a construção de formas de subjetividade bastante diversas daquelas resultantes das práticas disciplinares do mundo moderno. Mesmo as práticas constitutivas dos sujeitos são problematizáveis, o que faz com que o sujeito não possa ser visto apenas como um dado que transcende a história. Como afirma Ortega (1999), para além das flutuações conceituais e da complexidade das questões tratadas, o esforço contínuo de Foucault foi em direção de recusar uma visão essencialista do sujeito em favor de um sujeito constituído historicamente, quer de forma heterônoma por meio de mecanismos massivos de poder, como os disciplinares e os ligados ao biopoder na modernidade, quer com certa autonomia, por meio de práticas de si, tal como ocorria na Antiguidade. Como afirma ainda o mesmo comentador, sobretudo com a publicação dos dois últimos volumes de *História da Sexualidade*, a dupla ontologia saber-poder, exaustivamente enfatizada nos trabalhos genealógicos, transforma-se explicitamente em uma tripla, ao envolver saber-poder-sujeito.

Recusando-se, portanto, a pensar as práticas de saber e de poder no interior da sociedade em termos de um paradigma que tenha como conceito-chave a Ideologia (tomada como falsa consciência, como superestrutural e como instrumentalizada por sujeitos que lhe pré-existiriam) Foucault acaba criando toda uma nova matriz de análise das relações entre sociedade, conhecimento e poder. Conceitos como os de saber, discurso, sujeito etc., que foram brevemente descritos aqui, tornaram possíveis novas problematizações de antigas questões das Ciências Sociais. Ou seja, em seu percurso, Foucault não irá buscar nas formas de pensamento o que nelas existe de verdadeiro ou de falso, mas sim buscará descrevê-las como práticas regradas, em torno das quais se produzem não apenas efeitos de saber, mas também efeitos de poder; efeitos estes que, por sua vez, não são reflexos nem de estruturas mais profundas da realidade – por exemplo, a estrutura econômica –, nem simples instrumentos produzidos por um sujeito pré-existente que lhes dá sentido,

---

deslocada em favor da ideia de governo das condutas, que emerge nos curso do *Collège de France* a partir de 1976.

mas sim, práticas complexamente articuladas na realidade social que objetivam simultaneamente formas de saber, de poder e de subjetivação.

Como afirma Lemke (2000), tal abordagem peculiar dos fenômenos sociais estará presente, por exemplo, na forma como Foucault trabalhará a questão do neoliberalismo nos cursos do *Collège de France* não como ideologia, para retomar a discussão apresentada anteriormente, mas como um conjunto historicamente formado de práticas discursivas e não-discursivas com efeitos precisos no mundo social. Se para sociólogos como Anthony Giddens, Pierre Bourdieu e mesmo da tradição marxista, o neoliberalismo é tratado como um conhecimento falso e manipulativo acerca da sociedade e da economia, Foucault, por meio do conceito de governamentalidade, busca analisá-lo como um conjunto efetivo de formas de conhecimento, de estratégias de poder e de tecnologias de subjetivação. Novamente, a questão em relação ao neoliberalismo não seria apenas decidir o que nele é verdadeiro ou falso, mas como ele articularia formas de saber, de poder e de subjetividade com efeitos precisos. Ou seja, o problema se desloca da questão se a racionalidade do neoliberalismo é adequada ou não como descrição da sociedade para a questão do como ele funciona, ao produzir novas formas de conhecimento, ao inventar conceitos que contribuem para construir novos domínios de regulação e de intervenção. O problema não seria, ainda em relação ao neoliberalismo, à colonização da política pela economia ou ao fim da primeira, mas sim como o neoliberalismo levaria a transformações na política, resultados da emergência de novas formas de governo e de novos atores na cena pública. Por fim, o neoliberalismo não destruiria apenas as formas de identidade tradicional, mas produziria modelos de subjetivação ligados às novas tecnologias governamentais. Em suma, a análise de Foucault constrói o neoliberalismo não apenas como uma retórica ideológica, como uma realidade política-econômica ou uma espécie de anti-humanismo, mas acima de tudo como um projeto político que empreende criar uma realidade social que sugere como já existente (LEMKE, 2000).

## Foucault e a Sociologia no Brasil

As dificuldades de recepção das ideias de Foucault no âmbito da Sociologia não devem ser tomadas apenas a partir da perspectiva dos erros e acertos na compreensão de conceitos e análises mas indicam em realidade, interessantes direções de reflexão e de pesquisa. Novamente Bourdieu (1996), ainda discutindo o percurso intelectual de Foucault, afirma que para compreender-se uma obra e sua recepção, seria preciso compreender tanto o campo onde ela foi produzida, quanto aqueles onde ela será recebida; no caso de Foucault, seria necessário restituir tanto o

campo de produção acadêmica na França<sup>9</sup> de sua época quanto suas ressonâncias em campos e em contextos nacionais diversos. Tal tarefa ganha enorme complexidade, até pelos inúmeros trabalhos que já a exploraram, mas algumas reflexões, mesmo que fragmentadas, podem ser esboçadas a respeito.

Uma primeira dificuldade que se apresenta no questionamento acerca do lugar de Michel Foucault na Sociologia é que ele não produziu seus trabalhos originalmente no campo da disciplina, nem a ela se dirigiu de forma sistemática<sup>10</sup>. Pelo contrário, em diversos momentos Foucault manifestou mesmo alguns *deficits* em relação à apropriação dos autores da própria tradição sociológica, como no caso de Weber, lido de forma um tanto quanto inapropriada ainda nos anos setenta e só posteriormente visto como uma espécie de autor em paralelo com o próprio percurso de Foucault<sup>11</sup>, assim como os autores da assim chamada Escola de Frankfurt.

Jean-François Bert (2006b), justamente discutindo a circulação das ideias de Foucault no campo da Sociologia francesa, afirma que as diferentes utilizações dos trabalhos do filósofo se situam nesse campo entre coexistência e ausência, tolerância e recusa, justaposição e incompatibilidade. Se há uma recepção limitada e por vezes hostil dos estudos de Foucault por parte da Sociologia universitária – exemplificada por algumas figuras emblemáticas como Alain Touraine, Raymond Boudon, Michel Crozier, Pierre Bourdieu – uma Sociologia mais operatória irá empregá-lo com cada vez mais frequência, por exemplo, para uma crítica da autoridade e das instituições e também em lutas setoriais, voltadas ao problema das prisões, dos serviços de saúde, das normas sexuais etc. Entretanto, alguns sociólogos acadêmicos franceses como Bernard Lahire (2005), por exemplo, não deixarão de indicar que existe em Foucault uma espécie de postura sociológica, com seu pendor para a crítica das evidências

---

<sup>9</sup> Para a reconstrução do percurso intelectual de Foucault no campo acadêmico francês de sua época, conferir Eribon (1990, 1996), Pestaña (2006) e Veyne (2008). Sobre a recepção de Foucault nos Estados Unidos, consultar Cusset (2005).

<sup>10</sup> Pestaña (2010) defende que Foucault desconsiderava as Ciências Humanas ao tomá-las como um discurso fútil e estéril, daí seu desprezo também pela Sociologia. Entretanto, a relação de Foucault com a Sociologia e as demais Ciências Humanas não pode ser equacionada de forma tão simples e, sem dúvida, há muito que explorar a respeito, a despeito de trabalhos como o de Bert (2006a) e outros. Aprofundar a compreensão dos espaços rivais da Filosofia e da Sociologia no campo intelectual francês, ao longo da formação e da atuação de Foucault seria um caminho interessante, esboçado por Pestaña (2006) mas não suficientemente desenvolvido mesmo por esse autor.

<sup>11</sup> Bert (2006b) afirma que a leitura esquemática que Foucault faz da Sociologia de Weber em *L'impossible prison* se deve sobretudo ao desejo de Foucault de demarcar distância de uma tradição que, antes dele, já havia indicado a existência de um liame entre modernidade e disciplina. Mas, de fato, Foucault não conhecia muito bem a obra de Weber, como admite Veyne (2008, p.56). Em contrapartida, as proximidades efetivas entre a visão de Weber acerca da racionalização e da burocracia e a de Foucault acerca da disciplina e do panoptismo são manifestas e foram ressaltadas por inúmeros comentaristas (O'NEILL, 1986; OWEN, 1994; SZAKOLCZAI, 1998; ORTEGA, 1999; FONSECA, 2009) mas também ambos compartilhavam inúmeras outras semelhanças, como o nominalismo, a influência de Nietzsche, o ceticismo, a visão acerca do papel do cientista em relação à política etc. (VEYNE, 2008).

e igualmente para a investigação empírica. Nesse sentido, como afirma novamente Bert (2006a; 2013), Foucault deixaria um importante legado para a Sociologia, ao explorar novos objetos, ao contestar as divisões disciplinares clássicas, ao rejeitar as certezas antropológicas e ao buscar valorizar a fala dos dominados.

Existiriam, assim, múltiplas zonas de transação entre a *démarche* de Foucault e o campo da Sociologia ou mesmo com a obra de determinados sociólogos contemporâneos, como Bourdieu que, apesar das frequentes objeções, não deixaria de ter projeto comparável em sua gênese e alcance, como nas palavras de um comentador do sociólogo francês:

[...] tanto o método **histórico-filosófico** de Michel Foucault quanto a **sociologia da cultura** de Pierre Bourdieu podem ser concebidos como duas maneiras de praticar uma história social das **formas simbólicas**, tal como sugerida pelas ideias de Ernst Cassirer. As duas obras, que diferem, em suma, pelo peso relativo que em cada uma delas têm a filosofia e as ciências humanas possuem, no entanto em comum o fato de proporem uma radicalização das orientações do neokantismo. Num plano propriamente filosófico, opera-se nítida ruptura em relação a qualquer tentativa fundacionista: as questões da filosofia se transferem ao plano da investigação positiva. E no próprio plano dessa investigação se propõe uma diversificação dos objetos de estudo que desarranja os limites do importante e do insignificante, do legítimo e do ilegítimo. Diversificação que, fonte de mal-entendidos, é inerente à postura do sociólogo e que o filósofo Foucault teve de conquistar à custa de outras incompreensões ou de equívocos. (PINTO, 2000, p.31).

No que diz respeito aos temas de pesquisa, ao perscrutar os espaços de enclausuramento e de exclusão da sociedade moderna, os estudos de Foucault foram relacionados com análises tais como as de Erving Goffman (2003). Tanto a abordagem sociológica de Goffman como a genealógica do filósofo francês permitiram novas leituras das instituições voltadas para a custódia e o controle dos indivíduos, embora o próprio Foucault por vezes tenha buscado se distanciar das abordagens em termos de instituições totais (BERT, 2013). Em áreas mais específicas, como da Sociologia médica ou da Sociologia das prisões, a proposta de uma microfísica do poder forneceu um novo modelo de abordagem e de investigação que evitava a cilada de reduzir as instituições médicas e penais a meros aparelhos ideológicos e repressivos, sem perder de vista o papel da medicina e do direito na construção da ordem social (BERT, 2013).

Em chave mais geral, Lahire (2005) afirma igualmente que Foucault é o filósofo francês que mais se aproximou da forma de trabalhar própria dos pesquisadores em Ciências Sociais – sociólogos, antropólogos, historiadores –

ao tomar efetivamente por objeto o mundo social, quer as formas de exercício de poder, quer as imposições discursivas, quer as formas de subjetividade. O autor aponta de forma polêmica que Foucault rompe com as maneiras de fazer da Filosofia e se esforça por pensar sobre os materiais, embora não detivesse o *métier* necessário nesse domínio. Isso faria o percurso de Foucault compreensível para os sociólogos críticos que buscam romper com as evidências do senso-comum, embora inúmeras objeções pudessem ser feitas ao seu trabalho de investigação empírica.

No Brasil, também foi enorme o impacto dos estudos de Foucault no âmbito das Ciências Sociais, em parte explicado pelas viagens que o filósofo fez ao país<sup>12</sup>, pelos contatos intelectuais a partir daí estabelecidos, bem como pelas inúmeras e precoces traduções de seus textos para o português. Igualmente nesse aspecto, seria impossível recuperar o efeito mais amplo de Foucault na Sociologia no país, mas alguns temas podem ser tomados como ilustrativos, como a questão da assim chamada sociedade disciplinar, na discussão local.

## A Sociedade Disciplinar à brasileira

A partir do final dos anos 70, os estudos brasileiros inspirados em Foucault voltar-se-ão para o problema da constituição da assim chamada sociedade disciplinar no país, justamente ao buscarem em parte preencher as lacunas deixadas pelas análises que até então utilizavam a noção de Ideologia. A idéia de que o Estado não é o centro do poder, mas que as relações de poder estão disseminadas no interior da sociedade, será incorporada por uma série de estudos que irão se voltar para o papel desempenhado por saberes e instituições na produção e manutenção de determinadas formas de poder.

Assim, por um lado, as ideias de Foucault estimularam reflexões inéditas acerca, por exemplo, do papel do saber médico na constituição da ordem social, bem como de instituições de produção e de controle de individualidades que serão tomados como desviantes – manicômios, prisões e instituições disciplinares em geral<sup>13</sup>. Por outro lado, críticas logo surgiram no sentido de apontar que a assim chamada sociedade disciplinar nunca se constituiu plenamente no Brasil. Ou seja, os esquemas analíticos de Foucault não poderiam ser simplesmente transpostos para a realidade brasileira.

---

<sup>12</sup> Sobre as viagens de Foucault ao Brasil, consultar Rodrigues (2012).

<sup>13</sup> Entre muitos exemplos possíveis, conferir: Albuquerque (1978); Costa (1979); Cunha (1986); Engel (1989); Luz (1979); Machado (1978); Passetti (1982); Rago (1985); Alvarez (1989).

Em primeiro lugar, porque a oposição entre lei e norma, construída por Foucault – e também por outros autores como Robert Castel (1978) e Jacques Donzelot (1986) – tinha por base as experiências históricas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, em que as práticas disciplinares e os saberes normalizadores tiveram de se consolidar principalmente em oposição aos ideais de igualdade jurídica, que haviam se cristalizado a partir de intensas lutas políticas e sociais. Em contrapartida, como bem apontou Mariza Corrêa (1982, p.48), no Brasil as práticas de normalização e disciplina não precisaram se constituir contra os poderes da lei, pois encontraram “um quadro jurídico cujos termos de definição eram equivalentes aos seus”. A partir desta constatação, essa autora sugere que não haveria, no contexto brasileiro, uma efetiva heterogeneidade entre lei e norma enquanto modelos de exercício do poder. Podendo-se considerar, no entanto, que não há propriamente uma indiferenciação entre esses modelos, mas sim uma complementaridade muito grande entre lei e norma no país, como admite a própria autora.

Em segundo lugar, a violência mais direta, tanto no tratamento da questão criminal, quanto em termos das estratégias mais amplas de sujeição das classes populares, parece ter se sobreposto amplamente às formas mais brandas de repressão e controle social ao longo do processo de modernização do país (CORREA, 1982). Luciano Oliveira (2011) retoma de forma polêmica esse debate ao discutir a recepção acrílica e o uso inadequado das discussões de *Vigiar e Punir* no Brasil, bem como a leitura excessivamente passiva de Foucault no país. Para o autor, o Brasil não seria uma sociedade disciplinar e as discussões sobre as disciplinas estariam aqui sendo empregadas de modo indevido. Tal crítica, como inúmeras outras levantadas contra os trabalhos de Foucault, perde força devido ao fato de que toma a expressão sociedade disciplinar como um modelo descritivo que, para Foucault, poderia se aplicado a inúmeros outros contextos históricos e sociais.

Pelo contrário, a emergência da sociedade disciplinar na modernidade europeia seria, para Foucault, um caso singular que não seria reproduzível mecanicamente em outros contextos históricos e outras sociedades. A pergunta inspirada em Foucault seria quais formas de relação de poder emergem no Brasil, com vistas a recepção neste país dos discursos e práticas produzidos nas sociedades disciplinares. Em grande medida, foi essa a pista seguida pelos inúmeros trabalhos que, a partir dos anos 80 do século XX, tentaram pensar a realidade brasileira a partir das análises de Foucault. Tanto Oliveira (2011) como outros críticos afirmam que existiriam dúvidas em relação à aplicação dos esquemas analíticos de *Vigiar e Punir* na nossa realidade, mas a questão chave é que Foucault nunca pretendeu tal aplicação reducionista.

Seria equivocado, no mesmo sentido, afirmar que a sociedade disciplinar foi apenas um discurso vazio no Brasil, ou apenas mais uma idéia fora do lugar,

no sentido vulgar da expressão, pois o que parece ocorrer, nos diferentes contextos nacionais na modernidade, é uma combinação específica entre lei e norma, entre soberania e disciplina, entre violência e instrumentos mais suaves de manutenção da ordem política e social<sup>14</sup>. A natureza dessas composições no Brasil permanece como um problema ainda não totalmente elucidado pelas pesquisas e pode ser mais bem aprofundado a partir de um diálogo sistemático com as ideias de Foucault<sup>15</sup>.

## Novas perspectivas de análise

Pelo que foi visto anteriormente – e tendo em vista também o crescimento da já vasta bibliografia relativa aos usos dos trabalhos de Foucault no âmbito das Ciências Sociais em âmbito internacional – pode-se afirmar que o diálogo mais sistemático com os trabalhos de Foucault permite ainda hoje enriquecer muitas das principais discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas pela Sociologia contemporânea. Ao se estudar questões como as do papel político das diferentes formas de saber, das formas de conflito e de violência na contemporaneidade, dos novos mecanismos de controle e de governo dos comportamentos, das formas de subjetivação nas sociedades modernas e contemporâneas, seus estudos permanecem sendo referência importante, fonte potencial para a elaboração de novos conceitos e novos procedimentos metodológicos.

No Brasil, principalmente nos estudos voltados para a questão da violência e do funcionamento das instituições penais e de controle social, seus trabalhos continuam tendo grande influência. Curiosamente, as discussões acerca da Sociologia da punição nos Estados Unidos e na Europa têm apontado para um retorno da violência e do sofrimento, que ganham paulatinamente espaço em relação aos discursos e práticas disciplinares. A permanência da violência nas instituições penais e de controle social no Brasil ganha, desse modo, nova atualidade, já que, como foi mencionado anteriormente, a violência não foi, no geral, deixada de lado em favor de formas mais sutis de manutenção da ordem social.

Para que esse diálogo possa avançar, por um lado, é necessária uma compreensão mais rigorosa do pensamento de Michel Foucault. Como afirma Veyne (2008), Foucault não era um pensador estruturalista, relativista ou historicista, mas sem dúvida não admitia nenhum fundamento metafísico da experiência humana, ao buscar caracterizar conjuntos específicos de experiências históricas irredutíveis, como os prazeres na antiguidade, a sexualidade moderna, o suplício no Antigo

---

<sup>14</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre estas questões, consultar Alvarez (1996).

<sup>15</sup> Uma interessante análise das relações de poder no século XIX no Brasil inspirada em Foucault mas que não reproduz mecanicamente o modelo da sociedade disciplinar é a de Koerner (2006).

Regime, a prisão disciplinar etc. A vasta bibliografia crítica em relação aos seus trabalhos precisa ser confrontada com a densidade de seu pensamento e não com vulgarizações apressadas e esquemáticas de suas ideias. Por outro lado, uma crítica à recepção de seus trabalhos no Brasil é igualmente fundamental, bem como uma avaliação do alcance de suas problematizações para a delimitação e compreensão da singularidade da sociedade brasileira.

## **MICHEL FOUCAULT AND SOCIOLOGY: APPROACHES AND TENSIONS**

**ABSTRACT:** *This article discusses the reception of Michel Foucault's work in Sociology and social theory. The discussion is initiated with the metaphor of the toolbox employed by Foucault himself. The aim is to characterize how the investigations of the French philosopher were received and criticized in this field of knowledge. The usual division of the author's intellectual journey in three areas – archeology, genealogy and ethics – is criticized considering the written books as well as the disperse texts and courses of his authorship. Finally, this article presents aspects of his influence in Brazil, especially regarding the characteristics of the so-called disciplinary society.*

**KEYWORDS:** *Michel Foucault. Sociology. Social theory. Power.*

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Metáforas da desordem:** o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALVAREZ, M. C. **A emergência do Código de Menores de 1927:** uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Bacharéis, criminologistas e juristas:** saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930). 1996. 306f. Tese (Doutorado em ÁREA) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Punição, Discurso e Poder:** textos reunidos. 2013. 250f. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BERT, J. F. **Proximité, réserve et emprunt**: la place de Michel Foucault dans la sociologie française. Tome I. 2006. 463f. Thèse (Doctorat en Sociologie) – Université Paris VIII, Paris, 2006a.

\_\_\_\_\_. Réserve, juxtaposition eth adhésion: la place de Michel Foucault dans la sociologie. **Sociologie et sociétés**, Montreal, v.38, n.2, p.189-208, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.

BOURDIEU, P. Qu'est-ce que faire parler un auteur?: À propos de Michel Foucault. **Sociétés & Représentations**, Paris, n.3, p.13-18, nov. 1996.

CASTEL, R. **A Ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CUNHA, M.C.P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUSSET, F. **French Theory**: Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis. Paris: La Découverte, 2005.

DAVIDSON, A. I. Arqueologia, genealogia, ética. In: HOY, D. C. (Comp.). **Foucault**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988. p.243-257.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ERIBON, D. **Michel Foucault**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FONSECA, M. A. Max Weber, Michel Foucault e a história. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.239-251.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. Gerir os ilegalismos. In: \_\_\_\_\_. **Michel Foucault**: entrevistas a Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal, 2006. p.41-52.

\_\_\_\_\_. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. Entretien avec H. Becker, R. Fernet-Betancourt, A. Gomez-Müller, 20 janvier 1984. In: \_\_\_\_\_. **Dits et écrits II**, 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001. p.1527-1548.

\_\_\_\_\_. Política da Verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault. In: RABINOW, P. **Antropologia da Razão**: ensaios de Paul Rabinow. Tradução de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.17-25.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981a.

\_\_\_\_\_. Verdade e Poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981b. p.1-14.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GUTTING, G. **Michel Foucault's archaeology of scientific reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KOERNER, A. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Lua Nova**: cultura e política, São Paulo, n.68, p.205-242, 2006.

LAHIRE, B. L'esprit sociologique de Michel Foucault. In: \_\_\_\_\_. **L'esprit sociologique**. Paris: La Découverte, 2005. p.112-127.

LEMKE, T. Foucault, Governmentality and Critique. In: RETHINKING MARXISM CONFERENCE, 2000, Amherst. **Annals...** Amherst: University of Massachusetts, sep. 2000.

LÉVI-STRAUSS. **De perto e de longe**. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

LUZ, M. **As instituições médicas no Brasil**: instituições e estratégia de hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, R. **Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OLIVEIRA, L. Relendo Vigiar e Punir. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v.4, n.2, abr./jun. 2011.

O'NEILL, J. The Disciplinary Society: From Weber to Foucault. **British Journal of Sociology**, Chichester, v.37, n.1, 1986.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

OWEN, D. **Maturity and Modernity**: Nietzsche, Weber, Foucault and the ambivalence of reason. London: Routledge, 1994.

PASSETTI, E. **Política Nacional do Bem-Estar do Menor**. 1982. 269f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

PESTAÑA, J. L. M. **En devenant Foucault**: sociogenèse d'un grand philosophe. Broissieux: Éditions du Croquant, 2006.

\_\_\_\_\_. **Foucault, la gauche et la politique**. Paris: Textuel, 2010.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REVEL, J. La pensée verticale: une éthique de la problématisation. In: GROS, F. (Org.). **Foucault**: le courage de la vérité. 2.éd. Paris: PUF, 2012. p.63-86.

RODRIGUES, H. B. C. Michel Foucault na imprensa brasileira durante a ditadura militar: os “cães de guarda”, os “nanicos” e o jornalista radical. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n.24, p.76-84, 2012.

ROUANET, S. P. et al. **O Homem e o discurso**: a Arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

SZAKOLCZAI, A. **Max Weber and Michel Foucault**: parallel life-works. London; New York: Routledge, 1998.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. **Foucault**: sa pensée, sa personne. Paris: Albin Michel, 2008.

Recebido em 19/01/2015.

Aprovado em 21/04/2015.



## **SOCIEDADE PUNITIVA, MORTE E GUERRA: UMA RELEITURA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT**

*Luís Antônio Francisco de SOUZA\**  
*Rodolfo Arruda Leite de BARROS\*\**

“A guerra não é conjurada.”  
Michel Foucault (1999, p.58).

**RESUMO:** No interior de um amplo debate sobre a crise da modernidade, emerge uma inquietação sobre a perda de referências e de retorno da violência como parte constitutiva da política contemporânea. Garland (2008) e Wacquant (2001) demonstram que há uma crise nos fundamentos dos sistemas penais contemporâneos, mas que estas mudanças ocorrem de forma concomitante com a expansão dos mecanismos de controle do crime que acarretaram o endurecimento da pena e a disseminação do controle social. Com base na constatação das mudanças recentes do sistema penal contemporâneo e do retorno da violência como mecanismo constitutivo da política, este artigo questiona até que ponto estes novos mecanismos penais podem entrar em contradição com a tendência à militarização da segurança? Ao lado disto investiga, fundado nas contribuições de Foucault, de que maneira esses mecanismos punitivos simbolizariam uma reaproximação entre as formas punitivas da modernidade em direção a biopolítica, ou mesmo da *thanatos* política? (AGAMBEN, 2004a). As estratégias punitivas estão encontrando sua ancoragem na guerra? E, neste sentido, o militarismo, como essência da exceção, potencializa

---

\* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Departamento de Sociologia e Antropologia. Marília – SP – Brasil. 17525-000 – lafraso@hotmail.com.

\*\* Professor visitante. UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dourados – MS – Brasil. 79825-070. Pesquisador. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Observatório de Segurança Pública. Marília – SP – Brasil. 17525-000 – rodolfoarruda1@yahoo.com.br .

a morte impune? A conclusão aponta para a constituição de um dispositivo de segurança que é também um dispositivo de morte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Punição. Violência. Guerra. Biopolítica. Militarização.

## Introdução

De forma geral, a teoria social do século XX viveu o drama de observar “um passado ainda vigente” e “tornar visível um futuro que já se anuncia no presente” (BECK, 2010, p.11). Os temas são persistentes e apontam as hesitações da experiência moderna: a crise da esfera pública, a evanescência do mundo público, a crise da razão emancipadora, a alçada totalitária da razão, a civilização dos costumes, a vitória do *animal laborans*, o fim da narrativa, as novas intransparências e ideologias do mercado capitalista, a sociedade do consumo, do espetáculo e da indústria cultural. Sem dúvida, é um pensamento no qual se encontram problemas de difícil solução (HABERMAS, 1987; ARENDT, 1989; ELIAS, 1990; ADORNO; HORKHEIMER, 1993; BENJAMIN, 1986).

Giddens (1991, 2000) mostra que modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou de civilização industrial e que é caracterizada pela crença na capacidade humana de transformar o mundo e pela existência de instituições econômicas, políticas, científicas e educacionais, bem como jurídicas, todas marcadas pela emergência de suas respectivas esferas de autonomia. As transformações mais recentes da modernidade levaram a uma relativa reversão destas características com a crise de legitimação da ciência, a radicalização da modernidade e a ambiguidade entre a tradição e a razão, entre público e privado. Quanto mais conhecemos nosso mundo, na modernidade tardia, mais ele permanece imerso nas sombras, mais irracionais tornam-se as ações humanas. A modernização reflexiva seria o reconhecimento de uma profunda e nova crise que assola o mundo contemporâneo: crise do modelo do Estado Providência; expansão do capitalismo de mercado; expansão da democracia com crise da esfera pública; globalização ou ocidentalização; sociedade pós-tradicional, incluindo uma nova representação da família, enquanto democracia dos afetos e das emoções; crise da memória coletiva; nacionalismo, fundamentalismo e reencantamento do mundo; novas configurações da sociedade industrial do risco (GIDDENS, 1997; BECK et al., 1997; BECK, 2010). Bauman (1999) mostra que a modernidade atual é uma versão individualizada e privatizada da modernidade e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso recaem principalmente sobre os ombros dos indivíduos.

Os Estados e as coletividades começam a se distanciar dos cidadãos. Neste contexto, emerge a sociedade pós-industrial, globalizada, pós-panóptica, em que o poder se torna extraterritorial e em que as tecnologias de controle se pulverizam nas fronteiras dúbias entre Estados e grandes corporações privadas. Neste momento, a maioria da população assentada é dominada por uma elite global, nômade e extraterritorial. De um lado, a elite e as mercadorias circulam livremente. De outro lado, novos cidadãos excluídos são impedidos de circular, novos mecanismos de imobilização das não-elites são instituídos, regras mais severas contra a imigração internacional são estabelecidas, limitações profundas são definidas para a circulação entre as comunidades. Há a desintegração das redes sociais de reconhecimento e de proteção, bem como as ações coletivas entram em colapso. Para os indivíduos desta sociedade, as pressões pelo emprego, pelo sucesso e pelo futuro criam novos níveis de ansiedade e novas formas de compulsão. A insegurança, o medo, o vício e o desempenho individual são as obsessões da modernidade tardia. Segundo Sennett (2006), o fim da rotina do trabalho e a diluição das trajetórias pessoais, legados do mundo fabril, imprimem nas sociabilidades contemporâneas fluidez e descaracterização da memória coletiva. As modernas cidades globais não são mais superfícies de inscrição de subjetividades e tendem à despersonalização. Bauman evidencia que:

[...] a vingança do nomadismo contra o princípio da territorialidade e do assentamento. No estágio fluido da modernidade, a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial. Manter e tornar mais distantes as barreiras remanescentes tornaram-se hoje o meta-propósito da política, e também das guerras. (BAUMAN, 2000, p.21).

Giddens (1997) afirma que na atual fase da modernidade as tradições recuam, as pessoas vivem suas vidas numa constante experimentação psíquica, sem ter onde buscar exemplos seguros a serem seguidos. As relações sociais tornaram-se mais abertas e mais impulsivas, mas ao mesmo tempo mais perigosas e ameaçadoras. Não é mais na política tradicional que se encontra o espaço de reconhecimento intersubjetivo. Os indivíduos estão engajados numa política-vida, na experimentação direta com a sociedade, marcada pelo consumo como compulsão moderna. As identidades são construídas ainda através de processos de participação e de reconhecimento, mas não mais como forma de participação política num espaço público discursivo e compartilhado, e sim como espaço espetacular das identidades e das escolhas pessoais. É uma sociedade de pessoas indiferentes e aut centradas. Na crise da modernidade e em todo o debate em torno da pós-modernidade emerge esta profunda inquietação de perda de referências e de retorno da violência constitutiva

da política. A crise da política e as novas formas do poder político figuram na expansão dos espaços de exceção, do encarceramento de prisioneiros de guerra, dos acampamentos de refugiados e dos muros virtuais e reais que estão sendo erguidos onde as fronteiras ganham nova significação. Modernidade, modernidade tardia, modernização reflexiva são tentativas de construção de uma teoria da sociedade que seja também um diagnóstico de nosso tempo. Um diagnóstico problemático em que os avanços tecnológicos são acompanhados de ameaças à subjetividade, à liberdade e à criatividade. A incerteza teórica da modernidade tardia corresponde, sem dúvida, à incerteza prática de nossas sociedades que estão no limiar entre passado e futuro.

É nesta chave interpretativa que prosseguem os trabalhos que tentam dar conta das ambivalências da modernidade ocidental. Não se trata apenas de mostrar as mudanças sutis introduzidas pela modernidade tardia, mas também de revelar o instrumental analítico que permite enxergar seus dilemas e hesitações. Uma das formas de se refletir sobre estas transformações é observar mudanças estruturais nos sentidos atribuídos às instituições sociais herdeiras do projeto da Modernidade, as quais possuíam arranjos e funções sociais que aparentemente não encontram mais espaços na gestão política atual. Um dos exemplos que ilustram essa abordagem é o campo punitivo, no qual é possível pensar as instituições de justiça criminal, tais como o sistema prisional e as agências policiais, exercendo novos papéis sociais e políticos os quais colocam em xeque representações tradicionais e funções sociais a elas atribuídas Garland (2008), por exemplo, demonstra como, entre 1950 e 1970, as áreas do crime e da punição eram definidas pelo Estado de Bem-Estar Penal, segundo o qual as reformas e as intervenções sociais eram respostas plausíveis ao crime e à criminalidade. A alternativa para a prisão era a saúde e a psiquiatria. A pena de morte era inútil e desnecessariamente cruel. O controle do crime deveria ser uma atividade cientificamente orientada, livre de sentimentos populistas e gerida por especialistas.

Ao contrário de um Direito Penal Moderno, racional, civilizado, disciplinado e protetor da sociedade, a época contemporânea aponta, em muitos aspectos, o seu inverso. A emotividade que deveria ser controlada e silenciada retorna à cena punitiva, por meio dos discursos da vítima, o sentimento retributivo e o extermínio dos inimigos. O tema do controle do crime entrou nos debates políticos e no processo eleitoral, aumentando o populismo penal com que os políticos ofereciam soluções fáceis para o problema, dando espaço para as inquietações e receios da população no processo de formulação de políticas criminais. Essa é a era em que a crise se instala de modo permanente, justificando a percepção de que, em matéria penal, nada funciona. A supressão das ideologias penais baseadas no conceito da reabilitação marca de forma inequívoca uma reorientação no campo do controle penal. Para muitos (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2001) não restava outra

coisa a fazer senão ampliar e fortalecer a área penal. Ao mesmo tempo, ocorre um enorme investimento na infraestrutura de controle do crime e na segurança da comunidade. O controle do crime torna-se um enorme negócio privado a produzir lucros inauditos (GARLAND, 2008). As sociedades modernas produzem uma nova economia globalizada que tem impacto direto no cálculo do seguro e da segurança (ERICSON; HAGGERTY, 1997; BECK, 2010; EDWALD, 1991). E no interior dela, novas tecnologias de segurança ganham espaço e determinam as lógicas da distribuição do risco (BECK, 2010; CHANTRAINE; CAUCHIE, 2006). De um lado, a vingança e a exclusão, de outro, tecnologias eletrônicas de vigilância (GARLAND, 2008).

Durante as décadas em que as agências da justiça criminal lutaram para combater o crime, os cidadãos, as comunidades e as empresas aprenderam a se adaptar a uma sociedade com altas taxas de crimes. A estratégia neoliberal de aumentar a probabilidade de apreensão e a severidade da punição é um ajuste sensível na economia de mercado do crime. Acreditar que o crime é uma decisão, não uma doença, dá apoio à ficção da economia de mercado segundo a qual a prosperidade e a pobreza são conquistas de indivíduos, e não condicionantes de raça, classe ou gênero (GARLAND, 2008). A nova cultura do controle responsabiliza os delinquentes pelos seus próprios atos, bem como a rede familiar e comunitária. Escolas esvaziam-se com a emergência da educação continuada. As fábricas já não sequestram os indivíduos, na medida em que os liberam do ponto em proveito da produtividade e do trabalho realizado em outros locais. Penas alternativas complementam a pena de prisão. As instituições disciplinares tradicionais não somente entram num longo e irreversível processo de crise como também sofrem com o descaso institucional e com a baixa visibilidade política. A disciplina cede lugar à informação e aos controles virtuais (DELEUZE, 1999; JONES, 2000). A outra face deste processo, na experiência brasileira, reforça as discussões propostas por Caldeira (2001), de uma democracia disjuntiva em que os direitos civis encontram-se fracamente garantidos nas políticas de segurança. A baixa legitimação dos direitos civis coloca faixas inteiras da população brasileira numa condição de liminaridade, e, assim, sujeitas às invectivas do poder do estado, cada vez mais militarizado. A suposta onda de violência urbana deu espaço para intervenções das instituições da segurança pública ao arrepio da norma legal, e a polícia militar acaba ocupando lugar destacado neste processo em que os corpos livres são submetidos às prisões ilegais, violências físicas e extermínio.

Boa parte do público não deposita confiança na capacidade do Estado de controlar o crime e a violência; mesmo assim, apoia medidas punitivas mais firmes, sobretudo em relação aos crimes considerados violentos. Não obstante as evidências acerca da ineficiência das agências estatais no controle do crime, o público apoia

medidas duras contra crimes sexuais e de homicídios. A década do controle do crime por meio da prisão mostrou-se ambivalente na medida em que se apoiou na revisão das garantias legais e jurídicas e da não-legitimação dos direitos humanos. Os efeitos da globalização, a mundialização do mercado de trabalho, o aumento das desigualdades em diferentes países, as pressões de imigrantes globais por empregos nos países desenvolvidos e o combate ao terrorismo internacional compuseram esse quadro em que as agências estatais mostraram-se fracas e incompetentes, mas ao mesmo tempo saíram fortalecidas e, em grande medida, militarizadas (CALDEIRA, 2001; WACQUANT, 2001; GARLAND, 2008). Bauman (1999) afirma que os muros recortam o tecido urbano em inúmeras direções: são bairros vigiados, espaços com proteção e acesso controlados, guardas armados e portas operadas eletronicamente, respondendo aos medos e riscos urbanos. Moradores de bairros nobres e as grandes corporações privadas estão cada vez mais interessadas em garantir a vigilância de suspeitos e de cidadãos. A utopia reduziu-se a uma comunidade irreal e artificial da vizinhança dos iguais, *gated communities* (condomínios fechados) comunidades cercadas e vigiadas diuturnamente.

A cidade que, segundo Sennett (1988), era o espaço onde os estranhos se encontravam, onde podiam desenvolver o interesse pela alteridade e pela diferença, verdadeiro sentido da civilidade, tornou-se espaço público morto, inóspito, vazio ou lugar-nenhum. Novos espaços públicos-privados marcam a paisagem das megacidades. Nestes,

[...] os indivíduos talvez sejam obrigados a se submeter a revistas ou a ser monitorados e filmados, assim como talvez sejam sujeitos à exclusão sem qualquer motivo aparente. Há uma justiça bruta de exclusão e de vigilância integral que se tornou gradualmente habitual na nossa experiência e que é cada vez mais vista como condição necessária para salvaguardar a segurança e o lazer de consumidores e cidadão decentes. (GARLAND, 2008, p.341-342)<sup>1</sup>.

A indústria de armas e de dispositivos de segurança nunca produziu e vendeu tanto como hoje e os sistemas de câmeras estão em todos os lugares. As prisões de segurança máxima, as delegacias de polícia, os fóruns e tribunais não somente têm câmeras como também, em muitos casos, transmitem as sessões em rede. São os novos espaços públicos-privados, novas configurações da sociedade da visibilidade pós-panóptica, uma nova face da sociedade da vigilância (MATHIESEN, 1997;

---

<sup>1</sup> Nos EUA e Canadá há numerosos indivíduos que cumprem regime aberto ou condicional através de dispositivos eletrônicos com rastreamento por satélite. O desenvolvimento de tecnologias de identificação biométrica, o uso de *microchips* que armazenam todas as informações biográficas das pessoas num único *card*, tornaram-se parte corriqueira de nossas vidas hipervigiadas (BERTHOULD, 2002).

WACQUANT, 2001; BAUMAN, 1999)<sup>2</sup>. Evidentemente, devemos questionar as visões maniqueístas relativas ao fetichismo da tecnologia da informação e seus benefícios aparentes. Mas devemos ficar atentos aos efeitos de controle que são parte do pacote técnico-autoritário da modernidade tardia (HAND; SANDYWELL; FEATHERSTONE, 2002). Os benefícios da comunicação à distância compensam os novos riscos? (WEIDMANN, 2001; DELEUZE, 1999; BECK, 2010).

Quais são os limites, em termos de imaginário, do uso dessas novas tecnologias digitais, sobretudo via Internet, como o webcam, *chats*, *e-mail*, redes sociais? Quais são os limites para seu uso como forma de controle digital?<sup>3</sup> Estas tecnologias estão sendo usadas na identificação de terroristas, imigrantes ilegais e criminosos reincidentes. O olho que tudo observa agrega o sistema em rede e os bancos de dados da polícia. Os novíssimos dispositivos pós-panópticos, neste sentido, ampliam o campo da visibilidade clássica. Os novos elementos que são requeridos para o aparato policial, o novo tipo de policiamento comunitário ou eletrônico, os novos recursos tecnológicos são sobrepostos às funções que Foucault indicou na mecânica de vigilância da sociedade e da criação de uma delinquência e na aceitabilidade dos ilegalismos das elites. A questão que permanece é: como este dispositivo disseminado de controle articula as instituições disciplinares e o estado de exceção, fundamentado num novo militarismo?<sup>4</sup>

## Morte, poder e o sagrado

“Todos nós celebramos algum tipo de enterro”  
Baudelaire (1988, p.25).

Arendt (2009) lembra que violência (força) e poder não podem nem devem ser confundidos. O que define o mundo político não é a violência (a força usada

---

<sup>2</sup> A individualização dos acessos à informática permite uma nova configuração das relações sociais na sociedade. Uma pesquisa sobre as relações via Internet, apontou para a expansão da sociabilidade virtual em detrimento da sociabilidade face a face, em decorrência da disseminação da Internet e da ampliação dos medos e dos custos afetivos em relação aos encontros não-virtuais (DE GOURNAY, 2002).

<sup>3</sup> A proliferação das novas tecnologias de informação comporta um efeito perverso: a vulnerabilidade à interferência de terceiros na vida privada. São múltiplas as formas de vigilância geradas por estas tecnologias, que vão do *voyeurismo* às redes de espionagem por satélites, passando pela violação do segredo médico (DAVIES et al., 2001).

<sup>4</sup> A segurança pública no Brasil é, em seus fundamentos mais arraigados, militarizada (SOARES, 2000; WACQUANT, 2008). O campo de investigação recente tem apontado para estas novas experiências de governo dos ilegalismos urbanos nas principais capitais do país, em que técnicas novas são articuladas à presença maciça da força policial militarizada, usando estratégias de guerra (TELLES, 2011; SILVA, 2008).

por poucos contra uma maioria), mas sim o poder (uso legítimo da força em circunstâncias de legitimidade). O poder emana necessariamente de um mandato jurídico-político baseado em processos de legitimação da autoridade.<sup>5</sup> A paz incorporada na política como esfera pública não é resultado da guerra, do armistício entre países beligerantes, a paz é construção social, concertada legitimamente. Assim, as instituições da guerra devem ser desmobilizadas em contexto de pacificação social, e substituídas por instituições políticas. A ambiguidade entre forças militares e forças civis somente se amplia nos estados totalitários, que introduzem o medo, o terror e a morte na lógica do poder.<sup>6</sup> Os regimes totalitários reforçam os mecanismos sistemáticos de violência, inseridos profundamente na sociedade moderna (ARENDR, 2004, 1999). Para sermos fiéis ao pensamento de Arendt, temos que observar que a autora não coloca a mortalidade, mas sim a natalidade no centro de seu pensamento político e centra sua reflexão sobre o mundo público na certeza de que a política é a única forma de ultrapassarmos nossa transitoriedade na terra, pois a política é o espelho de onde contemplamos a imortalidade (ARENDR, 1989)<sup>7</sup>.

A teoria dos processos civilizadores, que reflete sobre o monopólio estatal da violência, aponta para a pacificação da sociedade. Segundo a teoria, o “[...] campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo.” (ELIAS, 1990, p.203). A violência física, neste contexto, fica confinada aos quartéis. A violência guerreira apenas irrompe ocasionalmente, já que é excluída da vida dos indivíduos, sendo atribuída a grupos de especialistas. Assim, a violência nunca é totalmente conjurada. Como é possível para uma sociedade que internaliza a violência e que atinge alto grau de pacificação interna ser ainda uma sociedade que faz uso massivo da violência, sobretudo, contra ameaças externas? Elias (1990) aponta para o mal-estar da civilização dos costumes. Da violência aberta da sociedade guerreira, passamos para a violência psicológica da civilização. Nossas vidas podem ser mais previsíveis e mais longas, mas com menos experiências memoráveis e com menos injeção de adrenalina. Uma vida mais segura, mas com menos prêmios subjetivos. A morte deixa de ser uma ameaça repentina e aberrante para se tornar mais administrada e previsível; a vida é submetida cada vez menos às ameaças da danação eterna e cada vez mais aos cálculos da ciência e da medicina. “A morte é um dos grandes perigos biossociais da vida humana.” E “[...] é empurrada mais e

---

<sup>5</sup> Poder “[...] corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; ele pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. [...]” (ARENDR, 2009, p.27).

<sup>6</sup> “[...] aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldades em resistir à tentação de substituí-lo pela violência.” (ARENDR, 2009, p.56).

<sup>7</sup> “A ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político.” (ARENDR, 1989. p.17).

mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador.” (ELIAS, 2001, p.19). A assepsia dos espaços hospitalares coincide com o afastamento da morte (e do corpo do morto) do mundo social. A morte, que antes era um fenômeno público e lugar de sacralidade, transforma-se cada vez mais em fato privado e desprovido de mistérios: nunca “[...] antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura.” (ELIAS, 2001, p.30-31). Não obstante a proibição e a punição do assassinato de uma pessoa, encontramos situações “[...] em que a morte dos outros, seja pelo Estado, pelo partido ou outro grupo, não só é socialmente permitida como explicitamente demandada.” (ELIAS, 2001, p.59-60)<sup>8</sup>. Weber (1984) já havia percebido esta contradição, ao contrastar o sentido da morte nas sociedades tradicionais com a morte na sociedade moderna. Ele demonstra que experimentamos um esvaziamento de sentido da vida em decorrência do caráter não significativo da morte. A vida transcorre num processo de racionalização em que todas as realizações humanas se projetam para um futuro distante. A morte, assim, só pode ser entendida e sentida como um fenômeno que rompe com a linha do progresso e, portanto, morremos exaustos da vida. Os antigos podiam morrer plenos da vida, pois suas vidas completavam um ciclo vital. A morte deixa de ser um fenômeno significativo. A morte é negada para que a máquina vital da modernidade siga seu curso, *sine ira et studio*.

Benjamin (1986) também refletiu sobre o sentido da morte nas sociedades modernas ao colocar no centro de sua reflexão a narrativa como aspecto essencial na relação entre vida e morte, entre tradição e modernidade. Nas sociedades artesanais, a narrativa, como o trabalho, é necessariamente coletiva, sendo obra de gerações que passam a experiência para as gerações mais novas por meio da experimentação e do compartilhamento de uma linguagem comum. Nas sociedades modernas, o processo de produção rompe com a tradição e a experiência coletiva fragmenta-se. A narração é capturada pela indústria cultural, pela imprensa e pelo romance. A narração não produz e nem reproduz mais experiências narráveis e compartilháveis. A cultura torna-se produto de consumo individualizado. A morte que somente pode ter sentido em sociedade, torna-se sem sentido, porque passa a ser experimentada como fenômeno isolado da vida de pessoas isoladas: “Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo. [...] Hoje, os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte e, quando chegar sua hora, serão depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais.” (BENJAMIN, 1986. p.207). A morte torna-se uma experiência sem sentido e passa a ser tratada como fenômeno de menor

---

<sup>8</sup> Elias (1997) identificou e esclareceu com precisão a aparente contradição entre civilização e a violência assassina do nazismo.

importância (isolada no interior do saber médico e contida nas instituições asilares, como problema de contágio ou de saúde). E este processo de afastamento da morte em relação à vida ocorre gradualmente no momento histórico em que a mortalidade provocada pelas guerras aumenta e a aquela provocada pelas doenças torna-se problema central que requer controle e vigilância.<sup>9</sup>

Agamben (2004b) avança em relação a estas reflexões ao tentar entender a inserção da morte na política, seguindo caminho aberto por Foucault na discussão sobre a biopolítica. Ele propõe a tese do estado de exceção que se torna permanente. No cerne da exceção soberana, opera o paradigma do campo de concentração<sup>10</sup> e da ambiguidade em relação à definição e à limitação do direito de matar. Agamben (2004a) indica que a crise da modernidade já estava inscrita no fundamento da vida política ocidental, no cruzamento problemático entre constituição do poder soberano, sacralização do corpo e a biopolítica. A condição de nossa modernidade política implica uma vida que vale a pena ser vivida e que, neste sentido, deve ser protegida pelo direito. A noção contígua, de uma vida nua, que não merece ser vivida, está presente na reflexão filosófica da antiguidade clássica, mas sempre foi ocultada pela filosofia política moderna. Mas, retomando a discussão clássica, entre os gregos, *zoé* remetia à vida natural, *bíos* indicava uma vida qualificada. A vida natural é excluída do mundo da política. O autor argumenta que o exercício do poder soberano no ocidente moderno aprofundou a simetria paradoxal entre a soberania e a vida politicamente desqualificada, entre a afirmação do poder soberano e a morte. Agamben (2004a) encontra no *homo sacer* a prefiguração deste paradoxo. O homem sagrado abre espaço para a exceção soberana, segundo a qual o assassinio cometido pelo estado e pelo soberano não pode ser considerado homicídio. A soberania é constituída e exercida por meio de uma exceção, em clara referência ao pensamento de Carl Schmitt. Não é a cidadania, mas é a vida nua a chave para compreendermos limites da soberania moderna, ou sua falta de limites. O paradigma da política, o espaço de exceção por excelência, em que os corpos podem ser eliminados, sem ser sacrificados, é o campo de concentração. O campo é um dos fundamentos da soberania, que se institui com base em um estado de exceção legal, em que a morte não resulta em condenação dos agressores.

---

<sup>9</sup> Bauman (1998, p.36) já havia apontado para esta afinidade terrível (e normal) entre modernidade e mortalidade: "A solução final foi resultado de cálculos burocráticos de rotina, não conflitou com os princípios da racionalidade." O assassinato em escala e de forma absolutamente racional, ressoa, sem dúvida, a tese do mal banal de Arendt (1999).

<sup>10</sup> Arendt (2004) foi a primeira a ressaltar o caráter paradigmático dos campos, pois eles representam o controle totalitário máximo da vida e da liberdade humanas. São um **espaço onde tudo é possível** e a desumanização torna-se princípio ordenador. A morte se torna anônima e o indivíduo passa a ser considerado **supérfluo**. As ordens que se aplicam nos campos nunca são totalmente legais ou ilegais. Assim, o mal radical tem origem nesse sistema.

A figura do *homo sacer* como fundamento senão da política ao menos como base da vida em sociedade, já havia sido apontada pela pesquisa antropológica. Sahlins (1990, p.106) analisa a estrutura do drama cósmico do soberano da seguinte forma:

A soberania aparece como vinda do exterior da sociedade. O rei, que é de início um estrangeiro e uma figura um tanto aterrorizante, será depois absorvido e domesticado pela população nativa, em um processo que passa por sua morte simbólica e seu conseqüente renascimento sob a forma de um deus local.

Douglas (1976, p.12) aponta para o paradoxo das normas sociais muito rígidas cuja violação não pode ser punida. Os perigos ameaçam não apenas quem obedecer às normas, mas, sobretudo, os transgressores, já que as “coisas sagradas e lugares sagrados devem ser protegidos contra a profanação.” Mas a profanação do sagrado não é absoluta, podendo variar segundo a definição relacional da pureza e do perigo: aquilo que está fora ou dentro do seu lugar. Nesse sentido, a profanação é um ato de impureza que requer uma ação de reparação e de purificação. “A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente.” (DOUGLAS, 1976, p.13).<sup>11</sup> É uma faca de dois gumes, pois na raiz da palavra *sacer* encontra-se este sentido de uma restrição que pode servir tanto para a profanação quanto para a sacralização. O sagrado e o profano compartilham o mesmo lugar, dependendo dos rituais e da valorização do ato de purificação, como reconhecimento da potência da desordem. O sacro é a redefinição das margens entre puro e impuro, é o lugar do contato com o perigo e é a fonte do poder que emana do sagrado. A poluição ou o perigo decorrem de uma linha tênue que não deveria ter sido cruzada. A punição neste sentido mais original é o processo de purificação da sujeira e de conjuração do perigo desencadeado pela pessoa suja ou poluidora.

Quando a comunidade é atacada do exterior, ao menos o perigo externo fomenta internamente a solidariedade. Quando é atacada do interior por indivíduos descontrolados, estes podem ser punidos e a estrutura, publicamente reafirmada. Mas é possível que a estrutura seja autodestruidora[...]. Talvez todos os sistemas sociais estejam construídos sobre contradições, em certo sentido em guerra consigo mesmos. (DOUGLAS, 1976, p.171).

---

<sup>11</sup> Jacques Sémelin (2009) correlacionou os fatores econômicos, políticos e religiosos (purificadores) que não apenas justificaram os massacres modernos como também jogaram luz no seu desencadeamento, mesmo diante das interdições morais e jurídicas.

A partir destas análises centradas na estrutura autodestruidora, talvez seja possível investigar as proximidades entre os mecanismos punitivos, as formas de gestão política e os processos de extermínio disseminados pelo corpo social que reintroduzem a violência na política contemporânea. Estas reflexões, no entanto, não conseguem jogar luz sobre o (ambivalente) não-lugar da morte e do sagrado, mas da necessidade da morte em escala nas sociedades modernas e secularizadas.

## Biopolítica e massacre

“Os massacres se tornaram vitais.”  
Michel Foucault (1985, p.129)

Ficamos admirados com a promessa, expressa por Foucault, em 1976, de uma história das técnicas de guerra e do militarismo. Mas essa obra jamais foi escrita. Resta acompanhar as ideias assistemáticas, em que Foucault toma o tema da guerra numa perspectiva ao mesmo tempo metodológica e histórica (FOUCAULT, 1999).<sup>12</sup>

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror, a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. (FOUCAULT, 1999, p.58-59).

Foucault aponta para a emergência do discurso histórico-político que coloca a guerra no centro de sua lógica. A guerra, e a luta biológica, como discurso que instaura uma disputa entre forças antagônicas em que uma deve ser subjugada, inimigos que devem ser abatidos e vencidos, por meio da força, da astúcia, da proeza de um líder ou de um herói (FOUCAULT, 1999). É famoso o contraste que Foucault (1999) propõe entre poder soberano e biopoder. Nas teorias da soberania, o poder se define como poder de morte (deixar viver e fazer morrer) e na biopolítica o poder se converte em direito de vida (deixar morrer e fazer viver). Esta última é refletida como uma composição de poderes individualizantes (a organo-disciplina do corpo individual) e massificantes (a bio-regulamentação da população) (FOUCAULT, 1999). Mais especificamente, o biopoder “[...] se situa e exerce ao nível da vida,

---

<sup>12</sup> “[...] a guerra pode valer efetivamente como análise das relações de poder e como matriz das técnicas de dominação? A relação de poder será em seu fundo uma relação de enfrentamento, de luta, de morte, de guerra?” (FOUCAULT, 1999, p.53).

da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população.” (FOUCAULT, 1985, p.129). O poder sobre a vida desenvolveu-se a partir de duas formas principais. De um lado, teve origem no adestramento, utilidade e docilidade do corpo pelos procedimentos das disciplinas. Essas formas, ao mesmo tempo, anatômicas e biológicas, individualizantes e generalizantes, designam uma série de intervenções e regulamentações da população, cujo papel principal “não é mais matar, mas investir sobre a vida” (FOUCAULT, 1985, p.131).

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. [...] é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. (FOUCAULT, 1985, p.134).

As novas tecnologias de poder caminham na direção de um governo da população e da administração da vida, tornando-se técnicas de governo (FOUCAULT, 2008). A governamentalidade, neste sentido, não contradiz o modelo da guerra.<sup>13</sup> A guerra tem como objetivo a morte do oponente, mas com a condição de manter e preservar a vida.

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. (FOUCAULT, 1985, p.129).

Desta forma, a guerra é parte integrante da biopolítica na medida em que não é mais a morte que está em centro, mas a vida, a vitalidade e a mortalidade. Pela primeira vez na história, com o biopoder, a morte passa a ser parte de uma gestão dos custos da guerra e pode ser colocada na perspectiva de uma contabilidade guerreira de minimização ou maximização da morte, dependendo do caso.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Foucault (2008) começa a explorar a questão da governamentalidade: governo das coisas, dos homens, da população e de si, cujo desdobramento mais importante será a análise dos modos de subjetivação na Grécia clássica e no período greco-romano (FOUCAULT, 1985), que se instaura como cuidado de si (SENELLART, 2008).

<sup>14</sup> No interior do processo de afirmação dos saberes disciplinares, Foucault (1984, 2001) já considerava o poder de punir como forma de estabelecer uma cisão entre o normal e o anormal, permitido a gradação

E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e as encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. [...] O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados. (FOUCAULT, 1985, p.129).

De fato, em sua analítica do poder, Foucault propõe a inversão da proposição de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios (FOUCAULT, 1999). Nessa analítica, o modelo da guerra pode ser utilizado para pensar a ordem política, assim como o modelo do exército para pensar a ordem social (FOUCAULT, 1987). De toda forma, o autor francês pretende pensar o poder não em seu aspecto jurídico-político, mas em seu caráter guerreiro, de luta, de estratégia e de tática, como um novo campo de visibilidade da política. O que aponta para a familiaridade dos conceitos de guerra, morte, vida, governo, população e estratégias de poder.

Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. (FOUCAULT, 1985, p.129).<sup>15</sup>

Três problemas apontados por Foucault (2008) que permitem uma compreensão dos dispositivos de regulamentação e de segurança estão relacionados com a escassez e, conseqüentemente, com a morte. Na cidade pode ser entendida tanto pelas relações de poder soberano, de poder disciplinar ou de poder de regulamentação. A cidade, na primeira perspectiva, é compreendida como *lócus* de onde emana o poder e onde as regras do jogo político são decididas. Na segunda, a cidade é vista sob a ameaça da disseminação da peste, que requer um conjunto de medidas preventivas e individualizantes para minimizar o impacto da doença e para articular os indivíduos em seus espaços vitais. Na terceira, a cidade ela própria é espaço de ameaças e estas ameaças devem ser controladas por meio de medidas de regulamentação que unem a previsão, o controle e a minimização da mortalidade até que esta atinja seu ponto ótimo. Em todas as três formas de poder, é claro que

---

da punição. As anomalias psíquicas, os inadaptados e os monstros são redefinidos nesta nova tecnologia política em que os saberes médico-psiquiátricos ocupam lugar destacado.

<sup>15</sup> Não podemos esquecer o papel do racismo, pois ele introduz “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” e “a relação guerreira”, segundo a qual “para viver, é preciso que você massacre seus inimigos” (FOUCAULT, 1999, p.304-307). O racismo foi assinalado como importante aspecto da expansão imperial europeia e fonte de disseminação da violência contra os povos dominados (ARENDET, 2009). Agamben (2004a, p.154) arremata: “a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo”.

Foucault não coloca uma hierarquia entre elas e nem as isola enquanto fenômeno histórico específico, o poder é exercido sobre indivíduos e grupos concretos, que para evitar a morte como para expandir a vida. Este mesmo esquema interpretativo é demonstrado para os acontecimentos da escassez de alimentos e para a disseminação das doenças. E cada fenômeno ativo, em seu momento histórico, dispositivos que apontam para uma direção ou para outra.

O que é interessante nessa discussão não é a significação da morte, mas a introdução da morte nos cálculos do poder. Não se trata apenas da ampliação do poder por meio da ameaça ou da eliminação física do súdito, autorizada pela lei. Mas sim, a gestão da vida de uma determinada população. Não por menos, no contexto dos estados de violência atuais, a morte pode deixar de ser caracterizada como um crime sempre que a ameaça se torna evidente (GROS, 2006).<sup>16</sup> A guerra e as prerrogativas especiais atribuídas ao poder soberano, quando um estado de sítio é declarado, pressupõem a suspensão do direito. Em situações definidas como de guerra, evidentemente, o direito não deixa de ser aplicado. As condições de sua aplicação mudam drasticamente: não se trata mais de decretar a guerra para proteger ou ocupar um território e, em seguida, reestabelecer o direito constitucional e as regras civis<sup>17</sup>. Não se trata mais de colocar o inimigo externo fora da lei. Trata-se de usar o modelo da guerra nas relações civis e cotidianas, em Estados baseados no princípio da *ruleoflaw* (FOUCAULT, 1999; AGAMBEN, 2004b).<sup>18</sup> É a guerra civil permanente contra o inimigo interno. É a ativação do modelo da ocupação territorial, do ataque e do combate. Trata-se da morte, da prisão sem processo da tortura como meios autorizados para garantir a vitória, a manutenção da ordem a qualquer preço. Mas a guerra também adota a lógica do risco, da redução de perdas e danos, da previsão e da contrainformação. A guerra também se tornou estratégia de segurança e de gestão de riscos. A rotinização da morte e a securitização da guerra acompanham a militarização da segurança interna dos estados. E as fronteiras, que antes já não eram tão bem definidas, perderam a transparência e o verbo combater assume plenamente suas significações problemáticas (GORDON, 1991; GROS, 2006; AGAMBEN, 2004b).

Os espaços limítrofes aumentam nesta nova configuração em que a guerra e a segurança se confundem. Agora podemos falar de estados de violência. A guerra

---

<sup>16</sup> E os exemplos da estratégia da guerra ao terror são muito convincentes, pois apontam não apenas para a restrição de direitos (o que é atividade quase normal na história da modernidade), mas para a liquidação dos inimigos, pura e simplesmente!

<sup>17</sup> A ideia de uma ditadura provisória, usada para salvar a democracia dela mesma define um espaço e um tempo em que as regras podem ser suspensas. Todas as constituições escritas pressupõem um estado de guerra, um estado de sítio, um estado de urgência que dão ao executivo e às autoridades militares prerrogativas especiais (BIGO, 2009).

<sup>18</sup> Bauman (1999, p.30) também afirma que o "Estado soberano reivindica o direito de cometer genocídios."

atual é indefinidamente perpetuada, privatizada, e tem os civis como suas principais vítimas.<sup>19</sup> Aumenta o poder de morte. Mas ele depende de decisões técnicas, dependem do programa de computador e não de uma ética essencialmente marcial. Foucault (1999) apontou que a morte se tornou mortalidade e, portanto, passível de cálculo de risco profissional. A milícia, a organização militar e a segurança desempenham um trabalho planejado e previsível: cumprem uma missão sem ódio nem paixão (GROS, 2006). O massacre tornou-se rotineiro e necessário. No mundo contemporâneo, ainda estão presentes as percepções de que o poder emana do povo, a autoridade é depositada no soberano via constituição e todo ato político corresponde à lei prévia. Embora a discussão ainda possa atrair um sem-número de considerações técnicas e políticas voltadas para a legitimidade dos atos públicos, a questão que resta a ser debatida é: como este poder pode encontrar sustentação e respaldo num corpo especializado que, em última instância, promove uma guerra continuada? A burocracia articula-se a um modelo de autoridade legítima que requer exercício extrajurídico (AGAMBEN, 2011; FOUCAULT, 2008). As forças de combate militarizado, parte permanente da burocracia estatal, ritualizam o poder, pelo uniforme, pela hierarquia e pela ostentação de força e de unidade. O poder é reforçado sempre que a ação militar é requerida.

O uniforme, a disciplina e a hierarquia militares reforçam a mística do poder, bem como o militarismo constitui-se na nova religião do estado (de exceção). Certamente, uma discussão sobre o caráter litúrgico, glorioso (AGAMBEN, 2011), cerimonial (GOFFMAN, 2001), esplendoroso (FOUCAULT, 1999) e purificador (DOUGLAS, 1976; SÉMELIN, 2009) do poder ainda precisa ser aprofundada.<sup>20</sup> Afinal, é inquietante que muitos jovens de comunidades segregadas sigam carreira militar, policial ou ingressem nas hostes do crime e mesmo do terrorismo. O militarismo parece compor o centro do atual estado de exceção. O estado de sítio não está mais claramente definido pelo espaço, pelo tempo ou pela duração delimitada de uma ameaça que deve ser conjurada. Ele pode ser considerado o fundamento da ordem política contemporânea e tem se tornado regra (AGAMBEN, 2004a; GROS, 2006). O poder nas sociedades contemporâneas, portanto, está articulado num dispositivo biopolítico que funde a gestão do risco e a estratégia guerreira. Foucault tem razão ao definir que o alvo do poder não é a morte, mas a mortalidade. Mas o que poderemos falar sobre a morte como alvo último,

---

<sup>19</sup> Ainda será necessária uma sociologia do massacre das vítimas inocentes nos processos de genocídio e nas práticas cotidianas das polícias (ARENDR, 2004; SÉMELIN, 2009).

<sup>20</sup> Agamben (2011) diz que a hierarquia em sua origem é manifestação de um poder sagrado, portanto, assassino. Foucault (1999, p.306) afirma que a “[...] função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.” Racismo como mecanismo de purificação do corpo social. As instituições militares cultivam um *habitus* guerreiro, misógino, homofóbico e xenófobo, articulado com uma certa concepção de pureza da ordem militar.

final e ao mesmo tempo evitável na configuração das sociedades contemporâneas, marcadas pelo discurso da paz, dos direitos humanos e da minimização das mortes em conflitos externos e internos? A morte foi normalizada. “E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito privado e do que há de mais privado.” (FOUCAULT, 1999, p.296). Que saberes são estes que autorizam, nas sociedades jurídicas contemporâneas, a aceitação da morte e da mortalidade como parte do jogo pela proteção à vida? Um dos componentes destes saberes está ligado não apenas à pretensão de certa preeminência dos militares na gestão da força e dos riscos, mas também na gestão da vida e da morte, o que envolve certamente uma discussão mais aprofundada sobre as táticas, a sacralidade e a ritualização do poder punitivo em nossas sociedades. O dispositivo militar funda novas fronteiras, porosas e imprecisas.

## Considerações finais

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo, nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está de do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito privado e do que há demais privado. Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto do poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e ensimesma, de certo modo, em sua parte mais privada. O poder não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado. (FOUCAULT, 1999, p.296).

O governo da população e a gestão da vida correm paralelamente à aceitação dos custos altos das mortes como estratégia de segurança. As sociedades ocidentais, na esteira do desmantelamento do estado de bem-estar social, têm investido no modelo de controle social pelo encarceramento, pela vigilância e pela liquidação de direitos, o que reforça a obsessão por segurança e por punição (GARLAND, 2008). Não há mais guerra e paz, mas intervenção e segurança. As mudanças cruciais no

mundo pós-queda do muro de Berlim e fim da guerra fria implicam na intervenção em outros países ou na ordem interna de determinado país. A intervenção é um mecanismo essencialmente militar, é a ponta armada de um dispositivo geral de segurança. A segurança neste novo contexto pressupõe a minimização dos riscos, mas não dispensa os custos da morte. Os estados de violência recomendam a vigilância de cada um e a multiplicação dos limites territoriais. A segurança pública tornou-se supra-estatal e a guerra se efetiva localmente (GROS, 2006).

Como linhas gerais de argumentação, não é inquietante que os lugares mais sagrados são também os mais sangrentos? Não é importante notar que a proibição dos rituais sacrificiais está na base das sociedades violentas, de massacre, que identificamos com a modernidade? Os Estados vêm dando espaço às respostas militares de segurança e, ao mesmo tempo, investindo consideráveis somas de recursos num sistema de justiça cuja capacidade está no limite. A atual tendência global à cultura punitiva coloca um ponto final ao Estado social penal. O retorno do penal, na sociedade contemporânea, parece ser a contra-face necessária da imobilização e da segregação urbana e da precarização do emprego (GARLAND, 2008; BAUMAN, 2000). A cultura punitiva atual acaba se transformando num dispositivo ampliado de captura dos corpos pela sua matabilidade e desativação de direitos fundamentais. A morte, na modernidade, foi excluída das experiências coletivas compartilháveis etornou-se um fato individual, corriqueiro, sem sentido. E exatamente por esta razão é que a morte passa, na biopolítica moderna, a ser tomada como fenômeno populacional e estatístico, como mortalidade, indispensável para purificar a sociedade e afastá-la dos perigos que ela mesma criou.

### ***PUNITIVE SOCIETY, DEATH AND WAR: A REREADING FROM MICHEL FOUCAULT***

***ABSTRACT:*** *Within a broad debate on the crisis of modernity, emerges a concern about the loss of references and return of violence as a constitutive part of contemporary politics. Garland (2008) and Wacquant (2001) show that there is a crisis in the foundations of contemporary penal systems, but these changes occur at the same time as the expansion of crime-control mechanisms that led to the hardening of the penal law and the dissemination of social control strategies. From these findings on recent transformations in contemporary criminal justice system and the return of violence as a constitutive mechanism of politics, this paper investigates the extent to which these recent trends in criminal practices run counterwise to the trend towards the militarization of security. Alongside these reflections, this paper investigates, with the contributions of Foucault, how these punitive mechanisms*

*could not symbolize a (re) approximation of punitive forms of modernity toward a biopolitics, or even, a tanatospolitics (AGAMBEN, 2004a). Do punitive strategies find their anchorage in war? In this sense, militarism, as the essence of exception, potentiates the unpunished death? The conclusion points to the establishment of public security policies as a death device as well.*

**KEYWORDS:** *Punishment. Violence. War. Biopolitics. Militarization.*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

AGAMBEN, G. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004b.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BAUDELAIRE, C. **A modernidade da Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2010.

BECK, U. et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.197-222, v.1.

BERTHOUD, G. L'horizon d'une surveillance omniprésente?. **Revue Européenne des Sciences Sociales**, Geneva, v.40, n.123, p.155-168, 2002.

BIGO, D. Du panoptisme au Ban-optisme: les micros logiques du contrôle dans la mondialisation. In: CHARDEL, P. A.; ROCKHILL, G. (Dir.). **Technologies de contrôle dans la mondialisation**: enjeux politiques, éthiques et esthétiques. Paris: Editions Kimé, 2009. p.59-80.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. EdUSP: 34, 2001.

CHANTRAINE, G.; CAUCHIE, J.-F. Risque(s) et gouvernementalité: reconstruction théorique et illustration empirique: les usages du risque dans l'économie du châtement legal. **Socio-Logos**: Revue de l'Association Française de Sociologia, Paris, n.1, 2006. Disponível em: <<https://socio-logos.revues.org/13>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

DAVIES, S. et al. Cybertraque, video surveillance: halte a Big Brother! **Le Courrier de l'Unesco**, Paris, p.17-37, mar. 2001.

DE GOURNAY, C. Le bunker communicationnel: vers un apartheid des cercles de sociabilité?. **Reseaux Issy-les-Moulineaux**, Paris, v.20, n.112/113, p.347-371, 2002.

DELEUZE, G. Post-scriptum sur les sociétés de contrôle. In: \_\_\_\_\_. **Pour parler**: 1972-1990. Paris: Éditions de Minuit, 1999. p.240-247.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma teoria de processos civilizadores. In: \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p.193-263, v.2.

ERICSON, R.; HAGGERTY, K. **Policing the risk society**. Toronto: Toronto University Press, 1997.

EDWALD, F. Insurance and risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.). **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p.197-211.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GARLAND, D. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U. et al. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p.73-135.

\_\_\_\_\_. Introdução: as discontinuidades da modernidade. In: \_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade.** São Paulo: EDUNESP, 1991. p.8-53.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

GORDON, C. Governmental rationality: an introduction. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.). **The Foucault effect:** studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p.1-53.

GROS, F. **États de violence:** essai sur la fin de la guerre. Paris: Galimard, 2006.

HABERMAS, J. A nova intransparência. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v.1, set. 1987. Disponível em: <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/52/20080623\\_a\\_nova\\_intransparencia.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/52/20080623_a_nova_intransparencia.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

HAND, M.; SANDYWELL, B.; FEATHERSTONE, M. E-topia as Cosmopolis or Citadel: on the Democratizing and De-democratizing Logics of the Internet, or, Toward a Critique of the New Technological Fetishism. **Theory, Culture & Society**, London, v.19, n.1-2, 2002.

JONES, R. Digital rule: punishment, control and technology. **Punishment & Society**, London, v.2, n1, p.5-22, jan. 2000.

MATHIESEN, T. The viewer society: Michel Foucault's Panopticon revisited. **Theoretical Criminology**, Irvine, v.1, n.2, p.215-234, 1997.

SAHLINS, M. **O Rei-estrangeiro ou Dumézil entre os Fiji**: ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SEMELIN, J. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SENELLART, M. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.495-538.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ: Nova Fronteira, 2008.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general**: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro; São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TELLES, V. da S. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2011.

WACQUANT, L. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. **International Political Sociology**, West Sussex, v.2, n.1, p.56-74, mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: \_\_\_\_\_. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1984. p.55-127.

WEIDMANN, F. Nouvelles technologies de communication, nouvelles formes de controle social?: nouvelles technologies: quelle humanité pour demain? **Revue des Sciences Sociales**, Strasbourg, n.28, p.34-38, 2001.

Recebido em 19/01/2015.

Aprovado em 24/04/2015.

## DIREITO E TECNOLOGIAS DE PODER

*Andrei KOERNER\**

**RESUMO:** Este artigo elabora as relações entre tecnologias de poder e o direito no trabalho de Michel Foucault, com o objetivo de formular instrumentos para a análise política da prática e do pensamento jurídico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise política do direito. Tecnologias de poder. Racionalidades governamentais.

### Introdução

Este artigo tem como propósito elaborar instrumentos conceituais para a análise política da prática e do pensamento jurídico, considerada em suas articulações com a racionalidade governamental e a economia de poder de uma situação sócio-histórica. Para tal, propõe uma análise das relações entre tecnologias de poder e direito no trabalho de Michel Foucault, de modo a mostrar as conexões entre direito, poder e saber, tanto em suas configurações concretas quanto em suas mudanças históricas, mas também a especificidade da racionalidade jurídica que se refere a uma experiência social específica e se reflete como arte de julgar. O artigo parte das proposições de Foucault, sobre a ontologia do presente e a governamentalidade e propõe uma determinada forma de trabalhar com o direito, a partir das discussões sobre o tema em sua obra.

---

\* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Políticas. Campinas – SP – Brasil. 13083970 – andreik@uol.com.br. Pesquisador do Cedec e do INCT/Ineu.

## O problema da governamentalidade e a ontologia do presente

Foucault analisa a governamentalidade, a tecnologia de poder dos Estados liberais contemporâneos, como parte da ontologia crítica do presente, de modo a colocar em questão a maneira pela qual somos governados na contemporaneidade. Ele visava demonstrar, em resposta aos seus críticos, que sua perspectiva e instrumentos de análise não eram limitados aos micro-poderes, exercidos no interior de instituições sobre os indivíduos e por meio de técnicas disciplinares, mas poderiam ser estendidos à análise de macro-estruturas políticas e sociais. Nelas, as relações de poder se exercem em espaços mais amplos, não institucionais, sobre populações e por meio de técnicas de direção global da conduta. Assim, poder-se-ia conectar a análise de problemas locais, de micro-poderes, aos problemas gerais do Estado. Ele se deslocava do problema da teoria do Estado e não o tomava como dado nem como ideologia. Rejeitava a lógica funcional, que toma a instituição pelos seus propósitos manifestos, e a dialética, em que os elementos são postos como forças históricas em embate num campo homogêneo. Sua análise utilizava a lógica da estratégia e o problema seria o de uma produção histórica, uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 2004b). Ele pensava que a história do Estado poderia ser feita a partir da prática dos homens, do que eles fazem e pensam, que torna o Estado o objeto e o *enjeu* de uma maneira de pensar e de atuar (FOUCAULT, 2004a).

Foucault (1990) tratou do tema do governo de si e dos outros em seus trabalhos sobre a ética e a política, nos domínios da sexualidade, o Estado governamental e o cuidado com a verdade. O seu propósito político e ético fundamental foi formulado em termos de ontologia crítica do presente, ou de nós mesmos, a partir da qual propôs evidenciar o caráter histórico dos processos de objetivação e subjetivação dos indivíduos, elaborar problemas e estratégias que questionam o exercício do governo na atualidade para formular uma estética da existência, ou uma construção de si e de suas relações com os outros capaz de superar – ou ao menos contornar – a maneira pela qual se é governado na atualidade.

Assim, a análise da constituição das formas de objetivação e subjetivação deveria adotar um ponto de vista externo e não funcional acerca da instituição, e por isso deve se distanciar dos objetos dados pelos discursos existentes (FOUCAULT, 2004a). Por isso, formas institucionais e domínios especializados de relações sociais, tais como o Estado, a política e a economia, seriam analisados a partir de uma perspectiva mais geral, a das relações de poder, a produção de saberes e a reflexão sobre a melhor maneira de governar tais quais ocorrem em uma dada situação sócio histórica. Nessa perspectiva colocam-se os pontos de vista da tecnologia de poder, da economia de poder e da produção dos saberes.

## Tecnologia de poder, economia de poder e produção de saberes

As instituições conformam regras, organizações, técnicas, atores e saberes. A sua análise pode servir como ponto de partida, para evidenciar sua forma e a lógica de seus mecanismos elementares. Elas são mesmo observatório privilegiado para estudar as relações de poder, na medida em que representam a sua cristalização, concentração e diversificação. Mas se deve evitar a sobrevalorização das instituições, pois parcela importante dos processos institucionais é voltada à sua própria reprodução, nelas se colocam em primeiro plano as leis e aparelhos formais e se tende a explicar as relações de poder como produto delas próprias. Outra razão é que as instituições já tomam como dados os indivíduos, a coletividade e as regras que os regem, sobre os quais a pesquisa sociológica ou psicológica procura regularidades e mudanças. Deve-se buscar o que constitui aqueles dados, no seu enraizamento fundamental nas relações de poder (FOUCAULT, 1984, 2004a).

A tecnologia geral de poder refere-se a um projeto global de exercício do poder, que tem por alcance a sociedade como um todo e visa a multiplicidade de indivíduos (FOUCAULT, 2004a). Ela se caracteriza por determinado tipo de mecanismo, ou dispositivo, que tem seu objeto, ou alvo, esquema de causalidade e técnicas ou instrumentos. Ela se elabora por meio de determinadas formas de saber que estabelecem o que se pode conhecer e dizer como verdadeiro ou falso, e é produtora de normatividades que atuam na elaboração do cálculo, programação e reflexão para o exercício do poder. Com ela se constituem campos de experiência social, que se dão aos indivíduos enquanto práticas e reflexão sobre a condução de si e dos outros.

A tecnologia de poder programa, segundo a lógica do seu mecanismo, formas concretas de direção da multiplicidade de indivíduos, grupos, relações, espaços. Ela constitui campos determinados de experiência social e processos de subjetivação, em função dos quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos dotados de atributos, sentimentos, interesses, pretensões ou potencialidades. A ordem é o que enlaça, comunica, vincula em cada domínio de experiência social, as formas concretas pelas quais a lógica do mecanismo da tecnologia de poder programa as relações entre indivíduos tendo em vista a sua direção governamental. Ordem é o que dá sustentação ao conjunto de instituições, técnicas etc. em dado campo da experiência social. Ela compreende a disposição de espaços dotando-os de distribuição de hierarquias, funções e visibilidade. Configura instituições que concretizam, intensificam e densificam a tecnologia de poder; ela se exerce por meio de procedimentos e técnicas próprias; investe em agentes legitimados, dotados saberes e técnicas para o exercício do poder em sua jurisdição e que são capazes de criar táticas e saberes locais no curso das confrontações efetivas.

A genealogia do poder enfoca as relações de poder e formas de saber, em seu caráter instável e produtivo. A análise da economia das relações de poder visa as estratégias e táticas nelas presentes, cuja lógica e ação é imanente ao domínio em que se exercem, num processo de incessantes afrontamentos e deslocamentos, com seus pontos ou redes de apoio e seus objetivos, a partir dos quais se cristalizam instituições, fórmulas legais e padrões culturais (FOUCAULT, 1976). Ela considera a distribuição desigual e mutável dos recursos, oportunidades de conhecimento e de ação, assim como a própria constituição do campo de ações possíveis. Ela tem como foco as estratégias e táticas de governantes e governados em suas relações de poder efetivas, e as formas de saber que se produzem em seus enfrentamentos historicamente situados.

Os saberes se produzem nas relações de governo e resistência, sobre os objetos e domínios sobre os quais elas ocorrem. Pela produção dos saberes conformam-se veridicidades, as formas segundo as quais se articulam sobre um domínio, discursos suscetíveis de serem ditos verdadeiros e falsos e jogos de verdade, as regras segundo as quais e a propósito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer refere-se à questão do verdadeiro ou do falso. Desse modo, uma forma de saber coloca em relação um sujeito e um objeto, e implica a constituição correlativa do sujeito e do objeto, ou processos de subjetivação e de objetivação. Pelas práticas nas relações de **poder-saber** constituem-se domínios de experiência para os sujeitos, a respeito dos quais eles pensam, refletem, atuam de determinada maneira sobre si mesmos e as suas relações com os outros. Assim, por meio dos jogos de verdade, abre-se “[...] um campo de experiência no qual o sujeito e o objeto são constituídos um e outro apenas sob certas condições simultâneas, mas no qual eles não cessam de se modificar um em relação ao outro e, então, a modificar o campo de própria experiência.” (FOUCAULT, 1994, p.621-622).

## Governamentalidade, Estado governamental, racionalidade

Foucault trabalhou o tema da governamentalidade em seus cursos no *Collège de France* de 1977-8 e 1978-9 (FOUCAULT, 2004a, 2004b) e também em artigos e conferências do período. Ele propôs o termo para designar um campo de problemas em que o exercício da autoridade do Estado tem como objeto a gestão de populações, em que os indivíduos são tomados como exemplares de uma espécie, em contraste com duas outras formas de exercício do poder: a soberania e a disciplina. A governamentalidade caracteriza os Estados contemporâneos, dando sustentação ao modo pelo qual eles se constroem e dirigem a multiplicidade de indivíduos. Ela redefine os termos pelos quais a soberania é pensada, pois não se trata mais de fundar o dever de obediência dos súditos e deduzir das teorias da soberania

uma arte de governar, mas de buscar um princípio geral de governo que possa servir ao mesmo tempo como princípio de soberania. Na apresentação sintética da governamentalidade na aula de 1º de fevereiro de 1978, ele destaca três dimensões: uma tecnologia de poder, uma linha de força histórica e um resultado (FOUCAULT, 2004a)<sup>1</sup>.

O Estado governamental contemporâneo seria o resultado de um processo histórico cuja linha de força foi a mudança da tecnologia de poder dominante nas sociedades ocidentais a partir da Idade Média, com a passagem do Estado de Justiça centrado na soberania, ao Estado administrativo e territorial moderno e daí ao Estado governamental que emergiu a partir de meados do século XVIII (FOUCAULT, 2004a). O Estado governamental liberal seria resultado do recentramento e desdobramento do Estado administrativo, ou de polícia, que tem como tecnologia típica as disciplinas e como saberes as ciências humanas e a estatística. No século XVI já se quebra o contínuo entre a lei de Deus, a soberania e o governo, quando se passa a conceber que o mundo era regido por leis gerais e abstratas e Deus exercia sua potência tal como um soberano. Por sua vez, para o soberano terreno colocava-se o problema de como governar os homens não só por meio de comandos gerais, mas com medidas administrativas visando ampliar as forças do Estado (FOUCAULT, 2004a).

O modelo da razão de Estado formulado a partir do início do século XVII significa que o Estado começa a ser projetado, programado e desenvolvido pela prática consciente, por meio de autores que são referidos como políticos, uma seita acusada de ateísmo e defensora dos caprichos dos príncipes (FOUCAULT, 2004a). De um ponto de vista das relações externas, modificam-se as relações entre as unidades políticas com o fim do Império e a formação do sistema de Estados soberanos, em que cada qual atua de forma independente e em relações de competição e cooperação com os seus equivalentes. Do ponto de vista interno, o problema do príncipe até então era posto como o de preservar seu domínio territorial sobre o qual exerce o governo político por meio da manipulação de relações de força e para garantir a obediência às leis, e mantém uma relação de exterioridade com a *oikonomia*, o governo das famílias. O problema mercantilista do governo torna-se o da disposição direta sobre as coisas e seu objeto é um do complexo constituído por homens e coisas, tendo em vista a amplificação das forças do Estado, por meio de medidas administrativas que ampliem sua riqueza e combatam a escassez (FOUCAULT, 2004a). Esse problema é redefinido pelo pensamento fisiocrático, ao considerar que a criação da riqueza se dá por processos independentes da ação

---

<sup>1</sup> No que segue, será utilizado o termo governamentalidade liberal para a tecnologia de poder, Estado governamental liberal para o processo e linha de força histórica e racionalidade governamental liberal para o resultado que significa a combinação das tecnologias nas sociedades contemporâneas.

direta do soberano, com o que o problema do governo passa a ser pensado, refletido e calculado fora do quadro jurídico da soberania (FOUCAULT, 2004a).

Com o liberalismo reconfiguram-se as relações externas entre os Estados, pois a privatização das trocas econômicas permite projetar a expansão ilimitada da produção de riquezas. Essa expansão tem o pressuposto de um ambiente mais amplo, o das regiões extra europeias, que se conformam como espaço de competição imperialista. Do ponto de vista dos saberes, o Estado governamental apoia-se na ciência econômica que se torna o modelo de produção de conhecimento e de cálculo da administração estatal. O Estado governamental adota medidas de segurança para o governo de massas de indivíduos, tomados como parte de população. Como tecnologia de poder, a governamentalidade contrasta com a soberania e a disciplina. Simplificadamente, a soberania se exerce pela autoridade estatal, utiliza um saber de tipo jurídico que trabalha segundo a lógica do comando e obediência. Seu problema é a obediência ou a conformidade dos súditos, de modo a neutralizar os adversários do soberano. Ela se exerce por instituições de tipo judicial e se dirige à vontade de cada indivíduo, por meio de regras que definem condutas e sanções. Seus alvos são todos os sujeitos considerados individualmente, e seu objetivo é a preservação do controle do soberano sobre o território do Estado. A disciplina tem como tipo de saber as ciências humanas que enfocam os indivíduos segundo sua posição na curva de normalidade de uma coletividade. Seu problema é a conformação da multiplicidade nos indivíduos de modo a ampliar a sua utilidade. Ela se exerce por instituições que utilizam micro-poderes e técnicas instrumentais que atuam sobre o corpo dos indivíduos visando a sua alma, para atuar sobre forças que atuam na sua dimensão inconsciente para a sua construção como sujeitos. Seu objetivo é torná-los sujeitos socialmente ativos e úteis.

Por sua vez, a governamentalidade tem por forma de saber a economia política, para a qual a sociedade consistiria num conjunto de coisas em si, passíveis de serem conhecidas apenas como fenômenos, pois sua constituição e dinâmica extrapolariam a capacidade de conhecimento do soberano. Ela adota perspectiva naturalista para a análise das interações espontâneas entre os indivíduos que constituíam uma esfera de atividade com propriedades e dinâmica externas, independentes dos instrumentos e objetivos visados pelo soberano. Ela atua na gestão das riquezas e opera segundo a lógica da indução de comportamentos de indivíduos auto-interessados (FOUCAULT, 2004a). Os sujeitos são tomados como indivíduos de uma população, na medida em que compartilham certas características como viventes e sujeitos de desejos. Seu problema é assegurar o maior grau de autonomia para os sujeitos no exercício de suas escolhas no domínio natural da sociedade, de modo compatível com a manutenção da ordem em equilíbrio dinâmico. Ela se exerce por agências estatais ou não e tem por instrumento técnico os dispositivos de segurança. Enfoca os

fenômenos na escala da população, toma os indivíduos pelos desejos que eles portam e usa técnicas estatísticas e cálculos de probabilidade. A população não é a soma de indivíduos nem um dado primeiro, mas construída em função de uma série de variáveis observadas em um fenômeno natural. Ela se constitui como um conjunto de elementos no interior do qual se pode verificar constantes e variações controladas segundo fatores, e os elementos individuais só interessam nas características que sejam pertinentes ao pertencimento à população. Tem-se um conjunto de elementos que, por um lado, se enraíza num regime geral de seres vivos e de outro oferecem uma superfície a ser guiada por uma gestão refletida e calculada (FOUCAULT, 2004a). A população vive num meio, o espaço torna-se problema de intervenção, o soberano atua na natureza-ambiente para exercer poder sobre a natureza da espécie humana (FOUCAULT, 2004a). O dispositivo de segurança atua sobre as condições ambientais, de modo a alcançar o desejo dos indivíduos e deixa a liberdade de comportamento e circulação aos indivíduos, apreciando-os em função de parâmetros e resultados desejados (FOUCAULT, 2004a). Seu objetivo é maximizar as bases produtivas da sociedade para a ampliação das forças e riquezas globais do Estado, num contexto de competição de Estados independentes.

A distinção soberania, disciplina e governamentalidade tem sentido histórico e de lógicas diferentes para a direção dos indivíduos, mas elas não são três tipos separados ou sucessivos de exercício do poder. Elas se combinam e modificam-se em suas formas históricas específicas e assim a história teria caráter cumulativo e redefinidor dos próprios termos e das suas relações. A nova tecnologia adquire dominância e redefine os elementos anteriores que não deixam, necessariamente, de existir, e os novos elementos passam a compor um novo conjunto no qual os anteriores recebem posição, modo de exercício e objetivos novos. O Estado governamental combinaria a nova tecnologia com as anteriores, da soberania e da disciplina, segundo a imagem de um triângulo, em que elas se sustentam e combinam mutuamente (FOUCAULT, 2004a). Racionalidade governamental refere-se à combinação de tecnologias de poder de uma época e ao agenciamento de objetos, objetivos, instrumentos e meios para efetivar numa situação sócio-histórica. A racionalidade governamental contemporânea não seria apenas o uso de mecanismos de segurança para o governo de populações, mas a sua combinação com dispositivos de outras tecnologias, segundo as condições e a economia de poder de cada situação sócio-histórica.

## A arte de governar

Arte de governar designa a reflexão sobre o problema da melhor maneira de governar e se elabora como uma maneira refletida de governar. Ela se formula a

partir da prática de governo, problematiza a programação e cálculo da racionalidade governamental tal como se exerce, realiza-se como análise, cálculo, julgamento, e se formula como tentativa de conceituar essa prática do ponto de vista da condução das condutas, tendo em vista a melhor maneira de se governar (FOUCAULT, 2004b). A arte de governar liberal parte da crítica da razão política para colocar o problema do melhor governo enquanto conhecimento da sociedade, da necessidade de limitar os fins e do cálculo sobre os meios de ação adequados. Assim, se a governamentalidade liberal tem o caráter de observação e uso de estímulos indiretos, e a racionalidade governamental liberal combina essa lógica com a da disciplina e da soberania, a arte de governar demanda se as estratégias e instrumentos utilizados são os mais adequados do ponto de vista das relações entre autonomia dos governados e benefícios coletivos. A racionalidade governamental e a arte de governar liberal se constituem em regimes diferentes nas diversas situações sócio-históricas, em que se configuram distintas economias de poder. Elas se exercem em múltiplos domínios, comportam regimes distintos e variantes nas artes de governar, ela se diversifica nas situações sócio-históricas, mudanças das configurações nas relações de poder e saber etc. Elas se modificaram ao longo do tempo, produzindo-se novas racionalidades e regimes, tais como o keynesianismo, a economia de bem-estar e o desenvolvimentismo, que assumem eles mesmos novas características segundo os diferentes contextos políticos e sociais.

### 1. Situação sócio-histórica e regime governamental

Em cada situação sócio-histórica a racionalidade governamental conforma-se em modos distintos de exercício do poder político e desenvolve saberes “locais”, que se constituem segundo cada situação e processo. Elas se configuram em relações de poder-saber cristalizadas em aparatos institucionais, formas de organização e ação dos grupos sociais e o processo de lutas de poder entre eles. Mas as suas condições não podem ser exaustivamente designadas, uma vez que são, em grande medida, locais e conjunturais, e dependem das trajetórias de interações e conflitos entre grupos sociais e das singularidades históricas. Elas são da ordem da densidade interna e das interações externas de cada situação. Podem ser enumerados como relevantes o grau de unidade ou fragmentação política interna de um Estado, o seu isolamento ou vulnerabilidade em relação a Estados vizinhos, a estruturação e as mudanças na economia, a religião e divisões internas a esse respeito formas religiosas, a presença maior ou menos de Universidades e outros locais de produção de saberes, e a organização de um aparato administrativo próprio (FOUCAULT, 2004a). Assim, regime governamental diz respeito à maneira pela qual a racionalidade governamental se exerce num domínio da

experiência social nas condições da economia de poder de uma determinada situação sócio-histórica.

## 2. Direito, racionalidade jurídica, prática jurídica, arte de julgar

Foucault demonstrou interesse pelo direito, mas não elaborou nenhum trabalho específico sobre o tema<sup>2</sup>. Apontam-se quatro temas e momentos de suas referências ao direito em função das relações de poder e práticas de produção de verdade.

## 3. A luta social e o direito

Foucault (2011) procura demonstrar a relação necessária entre interesse e conhecimento, com base em Nietzsche nas *Leçons sur La Volonté de Savoir* de 1970-1, o seu primeiro curso no *Collège de France*. Ele se contrapõe à filosofia que, desde a antiguidade, estabeleceu a separação e mesmo a oposição entre, por um lado interesses, lutas, poder e por outro, o amor à verdade. Ele explora as formas de decisão em conflitos na Grécia arcaica e clássica, para mostrar as mudanças nas relações entre poder e verdade entre os séculos VII e V a.C.

Ele trabalhou quatro temas: primeiro, o contraponto entre o juramento que se coloca como desafio de adversários que se expõem à vingança dos deuses e o juramento assertórico do testemunho que afirma que tudo viu e assistiu. Em seguida, o problema de uma medida justa nas relações da cidade. Noutro ponto, tratou da busca de um *nomos*, de uma justa regra de distribuição na ordem da cidade e, enfim, os rituais de purificação depois das mortes (FOUCAULT, 2011).

A passagem do juramento desafio para o assertórico é correlata às mudanças na cidade. Ela supõe a instituição de uma instância que, como terceiro e em nome da cidade, atua para receber e decidir os conflitos internos. A instância tem como novos sujeitos o juiz e a testemunha, cujo interesse é a verdade, as suas normas de referência são postas pela cidade, adotam-se procedimentos ordenados de produção da verdade, cujas decisões devem prevenir e por termo a ciclos de vingança entre grupos ou famílias. Essa instituição resulta dos conflitos sociais entre setores de classe contrapostos, que levou à pactuação de novas formas de organização da comunidade política. O problema da medida justa encontrou uma solução com a instituição da moeda, que pressupunha a mobilização de saberes sobre as mudanças das estações, dos ciclos dos astros e a mensuração das coisas. A moeda teve o papel não só de

---

<sup>2</sup> Sobre Foucault e o Direito, ver Ewald (1986, 1993a, 1993b). No Brasil, a obra de referência é Fonseca (2002).

equilibrar as trocas comerciais, mas ordenar as relações sociais no interior da cidade, permitindo a redistribuição dos fundos comuns. A reflexão sobre a cidade coloca a busca de um *nomos*, de uma lei justa de distribuição que assegure a ordem da cidade, tal como a da ordem do mundo, mas que se redefinem em comparação com a ordem aristocrática e mágico-religiosa até então prevalecia (FOUCAULT, 2011).

Em outros termos, a emergência do direito na cidade resulta de conflitos sociais e da instituição de uma determinada forma da comunidade política, que levam à quebra da ordem mágico-religiosa e as suas condições políticas e sociais. Instituída pelo poder político, a instância judicial implica a adoção de novos problemas e técnicas de saber, novas organizações e procedimentos de decisão sobre os conflitos. Ela coloca o problema da objetividade do juízo, pois os casos particulares devem ser apreciados e decididos segundo a justa medida. A boa decisão não está com os deuses nem com o rei-sacerdote que os encarna ou a eles tem acesso, mas se torna um problema de julgamento: de conhecimento dos homens, coisas e situações, de apreciação da norma e da justa medida da cidade. Com a emergência das formas jurídicas, ou o direito, estabelece-se a separação, própria às sociedades ocidentais, entre o soberano, o titular do poder político e detentor dos instrumentos de força, e o juiz, desprovido de tais atributos, mas que tem acesso à verdade, e, portanto, é capaz de enunciar o juízo justo para os casos particulares e assim manter a ordem da cidade. A figura do juiz é inseparável de procedimentos de produção de evidências, dos quais os mais importantes são a testemunha, e de saberes que estabeleçam nexos entre as evidências, produzindo relações de causalidade entre eventos. Foucault enfatiza a similitude da figura do juiz com a do filósofo e do cidadão, que também são desprovidos do poder, mas que, por meio do conhecimento, da educação ou da deliberação são capazes de aceder à verdade, conhecer a boa ordem e prescrever os meios para alcançá-la.

#### 4. A distinção entre o direito e o jurídico

Em várias ocasiões, Foucault refere-se ao direito como sinônimo de jurídico, ou seja, a tomada de decisão segundo a lei do soberano e a forma judiciária da contestação entre duas partes, e que seria característico da tecnologia de poder da soberania. Nesse sentido, haveria uma espécie de regressão do direito com a emergência ou a proliferação da norma, numa imagem em que a ordem dos interditos impostos sobre o sujeito de direito seria substituída por uma ordem de normalização inscrita sobre a subjetividade dos indivíduos (EWALD, 1993a), ou, pelo menos, haveria a recombinação e perda de sua relevância em relação à nova tecnologia de poder. Porém, o termo direito, quando usado nesse sentido, pode ser substituído por jurídico (HUNT; WICKHAM, 1994; HUNT, 2013).

Na esteira de Ewald (1986), pode-se reservar o termo direito para designar não só os elementos da tecnologia de poder – as suas instituições, materiais e técnicas de decisão, agentes legitimados – mas também uma prática que se refere a um campo da experiência social – formado nas sociedades ocidentais desde a Antiguidade – e que se constitui em torno da problemática da justa medida. A prática jurídica se daria como problema o da busca da objetividade do juízo – o juízo justo, no duplo sentido cognitivo e normativo, que expressa e atualiza a justa medida das relações entre os agentes segundo a ordem (*nomos*) da cidade – e a própria identidade desta enquanto tal – ao tratar de situações particulares e deliberar sobre as contestações na cidade. A prática jurídica seria uma técnica, não no sentido instrumental de adequação entre meios e fins, mas no sentido reflexivo de buscar a melhor relação entre o caso particular e a norma geral segundo a justa medida da cidade. Assim, a prática jurídica constitui-se em determinado tipo de racionalidade, materializa-se em regimes particulares e se desenvolve enquanto arte de julgar, a reflexão sobre a melhor maneira de alcançar a objetividade do juízo, e a prática refletida pela qual este se realiza.

No entanto, como a prática jurídica ocorre no quadro da cidade, no campo de relações de poder e saber que nela se constituem e desenvolvem a sua racionalidade não é independente da tecnologia de poder ou da racionalidade governamental que se elabora numa situação sócio-histórica. A racionalidade jurídica se elabora de maneira articulada com a racionalidade governamental, mas ela se refere a um domínio distinto da experiência social e se realiza em função de uma problemática própria. Então, a racionalidade jurídica se elabora de maneira relativamente autônoma e potencialmente em tensão em relação à racionalidade governamental. Isso ocorre em virtude de seu domínio e problemática próprios, e não por alguma diferença essencial do direito em relação ao poder, nem como efeito da organização institucional do Estado ou da separação de esferas de ação social.

## 5. Relações entre a lei e a norma, entre o jurídico e o normativo

Cada tecnologia de poder, a soberania, a disciplina e a governamentalidade, teria sua própria normatividade. A regra da lei e a norma<sup>3</sup>, disciplinar ou governamental, têm em comum o de servirem padrões de medida e comparação entre sujeitos, coisas e situações. Elas são referências coletivas que têm a pretensão

---

<sup>3</sup> A norma no sentido antigo referia-se a esquadro, retidão, no moderno à média, ao jogo de oposições entre o normal e o patológico. Ela é a medida que individualiza, permite individualizar incessantemente e ao mesmo tempo torna comparável. Ela permite abordar os desvios indefinidamente, mas eles enclausuram ninguém numa natureza, pois não são mais que a expressão de uma relação (EWALD, 1993a).

de objetividade, no que estabelecem uma medida comum, um parâmetro aceito e compartilhado, mas sempre contestado, no que tange ao conhecimento e à valorização das relações entre indivíduos na comunidade (EWALD, 1993a).

As normatividades são diferentes em sua construção, lógica, modo de operação e objetivos mas, as diferenças ocorrem em planos diferentes. O jurídico, ou o direito como parte da soberania, se constrói a partir da vontade do soberano, assume a forma de comandos emitidos por ele e dirigidos à vontade dos súditos, relaciona uma obrigação a uma sanção, opera pelo exame inquisitorial dos atos do súdito para verificar a sua conformidade ou não com o comando e visa obter a aquiescência dos súditos para preservar o controle territorial pelo soberano. Essa normatividade é heterogênea em relação às outras duas, no que se refere à sua gênese e modo de operação, pois o comando do soberano origina-se de uma fonte externa (sua vontade) ao seu campo de aplicação, ao mesmo tempo em que estabelece uma distinção binária entre o legal e o ilegal. Aquele que infringe uma regra desobedece a um comando, desafia o soberano, assume uma polarização em relação a ele, coloca-se em relação de exterioridade à ordem, abdica de seus direitos e pode ser sujeito à sanção, punição, vindicta pública com caráter exemplar.

Por sua vez, a norma define-se numa interação entre o que a enuncia e o seu destinatário, pois ela se determina a partir de um processo de observação, categorização e cálculo. Ao mesmo tempo, a norma estabelece distinções em termos, patamares, limiares determinados a partir da observação das interações entre o alvo e seu ambiente. Desse modo, o permitido, o proibido e o facultativo podem ser definidos em termos de graus, objetivados em função de determinados parâmetros e que se guiam por um cálculo de custos e benefícios. Então, o comando torna-se funcionalizado e sua operação ocorre segundo uma apreciação que examina os casos em função de critérios diversos, cujos dados são objetivados por saberes das ciências humanas ou de economia, e cuja conclusão é ponderada segundo as circunstâncias e a antecipação dos efeitos – sobre o indivíduo e a coletividade – provocados pela decisão. Em outros termos, se a divisão entre o normal e o anormal se faz em termos de limiares e limites, o anormal é sujeito a tratamento, a intensificação. Existe homologia entre o tratamento aos condenados e os de outras instituições, que não é diferente do que se aplica ao bom cidadão. As instituições tornam-se isomorfas, elas são redundantes umas das outras (EWALD, 1993a).

A disciplina e a governamentalidade se diferenciam, sobretudo, no que se refere à escala, aos processos de constituição do normal e sua relação com o alvo. A tecnologia disciplinar utiliza a normação, que decompõe e analisa indivíduos, lugares, gestos e operações para percebê-los e modificá-los; classifica os elementos em função de objetivos determinados; estabelece sequências e coordenações otimizadoras; fixa os procedimentos de treinamento progressivo e controle

permanente; estabelece a partilha entre os que são inaptos, incapazes e os outros. Em outros termos, a normação disciplinar consiste em colocar um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado. A operação consiste em fazer os seus objetos conformes ao modelo: o normal é o que é capaz de se conformar com a norma, o anormal, não. O que é primeiro e fundamental é a norma posta e prescritiva, que realiza a partilha do normal e do anormal (FOUCAULT, 2004a).

A normalização do dispositivo de segurança não parte da norma para distinguir o normal do anormal. Ela realiza observações sobre uma população, estabelece o cálculo da normalidade segundo fatores variáveis, estabelecendo diversas curvas de normalidade. Rebatem-se as curvas desviantes sobre a curva normal geral, a fim de identificar os fatores relevantes para os desvios e aplicar técnicas para fazer aproximar as desviantes à normal. É um jogo de normalidades diferenciais, que identifica o normal e o anormal segundo as diferentes curvas, realiza-se a normalização para fixar a norma e se desenvolvem técnicas para corrigir os desvios. É a partir do jogo de normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório; trata-se da normalização em sentido estrito (FOUCAULT, 2004a).

A segurança tem duas bases, por um lado o quadro estatístico que verifica a regularidade de certos acontecimentos e, por outro, o cálculo das probabilidades aplicado à estatística, que permite avaliar as hipóteses de ocorrência dos mesmos acontecimentos. A segurança designa uma técnica do risco, formulada pela ciência atuarial; práticas de reparação e de indenização por danos, segundo políticas e estratégias determinadas, e realizadas tanto por instituições de segurança públicas como privadas. O risco é categoria constitutiva da segurança, homólogo da norma disciplinar. Ele é um modo de tratamento específico de certos acontecimentos que podem suceder a um grupo de indivíduos, ou a valores ou capitais possuídos ou representados por uma população. É um princípio de objetivação, confere certa objetividade aos acontecimentos da vida. A segurança dá objetividade a certos acontecimentos familiares e muda a sua natureza, a segurança cria um mundo do risco, que se opõe ao mundo vivido (EWALD, 1993a). O risco do segurador é equivalente ao homem médio. O risco é a regra que, em lugar de remeter a uma natureza ou a uma moral, permite o juízo sempre atual e positivo do grupo sobre si mesmo. Todos os indivíduos podem ser afetados pelos mesmos males: todos somos fatores de riscos e estamos sujeitos ao risco. A segurança individualiza e define cada indivíduo como risco mas, como uma individualidade média. O que caracteriza a segurança é que ela permite repartir a responsabilidade por danos individuais sob a forma de uma regra de direito. A segurança permite definir a parte proporcional de cada uma segundo o risco. O risco é uma regra que permite ao mesmo tempo unificar uma população e identificar os indivíduos que a compõe segundo um mecanismo de

auto-referência. É uma prática de medida comum, um princípio de comparabilidade e de individualização puramente positivo (EWALD, 1993a).

Desse modo, os dispositivos de segurança definem normas a partir da observação de populações, combinam diversos elementos da realidade e atuam sobre as condições ambientais para a circulação, as interações entre os sujeitos, sem se ocupar com os indivíduos. Mas eles se combinam com dispositivos disciplinares e com a soberania, pois os primeiros permitem refinar os instrumentos para gerir a população no detalhe, ao alcançar os indivíduos, enquanto a segunda codifica e torna obrigatórios os dispositivos de segurança, em códigos legais e medidas administrativas. Isso se evidencia na inflação legislativa, em que textos legais são produzidos para viabilizar a instalação de dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2004a).

A caracterização do dispositivo de segurança apresentada por Ewald (1986) é muito útil na medida em que evidencia a maneira pela qual se procede para a determinação dos parâmetros de normalidade, os casos, o risco e a decisão. Mas ele adota uma noção restrita do mecanismo de segurança que utilizaria o quadro estatístico e o cálculo de probabilidades. Ele mostrou essa utilização na passagem do direito civil ao direito social, em que a responsabilidade subjetiva passou à objetiva, à análise de eventos não individuais mas em massa e a reparação por culpa para a disseminação do uso de seguros. A utilização foi central para conformar a nova racionalidade jurídica ao permitir o desenvolvimento de novas técnicas para a formulação de normas, procedimentos de verificação e decisão a partir do final do século XIX na França. Mas, desde meados do século XVIII, apesar da sua heterogeneidade, o direito e a economia política combinam-se conformando-se novas formas de racionalidade e campos do direito (FOUCAULT, 2004b).

## Racionalidade jurídica e transformações na tecnologia de poder

O modelo de conhecimento do direito passa da prudência da tradição antiga e medieval à filosofia jusracionalista do direito e, mais tarde, à ciência da legislação (EWALD, 1993b). A racionalidade jurídica da soberania coloca-se como inscrita numa ordem cosmo-teológica, que tem como objetivo a justiça, se exerce como o julgamento de situações concretas em função de um *nomos* objetivo, e se reflete como a capacidade de julgar alcançada por uma forma de prudência, adquirida pela experiência e transmitida por meio iniciáticos.

A racionalidade jurídica da tecnologia disciplinar tem como objetivo a ampliação do poder de Estado, se exerce como a execução das leis e regulamentos e se reflete como o julgamento em função da ordem pública que remete a princípios

abstratos, postos pela filosofia racionalista, as leis fundamentais da origem do reino ou a tradição histórica.

Enfim, no estado governamental contemporâneo, a racionalidade jurídica tem o objetivo de manter a estabilidade dinâmica e produtiva do jogo das liberdades, e a prática jurídica se exerce como decisão de massas de casos similares ou de casos de alcance geral, regulados pela legislação. A lei que está inserida na ordem constitucional de um determinado Estado assume características funcionais, primeiro, por incorporar em sua estrutura critérios de exame das circunstâncias, parâmetros de normalidade, procedimentos técnicos e objetivos sociais para a sua aplicação; segundo, por ser combinada com outros materiais, como regulamentos e normas técnicas; e, enfim, por tomar as ciências como recurso para o exame e a qualificação dos fatos. A ciência da legislação abandona gradualmente o racionalismo abstrato do jusracionalismo e adota o modelo do conhecimento da ciência experimental e da história para sistematizar as regras legais em conceitos e doutrinas com as quais procura impor limitações nos poderes e procedimentos da autoridade governamental.

## Conclusão

Aquilo que nas sociedades ocidentais chama-se direito pode ser entendido como um dos efeitos relações de poder e saber, produzido pelos embates entre agentes sobre a programação das condutas e a ordenação da multiplicidade na cidade. Ele emergiu a partir das lutas e conflitos entre setores de classe na cidade, que levaram à pactuação de sua convivência por meio do estabelecimento de uma medida comum capaz de determinar as relações entre os agentes e assim (re) constituir uma comunidade política regrada por um *nomos* capaz de ajustar a ordem social à ordem do mundo. O distúrbio provocado pelo conflito torna-se um problema interno à cidade para o qual se institui uma instância terceira com o papel de restaurar a ordem por meio da produção da verdade e de juízos justos. Se tomado em sua expressão historicamente constituída, o direito aparece como agregado heteróclito de regras, formas de organização, procedimentos e oportunidades de ação e técnicas de decisão. Ele se sustenta em regras de produção de verdade, com as quais se regula a produção, repartição, circulação e funcionamento dos enunciados jurídicos aceitáveis. O discurso jurídico é uma das formas de vontade de verdade que produz seus conceitos, objetos de conhecimento, técnicas e sustentações institucionais. Eles se produzem a cada momento como regimes de verdade, sustentados por sistemas de poder e indutores de efeitos de poder.

O direito se articula com as mudanças na tecnologia de poder e se redefinem os seus elementos, lógica interna, técnicas de decisão. O direito assume formas distintas segundo a racionalidade governamental de cada situação sócio-histórica que, no curso de lutas concretas, se dá em regimes governamentais. Por sua vez, a permanência e a reflexividade das relações de poder implicam tensões sobre o direito posto, em virtude de ações e estratégias voltadas a alterar suas relações, o que inclui a configuração existente do campo de suas possibilidades de ação. Consequentemente, as formas e materiais jurídicos são mobilizados e contestados ao longo das interações, e a reflexão sobre as bases mesmas de instituição do direito é inerente à sua prática. Do ponto de vista do pensamento, a medida comum e a norma levam à constituição de um campo de experiência social em que se coloca o problema da determinação do juízo objetivo sobre as relações entre agentes, destes com a comunidade política e desta consigo própria. A reflexão sobre esse problema se coloca na relação entre regras gerais e situações particulares e, de um modo mais geral, na determinação do sentido da própria regra geral em função da ordem instituída pela cidade. Essa reflexão pode ser denominada arte de julgar, que, tendo o direito como forma de saber e relações de poder constituídas numa situação sócio histórica, e colocando-se como referência a prática jurídica, elabora-se em torno do problema da melhor maneira de alcançar a objetividade do juízo, de modo que ele formule uma regra que estabelece a medida das relações entre si e os outros, as suas relações com a comunidade política e a própria unidade desta.

### ***LAW AND POWER TECHNOLOGIES***

**ABSTRACT:** *This article analyses the relationships between power technologies and law in the work of Michel Foucault, with the aim to formulate instruments for a political analysis of juridical practice and legal thought.*

**KEYWORDS:** *Political analysis of law. Power technologies. Governmental rationalities.*

### REFERÊNCIAS

EWALD, F. Foucault e a Norma. In: \_\_\_\_\_. **Foucault, a Norma e o Direito**. Lisboa: Vega, 1993a. p.77-128.

\_\_\_\_\_. Justiça, Igualdade, Juízo. In: \_\_\_\_\_. **Foucault, a Norma e o Direito**. Lisboa: Vega, 1993b. p.129-154.

\_\_\_\_\_. **L'Etat-Providence**. Paris: Grasset, 1986.

FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, M. **Leçons sur la Volonté de Savoir**: cours au Collège de France, 1970-1. Paris: Galimard, 2011.

\_\_\_\_\_. **Securité, Territoire, Population**: cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard: Seuil, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Naissance de La Biopolitique**: cours au Collège de France, 1978-1979. Paris: Gallimard: Seuil, 2004b.

\_\_\_\_\_. À propos de la généalogie de l'étiqúe: un aperçu du travail en cours. In: \_\_\_\_\_. **Dits et Écrits**. v.IV, n.344. Paris: Gallimard, 1994. p.609-631.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que la critique? (Critique et Aufklärung). **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, Paris, v.84, n.2, p.35-63, 1990.

\_\_\_\_\_. Le pouvoir: comment s'exerce-t-il?. In: DREYFUSS, H.; RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault: un Parcours Philosophique**. Paris: Gallimard, 1984. p.308-321.

\_\_\_\_\_. **Histoire de la Sexualité**: la Volonté de Savoir. Paris: Gallimard, 1976.

HUNT, A.; WICKHAM, G. **Foucault and law**: towards a sociology of law as governance. Londres: Pluto Press, 1994.

HUNT, A. Encounters with Juridical Assemblages: reflections on Foucault, law and the juridical. In: GOLDER, B. **Re-reading Foucault: On Law, Power and Rights**. Londres: Routledgeed, 2013. p.64-84.

Recebido em 19/01/2015.

Aprovado em 24/04/2015.



# O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS NOS ESTADOS UNIDOS: UM TRAJETO GENEALÓGICO

*Ricardo Urquizas CAMPELLO\**

**RESUMO:** O artigo traça uma genealogia dos dispositivos de monitoramento eletrônico de indivíduos sob controle penal nos Estados Unidos, país pioneiro na elaboração dessa medida. São investigados os experimentos iniciais com mecanismos de controle a distância de pessoas consideradas desviantes, realizados por um grupo de psicólogos e biólogos da Universidade de Harvard. Em seguida, apresenta-se o cenário carcerário estadunidense entre as décadas de 1970 e 2000, e a demanda pela ampliação de controles penais em meio aberto. Enfatiza-se a participação da indústria da segurança no impulso ao desenvolvimento de sistemas de rastreamento de indivíduos condenados ou processados pela justiça estadunidense. Por fim, analisam-se os aspectos do monitoramento eletrônico que o caracterizam como dispositivo de segurança, atrelado à consolidação do que Michel Foucault chamou de governamentalidade neoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Monitoramento eletrônico. Segurança. Justiça criminal. Governamentalidade neoliberal.

## Introdução

O monitoramento eletrônico de presos foi desenvolvido nos Estados Unidos a partir dos anos 1960, diante de uma série de demandas relacionadas à superação de problemas gerados pela crescente população carcerária daquele país. No Brasil, a medida foi oficialmente determinada somente na década de 2010,

---

\* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 – [campello.ricardo@gmail.com](mailto:campello.ricardo@gmail.com)

com a aprovação das leis federais 12.258/2010 (BRASIL, 2010) e 12.403/2011 (BRASIL, 2011). Este artigo situa a emergência do rastreamento de presos na potência penal estadunidense, com base em uma perspectiva genealógica. Pontuam-se as intermitências da elaboração de mecanismos de monitoramento e os deslocamentos relacionados às suas finalidades no âmbito da justiça criminal. Inicia-se pela descrição de experiências efetuadas por professores da Universidade de Harvard, nas quais a medida ainda se mantinha atrelada a propósitos disciplinares. Em seguida, apresenta-se o incremento da população carcerária nos EUA entre as décadas de 1970 e 2000, e a demanda pela ampliação de controles penais em meio aberto. Enfatiza-se a participação da indústria da segurança no impulso ao desenvolvimento de sistemas de controle à distância de indivíduos condenados, ou processados pela justiça estadunidense. Por fim, tecem-se algumas considerações a respeito do monitoramento eletrônico penal, tomando como ferramenta analítica as relações, sinalizadas por Michel Foucault, entre **dispositivos de segurança** e práticas de **governamentalidade**.

A análise da emergência do rastreamento de presos explicita a elaboração de novas estratégias de gestão do crime e do criminoso em uma política de expansão de tecnologias de controle e reafirmação de práticas punitivas. Comunicações instantâneas e mapeamentos georreferenciais via satélite instrumentalizam agentes públicos e privados ao ordenamento dos fluxos e **circulações** de indivíduos considerados desviantes. A medida atrela-se ao desenvolvimento das mais recentes práticas securitárias, fomentadas pela racionalidade neoliberal de governo, redimensionando a capacidade de vigilância do Estado em monitoramentos descentralizados que extrapolam espaços de confinamento, trafegando em meio às suas conexões porosas com ambientes a céu aberto.

## Os irmãos Schwitzgebel

No início dos anos 1960, o professor de biologia Ralph Schwitzgebel junto ao seu irmão Robert Schwitzgebel, ambos membros do Comitê Científico de Experimentação Psicológica da Universidade de Harvard (*Science Commitee on Pyscological Experimentation*), realizaram o que foi apontado pela maioria dos analistas como as primeiras experiências voltadas ao controle eletrônico dos signos físicos e neurológicos de seres humanos considerados socialmente inadaptados. Para isso, utilizaram um conjunto de tecnologias de transmissão de dados resultante da interconexão entre os recursos disponibilizados pelas telecomunicações, a informática e a engenharia eletrônica, por meio do que foi posteriormente denominado de comunicação telemática (ZAGOUDIS, 2011).

Seus estudos eram fomentados pela concepção de Ralph Schwitzgebel em torno do que o biólogo identificou como a nova ciência da psicotecnologia (SCHWITZGEBEL; SCHWITZGEBEL, 1973), voltada ao desenvolvimento de aparatos tecnológicos destinados a modificar o comportamento e a consciência humana conforme os princípios do condicionamento operante, criados pelo psicólogo comportamental Burrhus Skinner (1998).

Com esse propósito, os doutores Schwitzgebel elaboraram uma série de equipamentos de eletroestimulação cerebral capazes de transmitir e receber sinais para a troca de informações sobre a localização de seu portador, e exibi-las em uma tela de vídeo. A proposta era criar um sistema bidirecional, com a possibilidade de intercomunicação entre o indivíduo rastreado e a central de monitoramento, que permitisse submeter sua conduta ao controle telemático. Os irmãos pretendiam conceber um sistema polivalente, que pudesse ser aplicado tanto a delinquentes, quanto a doentes mentais ou pessoas com problemas sociais. Suas pesquisas projetavam um instrumento terapêutico de localização e comunicação interativa entre o médico, o psicólogo ou o agente penitenciário, e o indivíduo monitorado (RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, 2007).

Em meados dos anos 1970, Ralph Schwitzgebel e o psicólogo Richard Bird desenvolveram o transmissor portátil *Behavior Transmitter-Reinforcer (BT-R)*, que consistia em duas pequenas unidades móveis. Uma delas era fixada à cintura do indivíduo a ser observado, portando uma bateria e um transmissor contínuo de sinais codificados que indicavam sua localização. A outra era presa ao redor de seu pulso, funcionando como um sensor e transmitindo, inclusive, sua frequência cardíaca para a estação base do laboratório a cada 30 segundos. A unidade atada ao pulso possibilitava a emissão de sinais ao laboratório se a pessoa pressionasse um botão que emitia códigos por tons. A estação, por sua vez, podia devolver-lhe os sinais, formando parte de um sistema de *feedback* condutual. O *BT-R* propiciava, dessa maneira, a localização exata de seu portador, a transmissão de informações sobre sua pulsação e a sua comunicação com a central de monitoramento, criando a possibilidade de se emitir mensagens de reforço ou reprovação de determinados atos (VITORES; DOMÈNECH, 2007).

Dentre as múltiplas aplicabilidades do mecanismo, seus inventores vislumbraram as perspectivas que ele ofereceria à observação de indivíduos submetidos ao controle penal, fora da instituição carcerária. Conforme o Dr. Ralph,

Nas pesquisas sobre a conduta humana realizadas até os dias de hoje, ou o indivíduo estudado se encontra sujeito a uma constante vigilância, ou deve-se confiar nas informações subjetivas fornecidas por ele a respeito de sua própria conduta. Ambas as técnicas possuem limitações óbvias e os resultados de tais

pesquisas são frequentemente inadequados. Por exemplo, na penologia moderna, um dos principais objetivos é a reabilitação de delinquentes convictos. Ainda assim, as ferramentas penalógicas e as técnicas comumente utilizadas implicam ou em um elevado grau de restrição situacional (prisão) ou numa supervisão limitada através de contatos periódicos com o indivíduo (*probation*<sup>1</sup>). A diferença entre ambas as técnicas é tão grande que, em muitos casos, a transição de uma técnica a outra pode levar a formas de estresse contra-reabilitadoras. (SCHWITZGEBEL; HURD, 1969, p.6).

O biólogo apresentava um novo método de pesquisa e intervenção sobre a conduta dos chamados delinquentes, lançando mão de argumentos vinculados ao ideal da **reabilitação**. O mecanismo articulava um procedimento intermediário de observação do chamado delinquente, que evitasse a restrição excessiva à sua liberdade de circulação e garantisse a objetividade dos dados coletados sobre o seu itinerário e frequência cardíaca. Ao mesmo tempo, pretendia fornecer um instrumental apropriado à sua reintegração, na medida em que, segundo o argumento utilizado, evitaria a coerção em grau elevado representada pelo confinamento, e tampouco permitiria uma liberdade sob supervisão precária ou imprecisa. Destinava-se, dessa forma, tanto ao exame do comportamento delitivo, atuando no próprio local em que habita o criminoso, quanto à direção corretiva de sua conduta.

Atrelada a tais funções, o biólogo acrescentava uma outra utilidade ao seu sistema, a saber, **a proteção**:

Uma criança não aprende a caminhar (e, portanto, a ser mais livre), sem cair de vez em quando, mas o pai observa que a criança cai de forma segura e que não começa a caminhar de cima de um lance de escadas. A criança é controlada não como castigo, mas como proteção. (SCHWITZGEBEL, 1969, p.602).

As utilidades do mecanismo se assimilavam àquelas que Michel Foucault (1987) demarcou como as da própria prisão. Dotando ainda de finalidades disciplinares, o sistema elaborado pela associação de biólogos e psicólogos de Harvard fazia parte de um processo supostamente terapêutico de reforma e assistência. O indivíduo considerado socialmente inadaptado era objeto de atenção e intervenção. O delinquente continuava sendo um objeto a se estudar e um sujeito a ser corrigido.

---

<sup>1</sup> O sistema de *probation* é utilizado pelo direito anglo-saxão e se aproxima da suspensão condicional da pena, diferenciando-se desta pelo fato de o indivíduo ter a própria sentença suspensa, e não apenas a execução penal, sendo posteriormente entregue à supervisão de agentes comunitários.

Em entrevista concedida em 1976 ao jornal canadense, *La Presse*, a respeito das transformações que se iniciavam na Europa e nos Estados Unidos no campo da justiça criminal, Foucault já alertava:

[...] não se deve cantar vitória depressa demais, tal como fazem alguns criminologistas dizendo: ‘Temos uma alternativa à prisão. Diria, antes, que temos uma iteração, não uma alternativa, uma iteração da prisão sob formas ligeiramente diferentes. Portanto, não é preciso que o trabalho pare ali. Cabe ver o que está no fundo da mecânica penal. (FOUCAULT, 2012, p.54).

Ao desenvolvimento de um modelo supostamente alternativo de punição subjazia a reiteração de técnicas penais com funções disciplinares. Contudo, apesar das referidas similaridades, o sistema eletrônico apresentava uma alteração de singular importância: o mecanismo deslocaria do espaço prisional para a comunidade, o meio em que se daria a observação e a intervenção sobre o seu comportamento. Sugeria, assim, uma mudança de caráter técnico que fazia com que os procedimentos disciplinares se estendessem para o exterior dos estabelecimentos carcerários. Os muros já não circunscreviam as disciplinas.

As experiências dos irmãos Schwitzgebel decorriam de um processo de transformação social, política e econômica, sob o qual a elaboração de novas técnicas punitivas apareciam como um de seus efeitos. Apesar de não terem sido imediatamente adotados pela justiça penal estadunidense por requererem ainda tecnologia custosa, os mecanismos propostos pelo Comitê Científico de Experimentação Psicológica de Harvard foram aperfeiçoados até que se chegasse aos atuais sistemas de monitoramento. Cumpre acompanhar as descontinuidades de seu percurso genealógico que indicam importantes deslocamentos nas estratégias vinculadas ao exercício do poder de punir.

## Aplicações iniciais

O final do século XX e o início do XXI marcam uma extraordinária expansão da aplicação de medidas penais a serem cumpridas fora dos estabelecimentos carcerários, especialmente nos Estados Unidos – país que há anos concentra a maior população do planeta sob controle penal. Do começo da década de 1980 ao final da de 2000, o poder judiciário estadunidense ampliou significativamente a utilização das chamadas penas alternativas, frente à dificuldade de aumento dos parques carcerários para a absorção do número vertiginosamente crescente de condenados. Durante esse período, verifica-se uma intensificação dos serviços

de *parole* (liberdade condicional) e *probation* (medida judicial a ser cumprida na comunidade) naquele país.

No ano de 1981, conforme os dados do *Bureau of Justice Statistics* – agência ligada ao Departamento de Justiça dos EUA – havia um total de 1,4 milhão de pessoas em *probation* ou *parole* no país. Em 1990, esse número já havia ultrapassado o dobro, extrapolando os 3 milhões de indivíduos. Dez anos depois, a população sob alguma das duas medidas atingiria a cifra de 4,5 milhões, e em 2010, se aproximaria dos 4,9 milhões de pessoas. O aumento exorbitante na determinação de penas a serem cumpridas fora da prisão-prédio não implicou, contudo, em um recuo nos índices de encarceramento. Pelo contrário, entre 1930 e 1975, a média de indivíduos aprisionados para cada 100 mil adultos no país era de 106, oscilando entre um mínimo de 93 e um máximo de 137 presos. Em dezembro de 2009, essa taxa chegou a 743 pessoas presas em cada 100 mil adultos. O número de indivíduos trancados nas prisões federais, estaduais, ou nas cadeias locais (*local jails*) subiu de 380.000, em 1975, para 2,27 milhões, em 2010. Considerando-se os regimes fechado e aberto, no ano de 2011, um em cada 34 adultos residentes nos EUA estava cumprindo algum tipo de pena<sup>2</sup>. Tradicionalmente, os indivíduos submetidos ao regime de *probation* são obrigados a apresentar-se periodicamente ao técnico ou agente responsável pela administração da medida porque ele é o responsável por permitir visitas domiciliares, regularmente. Além disso, devem manter seus supervisores informados sobre seus locais de residência e frequentemente devem prestar “serviços comunitários” em horários agendados, nos bairros em que vivem. Eram estas as ocasiões, durante a primeira metade do século XX, nas quais a localização física dos indivíduos em medida probatória era supervisionada pela justiça penal.

No final dos anos 1970, no entanto, alguns juristas apontaram para a ineficácia terapêutica da medida. Nesse período, a Conferência de Chefes de *Probation*, realizada no Reino Unido, apresentou a possibilidade do “[...] monitoramento humano de delinquentes em seus bairros.” (NELLS, 2011, p.152). Já no início da década, utilizava-se, nos EUA, um método de supervisão intensiva e individualizada para jovens considerados infratores, denominado *tracking*. Tratava-se de uma fase intermediária de execução penal que permitia a regulação dos horários e do deslocamento dos jovens, por meio de voluntários encarregados de conhecer seus itinerários (NELLS, 2011). Além das técnicas mencionadas, as prisões domiciliares sempre constituíram importantes recursos de supervisão penal, determinando restrições de horários e áreas de circulação. A medida domiciliar, no entanto, ganharia novos contornos com a possibilidade de uma modalidade eletrônica de sua execução.

---

<sup>2</sup> Dados do *Bureau of Justice Statistics*. Disponível em: <<http://www.bjs.gov>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

O primeiro programa coordenado de prisão domiciliar sob monitoramento eletrônico nos EUA teve início em 1971, na cidade de Saint-Louis, Missouri, com o rastreamento de cinco garotos que aguardavam julgamento (PATERSON, 2009). No ano seguinte, Barton Ingraham e Gerald Smith (1972) publicaram um artigo defendendo o controle eletrônico como alternativa ao cárcere e às medidas de *probation* e *parole*. Os autores apresentavam propostas de observação telemática por meio de pequenos aparelhos inseridos no cérebro de criminosos. Baseavam-se na psicotecnologia elaborada pelos irmãos Schwitzgebel e mantinham uma argumentação vinculada à psicologia comportamental.

No início dos anos 1980, o juiz Jack Love de Albuquerque, Novo México, implementou pela primeira vez um sistema de monitoramento com o respaldo da justiça criminal. Desde 1977, o magistrado interessava-se por técnicas de rastreamento de animais e ficou particularmente intrigado com um episódio de história em quadrinhos do personagem Homem-Aranha, no qual o vilão da história depositava no corpo do super-herói um bracelete que permitia a localização deste onde quer que estivesse. Entusiasmado com a ideia do cartunista, Jack Love levou quatro anos para convencer a Administração Judiciária de Albuquerque a utilizar um mecanismo semelhante e encontrar fabricantes dispostos ao empreendimento. Por fim, convenceu o perito em engenharia eletrônica Michael Goss, a criar um equipamento que possibilitasse a localização dos presos de sua jurisdição. Nasceu assim a *National Incarceration Monitor and Control Services*, empresa pioneira na produção de instalações eletrônicas destinadas ao controle de seres humanos (RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, 2007; CONTE, 2010).

Mais tarde, o próprio juiz manifestaria sua preocupação com os aspectos invasivos do equipamento, após empresas japonesas lhe oferecerem a possibilidade de acoplar um controle televisivo. Na ocasião, o magistrado afirmou que a nova tecnologia estava “facilitando a violação dos direitos básicos das pessoas” (LOVE apud RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, 2005, p.91). Tarde demais. A partir da experiência do juiz, os sistemas de monitoramento de condenados ou processados pela justiça penal se espalharam rapidamente pelos Estados Unidos. Em 1984, foi implementado em Palm Beach, na Flórida, um programa de prisão domiciliar complementado pela supervisão eletrônica, como substituição ao encarceramento de pequenos delinquentes. No mesmo estado, outros projetos análogos foram desenvolvidos na época, na cidade de Key Largo. Nessas ocasiões, o tempo máximo de utilização do sistema foi de 311 dias e os programas eram aplicados em casos de violência doméstica, determinando zonas de exclusão aos agressores e o afastamento da vítima (CONTE, 2010).

Avaliações em torno dos programas iniciais revelavam, todavia, que o monitoramento eletrônico não produzia efeitos significativos no sentido de evitar

a reincidência criminal, razão principal pela qual os irmãos Schwitzgebel haviam empreendido o sistema na década de 1960. O comportamento delitivo futuro, de acordo com as pesquisas, não era efetivamente modificado pela aplicação do mecanismo e suas funções reabilitadoras eram postas em cheque (WHITFIELD, 2001). De qualquer forma, em 1985, treze estados do país já haviam adotado o monitoramento. No final de 1987, havia 2.300 indivíduos sendo rastreados em 32 estados. Já no início da década de 1990, 45.000 braceletes haviam sido vendidos ou alugados nos Estados Unidos (BARBERÁN, 2000). O sistema era combinado ao regime de *probation* e aplicado a motoristas que dirigiam após ingerir álcool e aos que praticavam pequenos crimes contra a propriedade (CONTE, 2010). De início, a modalidade foi adotada como substituição à pena privativa de liberdade. Entretanto, a partir de 1994, algumas jurisdições passaram a incluir sua utilização em fases pré-processuais e após um período de detenção, empregando-a como complemento à pena de prisão. Nesse ano, o *Federal Crime Bill* exigiu a utilização de alternativas ao aprisionamento frente à explosão populacional carcerária do país (WHITFIELD, 2001).

Diversos problemas foram registrados durante os primeiros anos. A proximidade com estações de rádio, a má qualidade das conexões ou mesmo fortes tempestades chegaram a bloquear as transmissões. O contato dos equipamentos com a água era também um inconveniente nos modelos iniciais, que davam choque durante o banho. Todavia, tais problemas não impediram que a adesão ao mecanismo se alastrasse aceleradamente. Em 1997, quase 100 mil equipamentos já estavam em uso nos EUA. Conforme indica Conte (2010) o aumento da aplicação do controle telemático de presos naquele país foi de 4.200% entre 1988 e 1998.

## A indústria da segurança e o cálculo econômico

Autores como Paterson (2009) e Lyon (1994), atentam para o fato do rastreamento de presos ter se desenvolvido em um ambiente econômico fomentado pela indústria da segurança, que apregoava ao sistema penal estadunidense a necessidade de inovação tecnológica permanente. A implementação de instrumentos de controle à distância ocorreu em paralelo ao crescimento da participação do setor privado na justiça criminal do país. Arelado a isso, a superpopulação carcerária transbordava entre os anos 1980 e 1990, demandando a ampliação de medidas penais em meio aberto. Os serviços de *probation* sofriam críticas por apresentarem mecanismos insuficientes de controle.

A crise penitenciária levou o governo dos EUA a recorrer cada vez mais ao capital privado para a construção e gestão de estabelecimentos prisionais.

Estava em curso uma tendência de simbiose entre as esferas pública e privada, conforme caracteriza David Garland (2008), que se intensificaria nas décadas seguintes. O sociólogo situa a entrada da iniciativa privada no sistema penitenciário estadunidense:

À medida que a população carcerária se expandiu nos anos 1980 e 1990, a confiança do governo no setor privado cresceu, principalmente por causa da velocidade corporativa e do baixo custo com os quais as empresas privadas conseguiam erguer novos estabelecimentos prisionais. (GARLAND, 2008, p.258-259).

A oferta crescente de condenados demandava mudanças na gestão e um processo ágil de construção de novas prisões. A necessidade de ampliação do número de vagas, geradas pelo incremento na oferta de sentenciados produzida pelo sistema judiciário, exigia velocidade e eficácia. Por outro lado, como observa Nils Christie (1998, p.115), “[...] os interesses econômicos da indústria [...] serão sempre favoráveis ao excesso de oferta, tanto da capacidade carcerária quanto da força policial, o que cria um estímulo extraordinário para a expansão do sistema.” A prisão se apresentava como um negócio com perspectivas cada vez mais prósperas.

Para além das muralhas, o setor privado estadunidense encontrava nas técnicas penais em meio aberto um amplo campo de atuação. Entre elas sobressaíam-se os sistemas de monitoramento eletrônico. Eram três as principais justificativas apresentadas por juristas e empresários, e endossadas pelo Estado, para a adoção do dispositivo pelo sistema penal: 1) Combate à superpopulação carcerária; 2) Diminuição da reincidência criminal; 3) Redução de gastos com o sistema penitenciário (MARULANDA, 1997).

Em 1997, Escobar Marulanda publicou uma avaliação dos resultados obtidos pelos programas estadunidenses de monitoramento até aquele ano: 1) Não se verificou atenuações no incremento populacional das prisões no país; 2) Os índices de reincidência foram semelhantes àqueles apresentados pelas demais medidas em meio aberto; 3) Efetivou-se uma redução considerável na taxa de crescimento dos gastos estatais com o sistema penal, em comparação com o prognóstico do que seria gasto sem a utilização do recurso. O terceiro item constituiria um dos elementos centrais para o sucesso da medida nos Estados Unidos e condição importante para a sua exportação. Em 1998, já havia aproximadamente vinte empresas estadunidenses fornecendo equipamentos para programas de localização à distância. Nesse ano, cerca de 75 mil pessoas estavam sendo monitoradas no país, representando cerca de 20% do total de indivíduos sob supervisão da justiça criminal (GABLE, 2005). A *Justice Electronic Monitoring Systems Inc.*, uma das companhias com atuação no

ramo, apresentava seu slogan humanitário: “Não o mandem para a prisão, mandem-no para casa”. A *Home Escort Electronic Monitoring System* chamava atenção para o custo-benefício de seus produtos: “Uma reposta do século XX para um problema do século XX; proteção pública semelhante ao encarceramento, com menor custo; contribui para aliviar a superlotação carcerária; [...]; fácil de instalar, simples de operar.” (RODRÍGUEZ-MARIÑOS, 2005, p.96). Até o ano de 2008, o sistema se ampliou, a produção se intensificou e a concorrência diminuiu: 13 empresas<sup>3</sup> ofereciam equipamentos e serviços de controle telemático aplicado a mais de 144.000 pessoas.

A *3M Electronic Monitoring*, outra empresa voltada à produção e distribuição de equipamentos de controle à distância, adquiriu recentemente a antiga *Pro Tech Monitoring* e atua hoje em mais de 30 países (entre eles o Brasil). Oferece plataformas integradas de *hardware* e *software* para rastreamento; módulos de radiofrequência que incluem toque de recolher individual para controle presencial em domicílio; sistemas biométricos de verificação de voz em diversos idiomas; unidades de controle via Sistema de Posicionamento Global (*GPS*); equipamentos de monitoramento remoto do nível de álcool no sangue, entre outros. A *Omnilink*, no mercado há cerca de nove anos, apresenta também suas soluções em produtos e cita em seu *site* o representante do Subcomitê de Comércio, Justiça e Ciência, Frank Wolf: “Para melhorar a segurança pública em um ambiente orçamentário austero, devemos apoiar esforços de custo-eficiência, fundamentados nas melhores práticas e interessados nas mais recentes inovações.” (WOLF, 2015, tradução nossa).

Programas penais se convertem em anúncios publicitários e vice-versa. A ênfase na economia de recursos não é novidade. Como foi visto, desde a sua introdução na justiça estadunidense, o monitoramento eletrônico é apontado como solução para a inflação populacional carcerária, dispendiosa demais aos cofres do Estado.

Em primeiro plano, a partir de uma perspectiva prioritariamente pragmática, sustenta-se que o monitoramento eletrônico contribui para uma diminuição da população carcerária e uma redução de gastos ligados à administração penitenciária. (RÍO; PARENTE, 2006, p.1092).

O incremento populacional das prisões na primeira economia mundial é tratado, sobretudo, como um problema orçamentário. Não à toa. Em 1983, estudos apontam que o governo federal gastava em torno de 35 bilhões de dólares ao ano com

---

<sup>3</sup> Eram elas: *ActSoft, BI Inc., Corrections Services, Digital Technologies, Elmo Tech, G4S Justice Services, Guindance Monitoring Limited, iSECUREtrac, Omnilink, Pro Tech Monitoring, Sattelite Tracking of People, Secure Alert* e *Serco Geographic*. (DRAKE, 2013).

o sistema penitenciário (RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, 2005). Cinco anos depois, o Instituto Nacional de Justiça (*National Institute of Justice*) sublinhava que 70% de um total de 10.000 pessoas condenadas no estado da Flórida havia sido submetida à prisão domiciliar, ao invés de serem enviadas às prisões, o que teria representado um corte de gastos significativo, já que a supervisão de um indivíduo em medida domiciliar naquele estado custava por volta de US\$ 3 por dia, comparado aos US\$ 28 por dia de aprisionamento (PETERSILIA, 1988). Em 2004, segundo os dados do Conselho Nacional sobre Crime e Delinquência (*National Council on Crime and Delinquency*), havia um total de 2,139 milhões de pessoas encarceradas nos Estados Unidos consumindo US\$ 1.350 mensais cada uma, enquanto o custo de um indivíduo sob monitoramento era de até US\$ 450 por mês<sup>4</sup>. Ressalte-se, todavia, que a redução de dispêndios possibilitada pela utilização do monitoramento eletrônico se dá também por meio da transferência dos gastos com o equipamento ao próprio preso. Nos EUA, assim como em outros países, os programas são financiados pelo apenado de acordo com uma escala proporcional às suas capacidades econômicas. Dessa forma, a medida mostra-se alinhada a uma racionalidade penalógica neoliberal, segundo a qual o que anteriormente era compreendido como papel do Estado – a administração da pena –, passa a ser compartilhado tanto com capital privado, quanto com os próprios apenados, conforme a perspectiva da responsabilidade individual (HAMANN, 2012). O preso torna-se, assim, um co-financiador de sua própria pena.

Decisões judiciais e medidas administrativas se articulavam a cálculos econômicos para a constituição de novos dispositivos penais. Aos programas de monitoramento eletrônico era atribuída a finalidade tática de solução técnica à gestão econômica da criminalidade e ao governo da conduta dos chamados criminosos. A ênfase na hipótese da reabilitação do delinquente era pouco a pouco deixada de lado e o foco da justiça penal se deslocava para o controle do criminoso a baixos custos, incluindo-se a participação deste nas despesas de seu castigo. O fracasso do monitoramento enquanto medida terapêutica, imbuída da função de transformar o comportamento futuro do delinquente não significou, em absoluto, um entrave à sua consolidação. Pelo contrário, era altamente compensado pelo seu sucesso enquanto medida econômica de supervisão penal. A relação de custo-eficiência apresentava-se como uma das principais preocupações da justiça estadunidense, em parceria com o capital privado, na constituição de novos dispositivos de segurança. Contudo, discursos baseados na hipotética reabilitação do delinquente não seriam descartados. Pelo contrário, continuou presente nos argumentos em favor da implementação do monitoramento eletrônico, como face humanitária de um mecanismo que favoreceria, supostamente, a prevenção do crime e da reincidência criminal.

---

<sup>4</sup> Dados do *National Council on Crime and Delinquency*. Disponível em: <<http://nccdglobal.org/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Entretanto, as preocupações centrais da justiça criminal seriam outras. Estava em curso a implementação de um mecanismo de controle que se adequasse à emergência de uma nova penalogia. Os propósitos da justiça penal estadunidense distanciavam-se, dessa maneira, daqueles estabelecidos pelo grupo de psicólogos encabeçado pelos irmãos Schwitzgebel entre os anos 1960 e 1970. Já não se tratava de intervir diretamente na conduta do infrator para reformá-la. Tampouco estava em jogo a observação clínica do comportamento desviante. Os projetos iniciais, concebidos pelos pesquisadores de Harvard supunham, na avaliação dos juristas, uma intromissão excessiva. O desenvolvimento de aparatos eletrônicos de monitoramento de presos tendia à menor intervenção possível no comportamento do indivíduo, com os menores dispêndios possíveis, para o controle de sua circulação pelo espaço urbano e a redução da onerosa superpopulação carcerária. Do sistema bidirecional de comunicação e da possibilidade de execução de reforços ou sanções imediatas, as tecnologias de rastreamento se converteram em mecanismos de demarcação de áreas de inclusão/exclusão e delimitação de horários por meio de toques de recolher. Já não se estava mais diante da mecânica disciplinar do exame psicológico voltado à reforma comportamental, mas enfatizava-se agora o controle contínuo e custoeiciente de indivíduos considerados delinquentes, postos em circulação.

## Considerações finais: segurança e governamentalidade

As transmutações nas estratégias de punição remetem a um espectro complexo de práticas, instituições e racionalidades que atravessam a vida social em dimensões múltiplas. O fato de os projetos pioneiros de sistemas de monitoramento eletrônico terem sido elaborados por um grupo de cientistas de Harvard – enquanto mecanismo de registro da variação de comportamentos de indivíduos condenados – explicita as relações entre exercícios de poder e investimentos no saber, frisadas por Michel Foucault (1987). Centros universitários, órgãos de justiça e companhias particulares articularam o aparato institucional que permitiu o desenvolvimento do controle telemático de presos, evocando novas formas de pensar e exercer a punição. Como pontuam Marcos César Alvarez e Pedro Bodê de Moraes (2013, p.9) “[...] o castigo não é um fenômeno explicável em si mesmo, invocando referência à organização da sociedade para ser compreendido em suas diversas faces.”

A noção de **dispositivo**, presente nas análises de Foucault (2008a, 2008b), constitui uma ferramenta analítica valiosa para o estudo das respostas sociais ao crime, ao revelar uma composição de elementos que conectam as técnicas de controle a demais aspectos das sociedades que as desenvolvem. Conforme o filósofo francês, os dispositivos de segurança emergem em meio ao desenvolvimento do

liberalismo e seus desdobramentos no neoliberalismo, vinculando-se às atuais formas de penalidade, organizadas em torno do aperfeiçoamento das técnicas de condução das condutas, sem que seja necessária a reclusão. Investe-se na elaboração de tecnologias que conferem um certo grau de permissividade aos deslocamentos, ampliando o controle sobre cada indivíduo, sem impedir ou bloquear as circulações mas, ao contrário, favorecendo-as.

Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem, justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno que essa palavra adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. E é essa liberdade de circulação, no sentido lato do termo, é essa faculdade de circulação que devemos entender pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008b, p.63-64).

O governo passa a incluir **a liberdade**, como elemento indispensável ao seu exercício. “O poder só se exerce entre ‘sujeitos livres’”, entendendo esta liberdade como a capacidade dos indivíduos atuarem no interior de um campo variado de condutas possíveis. “Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.” (FOUCAULT, 2009, p.244). Ao invés de confiscar liberdades, o governo liberal se concentra em produzir, organizar e gerenciar liberdades. Já não se trata de estabelecer um poder coercitivo exaustivo, mas de encontrar métodos toleráveis de dirigir a conduta dos homens.

Verifica-se, assim, uma profusão de tecnologias de segurança que permitem o gerenciamento da paradoxal liberdade de presos. A aparente contradição se torna possível por mecanismos de controle que com o auxílio do desenvolvimento telemático e nanotecnológico tornam elásticos os limites dados pela prisão, modulando, flexibilizando e dilatando suas margens. Nos estudos que desenvolve sobre a história política do liberalismo, Foucault (2008a) aponta para a conexão entre a utilização de dispositivos de segurança ao que ele chama de **governamentalidade liberal**. Trata-se da orientação racional e estratégica que norteia as formas pelas quais se conduz a conduta dos homens, levando em consideração que a intervenção governamental nunca deve ser excessiva. O que ele identifica como governamentalidade liberal refere-se a uma determinada razão governamental que promove a introdução das dinâmicas de mercado em esferas jurídicas, políticas e sociais, para o balanceamento de custos relacionados a benefícios. Incorporada ao sistema de justiça criminal – e produzida também a partir dele –, a razão

governamental neoliberal deflagrada nos dias de hoje requer a criação de novas tipologias penais diante dos diversos entraves gerados pelas já antiquadas técnicas disciplinares de punição.

Sob o olhar gerencial da justiça criminal, o cárcere passa a ser apontado como um problema orçamentário. Além disso, os altos índices de reincidência revelam a ineficiência da prisão em ressocializar aqueles que a ela são enviados. Estabelece-se, assim, uma demanda por soluções custo-eficientes, por meio de intervenções penais mínimas. Isso não significa, contudo, o estabelecimento de um Direito Penal mínimo, considerando o inchaço das prisões concomitante ao processo de diversificação seletiva das penas, impulsionado por campanhas de deflagração de medidas alternativas aos criminosos considerados de baixa periculosidade (SOUZA, 2013). Observa-se uma sobreposição de tecnologias punitivas complementares que evidenciam um processo já avançado de dilatação do sistema penal, inaugurado pelas políticas criminais estadunidenses a partir dos anos 1970. Nesse sentido, destaca-se, aqui, o crescimento da população carcerária nos EUA, simultaneamente ao desenvolvimento e à deflagração do monitoramento eletrônico naquele país. Como foi visto, as taxas de encarceramento na nação-modelo neoliberal não apresentaram recuo algum diante da ampliação de penas em meio aberto, entre as décadas de 1970 e 2000.

No Brasil, a recente implantação do rastreamento no âmbito penal tampouco indicou uma diminuição nos alarmantes índices de aprisionamento, apesar de seus defensores enfatizarem a possibilidade de substituição do cárcere pelo uso de tornozeleiras eletrônicas<sup>5</sup>. Em 2010, foi aprovada no país a Lei Federal 12.258, que prevê a aplicação do controle telemático em casos de saída temporária no regime semiaberto, ou para a fiscalização do cumprimento de medida domiciliar. Em 2011, a possibilidade do rastreamento foi ampliada para utilização enquanto medida cautelar, aplicada antes da condenação, por meio da Lei Federal 12.403. Importa, dessa forma, mantermo-nos atentos aos movimentos sorrateiros de ampliação de controles punitivos por aqui, tendenciosos a seguir e adaptar determinados trilhos da maior potência penal do planeta, por mais nefastos que se revelem seus resultados.

A prisão permanece, redimensionada diante dos novos dispositivos de segurança que a ela se acoplam e expandem seus limites. Limites estes que criam e incorporam zonas de interstícios entre o seu interior e o seu exterior. As práticas e racionalidades penais, deflagradas pela governamentalidade neoliberal, incitam a produção de novos mecanismos de controle, suscetíveis de serem aplicados além da instituição carcerária, mantendo-a intacta e orientando-se por cálculos econômico-

---

<sup>5</sup> A respeito da implantação do monitoramento eletrônico no sistema penal brasileiro, ver: Campello (2014).

políticos que obedecem a prognósticos avaliativos de custo e eficiência. Aritmética perversa que mesura liberdades criando circuitos de prisões sem muros.

## ***ELECTRONIC MONITORING OF INMATES IN THE UNITED STATES: A GENEALOGIC PATH***

**ABSTRACT:** *This article outlines a genealogy of electronic monitoring dispositives in the United States of America, used for penal control. It investigates the first experiences with remote control of the so called deviant individuals, carried out by a group of psychologists and biologists in Harvard University. Subsequently, the penitentiary situation in the US is presented, between the decades of 1970 and 2000. It created a demand for the expansion of communitarian penal measures. The participation of the security industry in the development of electronic monitoring is emphasized as well as its impulse to increasing of the measure. Finally, some aspects of electronic monitoring are analyzed permitting to characterize it as a security dispositive connected to the consolidation of what Michel Foucault called neoliberal governmentality.*

**KEYWORDS:** *Electronic monitoring. Security. Criminal justice. Neoliberal governmentality.*

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C.; MORAES, P. B. Apresentação. **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.25, n.1, p.9-13, 2013.

BARBERÁN, J. M. La aplicación de sanciones y medidas en la Comunidad en Europa y en Estados Unidos. **Revista Del Poder Judicial**, Madrid, n.58, p.213-260, 2000.

BRASIL. Lei 12.403, de 4 maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 maio 2011. Disponível em: <>. Acesso em: 8 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 12.258, de 15 de junho de 2010. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo

condenado nos casos em que especifica. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112258.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112258.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2013.

CAMPHELLO, R. U. Circulações governadas: o monitoramento eletrônico de presos no Brasil. **Aurora**: Revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.19, p.51-69, fev./maio 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/17974/14300>>. Acesso em: 2 set. 2014.

CONTE, C. P. Execução penal e o direito penal do futuro: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de presos. **Revista dos tribunais**, São Paulo, v.99, n.894, p.401-441, 2010.

CHRISTIE, N. **A indústria do controle do crime**: a caminho dos GULAGS em estilo ocidental. Tradução de Luís Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DRAKE, G. B. Offender tracking in the United States. **CEP Probation**, Estados Unidos. Disponível em: <[http://www.cepprobation.org/uploaded\\_files/Pres%20EM09%20Dra.pdf](http://www.cepprobation.org/uploaded_files/Pres%20EM09%20Dra.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2013.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, penalidade, prisão**. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos e Escritos, v.8).

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.231-249.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GABLE, R. K.; GABLE, R. S. Electronic monitoring: positive intervention strategies. **Highbeam Research**, Estados Unidos, 1 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1P3-879665011.html>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

HAMANN, T. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Revista Ecológica**, São Paulo, n.3, p.99-133, 2012.

INGRAHAM, B. L.; SMITH, G. W. The use of electronics in the observation and control of human behaviour and its possible use in rehabilitation and parole. **Issues in criminology**, San Francisco, v.7, n.2, p.35-53, 1972.

LYON, D. **The electronic eye: the rise of surveillance society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MARULANDA, G. E. Los monitores electrónicos (¿puede ser el control electrónico una alternativa a la cárcel?). In: CID MOLINÉ, J.; LARRAURI PIJOAN, E. (Coord.). **Penas alternativas a la prisión**. Barcelona: Bosch, 1997, p.197-224.

NELLIS, M. O monitoramento eletrônico e a supervisão de delinquentes na comunidade. **Repertório de jurisprudência IOB**, São Paulo, n.4, p.153-141, 2011.

PATERSON, C. A privatização do controle do crime e o monitoramento eletrônico de infratores na Inglaterra e no País de Gales. Tradução de José Jesus Filho. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n.77, p.281-297, 2009.

PETERSILIA, J. **House arrest**. Washington: National Institute of Justice, 1988. (Crime File Study Guide).

RÍO, M. Á. I.; PARENTE, J. A. P. La pena de localización permanente y su seguimiento com medios de control electrónico. **Anuário de derecho constitucional latinoamericano**. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.

RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, F. G. **Cárcel electrónica: bases para la creación del sistema penitenciario del siglo XXI**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2007. (Colección Los Delitos, n.72).

\_\_\_\_\_. **Sistema penitenciario y revolución telemática: ¿el fin de los muros en las prisiones? un análisis desde la perspectiva del derecho comparado**. Madrid: Slovento, 2005.

SCHWITZGEBEL, R. K. Issues in the use of an electronic rehabilitation system with chronic recidivists. **Law and Society Review**, California, v.3, n.4, p.597-611, 1969.

SCHWITZGEBEL, R. K.; HURD, W. S. **Patente EE.UU**. Washington: Oficina de Patentes y Marcas de EE.UU, 1969. (n.3478344).

SCHWITZGEBEL, R. L.; SCHWITZGEBEL, R. K. (Ed.). **Psychotechnology**. New York: John Wiley & Sons, 1973.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, G. A. D. Discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil. **Revista Polis e Psique**, Rio Grande do Sul, v.3, n.3, p.165-188, 2013.

VITORES, A.; DOMÈNECH, M. Tecnologia y poder: un analisis foucaultiano de los discursos acerca de la monitorización electrónica. **Fórum: Qualitative Social Research**, v.8, n.2, Art.2, mayo 2007. Disponível em: <[http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/250/551#footnoteanchor\\_6](http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/250/551#footnoteanchor_6)>. Acesso em: 8 nov. de 2014.

WHITFIELD, D. **The magic bracelet: technology and offender supervision**. Winchester: Waterside Press, 2001.

WOLF, F. **Intensive probation with electronic monitoring**. Disponível em: <[http:// http://www.omnilink.com/probation-monitoring](http://http://www.omnilink.com/probation-monitoring)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ZAGOUDIS, J. Telematics puts managers in the driver's seat. **Construction Equipment**, 1 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.constructionequipment.com/telematics-puts-managers-driver%E2%80%99s-seat>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

Recebido em 19/01/2015.

Aprovado em 23/04/2015.

# **Artigos/Articles**



# **A NECESSIDADE DE UMA CRIMINOLOGIA CULTURAL FACE AOS DESDOBRAMENTOS DAS TEORIAS DO CONFLITO**

*Saulo Ramos FURQUIM\**

**RESUMO:** Este artigo analisa a necessidade tardia de uma influencia maior das teorias culturais no âmbito da criminologia, tendo como seu ponto de partida a dicotomia entre as teorias do consenso e do conflito. A análise é feita dentro da perspectiva da criminologia cultural, que no dizer dos seus fundadores é controversa e disposta a jogar com os parâmetros da disciplina e desafiar a sério as convenções da criminologia ortodoxa. Para o êxito do trabalho, foram utilizados procedimentos de análise histórico, sociológico, criminal e comparativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Necessidade. Teorias culturais. Criminologia cultural. Consenso. Conflito.

## **Introdução**

Em uma criminologia atuária, marcada pelo dualismo social científico das intersecções das esferas entre o saber sociológico e o saber criminológico, torna-se indispensável a necessidade de estudos nos campos culturais e sociológicos, para, somente assim, entender o além do crime e do seu controle. De igual forma, compreender as intersecções entre delito e cultura.

Nesse diapasão, emerge a criminologia cultural por meio da análise das expressões multiculturais advindas de outras sociedades, bem como das manifestações culturais urbanas em caráter de resistência e confrontação da estética cultural dominante. Busca-se entender o *ethos* de tais manifestações, que particularmente sofreram (ou sofrem) repressão penal, aplicando-lhes os subsídios

---

\* UC – Universidade de Coimbra. Coimbra – Portugal. 3004-528 – saulofurquim@gmail.com

teóricos da criminologia – principalmente da criminologia cultural – e destarte, compreender os mecanismos que legitimam e explicam o seu tratamento penal.

Um importante estudo que pode ser incorporado pelo viés cultural criminológico foi o de Howard Becker (2008), *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. O autor ao estudar comportamento de músicos de casas noturnas aponta a perspectiva sociológica de que o desvio é relativo, pois dependendo da posição em que se está vivendo, um ato pode ou não ser considerado uma infração a uma lei imposta.

A doutrina de Katz (1988) coaduna com esse movimento, evidenciando que indivíduos pertencentes a grupos de motoclubes, constituíam uma identidade peculiar por meio dos seus estilos (por exemplo, motos personalizadas e roupas de couro). Não diferente do que ocorre com as imagens de grafiteiros, as quais, aos olhos de parte da sociedade, podem constituir objeto essencial dentro da identificação criminal ou cultural do agente. E essas condições subjetivas, podem culminar em uma subcultura criminal ou, como também conhecida, na cultura do crime. Uma vez dentro dessa marginalização, significa a participação no simbolismo e no estilo do ambiente estético coletivo da criminalidade.

Assim, a fim de combater tal realidade, com o advento da criminologia cultural temos uma importante ferramenta de verificação desses fenômenos, vez que seu estudo parte de uma alternativa ontológica que busca enxergar a criminologia sob uma perspectiva menos convencional. Ela não analisa tão somente o crime. Para além disso, estuda o criminoso e as suas culturas delinquentes, sob a ótica de suas identidades, significados, tradições e costumes. A compreensão acerca do que é definido como criminologia cultural passa pelo julgamento do crime e do controle social, com olhos atentos às interações culturais.

Considerando ser uma nova forma de abordagem criminológica, e, portanto, ainda em desenvolvimento, a criminologia cultural – como qualquer outra criminologia – deve, necessariamente ir além das noções estreitas de crime e de justiça criminal, a fim de incorporar demonstrações simbólicas de transgressão e controle, sentimentos e emoções, as quais surgem de eventos criminais e bases ideológicas de campanhas públicas e políticas, destinadas a definir (e delimitar) tanto o crime quanto suas consequências (HAYWARD; FERRELL, 2012).

## **O ponto de partida: a dicotomia entre teorias do consenso e do conflito**

De antemão, nos cumpre um singelo conceito de cultura forjada da antropologia, da sociologia e da sua própria evolução histórica. Analisando,

ontologicamente, o final do século XVIII e início do XIX, a denominação cultura era usada pelos germânicos como *Kultur* e, pelos franceses, na expressão *Civilization*. Entretanto, não deixamos de notar que elas apresentavam conceitos distintos entre si. Para os alemães, a terminação representava os aspectos espirituais de uma comunidade. Enquanto na dicção francesa, era usada para expressar as realizações materiais de um povo (LARAIA, 2001).

Dando continuidade na busca por um conceito, entra em cena o britânico Tylor (1958, p.1), tecendo considerações com o termo *Culture*, em consonância ao seu vocabulário pátrio. Para ele, “[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”

O conceito de cultura, tal e como utilizamos hodiernamente, advém da ideia formalizada por Tylor (1958), que é fruto do estudo da evolução histórica de difícil definição, pois o

[...] termo cultura é ainda mais problemático que o termo popular, como observou Buckhardt em 1882, que a história cultural é um conceito vago. Em geral, é usado para referir à alta cultura e foi estendido para baixo, continuando a metáfora, de modo a incluir a baixa cultura, ou cultura popular. (BURKE, 2008, p.42).

Entretanto, não nos olvidemos que a ideia de cultura já vinha ganhando espaço no cenário sociológico intelectual, mesmo antes de 1690 quando John Locke publica sua obra “Ensaio acerca do entendimento humano”, momento em que incansavelmente busca explicação para a mente humana, descrevendo-a como uma caixa vazia. Todavia, com capacidade, ainda que limitada, de adquirir conhecimento. Esse processo hoje é denominado de endoculturação (LARAIA, 2001).

Por tantos e tais motivos, o termo cultura passou a ser estudo de suma importância. Sua ideologia, cada vez ganhou mais espaço na sociologia, antropologia e até mesmo nas áreas jurídicas, como a criminologia. A teoria científica denominada criminologia cultural faz parte de um dos diversos fragmentos da perspectiva macrocriminológica da criminologia, a qual possui uma discussão de caráter interdisciplinar, principalmente nas interações entre crime e cultura. Embora o estudo da criminologia cultural seja um dos fragmentos da criminologia, ela possui sua autonomia como teoria científica e reflete sobre sua própria identidade.

Ademais, toda classificação criminológica – por mais rigor que lhe seja exigida – abre margem para diferentes pensamentos e perspectivas criminológicas. Entretanto, não obstante tais divergências, a criminologia consegue conviver e se

influenciar mutuamente entre seus díspares feitos. Pautando na doutrina de Shecaira (2013), entendemos que uma ideia nunca é o resultado de um único criador, mas sim, de um produto de seu tempo. As condições de existência de um pensamento decorrem das múltiplas relações humanas condicionantes daquele momento em que foi concebida.

Os pensamentos criminológicos dividem-se em duas vertentes: os pensamentos associados a determinado funcionalismo e os pensamentos ligados a uma ideia de mudança social. A esta discussão em torno desta antinomia relatada se dá o nome de Criminologia do Consenso e do Conflito. Contudo, conforme sustentam Dias e Andrade (2011), foi no século XIX e por obra de Durkheim e de Marx que a problemática questão do conflito e do consenso foi introduzida na teoria sociológica e convertida em um de seus temas mais relevantes.

A dicotomia, consenso-conflito, ganha uma relevância criminológica no sentido de questionar: (i) qual o significado das normas que visam manter a ordem social; (ii) se tais normas revelam um conjunto de valores intrínsecos à sociedade; (iii) se estes valores são comuns a todos os membros desta sociedade; (iv) por fim, se estas regras somente expressam nada mais que a vontade ou interesses de classes dominantes? (BERRY, 1976).

## **O modelo de consenso**

A primeira visão de pensamento criminológico, intitulada criminologia do consenso, está integrada a um viés mais funcionalista, modelo este a que, de forma paradigmática, obedecem às construções sociológicas de Durkheim (1978), Merton (1968) e Parsons (2010). Para esta perspectiva consensual, a finalidade da sociedade é atingida quando há um perfeito funcionamento das suas instituições de forma que os indivíduos compartilham os objetivos comuns a todos os cidadãos, aceitando as regras vigentes e compartilhando as regras sociais dominantes (SHECAIRA, 2013).

Na visão consensual, são os valores que identificam e definem a sociedade, sendo ela concebida no sentido de excluir conflitos que contrapõem os valores comuns que regem a harmonia na sociedade. Destarte, a perspectiva consensual se baseia que, através de um consenso geral de valores, a ordem social pode ser concebida. De tal ponto, as unidades de análise social (os chamados sistemas sociais) são essencialmente associações voluntárias de pessoas que partilham certos valores e criam instituições, com vistas a assegurar o funcionamento regular da cooperação (SHECAIRA, 2013).

Desta visão funcionalista, argumentativa, pode-se ser considerada como teorias consensuais no âmbito das escolas dos pensamentos criminológicos: (i) Escola de Chicago; (ii) Teoria da Associação Diferencial; (iii) Teoria da Anomia. Destarte, para Dahrendorf (1982), a teoria do consenso tem como premissas:

Toda sociedade é uma estrutura de elementos relativamente persistente e estável; toda sociedade é uma estrutura de elementos bem integrada; todo elemento em uma sociedade tem uma função, isto é, contribui para sua manutenção como sistema; toda estrutura social em funcionamento é baseada em um consenso entre seus membros sobre valores. Estes elementos são, naturalmente em geral, acompanhados de afirmações no sentido de que a estabilidade, integração, coordenação funcional e consenso são apenas relativamente generalizados. (DAHRENDORF, 1982, p.148).

Contudo, ante estas premissas, pode-se entender que a ótica consensual gira em torno de uma sociedade estável e bem integrada. Todavia, para tanto, deve haver um consenso acerca dos valores dominantes, pois, estes regem de forma coesa a harmonia na interação da sociedade. Ademais, deve-se aceitar as regras vigentes e as regras sociais dominantes, uma vez que o poder é exercido em nome e no interesse de toda sociedade, no entanto, este mesmo interesse exclui igualmente toda hipótese de mudança (DIAS; ANDRADE, 2011).

O crime é visto como uma negação (recusa ou não interiorização) de certos valores e acerca do universo cultural que os suporta e, todavia, como uma ameaça ao equilíbrio e ao correto funcionamento da sociedade<sup>1</sup>. Destarte, o delito se opõe ao funcionamento social e que toda mudança social é uma disfunção, uma falha que faz as pessoas esquecerem suas finalidades e seus valores.

## **O modelo de conflito**

Com pensamento de cunho social, baseada nas ideias de Marx, a criminologia de conflito, conforme suscita Baratta (2004a) parte de uma teoria geral da sociedade na qual o modelo de conflito é fundamental. O horizonte macrossociológico – dentro da qual ela estuda a criminalidade e os processos da criminalização – é analisado por esta sociologia do conflito que se desenvolve – e se afirma nos Estados Unidos e na Europa, na metade dos anos de 1950, sobretudo, pelas obras de Lewis Coser

---

<sup>1</sup> “Nas sociedades socialistas, também vigora o consensualismo puro. Basta apenas sublinhar que também a criminologia socialista (em seu sentido estrito) obedece a um modelo de consenso puro.” (DIAS; ANDRADE, 2011, p.256).

(1970) e de Ralf Dahrendorf (1982). Este modelo difere-se de maneira antagônica da perspectiva de consenso. Para a teoria de conflito, as ordens na sociedade são fundamentadas na força e na coerção (BARATTA, 2004a), no intuito da dominação de alguns sujeitos por outros, tudo em prol da estabilidade da sociedade.

Todavia, tanto Coser (1970) como Dahrendorf (1982, 1992) adotam como ponto de partida para suas construções da definição formal de conflito: “[...] uma luta sobre valores e pretensões para a obtenção de *status* social, poder e recursos, na qual as interações dos oponentes são as para neutralizar ou eliminar a seus rivais.” (BARATTA, 2004b, p.252)<sup>2</sup> No entanto, sobre o surgimento da temática do conflito na ótica da criminologia, Dias e Andrade (2011) suscitam que foi através George Vold, na obra *Theoretical Criminology* de 1958. Assim, pela primeira vez de forma sistemática, apareceu uma criminologia de conflito. Entretanto, aduz Shecaira (2013) que coube ao holandês Willen Adrian Bonger (1876-1940) a primazia de trazê-la para o âmbito da criminologia, desde o início do século XX, com a obra *Criminalité et conditions économiques*, de 1905.

Contudo, na referida obra de Vold (apud ANITUA, 2008) ele classifica o comportamento criminoso dentro de um conceito conflitual, como sendo um comportamento normal, aprendido através da interação ou socialmente determinado. Referenciando o pensamento de Vold, Anitua (2008) adverte, porém, que o problema é o do poder de definição deste tipo de comportamento. Suscitando que em sociedade com diferenças de poder, será catalogado como criminoso o comportamento considerado como negativo ou indesejável pelos grupos majoritários ou mais poderosos. E serão criminosas aquelas minorias sem poder para definir de outra forma suas condutas. Sendo assim, as instituições estatais definirão as condutas de acordo com os valores políticos prevalecentes ou do grupo dominante.

No âmbito do conflito, podem ser consideradas como teorias conflituais: (i) *Labelling Approach* ou Teoria da Reação Social; (ii) Teoria Crítica; (iii) as vertentes criminológicas pós-críticas, como a Criminologia Feminista (SANTOS, 2014), a Criminologia *Queer* (CARVALHO, 2012) e a Criminologia Cultural, objeto de análise deste estudo. Consequentemente, para o modelo de conflito, refuta-se a ideia de coesão dos valores dominantes, pois, nesta visão, as ordens na sociedade são fundadas em força e coerção, no intuito da dominação de alguns sujeitos por outros. O conflito se define, desde logo, pela natureza do próprio sentido do vocábulo: corresponde a uma ideia de mudança em vez de coesão, de conflito em vez de harmonia, de coerção em vez de anomia (DAHRENDORF, 1982). Nesta mesma linha de arguição ele elenca as premissas do chamado modelo de conflito:

---

<sup>2</sup> Suscita Marx em suas famosas palavras, “[...] até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes, opressores e oprimidos, em constante oposição.” (MARX, 1984, p.22).

Toda sociedade está, a cada momento, sujeita a processos de mudança; a mudança social é ubíqua; toda sociedade exhibe a cada momento dissensão e conflito e o conflito social é ubíquo; todo elemento em uma sociedade contribui de certa forma para sua desintegração e mudança; toda sociedade é baseada na coerção de alguns de seus membros por outros. (DAHRENDORF, 1982, p.148-149).

De tal sorte, pode-se entender que, a sociedade está sempre sujeita ao processo de mudanças assim, as pessoas lutam pelo reconhecimento de valores desemparelhados pelo consenso geral. Todavia, surgem movimentos que buscam o reconhecimento de seus valores que foram suprimidos pelos valores maiores. Exemplos: os movimentos feministas, os movimentos homossexuais, e os movimentos periféricos, ademais, estes valores conflitantes são ainda tidos pelo modelo de consenso como espetáculos públicos ilegais, libertinos, em total subversão da ordem, tornando-se uma ameaça à estabilidade, harmonia e coesão da sociedade (SHECAIRA, 2013).

O conflito ocorre quando, na prossecução dos seus próprios interesses e propósitos, fazem com que os grupos entrem em contradição aos seus valores, no mesmo campo geral de interação. Para Baratta (2004a), o ponto de partida para o modelo de conflito, não parte da esfera social e econômica, mas sim da política. Em vez de explicar conflito como resultado de interesses conflitantes para manter ou transformar as relações materiais de propriedade e relacionamento político, como resultado deste contato, o conflito, no entanto, é considerado como um resultado do domínioda relação política. Derradeiramente, para tal visão, não é a integração da sociedade em torno de valores ou um consenso geral, mas uma certa imposição que faz com que as organizações sociais tenham coesão.

No tocante ao crime, este modelo de criminologia distinguir-se por expressar o pensamento marxista, que os modelos institucionais (particularmente o sistema econômico) influenciam na distribuição de criminalidade. Nas palavras de Dias e Andrade (2011, p.256): “[...] o modelo de conflito sustenta que a lei criminal é problemática e deve ser estudada de modo a determinar-se como é ela formada e quem é processado como delinquente.” De tal sorte, uma das preocupações desta ótica, é acerca da análise da lei penal e o processo desigual na sua aplicação, neste diapasão, pode-se compreender ao fenômeno da criminalização primária (ZAFFARONI et al., 2011), principalmente na medida em que a aplicação da lei penal toma em consideração somente os mecanismos seletivos para a criminalização.

Baratta (2004) destaca como os elementos principais de uma criminologia de conflito: a) a precedência lógica concedida ao processo de criminalização sobre o comportamento criminal; b) a referência do processo de criminalização e do comportamento criminal à existência, aos interesses e a atividade de grupos

sociais em conflito; c) o carácter político que assume todo o fenómeno criminal: criminalização, comportamento criminalizado e pena, são todos aspectos de um conflito que se resolve por meio da instrumentação do Direito e do Estado, é o mesmo que dizer, que conflito nasce quando o grupo mais forte tem o poder de definir comportamentos ilegais, sendo estes, contrários ao interesse de outro grupo, que se vê assim constrangidos a atuar contra a lei.

Nesta mesma concepção, pelo modelo de conflito, o direito criminal não passa de um instrumento de que os grupos detentores do poder se armam para assegurar e sancionar o triunfo das suas posições face aos grupos conflitantes. Daí a tendência, historicamente comprovada, para a criminalização sistemática das condutas típicas das classes inferiores, ou, em outros termos, das condutas suscetíveis de pôr em causa os interesses dos grupos dominantes. Por derradeiro, deste tradicional conservadorismo em sobrepor os interesses dos grupos dominantes às posições minoritárias, surge como fruto à reiterada resistência o Direito Penal para intervir nas condutas e atividades dos detentores do poder, por mais imorais ou socialmente prejudicáveis, que estas possam ser (LOZANO, 2007).

## O desdobramento de uma criminalologia no âmbito cultural

Em face de desdobramentos pós-críticos, movimentos culturais atuários, muitas vezes classificados de movimentos subculturais e delinquentes, buscam o reconhecimento de seus valores, alegando que foram suprimidos pelos valores maiores. Neste contexto, a criminologia cultural emana como sendo uma necessidade face a uma modernidade tardia, na qual a desigualdade social se mantém crescente. Desta vez, contudo, somada a agravantes de problemas contemporâneos, tais quais, globalização, imigração, resistência, subversão e tédio, sobretudo, na imposição dos valores dominantes sob grupos minoritários, em detrimento a falta do reconhecimento do outro (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2012).

Para Rocha (2012), em que pese esta problemática já existisse antes mesmo do primeiro estudo acerca da Criminologia Cultural em 1995, chamado *Urban Graffiti: Crime, Control and Resistance*, de Ferrell, somente a partir dele é que começou a ser desenhado aquilo que veio a ser chamado de criminologia cultural. Posteriormente a esse estudo, Ferrell publicou a obra *Crimes of Styles*, na qual relata sua experiência entre os grafiteiros de Denver, Colorado (EUA), movimento no qual o pesquisador se inseriu, especialmente entre os grupos de grafiteiros conhecidos como *Syndicate*. Esta obra aponta algumas das fontes culturais do estilo *hip hop* de grafite, as conexões e distinções entre grafite e a arte oficial.

Inicialmente, conceituações acerca dessa perspectiva criminológica partiram de criminólogos americanos e britânicos, em especial na Universidade de Kent, Inglaterra. Desta interação, criminólogos culturais passaram a integrar em seus trabalhos as sensibilidades do pós-modernismo e o entrelaçamento do crime com a cultura.

Na Inglaterra, estudos expostos na *National Deviancy Conference* e a chamada *New Criminology* da década de 1970 (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1973), partiam da verificação acerca de subculturas, observando um padrão de resistência alternativo advindos de símbolos, bem como a influência da mídia no poder e controle social (HAYWARD; YOUNG, 2004).

Neste mesmo período, a abordagem interacionista (e principalmente crítica) do *labeling approach*, tratou de influenciar decisivamente o novo modelo criminológico cultural, tornando-se importante base de estudo. Contudo, cumpre ressaltar que o nome criminologia cultural em acordo com O'Brien e Yar (2008) pode ser observado como uma nomenclatura para determinado número de interesses criminológicos, situados na interação entre crime e cultura, tomados em seu sentido mais difundido.

Entretanto, há pouco mais de dez anos, se iniciou com o surgimento de um fluxo mais consistente de trabalhos científicos, que faziam parte do movimento criminológico intitulado como criminologia cultural. Entre os autores, que publicaram trabalhos a respeito do tema, destacam-se: Ferrell (2004); Presdee (2000); Hayward e Young (2004); e no Brasil destacam-se: Carvalho et al. (2011b); Rocha (2012). Para além, de outros autores não intitulados criminólogos culturais que muito têm colaborado neste sentido.

Das palavras de Keith Hayward (2011), ao conceituar criminologia cultural, constatamos tratar-se de uma:

[...] abordagem teórica, metodológica e intervencionista para o estudo do crime, que coloca a criminalidade e seu controle social no contexto da temática da cultura; ou seja, através dessa ótica, enxerga-se o crime e as agências e instituições de controle do crime como produtos culturais, tal como sendo, construções criativas. Derradeiramente, deve ser entendida nos termos dos significados que estas culturas marginalizadas, ou subcultura carregam. Entretanto, a criminologia cultural procura destacar a interação entre dois elementos-chave: a relação entre construções e desconstruções de determinados significados e valores inerentes a estes grupos de indivíduos. Seu foco é sempre sobre a geração contínua de significado em torno de interação; regras criadas, as regras quebradas, uma constante interação do empreendedorismo moral, inovação, política e transgressão. (HAYWARD, 2011, p.2, tradução nossa).

Para o entendimento dessa nova fórmula de estudo se faz necessário tomar ciência de alguns conceitos e conhecimentos prévios, os quais auxiliarão no entendimento da abordagem criminológica cultural. Primeiramente, deve-se ter a noção de seu enquadramento histórico dentro das limitações trazidas pelos estudos criminológicos (ainda que a criminologia cultural tente escapar de tais limites). Nesse sentido, a abordagem criminológica cultural teria sua posição em um movimento criminologia pós-crítica, sem, entretanto, afastar a crítica de seu modelo.

Na perspectiva dessa criminologia pós-crítica, observa-se que as teorias: teoria das subculturas, o *labelling approach* e a teoria crítica são indispensáveis no estudo da Criminologia Cultural. Todavia, na abordagem cultural consiste no entendimento que a transgressão e a criminalidade, inegavelmente, incorporam contestados significados e identidades (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2012). Sob esta ótica, a abordagem cultural tem um engajamento da negociação entre as identidades e seus significados: “[...] seus símbolos, raízes do crime e do desvio, com o intuito de encontrar uma solução coletiva; uma abrangência de conscientização de maiores valores sociais, trazendo consigo as tensões de fracasso e sucesso, das políticas de inclusão e exclusão.” (BÖES, 2011, p.12).

## A viragem pragmática e o surgimento da criminologia cultural como uma vertente pós-crítica

Pode-se dizer que a criminologia cultural está inicialmente ligada as premissas da Teoria do Conflito, do qual o comportamento criminoso está dentro de um conceito conflito, que refuta os valores dominantes, possuem seus próprios símbolos, valores e identidades que se contrapõe a uma sociedade coesa.

Um importante estudo na gênese da criminologia cultural foi o de Cohen (1955) sobre as teorias subculturais onde se evidenciou que comportamentos criminais muitas vezes estão organizados em torno de grupos que se baseiam em determinados estilos de vida, como por exemplo: membros de motoclubes, pichadores e funkeiros, entres outros grupos existentes na sociedade contemporânea e que por vezes são classificados pelas autoridades jurídicas e políticas como criminosos.

No decorrer da evolução do pensamento criminológico, a Teoria do *Labelling Approach* contribuiu para demonstrar como a reação social ou a punição de um primeiro comportamento desviante tem, amiúde, um papel para o comprometimento com o desvio. A suscitar, através de uma mudança de identidade social do agente, sobretudo, com o contributo do princípio da profecia autorrealizadora (*self-fulfilling*

*prophecy*), expressão cunhada por Merton (1968), pela qual o indivíduo passa a comportar-se em consonância com o esperado pela sociedade.

Nos estudos criminológicos culturais, o comportamento desviante, na maioria das vezes, está ligado a adrenalina e ao sentimento de estar no limite. E diante deste *ethos*, torna-se cediço que a maior repressão somente aguça a subversão, já que para haver adrenalina deve haver resistência e para haver resistência deve haver repressão. Tornando a atual política criminal uma prática viciosa, repetitiva e sem efeitos consideráveis.

Neste mesmo contexto, Hassemer e Conde (1989) citam que evidentemente não se pode confiar excessivamente nos dados estatísticos. Em consequência, torna-se o pensamento da criminologia acadêmica atual, menos suscetível à subjetividade do criminólogo, evidenciando aquilo que Ferrell (2004) nomeia como tédio criminológico.

Face esta colisão do saber criminológico com o estranho, (as interações entre crime e expressões culturais), o *mainstream* político e pedagógico da criminologia não consegue corresponder satisfatoriamente àquele padrão oficial de realização de ciência (KUHN, 1998). Derradeiramente, há uma crise de paradigmas, pois a criminologia de *mainstream* não consegue contextualizar novos fenômenos criminológicos que surgem a cada dia, haja vista a dinamicidade da sociedade contemporânea no aspecto da criação e inovação de diferentes comportamentos sociais, moldando, assim, novos objetos do estudo criminológico. Paradoxalmente, exigir que as teorias criminológicas já existentes nos deem respostas imediatas, ante a estes novos fenômenos criminológicos, é exigir algo maior do que elas podem nós oferecer.

É nesse cenário que emerge a criminologia cultural, a qual advém como a tentativa de restabelecer a prática do estudo criminológico, de forma a observar as complexidades contemporâneas, tendo como contexto as interações sociais baseadas na cultura, tal como na subcultura que dela emana. E ainda, nos desafios de uma sociedade multicultural. Como assevera Marcelo Mayora (2011, p.58),

[...] trata-se de legitimar estudos criminológicos que pretendam seguir no rastro das perspectivas libertárias das multifacetadas e ambíguas configurações sociais contemporâneas, de modo a reverberá-las, contrapondo as perspectivas acéticas que amordaçam o potencial contestador e antiautoritário de certos arranjos, e que são os alicerces das políticas criminais moralistas.

Assim, ganham corpo os métodos críticos transdisciplinares, sendo que para a criminologia cultural acaba por resultar numa abertura ao chamado profano,

para além das ciências humanas (CARVALHO, 2011). Atenta-se ao fato de que a modernidade tardia, requer uma criminologia menos ortodoxa, que seja capaz de ultrapassar limites conservadores e vá além. As possibilidades, portanto, se expandem ao estudo de experiências espirituais, da música, arte, religiosidade, costumes, tradições, emoções e outros, ou seja, elementos que definem, caracterizam e estruturam a cultura de determinado grupo.

## **À guisa de conclusão**

Para tanto, o que cumpre destacar é a necessidade tardia da inclusão dos paradigmas culturais dentro da criminologia, com o intuito de analisar o crime em seu contexto cultural, procurando entender melhor por meio de estudos de imagens, significados, valores e interações entre crime e controle, especialmente voltada às determinadas estruturas sociais que são relacionadas às subculturas ilícitas, resultando quase sempre na criminalização simbólica das formas culturais inferiores, a construção mediada do crime e dos temas ligados ao seu controle, além das emoções incorporadas à coletividade, às quais moldam significados do crime (ROCHA, 2012).

A Criminologia Cultural, assim, pretende abranger enfoques acerca do crime sem maiores limitações metodológicas. Por derradeiro, o objetivo é não ser um paradigma definitivo, mas um conjunto de diversas perspectivas, mantendo sua análise de forma crítica, bem como sua própria autocrítica, sempre passível de inovações (CARVALHO, 2011). Desta forma, destaca-se como um dos pontos importantes na perspectiva cultural: identificar em que medida o comportamento desviante ou criminoso transgrede, resiste ou subverte aos valores, símbolos, significados e códigos morais da cultura dominante (ROCHA, 2012). Portanto, o presente estudo evidencia a necessidade de um paradigma cultural dentro da criminologia atuária para apontar suas críticas e abordar novos aportes para as políticas criminais.

### ***THE NEED FOR A CULTURAL CRIMINOLOGY FROM UNFOLDING OF THEORIES OF CONFLICT***

***ABSTRACT:*** *This article analyzes the late necessity for greater influence of cultural theories within the framework of criminology, the start point being the dichotomy between theories of consensus and conflict. The analysis is done within the perspective of cultural criminology, which in the words of its founders, is*

*controversial and willing to play with the parameters of the discipline and seriously challenge the conventions of orthodox criminology. To the success of the work, there have been used procedures of historical, sociological, criminal and comparative analysis.*

**KEYWORDS:** *Necessity. Cultural theories. Cultural criminology. Consensus. Conflict.*

## REFERÊNCIAS

- ANITUA, G. I. **A história dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- BARATTA, A. **Criminología crítica y crítica del derecho penal**. Traducción de Álvaro Búnster. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Criminología y sistema penal, compilación in memoriam**. Montevideo: Editorial IBdeF, 2004b.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERRY, D. **Ideias centrais em sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BÖES, G. M. **Crack nem pensar: um estudo sobre mídia e política criminal**. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, S. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. **Revista Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.151-168, 2012.
- \_\_\_\_\_. Das subculturas desviantes ao tribalismo urbano: itinerários da criminologia cultural através do movimento Punk. In: \_\_\_\_\_. **Criminologia cultural e rock**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.149-223.
- CARVALHO, S. de et al. **Criminologia cultural e rock**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- COHEN, A. **Delinquent boys: the culture of the gang**. New York: The Free Press, 1955.

COSER, L. **Nuevos aportes a la teoría del conflicto social**. Buenos Aires: Amorroutu, 1970.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Tradução de Renato Aguiar e Marco Antônio Esteves da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Tradução José Viegas. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

DIAS, F.; ANDRADE, M. da C. **Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Ed., 2011.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FERRELL, J. **Cultural criminology unleashed**. London: Glasshouse Press, 2004.

FERRELL, J.; HAYWARD, K.; YOUNG, J. **Cultural criminology**. London: Sage, 2012.

HASSEMER, W.; CONDE, F. M. **Introducción a la criminología y al derecho penal**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1989.

HAYWARD, K. **Cultural criminology**. 2011. Disponível em: <<http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/youth-justice-dictionary.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

HAYWARD, K.; FERRELL, J. Possibilidades insurgentes: as políticas da criminologia cultural. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.206-218, jun./dez. 2012.

HAYWARD, K.; YOUNG, J. Cultural criminology: some notes on the script. **Theoretical Criminology**, v.8, n.3, p.259-273, 2004.

KATZ, J. **Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil**. New York: Basic Books, 1988.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LOZANO, C. B. Movimientos criminológicos. In: \_\_\_\_\_. **Tratado de política criminal**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2007. v.1. p.223-262.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. v.3. (Obras escolhidas).

MAYORA, M. Criminologia cultural, drogas e rock and roll. In: CARVALHO, S. de et al. **Criminologia cultural e rock**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.49-93.

MERTON, R. **Social theory and social structure**. Nova York: The free press, 1968.

O'BRIEN, M.; YAR, M. **Criminology: the key concepts**. London: Routledge, 2008.

PARSONS, T. **A estrutura da ação social: um estudo da teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRESDEE, M. **Cultural criminology and the carnival of crime**. London: Routledge, 2000.

ROCHA, Á. O. Crime e controle da criminalidade: as novas perspectivas e abordagens da Criminologia Cultural. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.180-190, jun./dez. 2012.

SANTOS, C. C. **A justiça restaurativa: um modelo de reação ao crime diferente da justiça penal: porquê, para quê e como?** Coimbra: Coimbra Ed., 2014.

SHECAIRA, S. S. **Criminologia**. 5.ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. **The new criminology**. London: International Library of Sociology, 1973.

TYLOR, E. **Primitive culture**. Nova York: Harper Torchbooks, 1958.

ZAFFARONI, E. R. et al. **Direito penal brasileiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

Recebido em 31/10/2014.

Aprovado em 05/05/2015.



# **BOURDIEU SEM MISTÉRIO OU A APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS SOCIOLOGICAS DE PESQUISA**

*Cristina Carta Cardoso de MEDEIROS\**

**RESUMO:** O presente texto procura discutir a apropriação da teoria sociológica desenvolvida por Pierre Bourdieu de forma prática e operacional. Após a verificação do grande interesse que o quadro teórico de análise desse autor vem suscitando, compreende-se a necessidade de refletir sobre a utilização das ferramentas de pesquisa legadas por Bourdieu, objetivando proporcionar uma maior segurança em sua aplicação em pesquisas de áreas variadas do conhecimento, destacando que o uso dessa teoria não deve ser absolutizado ou enquadrado em um formato único melhor. Valendo-se de exemplos colhidos no campo de produção intelectual, apontam-se algumas das formas a partir das quais conceitos e noções podem ser utilizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pierre Bourdieu. Conceitos. Apropriação. Operacionalização.

## ***Lector versus Auctor***

A partir de experiências de pesquisa e de prática pedagógica em cursos de Graduação e Pós-Graduação, em disciplinas de cunho sociológico geral e específico, ou ainda em atividades de orientação e avaliação de dissertações e teses, percebeu-se uma preocupação crescente na leitura, apropriação e utilização do quadro teórico de análise de Pierre Bourdieu.

Atestou-se igualmente, o elevado número de pesquisas que, nos últimos anos, vêm empregando o quadro teórico de análise de Bourdieu, além do convite à releitura de sua obra que tem sido feito pelo estímulo do aparecimento de novos

---

\* UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR – Brasil. 80221-370 – cricaccm@gmail.com

livros, do e sobre o autor e a divulgação de pesquisas que se utilizam de sua teoria científica, como um programa de percepção e ação para olhar o campo empírico.

É importante explicitar o que se entende por apropriação, pois tal conceito, operacionalizado por Catani, Catani e Pereira (2001) e complementado aqui com a leitura de Bourdieu (1987, 2001, 2003) e Chartier (2002), também é utilizado no desenvolvimento deste artigo. Catani, Catani e Pereira (2001) referem-se à apropriação para dar conta da multiplicidade de formas de recepção e os modos de invenção na leitura que se faz de um autor. O termo se origina do esquema conceitual forjado por Roger Chartier (2002) sobre apropriação cultural, para descrever os processos de produção de sentido que configuram a leitura como criação, matizando a compreensão das várias interpretações que podem ser feitas, visando uma história social dos usos e interpretações inscritas nas práticas que as produzem.

Essas interpretações estão ligadas a um tipo de consumo cultural, já que, segundo Bourdieu (2001), a leitura é uma prática cultural, cujo sentido dado pelos leitores e a atribuição de pressupostos ao texto, terão uma variação que decorre de competências e instrumentos diferentes, desigualmente distribuídos. Deve-se levar em consideração igualmente uma variação histórica, decorrente do momento em que a leitura é feita, já que para esse sociólogo o livro muda, quando muda o mundo em torno dele.

Para Bourdieu (2001) a leitura é produto também das circunstâncias nas quais o leitor foi produzido e a única maneira de escapar a esta leitura localizada e aos efeitos dessas circunstâncias é realizando uma reflexão histórica sobre a leitura e sobre as representações culturais (CHARTIER, 2002) que se entrelaçam às tradições/esquemas intelectuais. Essa reflexão será efetivada na proporção em que o leitor puder se afastar das leituras enquadradas, como as instruídas pelo sistema escolar. A recepção e apropriação de um autor e sua obra derivam, portanto, de um filtro realizado pela escola entre o que o autor busca afirmar e o que os alunos devem compreender. É por isso que, “[...] entre as leis sociais que modelam a necessidade ou a capacidade de leitura, as da escola estão entre as mais importantes.” (BOURDIEU, 2001, p.184). Porém, a partir de Bourdieu (2001, p.185) percebe-se que o sistema escolar também será responsável por uma aprendizagem da leitura que pode acontecer em dois níveis: “[...] a aprendizagem da decifração e do saber ler em seu nível elementar e [...] a capacidade de uma leitura mais hábil, que pode se apropriar de diferentes textos.”

As questões que concernem à aprendizagem da leitura são fundamentais quando se pretende estudar o campo científico e compreender as formas de apropriação da obra de determinado autor, já que no movimento desta apropriação

se quer perceber em que proporção, com relação à teoria sociológica de Pierre Bourdieu, o *lector* tornou-se *auctor*. Segundo Bourdieu (2001), que aponta a diferença entre o *auctor* e o *lector*, o *auctor* é o produtor do texto e o *lector* aquele cuja produção consistiria em falar das obras dos outros, divisão correspondente àquela do escritor e do comentador. Entretanto, para o sociólogo francês, o *lector* pode transformar-se em *auctor* quando consegue ler o texto e realizar alguma coisa com o que leu, ou seja, quando faz avançar o conhecimento. Para ser um *auctor* seria preciso então refletir sobre os usos que se faz de determinada obra, compreendendo a diferença entre citar o autor para lhe dar voz e explicitar suas afirmações e citar o autor sem o esforço de pensar como este, utilizando-o sem realizar o exercício intelectual da interpretação do texto.

No caso do campo de produção acadêmica, as questões ligadas à apropriação, à produção de sentido, estão conectadas a um sistema de relações em que as práticas são direcionadas para a aquisição dos monopólios da autoridade científica, também denominada de capital científico, uma espécie particular de capital simbólico que repousa sobre o reconhecimento de uma competência científica, outorgada pelos pares do campo científico. Sob a influência do sistema escolar, também em nível de pós-graduação e incidindo sobre a produção acadêmica, pode-se perceber que é imposto ao livro/obra um determinado modo de apropriação e em alguns momentos esta apropriação pode estar ancorada muito mais no “rumor intelectual” (BOURDIEU, 2002a, p.187) do que na mensagem do texto propriamente dita, já que o que circula entre os autores não são somente os textos, mas as palavras, os títulos e as palavras-*slogans* que rompem a confiança. Um livro chega ao leitor com marcas de um sistema de classificação implícito e tendo nas mãos um texto já codificado, sua leitura vai ser orientada inconscientemente. Mais uma vez aqui seria necessária uma reflexão sobre esse sistema de classificação e, para além de ler um texto ou um autor pelos olhos dos outros, seria preciso buscar identificar na leitura, as afinidades de disposições entre o leitor e o autor e atentar para o que afirma Bourdieu (2001) quando fala da importância de eliminar os fatores que possam predispor a uma leitura influenciada.

Discutindo a recepção de suas obras *Os Herdeiros* e *A Reprodução* em *Retour sur la reception des Héritiers et de La Reproduction*, situação que pode ser encarada como exemplo das afirmações acima, Bourdieu (2002a, p.73), avalia que o primeiro livro, apesar de não dizer nada de extraordinário uma vez que os fatos eram conhecidos pela comunidade científica, foi como um “trovão do céu político”. Falando do segundo livro, o autor afirma que o termo reprodução teve um efeito catastrófico, realizando-se um “cordão sanitário” (BOURDIEU, 2002a, p.75) para anular ou no mínimo neutralizar os efeitos da mensagem que mostrava que o sistema de ensino exercia efeitos conservadores.

Assim, afirma-se que nem todos puderam compreender a intenção de Bourdieu de colocar à disposição estudos e pesquisas repletos de reflexões sobre diversos campos sociais, destacando somente a dificuldade de apreensão de seus textos e de suas frases longas, que para o autor sempre se tratou de uma combinação de rigor científico e de compromisso em revelar a complexidade do que observava.

Para Mauger (2004a), não se podem negar as dificuldades semânticas e sintáticas inerentes aos escritos de Bourdieu, contrastando por vezes com a expressão oral que convida a um formato que aproxima autor e espectador em uma evocação teórica mais ou menos controlada. Favorece também a uma simplificação e argumentação que beneficiam às conclusões, ajustando intuitivamente o enunciado às expectativas prováveis do público ao qual o autor se dirige, permitindo outro ritmo e outro tom.

Mesmo Bourdieu (1987) ressalta as dificuldades de escrever um texto em Sociologia. O material escrito, segundo o sociólogo, se torna por vezes um produto estranho. Se por um lado funda uma autonomia, uma vez que o escritor se retira tanto quanto possível, levando com ele os efeitos retóricos próprios do discurso, dando liberdade de interpretação ao leitor, por outro lado, na comunicação oral, pela urgência e linearidade, acaba-se propiciando simplificações, pois se pode ir de um ponto a outro, queimando etapas que um raciocínio rigoroso deve galgar uma a uma.

Segundo Mauger (2004b), os que tiveram a chance de escutar as aulas ou seminários de Pierre Bourdieu, nos quais ele comentava livremente os trabalhos (seus e de seus orientandos e alunos), puderam verificar um pensamento em construção e atestar um *modus operandi*. Seu colóquio possuía homologia com seus textos escritos, mas era menos controlado. Expressava o pensamento que antecede a retirada dos andaimes teóricos e se aproximava do tipo de estrutura retórica que era encontrada em seu trabalho. O próprio sociólogo gostava de se apresentar em público, declarando que assim podia dar uma ideia mais viva e menos abstrata de quem ele era e o que ele fazia, como se a apropriação de um *modus operandi*, a interiorização do *habitus* sociológico, tivesse que passar igualmente pela *hexis* corporal correspondente.

As dificuldades linguísticas são proporcionais aos recursos culturais dos leitores e, mais especificamente, aos sociológicos e, na obra de Bourdieu, essas dificuldades se devem à densidade da argumentação, ao caráter profuso da exemplificação frequentemente reforçada pela indicação lateral de possíveis homologias e a preocupação em delimitar a validade de um enunciado, prevenindo as possíveis objeções e eventuais interpretações equivocadas. Para Champagne e Christin (2004)

Bourdieu foi muitas vezes censurado por escrever de forma incompreensível para as classes culturalmente desfavorecidas, mesmo que seu trabalho fosse desvelar sua condição de desfavorecimento e de revelar os mecanismos sociais ocultos que poderiam neutralizar os fatores que auxiliam a permanência desse quadro social estabelecido. Instituiu-se assim, segundo os comentadores, uma forma de contradição, ou seja, a democratização da Sociologia para uma apropriação em massa conflitaría com o próprio *status* da área enquanto ciência, que teria que se esforçar para se tornar popular e não populista, evitando uma vulgarização simplista que anularia a mensagem científica. Os usos sociais da Sociologia fariam parte do ofício do sociólogo, apontado por Bourdieu, que deveria resolver o problema da difusão sem deformação da mensagem científica.

Além das questões linguísticas, Mauger (2004a) ressalta que existem obstáculos de compreensão derivados de um tipo de leitura escolástica, praticada pelos intelectuais e que consiste em reduzir a obra à sua dimensão puramente teórica, discutindo somente os conceitos em lugar de utilizá-los. A forma teoricista de ler a obra de Bourdieu, que consiste em ater-se ao objeto de estudo e às conclusões desconectando o procedimento metodológico de que são produto, ignora sua dimensão empírica e sua intenção de transmitir ferramentas de investigação, instrumentos teóricos e disposições científicas.

Ressalta-se ainda, como ponto de ponderação, o que afirma Bouveresse (2003) com relação ao posicionamento deste sociólogo francês sempre preocupado em esclarecer que não trabalhava essencialmente na elaboração de um saber de *expert* e que somente os *experts* pudessem utilizá-lo. Estava convencido de que deveria fornecer, a todos aqueles que quisessem, os meios de verificar por eles mesmos em suas situações particulares de pesquisa e em suas experiências sociais pessoais, maneiras de compreender o que ele construía teoricamente e que emergia de suas incursões na prática. Não queria tampouco que acreditassem imediatamente no que ele dizia por ser ele quem o dizia. Por esse motivo, Bouveresse (2003) afirma que quando lhe perguntam o que aprendeu lendo Bourdieu, e que admite tratar-se de sua grande dívida para com o intelectual, explica que aprendeu a pensar mais livremente.

## Caixa de Ferramentas Sociológica

Alguns conceitos e noções elaborados por Pierre Bourdieu ganham destaque tanto em termos de curiosidade, já que suscitam um maior investimento em leituras que as tornem inteligíveis, quanto no grande número de casos em que são empregados.

O desafio é de dupla ordem, decifrar a leitura em vias de uma apropriação e realizar a utilização das ferramentas sociológicas legadas pelo autor. A intenção neste texto seria justamente refletir sobre o segundo desafio, objetivando uma tentativa de proporcionar uma maior segurança no emprego do quadro teórico de análise de Bourdieu.

A partir do objetivo proposto é preciso, primeiramente, argumentar com os autores das produções do campo científico no sentido de liberá-los, utilizando para tal intento, as palavras do próprio sociólogo.

Intenções excelentes podem produzir efeitos que não são aqueles desejados e que exercem, nos jovens espíritos, efeitos de bloqueio. Por conseguinte, gostaria de liberar, de alguma forma, tanto quanto possível, este efeito de bloqueio que pode exercer uma obra recebida em certas condições. Da mesma forma que Marx dizia que ele não era marxista, eu diria que eu não sou nem *bourdieusiano*, nem *bourdivino*. (BOURDIEU, 2005, p.326, grifo do autor).

Essa liberação tem a ver com a compreensão de que o uso da teoria não deve ser absolutizado. Existem vários elementos de apropriação e não se deve pressupor a existência de um formato único melhor. Claro que existem algumas ressalvas de interpretação e de utilização de sua abordagem sociológica. Como afirma o próprio Bourdieu (2000), existem aproximações entre conceitos ou entre autores que não se podem fazer, porque esses conceitos ou esses autores pertencem a universos que se excluem. Existem assim opções que são inconciliáveis e que poderiam ser evitadas pela aproximação mais efetiva com as obras do autor.

Deve-se refletir também nas afirmações de Catani (2011) quando destaca que no modelo teórico desenvolvido por Bourdieu, as noções não são examinadas em si mesmas para si mesmas e sim utilizadas e postas à prova em pesquisas teóricas e empíricas, mobilizando-se modelos quantitativos e qualitativos de observação para a verificação de objetos da realidade empírica, situados no espaço e no tempo.

Tomado este cuidado, caminha-se para o segundo passo, a saber, longe de um formato padronizado, esclarecer algumas das formas a partir das quais os conceitos e noções podem ser utilizados, valendo-se para este fim de exemplos colhidos no campo de produção intelectual.

Com relação às produções que utilizam o quadro teórico de Bourdieu, seja em artigos ou produtos finais de cursos de pós-graduações, pode ser percebido que alguns autores se preocupam em apresentar uma biografia do autor, além de explicações sobre os conceitos do sociólogo que empregam para construir suas argumentações, a partir de citações diretas do autor ou de comentadores, realizando,

portanto, mais um manual de estudos do que propriamente a instrumentalização de tais conceitos. No momento da utilização das noções para a análise dos dados empíricos, além da falta de clareza sobre o que se acabou de expor (capítulo teórico), é possível detectar, em alguns casos, certa falta de entendimento ou equívoco na operacionalização da inferência a partir do referencial escolhido, dificuldade em olhar os dados a partir dos conceitos ou ainda perda do fôlego para a efetivação de tal inferência. O destaque passa a ser dado à vertente teórico-metodológica que está sendo utilizada ao invés de centrar-se no objeto de pesquisa e sua problemática.

Com o propósito de reforçar a premissa acima, destacam-se as afirmações de Brandão (2010) para quem a proposta *bourdieusiana* de colocar em jogo as coisas teóricas, obriga o pesquisador a operar com os conceitos, utilizando-os como ferramentas de construção dos fenômenos empíricos que constituem o foco da investigação, assim, segundo essa autora, Bourdieu seria avesso a uma prática acadêmica ainda frequente e modelada no início da pós-graduação no Brasil, em que discursos teóricos antecedem a articulação com os objetos de estudo pré-construídos, sobrevalorizando as referências teóricas em um efeito teoria que cega o pesquisador e acaba por direcionar as respostas e as conclusões, antítese da atividade de pesquisa.

Discorrendo sobre a operacionalização dos conceitos, com e para além de Bourdieu, Brandão (2010) reforça a necessidade de recusar os monismos metodológicos pela impossibilidade de se esgotar a análise dos variados objetos sociais a partir de um único ângulo, além da importância de não se deixar cair na armadilha de sobrepor-se ao interesse do conhecimento na tentação de escrever somente para os pares, o que impediria o debate, a discordância e a crítica.

Após essas ponderações é importante refletir sobre algumas das dúvidas que aparecem na utilização do quadro teórico de análise desenvolvido por Bourdieu e que se refletem diretamente na qualidade da exposição das produções com este referencial. Questões como: o que é *habitus*? Quais são e como se podem descrever as disposições? O que é um campo? O que o configura? Como descrevê-lo e às suas estruturas? Como desenhá-lo? Que capitais estão em jogo nesse campo? Como descrever os capitais específicos do campo?

Sem as respostas para tais questões, entendendo que tais respostas também ampliam as noções legadas pelo autor que complementam, dão sentido e significado para os três conceitos acima citados, o pesquisador poderá ter dificuldade para desenvolver sua pesquisa e possivelmente não vai conseguir escapar do pressuposto isso é e isso não é, ou seja, simplificará e limitará o potencial das análises que podem ser realizadas e as derivações da investigação.

O objetivo deste texto não é a descrição e explicações aprofundadas sobre os conceitos e noções, mas centrar esforços na explicitação da utilização dos mesmos

a partir de exemplos, assim parte-se do pressuposto da realização prévia da leitura e estudo de Bourdieu e de comentadores que possam tornar a operacionalização dos conceitos possível a partir de sua inteligibilidade.

O conceito de *habitus*, por exemplo, é uma noção que delineia uma matriz cultural internalizada, um sistema de disposições, inclinações de perceber, sentir, fazer e pensar incorporados pelo agente no processo de socialização, ou seja, na aprendizagem das relações sociais que ocorre na trajetória social. Relevante destacar, a partir de Setton (2009), que para detectar tais disposições é importante verificar que é no ambiente social que o indivíduo encontra condições de forjar tal sistema de referências que mescle influências variadas (família, escola, trabalho, mídia) em que tecerá uma rede de sentido que unificam as disposições em suas experiências de socialização, articulando essas múltiplas referências identitárias adquiridas no espaço social plural. Como noção mediadora, não se pode perceber somente o indivíduo sem verificar que as disposições incorporadas refletem os campos sociais em que o indivíduo se insere. Para Setton (2009), existe uma troca dialógica entre indivíduo e espaço social, sendo que a socialização seria justamente,

[...] uma dinâmica processual, fundada na troca de bens e mensagens simbólicos entre instâncias socializadoras e agentes sociais, prática que envolve simultaneamente a todos, em todas as dimensões da vida dos agentes e tem como tarefa manter o contrato e o funcionamento de um consenso social na unidade da ação individual. (SETTON, 2009, p.306).

Mas como descrever um sistema de disposições que possui componentes de sociação e de individuação ou como destaca Wacquant (2007), de sociação na medida em que essas disposições podem ser partilhadas por agentes submetidos a condições e condicionamentos sociais similares e individuação porque cada pessoa internaliza uma combinação incomparável de esquemas? Na resposta desta questão é que se pode começar a operacionalizar o conceito de *habitus*.

Wacquant (2007) afirma que para Pierre Bourdieu a noção de *habitus*

[...] é, em primeiro lugar e acima de tudo, um modo estenográfico de designar uma *postura de investigação*, ao apontar um caminho para escavar as categorias implícitas por meio das quais as pessoas montam continuamente seu mundo vivido, que tem informado pesquisas empíricas em torno da constituição social de agentes competentes em uma gama variada de quadros institucionais. (WACQUANT, 2007, p.69-70, grifo do autor).

No sentido de auxiliar o entendimento do conceito em ação, pode-se tomar como exemplo, a variante do *habitus* professoral, utilizando aqui as reflexões de Silva (2005) que arquitetou tal variante a partir do conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu e da categoria experiência, fruto de muitos acontecimentos inter-relacionados ou de muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento, formulada por Edward Thompson, além de estudos sobre a epistemologia da prática docente. Para Silva (2005, p.157-158), “[...] a semelhança entre a lógica da noção de experiência e a noção de *habitus* é visível. O que seguramente se pode dizer é que uma não existe sem a outra, já que o *habitus* é a substância da experiência e vice-versa.” Assim, segundo essa autora, a natureza do ensino na sala de aula, da prática do ato de ensinar, é constituída por uma estrutura estável, porém estruturante, isto é, uma estrutura estável, mas não estática, derivada de uma aprendizagem que desenvolve o *habitus* professoral. A partir de uma pesquisa empírica, foi observado e descrito um conjunto de ações que eram exercidas pelos professores observados, ações essas que recebiam respostas imediatas, objetivas e espontâneas de seus alunos, que estabeleciam relação direta com os gestos de ensino praticados por esses profissionais. Portanto, comportamentos semelhantes dos professores geravam comportamentos semelhantes dos alunos, traduzidos sob a forma de gestos corporais e apreciações próprios do processo de ensino-aprendizagem, gestos esses aprendidos na prática de ser professor e na prática de ser aluno.

Com a descrição da *hexis* corporal dos professores e sua interpretação combinada com outros dados quantitativos e qualitativos, Silva (2005) conclui que a formação do *habitus* professoral, ou seja, as disposições que são adquiridas na ação docente são desenvolvidas somente no e com o exercício da docência. Os elementos de formação que são aprendidos na teoria dos cursos de formação de professores só são agregados ao *habitus* a partir da prática da ação, prática essa realizada também com recursos teóricos que foram aprendidos abstratamente. Entretanto, aqui importa ressaltar que a aprendizagem que advém da observação é intelectual e não prática, ou seja, os discentes dos cursos de formação de professores não aprendem a serem mestres quando são estudantes. O que se pode afirmar é que a incorporação das disposições são auxiliadas pela imersão precoce e de longo prazo do futuro professor como aluno no ambiente escolar, matriz de percepções e apreciações do ser professor adquiridas pela ação osmótica do *habitus*.

Importante comentar que Silva (2005) realiza uma observação da estruturação do *habitus* professoral comum a todos os profissionais de ensino na sala de aula, mas destaca, conforme Bourdieu a necessidade de perceber a diversidade da homogeneidade. Para tal seria preciso ir de aspectos macrossociológicos para os microsociológicos. Partindo de um *habitus* professoral de forma ampla e dirigindo-

se para a especificidade de disposições derivadas da trajetória social do indivíduo, localizando-o no espaço social, ou seja, no campo em que se insere, espaço de posições hierárquicas que distribui os agentes a partir do volume dos tipos de capitais específicos que possui.

Caminha-se então no sentido de corroborar com a tese de que os conceitos de Bourdieu estão interligados, são indissociáveis e auxiliam no processo de entendimento de que o objeto das Ciências sociais não é o indivíduo, mas a rede de relações das quais esse indivíduo participa.

A noção de campo, a partir de Bourdieu (2002b, 2003) pode ser compreendida quando se pensa em um espaço social estruturado e hierarquizado de posições em disputa, em lutas concorrenciais, definidas na posse do capital (volume e estrutura) específico circulante no campo (acumulado em lutas anteriores e derivado de uma trajetória social), que engloba instituições, agentes, grupos de agentes com *habitus* compatível e gerador de estratégias, em que pretendentes e dominantes, crentes no jogo, na disputa, e com interesses fundamentais em comum, estabelecem relações de força e de poder.

Parece que o campo é o mais fácil de ser nomeado e delimitado. Pode-se falar em campo educacional, campo universitário, campo jurídico, campo esportivo, campo literário, entre outros, fundados e explicitados por Bourdieu em suas pesquisas empíricas ou por pesquisadores que operaram com seu arcabouço teórico-metodológico. São perceptíveis, igualmente, seus limites, se se pode desenhar o limite de seus efeitos e as estruturas de relações objetivas que auxiliam a explicação das formas concretas de interação. Como, no quadro teórico desenvolvido por Bourdieu, sabe-se que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, por isso a referências de propriedades gerais a todos os campos, é possível utilizar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, que embora relativamente autônomos, se inter-relacionam (BOURDIEU, 2002b, 2003).

É destacado em Montagner e Montagner (2011) que o campo possui uma dinâmica de regularidade social, pois traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução, a saber, meios de formação de novos integrantes (uma vez que a gênese do conceito adveio da necessidade de situar os agentes portadores de um *habitus* dentro do espaço no qual esse mesmo *habitus* foi engendrado); inclui instâncias de consagração e os ritos de instituição, responsáveis pela regulação do que é legítimo e o que é desvalorizado, além dos modos de seleção de novos integrantes ou postulantes.

Mas como se desenha tal espaço simbólico? Como pode ser descrito para análise e utilizado como ferramenta sociológica?

Algo parecido com um roteiro e que esclarece tal questão, pode ser encontrado em Wacquant (2005) quando procura descrever como Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito a partir do campo artístico. Para esse autor seria preciso primeiramente, perceber a posição do campo em referência ao campo do poder, ou seja, na teia de instituições na qual circulam os poderes econômicos, políticos e culturais reservados à classe dominante; depois, deve-se traçar uma topologia da estrutura interna do campo, de modo a desvendar a estruturação das relações (de supremacia e subordinação, distância e proximidade, complementaridade e antagonismo) que vigoram entre os agentes e as instituições; por último Wacquant (2005) destaca como fundamental realizar a construção das trajetórias sociais dos indivíduos, de modo a tornar visível o sistema de disposições socialmente constituído, o *habitus*, que guia a conduta e as representações dos agentes, esquemas interiorizados de compreensão que atualizam ou não as potencialidades inscritas nas posições ocupadas no campo.

Para exemplificar a descrição de um campo, retoma-se Catani (2011) que descreve o campo universitário, real não apenas por sua estrutura objetiva, mas também porque esta se verifica incorporada nas disposições dos agentes, afirmando que o mesmo,

[...] é um *locus* de relações que envolvem como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social, institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidas distintas *enjeux* (apostas) de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas tomadas de posição, é dizer, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes. (CATANI, 2011, p.198).

O campo universitário foi um dos estudados e descritos por Bourdieu (2002c) em sua obra *Homo Academicus* de 1984. Nessa obra o autor inicia sua abordagem do campo situando os professores universitários no pólo dominado do campo do poder, opondo-se, em relação a esta posição, aos padrões da indústria e do comércio. Contudo, enquanto detentores de uma forma institucionalizada de capital cultural, eles se opõem também aos escritores e aos artistas ocupando uma posição dominante no campo de produção cultural. Já especificamente dentro do campo das instituições de ensino superior, cuja estrutura reproduz em uma lógica propriamente escolar a estrutura do campo do poder, os professores das diferentes faculdades se distribuem nas posições entre o pólo do poder econômico e político e o pólo de prestígio cultural. O campo universitário reproduz também em sua estrutura o campo do

poder na sua ação de seleção e de inculcação, contribuindo para a reprodução das diferentes posições encontradas no campo do poder. Isto pode ser atestado quando se percebem as diferenças econômicas, culturais e sociais, que separam as faculdades e as disciplinas, e em que se reconhece o essencial do que constitui as oposições no seio do campo do poder entre a fração dominada e a fração dominante (BOURDIEU, 2002c).

Bourdieu (2002c) ainda descreve os princípios de hierarquização do campo universitário, as espécies de poder presentes no campo e o tipo circulante de capital, o capital universitário em que se mesclam autoridade científica e autoridade estatutária fundada no arbitrário da instituição.

A partir do exemplo do campo universitário, pode-se compreender de que forma o conceito de campo pode ser operacionalizado, lembrando que existem também outras formas de combinação possível. Pode-se estudar os subcampos, ou seja, nesse mesmo exemplo, recorda-se que Bourdieu fez estudos sobre o campo dos estabelecimentos de ensino superior e delimitou para análise os subcampos as Grandes Escolas, as Faculdades e as Classes Preparatórias. Tudo depende, portanto, da onde se realizar a observação e de verificar o conjunto de relações objetivas entre instituições e agentes correspondentes que possuem o mesmo campo gravitacional e que exercem uns sobre os outros efeitos à distância. Outro exemplo pode surgir ao analisar o campo esportivo. Pode trabalhar com o campo esportivo e o subcampo do futebol, uma vez que se pretende vincular em um guarda-chuva maior, o espaço social observado. Pode-se também estudar as interseções dos campos, como quando se observa o campo esportivo que é permeado por vários outros campos, como o midiático, o científico, o jurídico, o político, o científico, surgem novas combinações e novas denominações de campo, como o campo midiático-esportivo em que será analisada a interferência da mídia no esporte, ou ainda que é possível diferenciar uma mídia voltada para o fenômeno do esporte em comparação, por exemplo, à mídia que se dedica a explicitação de outros fatos e fenômenos. Se o foco fossem as políticas públicas de esporte, poder-se-ia analisar o campo político-esportivo delineando todos os componentes sociais que o determinam, lógicas, interesses, poder simbólico, capital circulante, disposições, etc.

Fechando a tríade de base do quadro teórico de análise de Bourdieu, destaca-se a relevância de agregar aos conceitos de *habitus* e campo, o conceito de capital desenvolvido pelo autor.

Bourdieu elaborou enunciados para o capital cultural, capital social, capital simbólico e o capital econômico. Importantes para compreender a dinâmica social de seu pensamento, o autor delimitou o capital econômico como os fatores de produção e o conjunto de bens materiais ou financeiros; o capital cultural em seu formato

incorporado, objetivado ou institucionalizado; o capital social como o conjunto de relações sócias, de conexões, ligações com outros indivíduos e o capital simbólico, que seria o reconhecimento e posse das outras três formas de capital (BRANDÃO, 2010).

Como exemplo de interpretação e utilização do conceito pode-se verificar em Brandão (2010) que a operação com o conceito de capital cultural se deu a partir do *survey* desenvolvido para coleta de informações do público interrogado para a pesquisa empírica e que suscitou inferências interessantes. Primeiramente verificou-se a necessidade de ir além de Bourdieu quando foi percebido um distanciamento da lógica e do conteúdo das práticas sociais das elites culturais estudadas por Bourdieu na França das décadas de 1960 e 1970 e o surgimento de outros padrões de cultura. Parece uma afirmação óbvia, mas de grande pertinência para destacar que o pesquisador deve extrapolar o universo empírico que deu origem ao conceito e não somente realizar a verificação dos mesmos elementos encontrados por Bourdieu. No caso de Brandão (2010), evidenciou-se que no universo pesquisado novos padrões de distinção e assim a possibilidade de reposicionamento dos agentes nos campos sociais devido a nova forma de capital possuída, advinham do volume de capital informacional dos agentes estudados. Deduziu-se na referida pesquisa que,

A qualidade da vida social nos espaços urbanos, crescentemente complexos das grandes metrópoles – com o Rio de Janeiro –, demanda um tipo de conhecimento permanentemente atualizado que articule o nível local aos cenários mundiais/globais. Por outro lado, essa articulação se faz necessária para poder compreender e significar o cotidiano, assim como para desenvolver estratégias a partir da antecipação de cenários futuros de curto prazo. (BRANDÃO, 2010, p.234).

A autora conclui que o capital informacional não é democraticamente distribuído porque está condicionada às condições socioeconômicas e ligada ao uso de novas tecnologias de informação como via de escoamento e orientação do fluxo de trocas materiais e simbólicas.

Para tornar mais palpável a utilização do conceito de capital cultural pode-se pensar nas pesquisas que verificam as estratégias de reconversão deste tipo de capital em outros. Um exemplo desta reconversão pode ser verificado em pesquisas empíricas que detectam que as famílias procuram a ampliação do capital cultural e social dos filhos e por este motivo preocupam-se na hora de escolher a escolas que esses irão frequentar.

A partir do exemplo colhido em dados de pesquisa que utilizam o quadro teórico-metodológico que aqui se cita, atesta-se a conexão do conceito de capital

com os demais conceitos desenvolvidos por Bourdieu. Perceberam-se premissas como: que o capital cultural é valorizado tanto pela autonomia quanto pela dinâmica do campo; que o capital cultural reveste os bens econômicos de determinado poder simbólico; que o tipo de capital social depende do lugar ocupado pelo agente, do *habitus* incorporado e dos capitais culturais e econômicos que o indivíduo possui e, por fim, que a combinação dos diferentes tipos de capital, possibilita a localização do agente social no interior do campo em que atua.

A preocupação nas investigações examinadas foi, portanto, e assim se exemplifica a utilização do conceito, mapear como o capital cultural é adquirido e mantido; a descrição de estratégias educativas, pela escolha de instâncias de socialização que atuem em continuidade com experiências do meio familiar; a distribuição de bens culturais e as estratégias escolares que determinam o campo de possíveis (a possibilidade ou não da circulação em espaços sociais diversos).

## Considerações Finais

A partir do exposto neste texto, reflete-se sobre algumas configurações possíveis nas quais as ferramentas sociológicas de pesquisa legadas por Pierre Bourdieu podem se tornar operacionais ao ponto de auxiliar a inferência de dados de pesquisa em áreas diversas. Os conceitos de *habitus*, campo e capital, atrelados e em consonância com as demais noções desenvolvidas por Bourdieu, foram aqui expostos no sentido de revelar exemplos de sua utilização e não um “formato único melhor”.

Foi possível detectar na utilização do conceito de *habitus* a descrição dos gestos corporais, das formas de agir, pensar e de apreciar típicas do ser professor, que inclinava gestos, formas de agir, de pensar e apreciar típicas do ser aluno, revelando também um *habitus* estudantil. Só foi possível realizar essa estenografia pela visível regularidade das disposições. A observação no campo empírico aliada a outras técnicas de pesquisa (questionário, entrevistas, análise de documentos, entre outras), pode auxiliar na compreensão de *habitus* de categorias, mas também na percepção do *habitus* individual, derivação do *habitus* de classe, a diversidade na homogeneidade cuja descrição vai depender do tipo de problema de pesquisa que se quer discutir. O que se conclui é que tal regularidade de disposições, possível de ser detectada em outros campos, é uma visualização de disposições de nível macrosociológico.

Relembra-se que para Montagner e Montagner (2011) ainda não foram desenvolvidos na Sociologia elementos de captação e sistemas de análise capazes

de bem determinar a linguagem corporal, ou seja, a *hexis* como ela se apresenta. Mesmo se exemplificada e analisada externamente, falta uma técnica alentadora e eficaz no manuseio desse tipo de dado.

Depois de retratar elementos da gênese do campo a ser investigado deve-se iniciar com a descrição da topologia da estrutura interna e funcionamento do campo a partir da explicitação de sua lógica, objetos de disputa e das disposições dos agentes que nele circulam. Como lembram Jourdain e Naulin (2011), a verificação do funcionamento do campo poderá se dar utilizando a metáfora do jogo desenvolvida por Bourdieu para a operacionalização desse conceito, atentando-se para as regras do jogo que definem os mecanismos legítimos de aquisição e de conservação do capital específico do campo e os ritos de consagração que permitem elevar as posições. Com o senso do jogo, de forma geral, se compreende a crença na disputa e em sua existência (*illusio*). A interiorização da *illusio* própria de um campo se dá na aquisição de um *habitus* ajustado ao campo, que permite interiorizar o conhecimento e o reconhecimento das apostas e leis do campo, ou seja, práticas que se ajustam espontaneamente às exigências do campo.

O conceito de capital é operacionalizado na descrição dos tipos variados de capitais (econômico, cultural, social, simbólico) e das estratégias de manutenção e reconversão dos mesmos, lembrando que são os objetos de disputa nos campos sociais. A verificação do capital cultural em seu estado incorporado (o ter que se tornou ser; propriedade que se fez corpo) é a própria verificação das disposições uma vez que é um tipo de capital ligado ao corpo e que têm a predisposição para funcionar como capital simbólico. O capital cultural institucionalizado é detectável com a busca por certificados, ou seja, pela certidão de competência cultural e o capital cultural objetivado se evidencia na busca por suportes materiais que possuem os agentes sociais. A descrição do capital social é descrição própria da rede de relações que o agente pode mobilizar e os lucros que o pertencimento ao grupo pode proporcionar.

Concluindo, resta relembrar que, de uma forma ou de outra, com quaisquer conceitos de noções desenvolvidos por Bourdieu que sejam empregados na inferência de dados, a ideia é sempre realizar rupturas e desnaturalizar os espaços sociais para que sejam observados os elementos do campo empírico que, à luz do quadro teórico de análise legado por esse sociólogo, auxiliem a desvelar as lógicas da ordem social estabelecida, proporcionando reflexões e posteriores ações em direção à emancipação do indivíduo a partir de sua autoanálise.

## **BOURDIEU WITHOUT MYSTERY OR THE APPLICABILITY OF SOCIOLOGICAL RESEARCH TOOLS**

**ABSTRACT:** *This paper aims to discuss in a practical and operational way the appropriation of the sociological theory developed by Pierre Bourdieu. After checking the great interest that the theoretical framework of analysis of this author has raised, we can understand the need to reflect on the use of the search tools created by Bourdieu, aiming to provide more security in their application in various research areas of knowledge, highlighting that the use of this theory should not be absolute claims or framed in a single format. Drawing on examples collected in the intellectual production field, we pointed out some of the forms from which concepts and notions can be used.*

**KEYWORDS:** *Pierre Bourdieu. Concepts. Appropriation. Operationalization.*

### REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

\_\_\_\_\_. Retour sur la reception des héritiers et de la reproduction. In : BOURDIEU, P. **Interventions, 1961-2001: science sociale & action politique**. Marseille: Agone, 2002a. p.73-77.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 2002c.

\_\_\_\_\_. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Tradução de Cristiane Nascimento. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p.229-253.

\_\_\_\_\_. L'inconscient d'école. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.135, p.3-5, 2000.

\_\_\_\_\_. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

BOUVERESSE, J. **Bourdieu, savant & politique**. Marseille: Agone, 2003.

BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.1, p.227-241, jan.-abr. 2010.

CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.32, n.114, p.189-202, jan.-mar. 2011.

CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. R. de M. Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. In: KONDER, L.; TURA, M. de L. R. (Org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p.127-160.

CHAMPAGNE, P.; CHRISTIN, O. **Mouvement d'une pensée: Pierre Bourdieu**. Paris: Bordas, 2004.

CHARTIER, R. Introdução: por uma Sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

JOURDAIN, A.; NAULIN, S. **La théorie de Pierre Bourdieu et ses usages sociologiques**. Paris: Armand Colin, 2011.

MAUGER, G. Sobre algunos obstáculos sociales a la comprensión de la obra de Pierre Bourdieu. Tradução de Lucía Torres Salmerón. In: ALONSO, L. E.; CRIADO, E. M.; PESTAÑA, J. L. M. (Org.). **Pierre Bourdieu: las herramientas del sociólogo**. Madrid: Fundamentos, 2004a. p.283-298.

\_\_\_\_\_. Résistances à la sociologie de Pierre Bourdieu. In: PINTO, L.; SAPIRO, G.; CHAMPAGNE, P. **Pierre Bourdieu, sociologue**. Paris: Bordas, 2004b. p.369-412.

MONTAGNER, M. A.; MONTAGNER, M. I. A teoria geral dos campos de Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v.5, n.2, p.225-273, 2011.

SETTTON, M. G. J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.41, p.296-307, maio/ago. 2009.

SILVA, M. da. O habitus professoral: objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.29, p.152-163, maio/jun./jul./ago. 2005.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v.10, n.16, p.63-71, jul.-dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Mapear o campo artístico. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.48, p.117-123, 2005.

Recebido em 04/09/2013.

Aprovado em 02/03/2015.



# ULRICH BECK E O PARADIGMA SOCIOLÓGICO DO RISCO

*Eduardo Nunes JACONDINO\**

*Daniel da Rosa ESLABÃO\*\**

**RESUMO:** Este artigo desenvolve análises teórico-conceituais acerca do paradigma sociológico do risco, tal qual nos é apresentado pelo eminente sociólogo germânico, contemporâneo e falecido em 2015, Ulrich Beck. Por meio do mesmo buscamos estabelecer algumas distinções conceituais, relacionada à abordagem economicista predominante nas Ciências Sociais, no que tange ao olhar sobre as sociedades; bem como estabelecer um diálogo com teóricos que também convergem sobre este tema. Desejamos, por fim, contribuir para a compreensão da proposição paradigmática da sociedade de risco, que converge para debates profícuos face aos horizontes da reflexividade contemporânea e do diálogo ciência-sociedade, tão imprescindíveis diante do novo momento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reflexividade. Globalização. Modernidade. Risco.

## Introdução

Falecido em janeiro de 2015, o sociólogo alemão Ulrich Beck ajudou a desenvolver a percepção sociológica e a consciência social acerca da civilização industrial como potencialmente geradora de ameaças à vida, ao ambiente e mesmo à própria sociedade. Fenômeno relativamente recente. Neste artigo, abordaremos as percepções deste autor acerca do risco, enquanto construção sociológica. Para isso, teremos como principal referência textual a obra *Sociedade de Risco*, de 1986, traduzida em 2010 para a língua portuguesa. No estudo desta obra destacaremos

---

\* UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão – PR – Brasil. 85605-010 – eduardojacondino@hotmail.com

\*\* UP – Universidade do Porto. Porto – Portugal. 4150-564 – daniel\_filosofo@hotmail.com

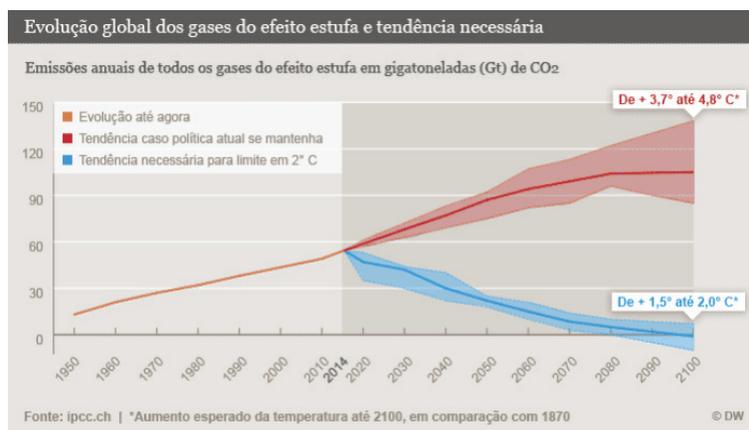
a visão geral do autor acerca do mundo moderno, bem como a necessidade de ampliação do debate público acerca das questões pertinentes ao **desenvolvimento tecnológico** e seus **efeitos** sobre a **natureza e a sociedade**.

Cabe salientar que a ideia presente de risco, em nossa sociedade contemporânea, nem sempre correspondeu à conotação atual. Muitos autores modernos associaram a ideia de risco ao contexto do desenvolvimento do capitalismo ocidental. No alvorecer do período das grandes navegações, a palavra risco, derivada do latim *riscare*, estava impregnada de uma conotação altamente positiva; muito próxima de ousadia, coragem e fortuna. Para Beck (2010), na modernidade o termo toma um sentido negativo, por demais distinto daquele que possuía nos séculos XV e XVI. Representa o conjunto de ameaças, por vezes imprevistas, geradas pelas sociedades industriais. Pelo modelo mental, tecnológico e econômico de gerir a vida.

Em 1986 a Europa foi sacudida com a notícia (inicialmente negada, pela então União Soviética) do acidente nuclear de Chernobil. Este evento catastrófico espalhou uma nuvem de radioatividade por uma grande extensão do continente. Motivado por estes acontecimentos o sociólogo alemão escreveu sua obra de maior repercussão, *Sociedade de risco*. Neste livro o autor afirma que vivemos em um momento de depauperização civilizatória, no qual, devido ao modelo de industrialização das sociedades modernas, o ser humano teria introduzido uma série de intromissões junto à natureza e seus recursos. Estas intromissões drásticas e ameaçadoras poriam em risco as condições de vida na terra.

O gráfico a seguir contribui para que se tenha uma ideia acerca deste argumento.

**Gráfico 1 – Mudanças Climáticas**



**Fonte:** Quaille (2014).

O gráfico é parte integrante do documento: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, 2014), apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 20, evento que ocorreu no Peru, em 2014.<sup>1</sup> Com base nos indícios científicos disponíveis e apresentados no evento, houve consenso quanto ao fato de que o aumento de 2°C seria o limite máximo admissível de aumento da temperatura global, em relação ao início da industrialização, o que confirma a tese de Beck (2010) sobre os riscos e malefícios produzidos pelo modelo de desenvolvimento industrial predominante. O que mostrou ser necessário restringir as emissões dos gases causadores do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da temperatura da terra. Entretanto, especialistas observaram, ainda no mesmo evento, que o mundo muito provavelmente esteja caminhando para um aquecimento de 4°C. O que trará, para a vida no planeta, repercussões desastrosas.

Este tipo de alteração ocorrida nos ambientes naturais diferenciam-se daquelas ocorridas no século XIX (MARX, 2014), embasadas em crises de escassez, que se caracterizavam pela miséria material, escassez e fome, que poderiam/deveriam ser superadas por meio de modelos mais equitativos de desenvolvimento político/econômico; enquanto a crise atual se caracterizaria pela ameaça as próprias bases naturais da vida: água, solo, ar, como as preconizadas por Pretty (2006), exigindo, de modo inédito, uma **mudança de paradigma**.

A tese central é a de que estes riscos, criados pelo ser humano e pelo modelo moderno e industrial de sociedade, atingem proporção global, uma vez que não há região ou país que possa sentir-se livre das consequências e ameaças trazidas por este modelo. Por outro lado, os riscos na sociedade moderna se encontram em estado de latência, isto é, segundo nosso autor são ameaças que pairam sobre as sociedades, mas que, em grande medida, permanecem ocultas: “Risco de autodestruição da vida na terra” (BECK, 2010, p.25), causado pelas tecnologias criadas pela própria humanidade. Ou ainda, riscos causados pela poluição, pela degradação ambiental, pelas tecnologias humanas como a energia nuclear e o esgotamento dos recursos naturais. O que gera, segundo Luhmann (1993), probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis referentes aos fatores acima relacionados.

Por isso, o risco está incorporado à modernidade (BECK; GIDDENS; LASH, 2000). Como exemplos o autor nos cita os riscos decorrentes de três fontes principais: a energia nuclear, os resíduos químicos e a tecnologia genética. Nas crises do século XIX (sociedade de escassez), predominava o paradigma da distribuição dos recursos e riquezas entre os países, sociedades e no escopo das classes sociais; já no paradigma da sociedade de risco predomina a diferente distribuição dos riscos entre os países, sociedades e classes sociais (BECK, 2010).

---

<sup>1</sup> O documento apontou para o fato de que a Progressão das emissões de gases-estufa, conforme medições feitas em 2014, estava longe da curva ideal.

Podemos afirmar que a obra resulta da percepção de que o mito segundo o qual a moderna sociedade industrial representa o ápice das possibilidades da modernidade e, posteriormente do que se convencionou chamar de progresso humano/social (BECK, 2010), não mais se sustenta. Mais do que isso, que os modelos explicativos e os conceitos e medidas empregados até então se mostram insuficientes, quando não, ocultam outras implicações que a cada dia devem tornar-se pertinentes aos olhos acurados do cientista social.

## Sociedade de risco: implicações teórico-conceituais e sociais

Na *Sociedade de Risco* o apriorismo teórico/mítico que pregava a **evolução unilinear das sociedades**, de um modelo arcaico em direção a um modelo mais evoluído, é questionado. Beck (2010) evoca Kant, quando este questionava acerca das condições e possibilidades da sociedade humana. Uma ideia que parece esquecida na atualidade, tendo em vista a mentalidade hegemônica, inquestionada, do atual modelo de civilização industrial. Predominante inclusive no campo das Ciências Sociais.

Na percepção beckiana há um vácuo teórico ante este horizonte, ante as ameaças cumulativas geradas pela sociedade industrial e pelos paradigmas clássicos do pensamento sociológico até então em voga. Nestes termos, o autor assim se manifesta:

Mais urgente do que nunca, precisamos de esquemas de interpretação que nos façam [...] repensar a novidade que nos atropela e que nos permita viver e actuar com ela. Seguir as pistas dos novos conceitos, que já se mostram em meio aos cacos dos antigos, é empreendimento difícil. (BECK, 2010, p.14).

A estrutura deste pensamento percorre o seguinte caminho: na primeira parte da obra citada, o autor se propõe ir além dos conceitos restritos, ou seja, da conceitualidade da sociedade industrial. Afinal, para ele, estes apresentam severas limitações, pois não abarcam a novidade dos fenômenos em curso. Do mesmo modo que se mostram insuficientes para a reflexão propositiva, engendrada em seu pensamento, especialmente quanto às alternativas possíveis ao modelo vigente.

Neste momento, vemos a afinidade teórica entre as perspectivas desenvolvidas pelo autor e por Anthony Giddens, outro sociólogo contemporâneo, com o qual Beck acaba compondo uma parceria intelectual (BECK; GIDDENS; LASH, 2000). É elucidativo destacar que Giddens (1991), em sua obra *As Consequências*

da *Modernidade* caracteriza os tempos em que vivemos como uma época de indefinição. Alta Modernidade é o termo por ele empregado para aludir a uma época de eminentes transformações. Transformações advindas da esfera global mas que se refletem, de maneira significativa, na esfera privada, íntima, dos atores sociais.

A metáfora empregada por Giddens (2005) é a de uma colina, do alto da qual se pode vislumbrar a paisagem do horizonte a ser percorrido, sem que, contudo, este tenha sido alcançado. É interessante destacar que enquanto Giddens utiliza o conceito alta modernidade, Beck preferirá modernidade tardia e no contexto do seu estudo sobre o risco ele não distinguirá os termos modernização e industrialização. Empregará o primeiro como generalização simplificadora. Ambos referindo-se à condição de um:

[...] salto tecnológico de racionalização e da transformação do trabalho e da organização, englobando para, além disso, muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controladas formas políticas de opressão e participação, das concepções da realidade e das normas cognitivas. O arado, a locomotiva a vapor e o microchip são, na concepção sócio científica da modernização, indicadores visíveis de um processo mais profundo, que abrange e reconfigura toda a trama social, no qual se alteram [...] as fontes da certeza das quais se nutre a vida. (BECK, 2010, p.23).

Com esta definição de modernidade o autor se aproxima de pensadores tais como Eisenstadt e Lepsius, que pintam os tempos atuais como uma **era de incertezas**, em oposição aos períodos precedentes; já que as noções de risco e ameaça são opostas às noções de certeza e segurança, predominantes tanto o ponto de vista social quanto teórico (no âmbito das Ciências Sociais). Ainda na primeira parte de seu livro, Ulrich Beck (2010) confronta duas lógicas opostas em relação à produção do risco e a produção da riqueza. Na segunda parte de sua obra o autor reflete acerca da destraditionalização das formas de vida, decorrentes das sociedades industriais.

Suas análises direcionam-se para o tema da individualização, institucionalização e padronização das condições de vida e das relações entre os indivíduos e sociedade, no contexto da moderna ordem industrial. Embora a discussão desenvolvida pelo autor seja dotada de relevância e atualidade, não nos deteremos nesta parte de seu livro, uma vez que não foca na questão essencial a qual nos propomos a analisar, ou seja, a temática do risco, retratada na terceira parte do livro, na qual o autor aborda questões essenciais do **pensamento reflexivo modernizador**, tais como a análise crítica acerca da capacidade de o desenvolvimento científico e tecnológico, por si só, trazer desenvolvimento

econômico e social. Além disso, é neste terceiro momento da obra que a discussão em torno da dissolução das fronteiras políticas nos horizontes do risco é desenvolvida. Trata-se da **globalização do risco**, em seus efeitos ambientais/globais.

Neste sentido, o autor irá questionar:

Como é possível que as ameaças e riscos sistematicamente co-produzidos no processo tardio da modernização sejam evitados, minimizados, dramatizados, canalizados e, quando vindos à luz sob a forma de efeitos colaterais latentes, isolados e redistribuídos de modo tal que não comprometam o processo de modernização e nem as fronteiras do que é (ecológica, medicinal, psicológica ou socialmente) aceitável? (BECK, 2010, p.24).

Beck refere-se, aqui, ao fato de que as sociedades modernas não apresentam níveis conscientes acerca das diversas formas de riscos e ameaças que elas próprias têm produzido, aceitando o inaceitável risco de “autodestruição da vida na terra” (BECK, 2010, p.25). Algo que não pode ser explicado pela teoria da legitimidade desenvolvida no início do século XX. Até porque o estabelecimento do que seria um risco aceitável, não nos parece algo tão simples de se definir.

Na visão beckiana, as sociedades industriais vivem um momento onde se sobrepõem dois paradigmas. De um lado, predomina o paradigma capitalista da distribuição desigual da economia; de outro lado, predomina o paradigma industrial da distribuição desigual dos riscos. Este quadro, inicialmente pertinente às nações industrialmente desenvolvidas, relaciona-se num segundo momento com o todo maior da realidade global, analisado pelo autor por meio de uma **visão sistêmica de múltiplas relações**.

É interessante observarmos que autores como Fernand Braudel (1995) e, mais recentemente, seu discípulo estadunidense Immanuel Wallerstein (1994, 2005), utilizam a expressão sistema-mundo para se referir as interações globais, em seus aspectos econômicos e políticos, uma vez que para eles estes decorrem do desenvolvimento do capitalismo globalizado.

De fato, se nas sociedades pré-modernas os riscos costumavam circunscrever-se a esfera local<sup>2</sup>; na modernidade os riscos tendem a transcender o espaço de sua ocorrência. Estes riscos trazidos pelo processo de modernização se caracterizam pela globalidade de seu alcance. E mais, seus efeitos não se restringem às sociedades humanas. Ao contrário, costumam ter efeitos ainda não totalmente dimensionados sobre a fauna, a flora, a terra, o ar e os recursos hídricos. Trazendo à tona discussões

---

<sup>2</sup> Sobre os efeitos locais e situações de risco humanamente produzidos, sugerimos a leitura da genial obra de Jared Diamond (2006), *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*.

que se debruçam por sobre a questão dos limites do modelo industrial e econômico predominantes (advindos do mundo ocidental); bem como por sobre a questão da ética e da necessidade de se unificar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental.

Se nas sociedades marcadas pela escassez (ou subprovisão) a tecnologia era vista como uma solução para seus problemas, nas sociedades modernas esta mesma tecnologia é vista, também, como fonte promotora de novos problemas e de problemas de mais difícil compreensão, percepção e solução. Isto porque os riscos gerados pela superprodução industrial tendem a ser menos evidentes do que aqueles causados pela pobreza e pelo subdesenvolvimento. Com exceção dos casos agudos, por meio dos quais grandes acidentes ambientais acontecem.

Para estudar os riscos ambientais socialmente produzidos o autor desenvolve seus argumentos a partir de cinco pontos. Primeiro, ele se refere aos **danos em larga escala**, tais como o acontecimento radioativo que assustou a Europa e o mundo em 1986. Neste ponto, enfatiza que o processo de produção de riscos e ameaças, inerentes ao sistema industrial, necessita ser sociologicamente definido.

Segundo, ele reflete acerca da **distribuição assimétrica do risco**, inclusive no campo das relações internacionais. De todo modo, embora perceba estas desigualdades, conclui que as situações de risco geradas pelas sociedades industriais não permitem a ninguém o dom da intangibilidade: O que vai, volta, o mundo está interligado em uma trama ecológica global que desconhece fronteiras. As situações sociais de ameaça são um fenômeno global.

Terceiro, ele analisa a **expansão do quadro de risco** dentro da lógica do sistema capitalista. Contudo, enfatiza que é o modelo de sociedade industrial o principal responsável pela grave situação de risco vigente no mundo moderno, e não o capitalismo em si.

Para o autor, o momento atual, caracterizado pelo conceito de modernidade tardia, é o momento por meio do qual tanto a riqueza quanto os **riscos resultam de processos de produção social**. Neste sentido, o desenvolvimento tecnológico das sociedades humanas e o alto nível das forças produtivas, sob o influxo dos mais avançados recursos tecnológicos aplicados à produção de bens e mercadorias, acarreta uma nova configuração quanto às desigualdades daí resultantes. Estas assimetrias, por sua vez, não se restringem ao âmbito dos indicadores econômicos e da divisão do trabalho social. Também implicam **diferentes graus de exposição aos riscos** produzidos.

Na sua obra *O que é Globalização*, Beck (1999, p.79-81), elenca três contextos de riscos específicos de diferentes contextos:

Primeiro: a destruição ecológica condicionada pela riqueza e pelos riscos técnicos industriais [...] efeito estufa, manipulação genética, camada de ozônio. [...] Segundo: a destruição ecológica condicionada pela pobreza. [...] Terceiro: armas de alto poder destrutivo.

As armas destruidoras referidas pelo autor são aquelas discutidas no meio ecológico há muitas décadas, conhecidas como pela sigla em inglês ABC: atômicas, Biológicas e químicas (*atomic, biological and chemical*).

Podemos pensar nas situações extremas geradas pelo risco representado pela fome e pela morte causada por subnutrição. De outro lado, as nações industrializadas, que embora já tenham superado em grande monta estes casos extremos, são sociedades cada vez mais expostas a outras formas de riscos, causadas pelo sistema da própria modernização. Seja pela quantidade de resíduos gerados, que de maneira crescente e cumulativo acabam por contaminar o ambiente; seja pelo risco gerado através do sistema energético baseado em fontes nucleares. Neste caso, as sociedades industrializadas se notabilizam como grandes geradoras de riscos, na mesma medida em que sua indústria se mostra capaz de produzir poluição e resíduos contaminantes.

Este modelo industrial, produtor de riscos, tem seus centros geradores nas nações desenvolvidas, que, para além da produção toxicológica que desencadeiam, exportam seu modelo produtivo para outras nações, até pouco tempo denominadas de periferia. Nações que então se tornam novos centros difusores de mais poluição e produtoras subsidiárias de mais e mais situações de risco.

Este efeito equalizador, para utilizarmos uma expressão empregada por Beck, expressa a ideia de que democraticamente o risco a todos atinge. Pois, se “a miséria é hierárquica, o *smog* é democrático” (BECK, 2010, p.43).

Este paradoxo, segundo o qual persiste o desnível em relação ao acesso aos recursos econômicos, enquanto o risco tende a ser cada vez menos hierarquizado, pois potencialmente a todos atinge, nos remete a questão da universalização democrática do risco, uma vez que este não reconhece fronteiras entre ricos e pobres, nações desenvolvidas ou não. A este fenômeno Beck dá o nome de globalização do risco.

No contexto desta globalização vemos um fenômeno que solapa a lei da distribuição desigual do risco, proposta pelo autor, fazendo volver sobre os agentes e as classes superiores os mesmos efeitos que, em um primeiro momento, normalmente atingem as classes desprotegidas da sociedade.

Fenômeno denominado, por Beck (2010, p.44), de efeito bumerangue:

Contido na globalização e ao mesmo tempo distinto dela, há um padrão de distribuição de riscos no qual se encontra um material potencialmente explosivo: cedo ou tarde eles alcançam inclusive àqueles que os produziram ou que lucram com eles. Em sua disseminação, os riscos apresentam socialmente um efeito bumerangue: nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles. Os anteriormente ‘latentes efeitos colaterais’ rebatem também sobre os centros de sua produção. Os atores da modernização acabam, inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam e com os quais lucram.

Para Beck (2010), o efeito bumerangue acaba produzindo uma estranha unicidade entre culpado e vítima, desfazendo as ilusões de imunidade das classes mais próximas ao topo da pirâmide social. Não obstante, as classes menos privilegiadas tendem a uma exposição imediata a tais circunstâncias de risco (é só pensarmos, por exemplo, na questão das enchentes, que normalmente causam deslizamentos de terra e, conseqüentemente, de casas instaladas – muitas vezes de maneira irregular – nos morros das grandes cidades).

Algo que pode ser isualizado na imagem abaixo que retrata um deslizamento de terra ocorrido em uma favela do Rio de Janeiro.

**Foto 1 – Deslizamento por conta de enchente**



**Fonte:** VEJA... (2011).

Todavia, embora aqueles que ocupam a base da pirâmide social tendam a estar entre as primeiras vítimas, com o passar do tempo ninguém escapa imune às situações globais de risco. Deste modo, os efeitos trazidos por esta são democráticos (as nuvens tóxicas que abatem a cidade de Pequim, por exemplo, atingem a todos os moradores daquela cidade/região, indistintamente, ou seja, independentemente de estes serem pobres ou ricos).

### **Foto 2 – Poluição na China**



**Fonte:** POLUIÇÃO... (2013).

## **Uma nova realidade e um novo paradigma**

Deste modo, embora exista o fenômeno da mercantilização do risco, quando a lógica e os interesses econômicos tentam sobrepor-se às ameaças reais, no longo prazo tais tentativas não surtem efeito, justamente porque, o bumerangue volta. Podemos citar as tentativas de exportação de lixo de todo tipo, desde dejetos hospitalares até resíduos químicos e outros materiais indesejáveis.

Se pensarmos o mundo como um sistema fechado, como nos leva a pensar Beck, veremos que as ações perniciosas geram resultados imprevisíveis. Se na Sociedade da Carência prevalecia a lógica da desigualdade na distribuição da riqueza e dos recursos econômicos, na Sociedade do Risco há um elemento unificador, uma vez que as situações de ameaça ambiental não reconhecem fronteiras, nem limites de classe ou *status* econômico.

Diante deste processo, por meio do conceito de cientificação reflexiva Beck (2010) propõe uma democratização do debate científico, como forma de se dirimir o

risco da ciência se colocar a serviço de interesses contrários a segurança da maioria. Por este caminho, abre-se espaço para a crítica do estatuto das ciências, uma vez que se passa a reconhecer que a ciência não é neutra, nem objetiva.

Nas palavras de nosso autor:

O processamento científico de riscos da modernização pressupõe que o desenvolvimento técnico-científico se converta (com mediações interdisciplinares) em problema; a cientifização é aqui cientificizada como problema. É preciso, com isso, que de saída irrompam todas as dificuldades e contradições que têm cada ciência e cada profissão no trato umas com as outras. [...] Trata-se aqui de ciência confrontada a ciência e, portanto, ao ceticismo e a dúvida que uma ciência seja capaz de contrapor a outra. (BECK, 2010, p.241).

Neste momento, o autor sugere a consolidação do debate interdisciplinar como procedimento indispensável para a consolidação de uma abordagem a altura dos riscos presentes na sociedade atual. Segundo ele, na abordagem de problemas complexos, é inócua a luta pelo monopólio do saber, uma vez que, cada vez mais uma ciência depende dos saberes de outros campos para se tornar operacional. Diante desta constatação, cai o véu da ilusão do *container* científico: a ilusão de que uma ciência pode bastar a si própria. Ao menos no que diz respeito às questões globais de risco, isto não é possível.

Mas esta crise nos paradigmas das ciências provocada pelo risco não deve, ainda segundo Beck, ser encarada como algo negativo, pois para ele “não foi o fracasso, mas o sucesso das ciências, o que levou que fossem destronadas” (BECK, 2010, p.246). Esta postura é o reflexo da passagem de um modo de fazer ciência simples para um modo reflexivo, por meio do qual as ciências (e os cientistas) se posicionam criticamente em relação aos seus procedimentos, pressupostos e resultados. Elementos que passam a ser expostos pela crítica de seus pares ou ainda por meio de outros campos do saber; criando uma verdadeira proposta de diálogo interdisciplinar.

Estas proposições, tem todos os elementos necessários para consubstanciar uma renovação no modo de se fazer ciência e na forma como as ciências tradicionalmente vêm a si mesmas. Proposições que abrem um debate relevante no que tange ao enfrentamento dos problemas ambientais, de risco, presentes no mundo contemporâneo. Proposições, ainda, que desafiam o movimento ambientalista e o público em geral a interagir com a comunidade científica.

Tais encaminhamentos analíticos apresentam, também, importantes sugestões para o campo das Ciências Sociais, uma vez que a obra impactante de Beck (2010)

representa um sério esforço científico/reflexivo voltado ao entendimento dos aspectos que permeiam os riscos ambientais do movimento inexorável da globalização econômica e da inquirição das sociedades modernas acerca de seu próprio tempo. Representa, enfim, um destes momentos ricos nos quais a ciência olha para si mesma, enquanto ciência, de modo a buscar as transformações necessárias diante de uma realidade sempre mutável.

A noção de risco evocada surge com todos os traços de uma **nova proposta epistemológica**. Dentre suas contribuições relevantes podemos destacar a crítica àquelas noções que se debruçaram/debruçam sobre o desenvolvimento e que carregam os pressupostos da teoria do *container* social, isto é, a ideia de que o desenvolvimento de uma nação poderia/pode ocorrer de modo isolado das demais e/ou do sistema internacional. Na atualidade, tanto as crises econômicas quanto os eventos ambientais de larga escala não nos permitem mais dar crédito a estas teses<sup>3</sup>.

Por outro lado, as ideias de Ulrich Beck (2010) trouxeram contribuições à **teoria sociológica contemporânea**, no que se refere à capacidade destas em analisar o mundo atual em sua complexidade. Complexidade que tornou, em parte, limitadas<sup>4</sup> muitas das teorias sociológicas clássicas, cujo poder teórico é insuficiente para a compreensão dos fenômenos atuais.

Lembramos que os clássicos fundadores do pensamento sociológico elaboraram suas obras em contextos históricos muito diferentes dos atuais – dentre eles Karl Marx (2004, 2014) no século XIX, Émile Durkheim (1969, 1982, 2012) e Max Weber (1964, 2001) no transcurso do século XIX para o século XX. Um bom exemplo de como o paradigma global do risco apresenta avanços em relação aos conceitos sociológicos bem estabelecidos, tais como os conceitos de hierarquia social e classes sociais, pode ser dado por meio da análise do efeito *bumerangue*. Isto porque os riscos ambientais têm capacidade equalizadora<sup>5</sup> de nivelar os sujeitos sociais. Pois, como afirma nosso autor, se “[...] A produção industrial é acompanhada pelo universalismo das ameaças [...] em sua disseminação [...] nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles [...]” (BECK, 2010, p.43-44).

---

<sup>3</sup> No momento em que escrevemos estas linhas, a crise econômica em alguns países da Europa meridional, em especial na Grécia (mas também em Portugal, Espanha e França), chega a ameaçar a continuidade da zona do Euro. Os mercados internacionais, o câmbio e as Bolsas de valores do mundo inteiro se agitam e reagem. Eis uma amostra do que significa o atual grau de interdependência sistêmica no planisfério do globalismo.

<sup>4</sup> Quando afirmamos que são limitadas não queremos dizer que são totalmente inválidas; mas que exigem uma releitura. Hoje em dia, muitos pensadores se esforçam para empreender uma renovação na leitura destes pensadores originários. Podemos destacar, por exemplo, os esforços de Boaventura de Sousa Santos, neste sentido.

<sup>5</sup> O autor usa o termo efeito equalizador vide Beck (2010).

Deste modo, para Beck (2010), os riscos modernos apresentam-se como fomentadores de um paradigma universalista. Seus efeitos a todos atingem, independentemente das posições de classe ou circunscrição geográfica existentes.

## Conclusão

Enquanto proposição teórica, as teses de Ulrich Beck (2010) desafiam o pensamento sociológico e as demais ciências, uma vez que corroem o significado de muitos conceitos tradicionais. Conceitos que ante estas novas realidades perdem sua força explicativa. Deste modo, ideias e conceitos largamente utilizados pelas ciências sociais, como: hierarquia, classes, *container* social e certeza científica, acabam por serem revistos e/ou revisitados. A situação atual do globalismo que aos poucos edifica uma “sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial” (BECK, 2010; p.203), deve ser pauta de interesse geral, pois como vimos, todos são afetados.

Podem-se perceber duas contribuições positivas<sup>6</sup> na perspectiva do horizonte do risco, desenvolvidas por Beck. A primeira é a de que, nos tempos atuais, a sociologia deve olhar para o mundo em sua **complexidade**, ou seja, como um sistema onde o local está obrigatoriamente conectado ao global. A segunda se refere à proposta de uma ciência sociológica **interdisciplinar** e aberta. Ao empregar este termo, pensamos na obra de Karl Popper (1998), para quem o termo<sup>7</sup> pode ser compreendido como sinônimo de permeável à mudança e à crítica.

Beck utiliza a expressão Ciência Reflexiva para se referir a um estágio de maturação das ciências por meio do qual a própria ciência abre mão do “monopólio das pretensões científicas de conhecimento” (BECK, 2010, p.237). Resta-nos a questão de saber se os cientistas em geral, e os sociólogos em particular, estarão dispostos a abrir mão de seus nichos de poder em prol de um diálogo mais amplo e socialmente partilhado.

## ***ULRICH BECK AND THE SOCIOLOGICAL PARADIGM OF RISK***

***ABSTRACT:*** *This article develops theoretical-conceptual analysis about the sociological paradigm of risk, as presented by the eminent German sociologist, contemporary and recently deceased, Ulrich Beck. Through it we seek to establish*

<sup>6</sup> Usamos aqui a expressão positiva no sentido de propositivo e não meramente crítico.

<sup>7</sup> Embora aplicado ao campo da Política, na obra *A sociedade aberta e seus inimigos* (POPPER, 1998) resgatamos seu significado para o campo epistemológico.

*some conceptual distinctions, related to traditional approach predominant in social sciences with regarding social observation; as well as t establish a dialogue with theoreticians who also converge on this topic. We wish, finally, to contribute to the understanding of the paradigmatic society risk proposition, which converges to fruitful discussions vis-à-vis the horizons of reflexivity and contemporary science-society dialogue, so indispensable in the face of the new historical moment lived in the present.*

**KEYWORDS:** *Reflexivity. Globalization. Modernity. Risk.*

## REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Oeiras: Celta, 2000.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV ao XVIII.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

DIAMOND, J. **Colapso:** como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social.** 2.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O suicídio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Lições de sociologia:** a moral, o direito e o estado. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1969.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Porto Alegre: ARTMED, 2005.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [IPCC]. **Climate change 2014:** synthesis report. Geneva, 2014. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>>. Acesso em: 25 maio 2015.

LUHMANN, N. **Risk:** a sociological theory. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

POLUIÇÃO do ar ‘fecha’ metrópole chinesa pelo terceiro dia consecutivo. **SIC Notícias**, 22 out. 2013. Disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013-10-22-poluicao-do-ar-fecha-metropole-chinesa-pelo-terceiro-dia-consecutivo>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

POPPER, K. **Sociedade aberta e seus inimigos**. São Paulo: Itatiaia, 1998. v.2.

PRETTY, J. **Environment: key issues for the twenty first century**. London: Sage, 2006.

QUAILE, I. COP 20 no Peru prepara caminho para acordo climático global. **DW**, Bonn, 01 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/cop-20-no-peru-prepara-caminho-para-acordo-clim%C3%A1tico-global/a-18104132>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

VEJA as principais notícias sobre as enchentes no Rio de Janeiro. **Último Segundo Ig**, 14 jan. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/veja-as-principais-noticias-sobre-as-enchentes-no-rio-de-janeiro/n1237950617440.html>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

WALLERSTEIN, I. **Análisis del sistema-mundo**. México: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1994. v.2.

WEBER, M. **Textos escolhidos**. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Fondo de Cultura Económica, 1964.

Recebido em 05/02/2015.

Aprovado em 14/05/2015.



# **A EPISTEME DE PONTA-CABEÇA: OS SABERES SUBALTERNOS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

*Abraão Pustrelo DAMIÃO\**

**RESUMO:** Nosso trabalho busca demonstrar as dificuldades e resistências encontradas pelos estudos subalternos – estudos feministas, estudos *queer* e estudos pós-coloniais – para rompermos com as epistemologias hegemônicas das ciências sociais, sobretudo a sociológica eurocêntrica positivista. De início apontaremos os preceitos básicos que validaram e referenciaram a sociologia como uma área de saber genuinamente ímpar e de destaque dentro das universidades, desde o século XIX, bem como os pressupostos teóricos associados a sua legitimação. Num segundo momento, analisaremos o contexto para o surgimento e desenvolvimento das rupturas epistemológicas advindas do aparecimento dos saberes subalternos que estão diretamente ligados ao questionamento da modernidade enquanto um projeto de vida. Nosso objetivo é mostrar a problemática epistêmica que envolve o questionamento das correntes sociológicas clássicas e o que os estudos subalternos têm a nos dizer acerca das novas configurações da realidade social contemporânea. Basear-nos-emos em uma metodologia que aponta o conjunto de generalizações epistemológicas feitas pela sociologia, especialmente a positiva e escolas afins, e as rupturas epistêmicas advindas dos estudos subalternos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemologia. Sociologia clássica. Modernidade. Estudos subalternos. Rupturas epistemológicas.

## **Introdução: o desafio epistemológico a ser enfrentado**

As ciências sociais (sociologia, antropologia, psicologia, economia, geografia, ciência política e direito) foram assim denominadas por se referirem à mesma reali-

---

\* IFSP – Instituto Federal de São Paulo. Barretos – SP – Brasil. 14781502 – abraaod@ifsp.edu.br

dade objetiva: a social, a qual estas ciências, de forma ampla, denominam sociedade. Obviamente que a noção de sociedade, dependendo da matriz epistemológica que se trabalha, não é unívoca. Contudo, é consenso que ela é o objeto geral de estudo das ciências sociais, uma vez que é no interior de determinada sociedade que cada ciência social vai buscar construir o seu objeto; delimitar o seu campo de saber; legitimar seu poder de intervenção; e vincular seus interesses políticos, econômicos e sociais a um propósito digno de respeito; enfim, construir certa sabedoria de uma área determinada (formar uma disciplina acadêmica) e, graças a esta constituição e integração de regimes de verdades, poder sobre as coisas pertencentes a ela (GASPAROTO, 2010).

Enquanto por um lado, as ciências naturais tratam de objetos a-históricos de investigação, que extrapolam um determinado contexto, permitindo generalizações, por outro, as ciências sociais, cada uma *per se*, abordam um aspecto da realidade social (que deve ser total e só pode ser explicado enquanto totalidade). Assim, cada ciência social torna-se uma disciplina específica com campo e objeto delimitados, pretendendo, com isso, ser a ciência desta realidade, ou seja, pretendendo apreender a totalidade a partir de uma de suas parcelas. (GASPAROTO, 2010).

Segundo Comte (1978), esta apreensão total da realidade dar-se-á na medida em que todas as partes da realidade e todos os seus aspectos estão relacionados e dependem uns dos outros (visão organicista) e, definitivamente, fazem parte de um todo único, já que os objetos correlativos e independentes – do mundo externo – mantêm determinadas relações de coesão, uma ordem interdependente entre si; e, apesar da realidade social ser formada por uma multiplicidade de movimentos (fenômenos) supostamente contraditórios, é possível prever a direção de desenvolvimento, progressivamente, destes fenômenos, graças ao método positivo<sup>1</sup>.

A concepção positivista, em razão de seus princípios, afirma que o método científico é único, ou seja, há uma única forma de estudar o real: substituindo, na sociologia, o experimento laboratorial pela observação por meio de diferentes técnicas de coleta de dados. Sendo assim, a reiteração dos fatos seria sua essência. Neste sentido, a sociologia de caráter positivista, que tem sua base filosófica no empirismo inglês, ao afirmar que o mundo social já está dado e que as normas e fatos sociais são exteriores aos indivíduos e se lhes impõe, na verdade, não muda a normativa epistemológica desenvolvida pelo homem pré-moderno. No plano da explicação, antes eram os deuses que impunham aos homens suas vontades, agora é a sociedade. Portanto, o homem continua fantoche de forças estranhas a ele. Assim, a sociologia que nasceu sob a égide do positivismo deixou de lado uma variedade de métodos e objetos em favor de um tipo específico de olhar social. (GASPAROTO, 2010).

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver a Lei dos Três Estados de Comte (1978).

A teoria social de Durkheim (1972), por exemplo, inclui além de um corpo de conceitos – solidariedade orgânica, solidariedade mecânica, normalidade e patologias sociais – todo um conjugado de proposições gerais com base nas quais são ali situadas vinculações de ordem causal ou funcional entre os fatos sociais (coercitivos, exteriores e gerais). “Em seu funcionalismo metodológico o mundo moderno tornar-se-ia inteligível a luz de uma *explicação causal* baseada em leis evolutivas de caráter geral.” (GUSMÃO, 2012, p.22). Por isso, para que reine certa consonância nessa sociedade, deve-se estimular o aparecimento de uma solidariedade entre seus membros. E, uma vez que a solidariedade varia segundo o grau de modernização (de evolução) da sociedade, a norma moral tende a tornar-se norma jurídica, já que é necessário determinar, numa sociedade moderna, regras de cooperação e troca de serviços entre os que participam do trabalho coletivo: há, portanto, na sociedade moderna, uma preponderância progressiva à solidariedade orgânica. Ou seja, embora a cultura e a sociedade estejam presentes em nós enquanto indivíduos, elas comportam-se num nível de realidade que está além ou atravessa os simples indivíduos, desse modo, o investigador deve desvendar o funcionamento da sociedade (a partir de um arcabouço conceitual), transcendendo o individualismo epistemológico (GUSMÃO, 2012).

Mais ainda, as questões metodológicas de Durkheim podem acercar-se de um caráter naturalista, seu conceito de anomia corrobora essa postura. Para ele, o normal seria aquilo que é ao mesmo tempo imperativo para o indivíduo e superior a ele, o que significa que a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais, antes mesmo de terem uma existência palpável. E sua teoria não se limita a dar um conjunto de conceitos abstratos, ele vai também incorporá-los em enunciados gerais: “[...] o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais.” (DURKHEIM, 1982, p.161); “[...] à medida que avançamos na evolução social, a solidariedade mecânica vai se afrouxando cada vez mais.” (DURKHEIM, 1995, p.31); “[...] os progressos da divisão social do trabalho são diretamente proporcionais à densidade dinâmica ou moral da sociedade.” (DURKHEIM, 1995, p.252). A sociologia de Durkheim está permeada de enunciados desse tipo<sup>2</sup>.

O deslumbre pela teoria social de Durkheim deriva do julgamento de que, depois de iniciados, os autores teoricamente orientados poderiam concluir fatos sumamente inteligentes e profundos, impenetráveis, em princípio, ao conhecimento do indivíduo comum (sujeito epistêmico passivo), sobre a vida social. “O domínio-fruto de um aprendizado profissional– dos quadros conceituais dos grandes teóricos asseguraria, a qualquer um, essa possibilidade. O conhecimento teórico caracteriza

---

<sup>2</sup> Para saber mais acerca dessas e outras generalizações epistemológicas tão comuns à sociologia eurocêntrica, ver Gusmão (2007, p.239).

as investigações que não se resumem a um simples registro descritivo dos fatos sociais.” (GUSMÃO, 2012, p.24-25).

Essa lógica interna da teoria de Durkheim só pode ser entendida, por sua origem específica, por ser um processo e fazer parte de um fenômeno histórico ímpar, qual seja: a consolidação da modernidade enquanto projeto de vida e a concretização de uma sociedade urbano-industrial.

A modernidade enquanto um projeto encontrou as bases para se concretizar a partir de uma desintegração das instituições e dos padrões sociais consolidados socialmente nos tempos pré-modernos (BAUMAN, 2001). E um dos motivos mais fortes para extinguir de vez essas instituições e padrões sociais era a descoberta de novas formas de regulamentação social (SANTOS, 1991) que, com o advento da razão e da ciência, poderiam ser construídas de modo permanente, previsível e administrável, levando o homem à emancipação dos grilhões feudais. Portanto, a modernidade que se formou desde o antropocentrismo e racionalismo do Renascimento até o auge do Iluminismo não tinha a intenção de destruir os elementos edificados solidamente (em tempos pré-modernos) para construir um mundo livre deles, mas sim, criar novos e aperfeiçoados elementos para uma nova sociedade que viria a existir (BAUMAN, 2001; ARENDT, 2007; ELIAS, 1994).

A sociologia se solidifica enquanto ciência, neste contexto, no século XIX, com claras intenções de auxiliar na concretização do que Santos (1991) diz ser os dois baluartes modernos: emancipação e regulamentação<sup>3</sup>. A regulamentação – que viria a se desenvolver paralelamente ao sistema econômico capitalista – seria constituída pelos princípios de Estado, de mercado e de comunidade, regulamentados por uma burocracia eficaz, racional e objetiva (WEBER, 1996). A emancipação, por sua vez, seria constituída a partir de três lógicas de racionalidade: a racionalidade estética da arte e da literatura, com o Renascimento cultural e todas as suas implicações; a racionalidade referente à moral, à ética e ao direito desenvolvidos pela expansão e pela criação de manuais jurídicos e de regulamentação das ações humanas; e a racionalidade instrumental, pautada pela ciência e pela técnica por meio do modo de produção capitalista associado ao industrialismo. E com a articulação desses princípios entre si e a proposta de maximização das potencialidades inerentes a cada um deles,

[...] a modernidade construiu um ambicioso e revolucionário projeto cultural, que buscou transformar a face da Terra pela confiança na ciência e na técnica

---

<sup>3</sup> Estes aspectos de regulamentação (Estado, Mercado, Capitalismo) e emancipação (racionalidade estética, moral, instrumental) foram amplamente discutidos pelos fundadores da sociologia, Durkheim, Weber e Marx, e por escolas afins, ora com parcimônias, ora com discrepâncias.

aplicadas às forças produtivas; nas relações liberais de mercado como capazes de estabelecer um Estado justo e próspero; na positividade do progresso e na sua constante renovação e superação. (OLIVEIRA, 1999, p.24).

Não por acaso, a sociologia positiva pressupunha uma neutralidade científica, isenção de juízos de valor, no processo de investigação da realidade. Estratégia fundamental para se consolidar enquanto uma ciência genuína. A neutralidade se colocava a partir da preocupação com o controle do subjetivo e dos valores, idiosincrasias e ideologia do pesquisador; neutralidade significava, portanto, “[...] alijar (ou anular) o sujeito conhecedor do processo de elaboração do conhecimento, ou seja, buscava-se regulamentar a ciência e o sujeito produtor dela.” (GASPAROTO, 2010, p.4). A concepção de ciência, com a anulação do sujeito (a pretensa objetividade), como nos ensina Weber (2003), absorve as ideias do protestantismo de que se deve “verificar” a existência de leis objetivas (regularidades) estabelecidas pela divindade; ao homem, cabe, apenas, descobri-las (assim como deve descobrir e cumprir a vontade de Deus). No plano ideológico, este “ideal” traduz-se pela frugalidade – gastar o menos possível para que o capital acumule, desenvolva-se e cresça, engrandecendo a obra de Deus na Terra – assim é o anseio de Deus.

Sabemos que a sociologia positiva se constituiu a partir da preocupação de explicar os conflitos sociais surgidos com a moderna sociedade industrial. Tratava-se de não tomar partido em relação aos grupos e classes em conflito: daí a “necessidade”, para o cientista social, de ser neutro. Não é difícil compreender, deste modo, que a objetividade positiva está ligada à concepção empirista do conhecimento, segundo a qual o vetor do conhecimento vai do objeto para o sujeito, ou seja, a objetividade é definida da ótica do objeto. Neste sentido, existe a exigência da adequação das ideias à realidade, pois a *epistème* vigente preocupava-se basicamente com as relações entre o homem e a natureza, já que a racionalidade burguesa propunha uma intervenção no real, no sentido do saber/fazer, o que informou as teorias do conhecimento que influenciaram diretamente a gênese das ciências sociais, no século XIX (GASPAROTO, 2010).

As ciências humanas nascem de uma preocupação com a “organização” da sociedade e do ajustamento do indivíduo a ela, daí se pode estabelecer uma continuidade no conhecimento produzido pelas ciências naturais às ciências sociais, bem como o privilégio da visão empirista sobre os métodos sociológicos<sup>4</sup> (GASPAROTO, 2010).

---

<sup>4</sup> A obra de Comte e Durkheim a esse respeito são muito ilustrativas e demonstram de forma apurada tais observações.

Portanto, como toda ciência é uma prática social determinada, a emergência da sociologia no século XIX se consolidada conjuntamente a um modelo de organização social e político que tinha na Europa seu epicentro, e no valor atribuído ao conhecimento científico pela “cultura” capitalista, vinculando à concepção de fazer (razão instrumental) da sociedade burguesa a meta-propósito do conhecimento genuíno a ser atingido. Sobre este período de desenvolvimento da sociologia Miskolci (2012, p.1) escreve que:

[...] a sociologia conectava os interesses imperialistas europeus com os desejos das elites da parte colonizada do mundo de seguirem o caminho do progresso. O evolucionismo era uma linguagem comum cuja gramática garantia a hegemonia europeia ao mesmo tempo em que acenava para o resto do mundo com a promessa de que, algum dia, tornar-se-ia como a metrópole. Na Europa e na América, sociologia e antropologia adquiriam autoridade e reconhecimento dando aura de neutralidade a uma visão de mundo comprometida com os interesses e as alianças entre elites dos dois lados do Atlântico, o que fatos como o fascínio brasileiro e mexicano pelo positivismo comprovam.

A política na forma de imperialismo teve uma influência decisiva sobre a produção de literatura, teoria social e escrita da história; e os grandes debates intelectuais da sociologia e da ciência política (salvo algumas exceções) restringiam-se a discutir como por em prática esta visão de mundo e de ciência que, associadas ao projeto moderno, deveriam gerar o bem comum.

Pautados pela ideologia positiva, os intelectuais do século XIX e XX pretenderam muito mais justificar suas posições do que descobrir a realidade (conflituosa, torta e complexa) como ela é; criou-se na sociologia uma lógica da justificação que se opunha à validação pela argumentação. “Assim, ao alijar de suas estratégias racionais a ordem dos fins humanos e dos valores individuais e sociais, a ciência [sociologia] efetua um deslocamento de sua racionalidade para o campo político.” (JAPIASSU, 1975, p.17)<sup>5</sup>. Este deslocamento é fundamental, pois em sociedades não autoritárias, “[...] certas formas culturais predominam sobre outras, do mesmo modo que certas ideias são mais influentes que outras.” (SAID, 1996, p.18). Isso nos faz perceber que a hegemonia política capitalista/positiva/eurocêntrica dominou todo um campo de estudo, de imaginação e de instituições, de modo que torna o fato impossível de ser ignorado, pois estes paradigmas de ciência ao longo dos últimos dois séculos inspiraram o pensamento social ocidental do “sistema-mundo” a assumir um ponto de vista supostamente

---

<sup>5</sup> Neste caso é útil empregar a noção de discurso de Foucault, para identificar esta ação em prática.

neutro, objetivo e universal, com todos os danos possíveis advindos desta postura epistêmica.

Não é por acaso que ainda hoje, amplamente apoiada por sociólogos, “[...] a teoria social permanece, de fato, irreduzível ao conhecimento de senso comum em uso na vida cotidiana e expresso na linguagem natural, conhecimento este invariavelmente identificado [...] como um saber incompleto e superficial do qual o investigador faria muito bem em manter-se apartado.” (GUSMÃO, 2012, p.36). Esse sem dúvida é um traço característico das investigações da moderna teoria social na qual há uma obsessão em sobrepujar o conhecimento do indivíduo ativamente epistêmico, já que ele é avaliado como detentor apenas de um saber pré-científico.

Essa posição epistemológica é sustentada há muito tempo. Os trabalhos dos racionalistas, de René Descartes a Immanuel Kant; da tradição empirista britânica, de Locke, Berkeley e Hume; dos escritos funcionalistas, de Augusto Comte e Émile Durkheim; dos teóricos naturalistas, Charles Darwin, Émile Zola e Hippolyte Taine; das posições estruturalistas de Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss e o materialismo histórico-dialético, exemplificam essa posição epistemológica de que o conhecimento do real, do verdadeiro, deveria implicar uma “[...] ruptura efetiva com o chamado saber da vida cotidiana, que nada é além de “juízo provável”, falsa ciência, especulação intelectual.” (GUSMÃO, 2007, p.251).

Portanto, discutir a emergência dos estudos subalternos implica tratar de neutralidade e ideologia (par indissociável), debater a demarcação científica e a construção do objeto e, ainda, a própria cientificidade desses estudos frente à sociologia/antropologia clássica/eurocêntrica. Neste sentido, discutir os estudos subalternos significa discutir a presença do sujeito conhecedor (sujeito epistêmico) no processo de produção do conhecimento, ou seja, por de ponta-cabeça toda uma corrente histórica de prática epistemológica e assumirmos que há outros campos de produção do conhecimento, cuja semântica, a gramática e a lógica epistêmica operam por outros caminhos reflexivos, focando em outros temas, em outros problemas, dando relevo à produção do conhecimento fora dos marcos da ciência ocidental. Isso significa valorizar a experiência cotidiana e os saberes que são gestados fora dos marcos racionalistas e cientificistas ocidentais, que se distinguem, em seu ambiente de produção, do pensamento hegemônico, e que são sistematizados, valorizados ou reconhecidos pelo grupo ou pela sociedade no qual seus agentes se formam e no qual vivem como diferenciados e resolutivos, como formas de teoria social propositiva.

Esta ruptura epistemológica, entretanto, não foi fácil. Foi preciso uma forte crise de um estilo de vida e de fazer ciência para que os saberes subalternos emergissem.

## O contexto para a insurgência dos saberes subalternos

O trágico início do século XX, em 1914, a crise de 1929, a emergência do fascismo e do nazismo culminando na Segunda Guerra Mundial, o holocausto, o uso da bomba atômica, das armas químicas, das armas biológicas, a banalização dos genocídios, a industrialização da guerra, as lutas anticoloniais e todos os efeitos decorrentes destes eventos, “[...] promoveu um momento histórico no qual o sentido da história e o sentido do papel dos intelectuais aparecem como um decisivo problema, seja no campo da poesia e da literatura, seja no domínio da filosofia e das recentes ciências humanas.” (ZUIN, 2001, p.67).

Como se percebe, o projeto moderno criou seus efeitos colaterais. O que ele prometia, de certo modo, não foi cumprido e sua lógica parece ter entrado na contramão, abrindo terreno para o desenvolvimento de novos paradigmas não previstos (e nem poderiam) na sua origem. O campo tecnológico, a produção econômica, a dinâmica cultural e as formas de sociabilidade, tomaram rumos inimagináveis na origem do projeto moderno. “O que se observou é que, ao invés de os princípios de regulamentação e emancipação conviverem harmoniosamente, eles se impuseram uns aos outros, induzindo o processo a um desequilíbrio.” (OLIVEIRA, 1999, p.24).

A progressiva libertação da economia de suas amarras tradicionais, políticas, éticas e culturais, possibilitou a sedimentação de uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. É importante ressaltar que essa nova ordem deveria ser mais fixa que as precedentes, uma vez que, ao contrário das anteriores, projetava-se como isenta a qualquer desafio que não fosse da ação econômica. Isso não significa que a ordem econômica capitalista, uma vez instalada, invadiu, reeducou e transformou aos seus fins todo o restante da vida social. Essa ordem, segundo Marx (1980), dominou a totalidade da vida humana, porque tudo que pudesse ter acontecido, ou que viesse a acontecer nas nossas vidas, tornar-se-ia insignificante e ineficaz frente a implacável e contínua reprodução da ordem econômica, que aumentava sua força na mesma proporção que se diminuía a distância entre os espaços a serem colonizados: ponto chave para o processo de globalização.

No período do capitalismo liberal houve um desenvolvimento sem precedentes do princípio de mercado, atrofiando o princípio de comunidade, pressionando o Estado a uma ressignificação de seu papel. Assim,

[...] o princípio de comunidade, como formulado por Rousseau, baseado na igualdade entre os homens e na organização soberana da sociedade, reduziu-se a um complexo jogo de interesses particulares organizados dentro de um

conceito empobrecido de sociedade civil, manipulado pelas forças de mercado. (OLIVEIRA, 1999, p.24).

Além disso, o modo de produção capitalista, como base da economia moderna, engendrou (e continua a fazê-lo) um empobrecimento cada vez maior nas áreas periféricas do mundo, sendo a concentração de renda cada vez mais evidente (JAMESON, 2002).

Essa soberania do econômico acabou levando à conversão da ciência numa força produtiva intrinsecamente associada e a cargo do mercado. A utilização da técnica, na esfera econômica, com a mecanização e a racionalização da produção, fez com que os competidores mais fracos se submetessem ao domínio das grandes empresas. Apesar de o desenvolvimento tecnológico implicar uma democratização das funções dentro do processo produtivo, essa democratização acabou se convertendo em hierarquia no sistema capitalista. Segundo Marcuse (1999), na conjuntura econômica dominante, o aparato tecnológico corresponde à aplicação da técnica com a finalidade de dominar e controlar as relações sociais, para a manutenção do *status quo*. Não podemos esquecer, como já dissemos, que o desenvolvimento tecnológico foi usado, além disso, na criação de eventos muito traumáticos para os seres humanos, como a industrialização da guerra, as bombas atômicas, as armas biológicas, os genocídios e o terrorismo.

“No domínio do princípio da emancipação, observou-se a elitização da cultura, conjugada à ideia da existência e valorização de uma cultura nacional.” (OLIVEIRA, 1999, p.25). A cultura como esfera revolucionária do pensamento e da ação transformou-se, devido à lógica capitalista, em cultura de massa (de entretenimento) e, principalmente, de consumo. “Já no âmbito da racionalidade moral e prática, consolidou-se a microética liberal que contribuiu para a legitimação de um estado legalista e a serviço do mercado.” (OLIVEIRA, 1999, p.25). Estado este sustentado por uma forte burocracia e impessoalidade.

Assim, os diversos princípios interagindo entre si não foram adequados em desempenhar as propostas modernas que apontavam, entre outros objetivos, à prosperidade social a partir da ampliação da técnica, da ciência consagrada e do livre mercado. Se, por sua vez, a ciência e a técnica avançaram, além do imaginado, a correspondência de prosperidade social e cultural não se consolidou.

Este contexto, advindo da própria crise de um modelo de vida e de ciência, enfraqueceu os freios institucionais que se opunham à emancipação individual, dando lugar a manifestações crescentes dos desejos subjetivos, do amor próprio, da realização individual, criando um terreno fértil para a contestação do *status quo* e da reivindicação de reconhecimento sociocultural por parte das minorias outrora

subjugadas pela cultura hegemônica. Esta contestação e reivindicação apresentaram-se, especialmente a partir da década de 1950, no emergente movimento homossexual, no fecundo movimento feminista, no organizado movimento negro norte americano, nas lutas por direitos civis e de libertação colonial na África, Ásia e Europa Oriental, nas manifestações dos deficientes físicos (comum nos países europeus pós-guerras), nas revoltas antimanicomiais, e na reconfiguração acadêmica conjuntamente às manifestações estudantis de 1968 que reivindicavam (sob a influência do marxismo e da psicanálise) que “[...] o privado é político e o corpo e a subjetividade são parte da esfera do poder e não poderiam ser negligenciados na esfera da produção do conhecimento.” (MISKOLCI, 2012, p.5).

Os movimentos sociais iniciaram um processo sem precedentes de libertação dos sistemas rígidos de posições socialmente hierarquizadas. Hall (2003, p.104) nos alerta que naquele momento histórico – de grandes mudanças globais, que marcam a transição da era dos impérios (epistêmicos e políticos) para o momento da pós-independência, de novas disposições e relações de poder – os movimentos sociais estavam “[...] buscando desesperadamente compreender o que significa fazer uma escolha ética e se posicionar em um campo político necessariamente aberto e contingente.”, pois a nova *epistême* tinha que se reinventar para avaliar os novos objetivos que seriam pertinentes a essa nova configuração e demanda social, já que esta era uma tarefa árdua que necessitava ser feita, para que se pudesse compreender a existência, configuração e mesmo necessidade de novos paradigmas para a ciência da segunda metade do século XX.

É no afã destas novas reivindicações e demandas sociais e epistêmicas que se cristaliza a corrente subalterna, como os Estudos Culturais, Estudo Pós-colonial e a Teoria *Queer*<sup>6</sup>.

## **A *epistême* de ponta-cabeça: o que nos ensina e o que propõe os saberes subalternos**

Apesar de muitos preferirem o uso da expressão Estudos Subalternos, eles não deixam de ser, ou melhor, seu reconhecimento não deixa de existir, enquanto teoria social. Dizemos isso, pois, nas palavras de Foucault (2000, p.11) os saberes sujeitados “[...] são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados

---

<sup>6</sup> Não trataremos de nenhuma destas correntes especificadamente. O intuito de nosso trabalho é apresentar a conjuntura mais geral e panorâmica, na qual estas correntes se enquadram. Portanto, nos detemos a demonstrar as rupturas epistêmicas que elas trouxeram, bem como, cada uma a seu modo, outros campos de produção do conhecimento, cuja lógica epistêmica opera por outros caminhos reflexivos.

no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica faz reaparecer pela erudição.” Porém, esta erudição e a teoria social que a baliza possuem pressupostos que rompem com a episteme positivista/eurocêntrica clássica.

Diferentemente da postura científica positivista/eurocêntrica, para os estudos subalternos aqueles que o produzem e seu(s) objeto(s) de investigação não pode(m) ser neutro(s), pelo contrário, como nos mostra Brah (2006) e Bhabha (1998), é preciso reinstalar o(s) sujeito(s) do conhecimento enquanto produtor(es) e objeto(s) de pesquisa, pois o cientista social também é parte do contexto social que quer explicar, ele envolve-se com o(s) objeto(s) de investigação e passa até a ter certa inclusão afetiva com a pesquisa, já que muitas vezes experimentou (experimenta) este contexto objetual. Neste sentido, faz parte da crítica romper com o lugar androcêntrico de produção do conhecimento e legitimidade acadêmica. Assim, a escrita também deve traduzir o lugar de quem escreve, daí o cuidado de contemplar os gêneros (ele/ela) e anunciar o nome de cada autor(a) sempre que mencioná-lo(la).

Isso é deverás importante, pois a atenção a este ponto “[...] revela a experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividade diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas.” (BRAH, 2006, p.361). Os estudos subalternos chamam nossa atenção para a importância de dizer abertamente que a produção do conhecimento nunca é neutra, que o saber é situado. Situar-se não é quitar de objetividade a análise, mas anunciar e assumir seu lugar subjetivo de reflexão. A subjetividade também é política – como os estudos subalternos insistem em nos mostrar – de maneira que omiti-la, negá-la apegando-se a uma suposta neutralidade gera o efeito que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (2005) chamou ponto zero, aquele que supostamente, não tem ponto de vista. Assim, a produção do conhecimento é política e tem consequências sociais e culturais que demarcam sempre um contexto social, ora buscando legitimar sua hegemonia, ora visando contestá-la.

Só é possível, neste sentido, dizer que a produção do conhecimento decorre de experiências concretas, tanto de quem produz quanto de quem é objeto de produção do conhecimento. Como Said (1996, p.21) nos ensina:

[...] ninguém nunca descobriu um método para separar o erudito das circunstâncias da vida, do fato de seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças, uma posição social, ou da mera atividade de ser um membro da sociedade. Tudo isso tem influência no que ele faz profissionalmente.

Portanto, colocando de ponta-cabeça a teoria de Comte e Durkheim não é possível para o pesquisador isolar-se em um laboratório e isolar o seu objeto. Para

os estudos subalternos este apartamento não é possível, pois seu objeto não é e não pode ser neutro, passivo frente ao contexto social do qual faz parte.

Portanto, a nova atenção epistemológica deve,

[...] revelar a dialética entre o texto ou autor individual e a complexa formação coletiva para a qual a sua obra é uma contribuição [...] Talvez a tarefa mais importante de todas seria o estudo das alternativas contemporâneas para o orientalismo [a perspectiva hegemônica que formulou discursos capazes de sustentar uma visão homogeneizante e subalternizada do outro/distante, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo como referência], que investigue como se podem estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não-repressiva e não-manipulativa. Nesse caso, teríamos de reestruturar todo o complexo problema de conhecimento e poder. (SAID, 1996, p.35).

Os estudos subalternos se colocam frente à necessidade genuína de superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade da velha sociologia/filosofia eurocêntrica. Derrida, Foucault e Gramsci no epicentro da produção científica já mostraram que é possível uma postura crítica em relação ao nacionalismo, o colonialismo e os fundamentalismos.

É com este intuito que Grosfoguel (2008, p.115) propõe que a construção de uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno “[...] pode contribuir para a criação de uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas e para a redefinição do capitalismo enquanto sistema mundo.” Pois, mesmo no interior de ordens institucionais dominantes, é possível criar conhecimento(s) a partir de fontes e questões nubladas pelos interesses hegemônicos. Desta forma, segundo este autor, os estudos subalternos devem provocar uma interrupção crítica na historiografia liberal e na sociologia histórica e positiva, assim como nas tradições predominantes do marxismo ocidental, para as quais a realidade social só poderia ser entendida desde uma perspectiva global – que só poderia ser contada no interior dos parâmetros europeus – e não deslocada e diferenciada, desde uma ótica da periferia que é transversal, transnacional e transcultural.

Por isso:

1) Uma perspectiva epistêmica descolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); 2) uma perspectiva descolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num universal abstrato (um particular que ascende a desenho – ou designo – universal global), antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal e não a um

mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados. (GROSFOGUEL, 2008, p.117).

Para tal inversão epistemológica devemos trazer a tona toda uma série de saberes que estavam desqualificados como “[...] saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.” (FOUCAULT, 2000, p.12). É pelas beiradas, pelos grupos e temas periféricos, pertencentes às camadas marginais de uma sociedade socialmente estruturada, dentro de um modo específico de ideologia e hierarquia social, que o saber subalterno deve emergir e não pelo centro, lembrando, contudo, que também é preciso questionar esta dicotomia centro x periferia e considerar que os centros também têm suas periferias, e as periferias os seus centros.

Assim, a vigilância epistemológica deve ser constante para os estudos subalternos, para que não haja lugar a generalização ou universalidades abstratas, pois a realidade é sempre mutável e os conceitos balizadores das teorias subalternas são apenas categorias explicativas, já que as ciências humanas produzem conhecimentos datados, referentes a um determinado contexto sócio-histórico, não permitindo extrapolações; e o problema da cientificidade e da objetividade das ciências humanas repousa justamente no fato de serem partes e pretenderem ser o todo, cada uma por sua vez, o que é impossível, pois no recorte da realidade (no modo como ele é feito, nas características privilegiadas para análise, nos sujeitos a serem submetidos à apreciação, etc.) reside uma multiplicidade de métodos e objetos. Portanto, os estudos subalternos têm a necessidade imprescindível de mediar as particularidades da vida social, ou seja, a relação indivíduo/sociedade, sem que uma parte se sobreponha à outra.

Por estas premissas epistemológicas, os estudos subalternos não pretendem se colocar como uma disciplina acadêmica nos moldes clássicos, mas sim construir-se como um método novo de abordagem do social para desvelar os discursos intelectuais hegemônicos e analisar, explicar e responder os legados culturais desses discursos. Surgidos paralelamente aos projetos epistemológicos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, mas diferentemente destes, os estudos subalternos devem se resguardar para não aprisionarem-se no interior dos cânones ocidentais, reproduzindo, dentro de seus domínios de pensamento e prática, certa forma de colonialidade do poder/conhecimento: denunciando as políticas de conhecimento (criação, controle e distribuição) e analisando as relações funcionais de poder social e político que sustentam a desigualdade e a repressão cultural às minorias sujeitadas.

O objetivo fundamental dos estudos subalternos é combater os efeitos residuais (sociais, políticos e culturais) da hegemonia epistêmica eurocêntrica sobre os povos e a ciência. Para tanto, os teóricos subalternos devem estabelecer espaços sociais e culturais para as minorias subjugadas (os povos sujeitados), cujas formas culturais são frequentemente suprimidas pelos sistemas de valores hegemônicos promovidos e estabelecidos com e a partir da ideologia dominante ocidental.

Como uma epistemologia (o estudo do conhecimento, sua natureza e verificabilidade), como uma ética (filosofia moral), e como uma forma política (assuntos dos cidadãos), o(s) campo(s) dos estudos subalternos abordam as configurações do conhecimento – os assuntos que constituem a identidade das minorias. Por esta razão, os estudos subalternos querem a desestabilização crítica das teorias (intelectuais e linguísticas, sociais e econômicas) que dão suporte aos caminhos do pensamento ocidental clássico, por meio do qual grande parte dos intelectuais percebe, compreende, conhece e julga o mundo.

Os estudos subalternos, assim, buscam estabelecer espaços intelectuais para que as minorias sujeitadas falem por si mesmas, com suas próprias vozes, e com isso produzam discursos culturais que superem a visão binária, nós-eles, isso-aquilo, certo-errado, etc., tão marcante nas formas canônicas de fazer ciência do ocidente eurocêntrico.

É preciso epistemicamente desestabilizar de forma crítica as ideologias dominantes do ocidente, desafiando os pressupostos inerentes e o material discursivo legado por essa forma de saber/fazer ciência.

Como um gênero da história contemporânea, os estudos subalternos reinventam os modos de percepção cultural – as maneiras de ver e de ser visto. Com exemplos extraídos da história e ciência política, filosofia e teoria marxista, sociologia e antropologia, cinema e literatura, psicologia e psicanálise, religião e teologia, os estudos subalternos põem de ponta-cabeça a ideologia e a *praxis* hegemônica (eurocêntrica) de fazer ciência e pensar a teoria do conhecimento.

## Considerações finais

Ao contrário do que supõem alguns, os Estudos Subalternos não são esboços de explicação, eles constituem um saber sério e confiável acerca das motivações, sentimentos, paixões e interesses dos seres humanos, cujo valor cognitivo se coloca acima da dúvida sensata.

Os Estudos Subalternos nos apontam que uma nova reconstituição social está em andamento, e ela aparece a partir do desejo subjetivo dos indivíduos, da

satisfação pessoal, da busca pelas minorias (denunciando seu caráter político, antes que numérico), outrora reprimidas, de reconhecimento social e de demanda participativa, já que os indivíduos sujeitados não parecem resistir à ideia de reencontrar-se, comunicar-se, reagrupar-se em movimentos associativos, mas estes, agora, são marcados pela união espontânea, flexível e segmentar.

O que pretendemos destacar é que os estudos subalternos vêm nos lembrar de que com esta nova forma de epistemologia será necessário valorizar a inteligência dos seres humanos, mobilizar as instituições e preparar os homens para os problemas do presente e do futuro. “A tomada de responsabilidade deve ser coletiva e exercer-se em todos os domínios do poder e do saber. Mas também individual, pois em último recurso cabe a nós assumirmos essa autonomia que a modernidade nos legou.” (LIPOVETSKY; CHARLES, 2007, p.36). Sem que nos responsabilizemos, individual e coletivamente, pela tomada de nossas ações e decisões, não bastarão as honradas afirmações de intenção, carentes de resultados concretos. (LIPOVETSKY; CHARLES, 2007)

### ***THE EPISTEME UPSIDE DOWN: SUBALTERN KNOWLEDGE'S AND THE NEW PERSPECTIVES OF SOCIAL SCIENCES***

**ABSTRACT:** *Our work seeks to demonstrate the difficulties and resistances faced by subaltern studies – feminist studies, queer studies and postcolonial studies – to break with the hegemonic epistemologies of the social sciences, especially the Eurocentric sociology. We will point out firstly the basic rules that have validated and have referred sociology as an area of knowing truly unique and outstanding within the universities, since the nineteenth century, as well as the theoretical assumptions linked to its legitimation. Secondly, we will analyze the context for the emergence and development of epistemological ruptures follow-on the appearance of subaltern knowledge's that are directly linked to the challenge of modernity as a life project and what subaltern studies have to tell us about the new configurations of contemporary social reality. We are based on a methodology that points the set of epistemological generalizations made by sociology, especially the positive and related schools, and the epistemic ruptures resulting of the subaltern studies.*

**KEYWORDS:** *Epistemology. Classical Sociology. Modernity. Postcolonial studies. Epistemological breaking.*

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão Adriano Correia. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BHABHA, H. K. A outra questão. In: \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. p.105-128. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57777015/Bhabha-Homi-K-O-Local-Da-Cultura>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p.329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CASTRO-GOMEZ, S. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la nueva Granada (1750-1810). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/157.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de Miguel Lemos. 5.ed. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores).

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O suicídio**: um estudo sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GASPAROTO, J. W. **Prática e epistemologia das Ciências Humanas**. Marília: Unesp, 2010. Aula ministra em 11 nov. 2010.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.80, p.115-147, mar. 2008. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982](http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982)>. Acesso em: 23 set. 2014.

GUSMÃO, L. de. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

\_\_\_\_\_. Um elogio do conhecimento de senso comum na investigação social. **Escritos:** Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.237-258, 2007. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos\\_1/FCRB\\_Escritos\\_1\\_10\\_Luis\\_de\\_Gusmao.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_10_Luis_de_Gusmao.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2014.

JAMESON, F. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? pensando no limite. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO ao Brasil, 2003. p.101-131. (Humanitas). Disponível em: <[http://www.4shared.com/document/Ux56arNI/Da\\_Dispora\\_-\\_Stuart\\_Hall.html](http://www.4shared.com/document/Ux56arNI/Da_Dispora_-_Stuart_Hall.html)>. Acesso em: 30 set. 2014.

LIPOVETSKY, G.; GHARLES, S. **Tempos hipermodernos.** Tradução de Mário Vilela. 3.ed. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MARCUSE. H. **Tecnologia, guerra e fascismo:** algumas implicações sociais da tecnologia moderna. Tradução de Douglas Kellner. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1.

MISKOLCI, R. **Os saberes indisciplinados e a (geo)política do conhecimento.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012. (Dossiê Saberes Subalternos).

OLIVEIRA, I. L. **Hipertexto:** o universo em expansão. 1999. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/1999\\_Isabela\\_Lara\\_Oliveira.pdf](http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/1999_Isabela_Lara_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SAID, E. W. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.13-39. Disponível em: <<http://www.professorelian.com.br/downloads/Said%20Edward%20W%20-%20Orientalismo.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

SANTOS, B. de. A transição paradigmática: da regulação à emancipação. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Dicionário do pensamento contemporâneo.** Lisboa: Dom Quixote, 1991. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/25.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 3.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

ZUIN, J. C. S. A crise da modernidade no início do século XX. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.6, n.11, p.67-90, 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/412>>. Acesso em: 23 set. 2014.

Recebido em 13/11/2014.

Aprovado em 23/04/2015.

## CEM ANOS DE DESENVOLVIMENTO E SOLIDÃO NA AMÉRICA LATINA

*Herbert Toledo MARTINS\**  
*Dhanyane Alves CASTRO\*\**

**RESUMO:** O presente trabalho é um exercício de interpretação de algumas dimensões da América Latina, a partir do romance *Cem Anos de Solidão* de Gabriel Garcia Márquez. Parte-se da hermenêutica proposta por Paul Ricoeur para a interpretação/ressignificação do mundo do romance. Dessa maneira, pretendemos recontextualizar a referida obra e, por seu intermédio, analisar os impactos e as transformações que o desenvolvimento econômico provoca sobre uma comunidade imaginária e, desse modo, interpretar a América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento. Hermenêutica. Literatura. Gabriel Garcia Márquez.

### Introdução

O objetivo mais geral deste ensaio é o de interpretar algumas dimensões da América Latina, a partir do romance *Cem Anos de Solidão* de Gabriel Garcia Márquez (1967). Acredita-se que o romance nos abre uma janela para entender o mundo em que vivemos. O mundo desse romance é uma representação da realidade, por exemplo, das relações de dependência econômica dos países latino-americanos dos países centrais. Isso fica evidente com o fato de que Macondo depende da exportação de bananas. A economia de Macondo é baseada na

---

\* UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas – BA – Brasil. 44300-000 – herbert.ufrb@gmail.com

\*\* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA – Brasil. 40210-730 – dhanyane@yahoo.com.br

monocultura exportadora, o que coloca a aldeia na dependência econômica, por ser um *commodity* agrícola de baixíssimo valor agregado cujo poder de troca é baixo e frágil e, em função dessa dependência, faz dela presa fácil de charlatões como o cigano Melquíades, e do próprio modelo de desenvolvimento agroexportador (MACHADO, 1999; FURTADO, 2000; CARDOSO, 1980). Por ser uma região intensiva de recursos naturais, os produtos latino-americanos apresentam uma proporção muito baixa de capital, tecnologia e trabalho. A agregação de valores do capital e do trabalho aos recursos naturais brutos – ou seja, a sua transformação em produtos acabados ou intermediários – tipicamente se dá em regiões industriais que não coincidem com as áreas extrativistas da América Latina (BUNKER apud DRUMMOND, 2002). Mas o romance também é uma representação do impacto que a indústria da monocultura causa sobre as pessoas derivadas da insalubridade nas condições de trabalho, do não atendimento das condições de segurança e da baixa remuneração, bem como dos impactos sobre a natureza com os desmatamentos e a redução da biodiversidade (SILVA; MARTINS, 2010). Dessa maneira, entendemos que o mundo do romance nos abre a alternativa de compreendermos as transformações e mudanças causadas após a implantação da companhia bananeira em Macondo e, por analogia, a implantação de monocultivos e outras atividades produtivas primárias em diversas regiões da América Latina.

Em todo lugar do planeta por onde ocorrem surtos de desenvolvimento econômico por intermédio seja de plantas industriais ou algum outro tipo de atividade econômica, as consequências são semelhantes às ocorridas em Macondo. Inicialmente, o desenvolvimento econômico provoca a efervescência social caracterizada pela troca intensa que se estabelece entre os homens com o advento da economia monetária (POLANYI, 1980). De acordo com Durkheim (1984), tal efervescência só pode ser produzida no aglutinar das pessoas, ou seja, pela presença da multidão. No seu auge, os surtos econômicos modernos trazem novidades como o automóvel, o gramofone, o aumento da criminalidade, o telefone e o cinema e, na decadência, a solidão. Esta é uma representação semelhante a diversas comunidades espalhadas pela América Latina; que sob a égide da acumulação flexível (HARVEY, 1993) assistem a instalação em suas plantas físicas de empreendimentos e atividades produtivas, tais como fábricas de calçados, usinas hidrelétricas, usinas de açúcar, estradas, mineradoras, indústrias, e que depois de algum tempo vão embora da noite para o dia deixando um passivo trabalhista e social enorme. O mundo do trabalho atacado com o desemprego crescente. Nossa interpretação é que é possível fazer uma análise da América Latina a partir do mundo que o enredo e os personagens de *Cem Anos de Solidão* nos apresentam.

No Brasil, por exemplo, em 15 de janeiro de 2002, a unidade da Parmalat em Itamonte, no Sul de Minas Gerais, foi fechada depois de 24 anos de funcionamento.

Cerca de 300 funcionários foram demitidos e a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do município caiu em um terço. O município, que tinha 12,5 mil habitantes, deixou de arrecadar R\$ 40 mil por mês com o tributo, o que afetou o repasse do Estado (MACIEL, 2002). O grupo Vulcabrás/Azaléia, anunciou em 30 de novembro de 2012 o fechamento de doze fábricas na Bahia. Cerca de 4 mil funcionários foram dispensados com a decisão, segundo os sindicatos da região (ARAUJO, 2012). Na Argentina, em junho de 2012 a fábrica de azeitonas Nucete decidiu fechar suas portas deixando 500 trabalhadores desempregados na cidade de Mendoza (FECHAMENTO..., 2012). A Michelin decidiu fechar duas fábricas na Colômbia em 2013. Serão descontinuadas as operações das unidades de Icollantas em Cali. 486 trabalhadores ficarão desempregados (MICHELIN, 2013).

Nesta perspectiva, nos apropriamos do mundo representado pelo romance, o mundo do autor, da narrativa do autor, para compreender e elaborar nosso próprio mundo; para compreender e descrever a dependência econômica, e o tipo de impacto que o desenvolvimento econômico exerce sobre uma comunidade, as mudanças e as transformações que o desenvolvimento traz para a vida das pessoas. Dessa forma, queremos interpretar a realidade latino-americana na atualidade.

O nosso exercício de hermenêutica é baseado na proposta de Ricouer (1990, 1995), de mundanizar a compreensão, em vez de deixá-la no âmbito da psicologia do autor. Isso quer dizer, por exemplo, que ao ler uma obra, em vez de buscarmos a compreensão da obra no que o autor quis dizer, devemos focalizar o que a obra nos abre como possibilidade para entendermos o mundo. É o meu ser no mundo que será fundamental para que eu compreenda uma obra, e não mais o que o autor teve como intenção ao escrever a obra.

Nesta perspectiva, será possível construir uma interpretação plausível do impacto que o desenvolvimento econômico exerceu sobre Macondo, a aldeia encantada que durante muitos anos existiu sem que os seus habitantes estabelecessem contatos com o exterior, com a economia monetária capitalista; e com todos os tipos de novos hábitos, costumes e representações que o desenvolvimento econômico impõe sobre as pessoas e o seu dia-a-dia.

Do ponto de vista metodológico, vamos nos apropriar livremente do texto do romance e extrair dele, *ipsis litteris*, palavras, frases, períodos e parágrafos inteiros, obtendo, ao final, uma narrativa interpretativa mundanizada (que é nossa, mas que é feita com as próprias palavras de Márquez) de como Macondo deixou de ser uma aldeia de 300 habitantes para se transformar em uma cidade com ares de metrópole, para depois de alguns meses conhecer a decadência. A nossa interpretação via (re)ordenação do romance não é usual, pois colocaremos o texto em

relevo utilizando trechos originais do mesmo. Construiremos a nossa interpretação com a (re)ordenação das palavras do próprio autor. Não estamos preocupados com as intenções do autor, mas por intermédio da sua narrativa, do seu mundo, queremos construir uma narrativa interpretativa que ajude a compreender o nosso mundo. Por intermédio da América Latina narrada e descrita por Márquez pretendemos interpretar a América Latina de hoje.

Este ensaio está dividido em três partes. Inicialmente discute-se a hermenêutica de Ricoeur, que nos oferece um espaço maior como leitor intérprete para realizar o exercício hermenêutico de (re)significar a obra de um grande escritor latinoamericano, a partir de tudo aquilo que no romance foi significativo para nós. Em seguida, por intermédio de trechos originais do romance, (re)ordenamos a narrativa e o mundo do autor, construindo a partir da obra uma representação do processo que narra o impacto do desenvolvimento econômico sobre Macondo. Ressaltamos que nos apropriaremos do texto livremente, construindo uma interpretação da inauguração, do auge e da decadência que o processo de desenvolvimento econômico exerceu sobre a cidade imaginária do romance. Ao longo dessa (re)ordenação quase que visceral da obra do autor, alinhavamos o texto de modo a torná-lo um todo coerente, isto é, um discurso ou uma narrativa das diversas consequências que o desenvolvimento econômico latino-americano dependente exerce sobre as comunidades. Nesse sentido, os trechos originais do romance utilizados estarão entre aspas – e as nossas intervenções estarão em colchetes negritos –, no intuito de separar graficamente o que é escrito pelo autor e o que é escrito por nós. Finalmente, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## A hermenêutica de Paul Ricoeur

Segundo Paul Ricoeur (1976, p.17) “[...] a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos.” Ou seja, “[...] hermenêutica é interpretação orientada para textos.” (RICOEUR, 1976, p.37). Lembramos que o autor pensa a ação humana, objeto de pesquisa das ciências humanas de uma maneira geral, carregada em sua estrutura da mesma plausibilidade de ser compreendida pela hermenêutica dialética, já que se assemelha à estrutura de um texto.

O compreender para Ricoeur (1976) não se dirige ao conhecimento dos fatos, mas à sua possibilidade de ser. Compreender um texto não é desnudar um sentido inerte que estaria contido no texto, mas revelar a possibilidade de ser indicado pelo texto. Sendo fiel a Heidegger, Ricoeur (1976, p.33) formula: “[...] seremos fiéis ao

compreender heideggeriano que é, essencialmente, um projetar ou, de modo mais dialético e mais paradoxal, um projetar num ser-lançado prévio.”

Ricouer (1976) afirma que um psiquismo estranho dominava as ciências do espírito, da psicologia à história. Para o autor é extraordinário que a compreensão não esteja baseada na relação do ser no mundo. “Não se trata de ser-com um outro, que duplicaria nossa subjetividade, mas de ser-no mundo.” (RICOEUR, 1976, p.32). A linguagem e a vivência estão mediadas pela interpretação. A interpretação faz essa mediação por meio do distanciamento, da apropriação, da explicação e da compreensão.

A proposta de Ricouer (1976) é mundanizar a compreensão em vez de deixá-la no âmbito da psicologia do autor. Isso quer dizer, por exemplo, que ao ler uma obra, em vez de buscarmos a compreensão da obra no que o autor quis dizer, devemos nos focar no que a obra nos abre como possibilidade para entendermos o mundo. É o meu ser no mundo que será fundamental para que eu compreenda uma obra, e não mais o que o autor teve como intenção ao escrever a obra. Ricouer (1976) afirma que com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir.

O outro, no caso o autor, não desaparece da teoria da hermenêutica de Ricouer, ele passa a ter um lugar diferenciado na compreensão do texto. Se antes esse outro era eixo central na compreensão de um texto, ele agora é parte de uma dialética que engendra a compreensão. A despsicologização da interpretação não significa que a noção de significado autoral tenha desaparecido. Se desaparecesse, Ricouer afirma que ele estaria trocando a falácia intencional, quando a intenção do autor importa, pela falácia do absoluto, em que o texto é uma entidade sem autor. Qualquer uma dessas falácias existe em detrimento da não dialética entre evento e sentido. “A autonomia semântica do texto torna a relação do evento e significação mais complexa e, nesse sentido, revela-a com uma relação dialética.” (RICOEUR, 1976, p.42).

Ricouer (1976) entende que o texto é autônomo, aberto e polissêmico. A autonomia do texto é responsável pela abertura de potenciais leitores, criando o auditório do texto. Por outro lado, a reposta do auditório é que dá significação, tornando-o importante. A polissemia e a abertura do texto estão diretamente vinculadas ao estabelecimento de referências para leitor. Ao falarmos de referência em Ricouer, somos levados a explanar a diferença entre sentido e referência para o autor.

Paul Ricoeur (1976) defende a dialética subjetiva-objetiva (evento e significação) no significado do discurso, contudo afirma que essa dialética não esgota a estrutura do discurso. O lado objetivo, referente à significação presente

na predicação, pode se apresentar de dois modos diferentes. O primeiro modo é o sentido, procura significar o que do discurso. O segundo modo é a referência, procura significar o acerca de que do discurso. Podemos distinguir o que é dito do que acerca do que se diz.

Como a linguagem em Ricouer não é entendida como um sistema fechado, em que os signos se referem a outros signos dentro do próprio sistema, a referência, o acerca de que, possibilita que a linguagem seja dirigida para fora de si mesma. O sentido está relacionado à função de identificação e à predicação no interior do discurso, e a referência relaciona a linguagem ao mundo. “A noção de trazer a experiência é a condição ontológica da referência” (RICOEUR, 1976, p.31-32). Dessa maneira, a referência pode resultar em diferentes interpretações, e até mesmo em interpretações conflitantes.

Outra contribuição importante de Paul Ricouer (1976) é a defesa de uma dialética entre a explicação e a compreensão nas ciências do espírito. Para Paul Ricouer (1976, p.85) “Compreender o sentido de um locutor e compreender o sentido da enunciação constituem um processo circular.” A compreensão e a explicação são fases de um único processo. É plausível se pensar num movimento que vai da compreensão para a explicação, ou seja, da conjectura para a validação e outro movimento da explicação para a compreensão.

A dialética entre a compreensão e a explicação defendida por Ricouer (1976), nos leva também a perceber, que o autor siga o mesmo caminho ao discutir a dualidade entre método e verdade nas ciências do espírito. Afinal, a explicação seria o caminho quando desejamos andar sobre os trilhos da objetividade e alcançá-la nas ciências do espírito. O método seria o responsável por levar a análise explicativa à objetividade. Já a compreensão seria recomendada quando o que se busca alcançar a verdade, a “densidade ontológica da realidade a ser estudada” (RICOEUR, 1990, p.43). Ricouer (1990) acredita que verdade e método não são dois processos que se dão de maneira separada e excludente. Assim como a compreensão e a explicação, são faces de um mesmo processo.

Voltemos à ponderação que fizemos anteriormente: afinal de contas, como devemos, após já sabermos que a compreensão e explicação não são dois contrários, ler um texto e buscar seu significado? Vimos que Ricouer é contrário à busca da intenção do autor para chegarmos ao significado de um texto. Segundo Paul Ricouer (1990) o texto escrito faz com que o mundo do autor seja posto em relevo, e não sua intenção. O texto deve descontextualizar-se de tal forma que seja recontextualizado numa nova situação. O leitor do texto tem papel fundamental nessa recontextualização.

## **A (re)ordenação e (re)contextualização do romance**

“Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas, que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes. As casas dos 300 habitantes eram todas semelhantes. Tinha uma saleta ampla e bem iluminada, uma sala de jantar em forma de terraço com flores de cores alegres, dois quartos, um quintal com um castanheiro gigantesco, um jardim bem plantado e um curral onde viviam os cabritos e porcos e as galinhas. As casas estavam posicionadas de tal modo que a partir de cada uma se podia chegar ao rio e se abastecer de água com o mesmo esforço; e as ruas eram traçadas com tanta habilidade que nenhuma casa recebia mais sol que a outra na hora do calor, de modo a que ninguém desfrutasse de privilégios que possuíssem todos. Era na verdade uma aldeia feliz, onde ninguém tinha mais de trinta anos e onde ninguém ainda havia morrido.”

**[Nessa época os habitantes de Macondo eram pessoas muito simples e desconheciam ainda os progressos da ciência, e]** “as máquinas de bem-estar. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo. Crenças religiosas e magia habitavam a cabeça daquela gente.” **[As evidências mais contundentes da simplicidade dos habitantes da Macondo, recaem, por exemplo, nas demonstrações públicas daquilo que o]** “cigano Melquiádes apresentava todos os anos como sendo a oitava maravilha dos sábios **alquimistas** da Macedônia,” **[o imã, o gelo, a lupa e a dentadura.]**

**[Macondo e seus habitantes estavam isolados do contato com o mundo exterior, conservando um primitivismo endêmico. Macondo conhece a rota do comércio exatamente no dia em que Úrsula Iguarán, a matriarca dos Buendias, descobriu a ausência do seu José Arcádio que]** “entrou para cigano” indo embora com a farândola dos ciganos.” **[Iniciou a busca pelo filho perguntando]** “por onde tinham ido os ciganos. Continuou perguntando no caminho que lhe indicaram, e pensando que ainda havia tempo de alcançá-los, continuou se afastando da aldeia, até que teve consciência de estar tão longe que já não pensou mais em voltar. De repente, quase cinco meses depois do seu desaparecimento, Úrsula voltou.” **[Ao retornar trouxe uma]** “multidão. Não eram ciganos. Eram homens e mulheres (...) de cabelos lisos e pele parda (...) que traziam mulas carregadas de coisas de comer, carroças de bois com móveis e utensílios domésticos, puros e simples acessórios terrestres postos à venda sem estardalhaço pelos mercadores da realidade cotidiana. Vinham do outro lado do pântano, de apenas dois dias de viagem, onde existiam povoados que recebiam o correio todos os meses e conheciam as máquinas do bem-estar. Úrsula não tinha alcançado os ciganos, mas encontrara a rota que seu marido não tinha podido descobrir na sua frustrada busca das grandes invenções.”

“Com a multidão trazida por Úrsula, Macondo estava transformada. As pessoas que tinham vindo com Úrsula divulgavam a boa qualidade do solo e a sua posição privilegiada em relação ao pântano, de modo que a reduzida aldeia de outros tempos transformou-se logo num povoado ativo, com lojas e oficinas de artesanato, e uma rota de comércio permanente por onde chagaram os primeiros árabes de pantufas e argolas nas orelhas, trocando colares de vidro por papagaios.”

**[Com o estabelecimento de um mercado constante e movimentado, dezenas de forasteiros passavam diariamente por Macondo, e com isso uma nova concepção de tempo inaugura-se em Macondo.]** “Nosso herói José Arcadio Buendia mandou libertar os pássaros das gaiolas e instalou em seu lugar relógios musicais de madeira trabalhada que os árabes trocavam por papagaios.” **[O tempo agora é outro, não mais regulado pela natureza, mas organizado pelo relógio, instrumento que sincroniza, organiza e mede o tempo do trabalho. Pouco a pouco os “moinhos satânicos” da economia monetária anunciavam o domínio da racionalidade científica moderna. José Arcádio Buendia, por exemplo,]** “se aferrou em não admitir meandros retóricos nem transmutações de chocolate, e exigiu como única prova o daguerreótipo de Deus. Ofereceram a ele medalhas e figurinhas de santos, mas José Arcádio Buendia repeliu-os por serem objetos artesanais sem fundamento científico. Deslumbrado com tantas e tão maravilhosas invenções, o povo de Macondo não sabia por onde começar a se espantar.” **[A loja de Pietro Crespi]** “ocupava agora quase um quarteirão. Lâmpadas elétricas alimentadas pelo gerador que Aureliano Triste trouxera na segunda viagem do trem e a cujo obsessivo tultum custou tempo e trabalho se acostumar”.

**[O desenvolvimento sempre traz novidades e com ele o cinema chegou a Macondo. As pessoas]** “indignaram-se com as imagens vivas que o próspero comerciante Sr. Bruno Crespi projetava no teatro de bilheterias que imitavam bocas de leão, porque um personagem morto e enterrado num filme, e por cuja desgraça haviam derramado lágrimas de tristeza, reapareceu vivo e transformado em árabe no filme seguinte. O público, que pagava dois centavos para partilhar das vicissitudes dos personagens, não pode suportar aquele logro inaudito e quebrou as poltronas. O alcaide, por insistência do Sr. Bruno Crespi, explicou num decreto que o cinema era uma máquina de ilusão que não merecia os arroubos passionais do público. Diante da desalentadora explicação, muitos acharam que tinham sido vítimas de um novo e aparatoso negócio de cigano, de modo que optaram por não voltar ao cinema, considerando que já tinham o suficiente com os seus próprios sofrimentos para chorar por infelicidades fingidas de seres imaginários.”

“Os Gramofones de manivela substituíram os antigos realejos. Telefones instalados. Desde que a estrada de ferro foi inaugurada oficialmente e o trem começou a chegar com regularidade toda quarta-feira às onze, e que se construiu

a primitiva estação de madeira com um escritório, o telefone e um guichê para vender as passagens. Entre as pessoas que não paravam de chegar, numa das tantas quartas-feiras, chegou a Macondo e almoçou em casa o rechonchudo e sorridente Mr. Herbert. Com Mr. Herbert chegou um grupo de engenheiros, agrônomos, hidrólogos, topógrafos e agrimensores e advogados com seus cães farejadores.”

“Não houve, entretanto, muito tempo para pensar no assunto, porque os desconfiados habitantes de Macondo mal começavam a se perguntar que diabo era o que estava acontecendo, quando já a aldeia se tinha transformado num acampamento de casas de madeira com tetos de zinco, povoado por forasteiros que chegavam de meio mundo no trem, não só nos bancos e nos estribos mas até no teto dos vagões. Os americanos fizeram uma aldeia à parte do outro lado da linha do trem, com ruas orladas de palmeiras, casas com janelas com tela metálica.”

**[Esses engenheiros e agrônomos provocaram profundas mudanças em Macondo, na verdade, causaram]** “um transtorno colossal, muito mais perturbador que o dos antigos ciganos. Dotados de recursos que em outra época estavam reservados à Divina Providência, modificaram o regime das chuvas, apressaram o ciclo das colheitas, e tiraram o rio de onde sempre esteve e o puseram (...) no outro extremo da povoação. Para os forasteiros que chegavam sem amor, transformaram a rua das carinhosas matronas da França num povoado mais extenso que o outro e, numa quarta-feira gloriosa, trouxeram um trem carregado de putas inverossímeis, fêmeas babilônicas adestradas em recursos imemoriais e providas de toda espécie de unguentos e dispositivos para estimular os inertes, despertar os tímidos, saciar os vorazes, exaltar os modestos, desenganar os múltiplos e corrigir os solitários.”

“A Rua dos Turcos, enriquecida com luminosos armazéns de comestíveis que expulsaram as velhas feiras de canários-da-terra, regurgitava nas noites de sábado com as multidões de aventureiros que se atropelavam entre as mesas de jogo, os balcões de tiro ao alvo. Foi uma invasão tão tumultuada e intempestiva que nos primeiros tempos era impossível andar na rua com o estorvo dos móveis e dos baús e com o trançar da carpintaria dos que erguiam as suas casas em qualquer terreno vazio sem a autorização de ninguém.”

“Tantas mudanças ocorreram em tão pouco tempo que oito meses depois da visita de Mr. Herbert os antigos habitantes de Macondo se levantavam cedo para conhecer a sua própria aldeia.”

- “olhem a confusão em que nos metemos – costumava então dizer o Coronel Aureliano Buendia – só por termos convidado um americano para comer banana.”

“Mais de um ano se passara desde a visita do Mr. Herbert e a única coisa que se sabia era que os americanos pretendiam plantar bananeiras na região.” **[Com a chegada da Companhia bananeira]** “um povoado que da noite para o dia se”

**[transformou]** “num lugar de perigo. O primeiro automóvel chegara a Macondo – um conversível alaranjado com uma buzina que espantava os cães com os seus latidos” – **[enquanto]** “fechado na oficina, o Coronel Aureliano pensava nessas mudanças.”

“Os operários da companhia estavam amontoados em barracos miseráveis. Os decrepitos advogados vestidos de negro, que em outros tempos tinham assediado o Coronel Aureliano Buendia e que agora eram procuradores da companhia bananeira, desvirtuavam a função com arbitrariedades que pareciam passes de mágica. Quando os trabalhadores redigiram uma lista de pedidos unânimes, muito tempo se passou sem que pudessem notificar oficialmente a companhia bananeira. Cansados (...) os trabalhadores repudiaram as autoridades de Macondo e subiram com as suas queixas aos tribunais supremos. Foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de toda validade, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tinha tido nunca nem teria jamais, trabalhadores a seu serviço, mas sim que os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário.” **[Uma forma de trabalho precarizado chega a Macondo e com ela a greve dos trabalhadores].**

**[A companhia bananeira informou que negociaria com os trabalhadores quando passasse a estação chuvosa.]** “A grande greve estourou. Os cultivos ficaram pelo meio, a fruta apodreceu no pé e os trens de cento e vinte vagões ficaram parados nos desvios. Os operários ociosos atulhavam as aldeias. O exército tinha sido encarregado de restabelecer a ordem pública. A Lei Marcial facultava ao exército assumir funções de árbitro da controvérsia, mas não se fez nenhuma tentativa de conciliação. Imediatamente após se exibirem em Macondo, os soldados puseram de lado os fuzis, cortaram e embarcaram as bananas e movimentaram os trens. Os trabalhadores, que até então se haviam conformado com esperar, atiraram-se ao mato sem mais armas que os seus facões de trabalho, e começaram a sabotar a sabotagem. Incendiaram fazendas e armazéns, destruíram os trilhos para impedir o trânsito dos trens, que começaram a abrir caminho a fogo de metralhadora, e cortaram os fios do telégrafo e do telefone. Os canais de irrigação tingiram-se de sangue. A situação ameaçava evoluir para uma guerra civil desigual e sangrenta quando as autoridades fizeram um apelo aos trabalhadores para que se concentrassem em Macondo. O apelo anunciava que o chefe civil e militar da província chegaria na sexta-feira seguinte, disposto a interceder no conflito.”

(...) “mais de três mil pessoas, entre trabalhadores, mulheres e crianças, tinham atulhado o espaço descoberto em frente da estação e se apertaram nas ruas adjacentes, que o exército fechara com filas de metralhadoras.” **[E com]** “três artigos de oitenta palavras **[o governo]** classificava os grevistas de quadrilha de malfeitores e facultava ao exército o direito de matá-los a bala.” **[O massacre sobreveio]**, “porque os cadáveres tinham a mesma temperatura do gesso no outono e a sua

mesma consistência de espuma petrificada, e os que os tinham colocado no vagão tiveram tempo de arrumá-los na ordem e no sentido em que se transportavam os cachos de banana. Os operários tinham obedecido à ordem de evacuar a estação e se dirigiram para as casas em caravanas pacíficas. A comunicação informava também que os dirigentes sindicais, com um elevado espírito patriótico, tinham reduzido as suas reivindicações a dois pontos: reforma de serviços médicos e construção de latrinas nas viviendas.”

“Choveu durante quatro anos, onze meses e dois dias (...) o céu desmoronou-se em tempestades de estrupício e o Norte mandava furacões que destelhavam as casas, derrubavam as paredes e arrancavam pela raiz os últimos talos das plantações. A companhia estava botando a abaixo os seus ambulatórios para levá-los para as terras de estigagem. Macondo estava em ruínas, nas valas das ruas restavam móveis espedaçados, esqueletos de animais cobertos de lírios vermelhos, últimas lembranças das hordas de imigrantes que tinham fugido de Macondo tão atabalhoadamente como tinham chegado.”

“As casas erguidas com tanta urgência durante a febre da banana tinham sido abandonadas. A companhia bananeira desmantelara as suas instalações. Da antiga cidade cercada só restavam os escombros”. Os sobreviventes da catástrofe, os mesmos que já viviam ali antes que Macondo fosse sacudido pelo furacão da companhia bananeira, estavam sentados no meio da rua gozando os primeiros sóis. Também por essa época voltaram os ciganos, os últimos herdeiros da ciência de Melquíades, e encontraram o povoado tão acabado e seus habitantes tão afastados do resto do mundo que tornaram a entrar nas casas arrastando ferros imantados, como se na verdade fossem a última descoberta dos sábios babilônicos, tornaram a concentrar os raios solares com a lupa gigantesca e não faltou quem ficasse de boca aberta vendo caírem as panelas e rolarem os caldeirões e quem pagasse cinquenta centavos para se assombrar com uma cigana que tirava e botava a dentadura postiça.”

## Considerações finais

Ao longo deste ensaio buscamos ler o romance *Cem Anos de Solidão* de Gabriel Garcia Márquez, como um exercício para interpretar algumas dimensões da América Latina. Baseando-nos na hermenêutica de Paul Ricoeur, recontextualizamos a obra para, através dela, interpretarmos a realidade do nosso mundo. Para tanto, procuramos, a partir de trechos copiados do próprio romance, construir uma interpretação plausível da dependência econômica configurada pela indústria da banana, e do processo de inauguração, auge e decadência do desenvolvimento econômico e as consequências que o mesmo exerceu sobre Macondo. No nosso

entender, o romance abre a possibilidade de refletirmos sobre as semelhanças existentes entre Macondo e diversas cidades espalhadas pela América Latina e pelo mundo afora.

Nosso entendimento é de que a cidade imaginária de Macondo, tal como interpretada e descrita por nós na seção acima, conhece um surto de desenvolvimento econômico provocado por atividades produtivas e industriais baseadas no extrativismo e na monocultura, no caso, a banana. Neste aspecto, a nossa interpretação é a de que Macondo é uma representação em miniatura de regiões extensas da América latina, cuja base econômica está assentada na monocultura e na produção de bens primários. A indústria da banana é exemplar da dependência econômica e tecnologicado Continente. Continuamos a exportar bananas (*commodity* agrícola de baixíssimo valor agregado) e importar tecnologia, tal qual Macondo.

Nessa perspectiva, as possibilidades de analogias com o que ocorre com a América Latina que o romance – ou melhor, que a interpretação e descrição que fizemos do mesmo –, possibilita são inúmeras. A América Latina pode ser interpretada como uma região que se integra à economia monetária, ao mundo capitalista, de maneira dependente. Sem conhecimento e informações e ainda sob o domínio da magia e da religião, as suas lideranças compram das mãos do cigano Melquíades as últimas maravilhas dos sábios da Macedônia: o gelo, a lupa, o imã e a dentadura. A nosso ver, é uma sátira da ingenuidade dos nossos acordos comerciais que vendem matéria prima e compram produtos industrializados. E achamos que estamos fazendo um negócio da china.

Finalmente, outra analogia possível, por exemplo, é uma das consequências inevitáveis do desenvolvimento econômico – o surgimento dos trabalhadores organizados em sindicatos. Contudo, o tratamento dispensado aos trabalhadores pelo governo de Macondo, como vimos, é o da bala e do extermínio dos sindicalistas. O que significa isso? Como interpretar essa passagem do romance em que a grande greve estourou, sem nos referirmos ao tipo de tratamento dispensado aos trabalhadores latino-americanos por suas elites, ao receituário histórico de tantos governos do Continente que deitam a chibata sobre os trabalhadores, quando não os matam ou jogam no desemprego. Os exemplos são inúmeros, entre eles constam o massacre de Santa Maria de Iquique no Chile em 1907 (BARBOSA, A., 2015). O massacre de Eldorado dos Carajás no Brasil (MASSACRE..., 2015) e o uso do exército contra grevistas (BARBOSA, B., 2015). Por tudo isso, concluímos que é possível interpretar a América Latina a partir de *Cem Anos de Solidão*.

**ONE HUNDRED YEARS OF SOLITUDE AND  
DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA**

**ABSTRACT:** *The present work is an exercise in interpretation of some dimensions of Latin America, from the novel One Hundred Years of Solitude, by Gabriel Garcia Marquez. It is based on the hermeneutic proposed by Paul Ricoeur to interpret / reframe the world of the novel. In this way, we intend to re-contextualize such works and, through his theories, to analyze the impacts and changes that economic development causes on an imaginary community and, through such analysis, find an interpretation of Latin America.*

**KEYWORDS:** *Development. Hermeneutics. Literature. Gabriel Garcia Marquez.*

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, K. Fechamento de 12 filiais da vulcabras-azaleia poderá ser anunciado ao meio-dia. **Blog Itororó Já**, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://itororoja.com.br/fechamento-de-12-filiais-da-vulcabras-azaleia-podera-ser-anunciado-ao-meio-dia>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BARBOSA, A. **Massacre em Santa Maria de Iquique completa cem anos de solidão**. Disponível em: <[http://www.latinoamericano.jor.br/memoria\\_viva\\_iquique.html](http://www.latinoamericano.jor.br/memoria_viva_iquique.html)>. Acesso em: 08 jun. 2015

BARBOSA, B. Em 1999, Brasil enfrentava greve dos caminhoneiros e FHC colocou o exército contra trabalhadores. **MPortal**. Disponível em: <<http://www.portalmetropole.com/2015/03/em-1999-brasil-enfrentava-greve-dos.html>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.5, n.10, p.1-24, 2002.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

FECHAMENTO de fabrica argentina de azeitonas aumenta tensão no Mercosul. **O Globo**, 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/fechamento-de-fabrica-argentina-de-azeitonas-aumenta-tensao-no-mercosul-5352420>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MACIEL, R. C. **Parmalat fecha unidade em Itamonte, no sul de Minas**. 15 jan. 2002. Disponível em: <<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/itamonte/conversations/messages/668>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n.35, p.199-215, jan./abr. 1999.

MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eliane Zugary. 33.ed. Rio de Janeiro: Record, 1967.

MASSACRE de Eldorado dos Carajás. **Wikipédia**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre\\_de\\_Eldorado\\_dos\\_Carajás](http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Eldorado_dos_Carajás)>. Acesso em: 08 jun. 2015

MICHELIN fecha duas fábricas na Colômbia. **Transporte Press**, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.transportepress.com/site/michelin-fecha-duas-fabricas-na-colombia/>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RICOEUR, P. Tempo e narrativa: a tríplice mimese. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1995. p.85-131, T.2.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e ideologias**. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

\_\_\_\_\_. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: 70, 1976.

SILVA, M. A. de M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v.12, n.24, p.196-240, maio/ago. 2010.

Recebido em 02/09/2013.

Aprovado em 23/04/2015.

## **TEMPO, VIDA E NARRATIVA**

*Andressa de Freitas RIBEIRO\**

**RESUMO:** Este artigo busca desenvolver uma discussão sobre a narratividade e a análise de narrativa, tocando em diferentes perspectivas teóricas quanto à linguagem e refletindo sobre a relação entre tempo, vida e narrativa. Para isso, o artigo se divide em quatro partes. A primeira parte apresenta uma discussão que questiona a linguagem como sistema autônomo e a coloca como condição humana. A segunda parte trata mais especificamente da narratologia, buscando compreender quais elementos caracterizam uma narrativa. A terceira parte trata da análise de narrativa ou como a narrativa pessoal pode ser utilizada pelas ciências sociais como informação no processo de pesquisa. E a quarta parte do artigo desenvolve uma reflexão filosófica sobre a relação entre narrativa, tempo e vida. Por fim, ao falar sobre o giro hermenêutico, o texto levanta o problema da verdade dos fatos e admite que o alcance do nosso pensar, já permeado pela linguagem, é sempre uma versão dos fatos erigida de um ponto de vista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Narrativa. Tempo. Vida.

### Introdução

O presente artigo pretende desenvolver uma reflexão teórica, baseada em revisão bibliográfica, sobre o tema da narrativa tanto em sentido ontológico como em sentido epistemológico. Para isso, o texto se divide em quatro partes: a primeira parte do texto se propõe a pensar sobre o status ontológico da linguagem e sobre a relação entre linguagem, condição humana e narrativa.

---

\* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA – Brasil. 40210-730 – andressa.antropologia@gmail.com

A segunda parte consiste em uma reflexão sobre a narratologia enquanto campo de estudo da narrativa. Nesta parte do texto, desenvolvo um panorama histórico sobre o ato de narrar e a narrativa. Desde Platão, Aristóteles e Lévi-Strauss até o surgimento de uma nova perspectiva – a perspectiva hermenêutica – quando a tônica deixa de ser colocada nos aspectos formais do texto e passa à sua dimensão interpretativa. Mesmo enfatizando a importância da dimensão interpretativa, ela ainda aparece aqui vinculada mais a um sentido epistemológico – a interpretação como possibilidade de compreensão e análise da narrativa – do que a um sentido ontológico – a interpretação como constitutiva da narrativa.

Na terceira parte do texto, tento pensar de que forma a dimensão interpretativa da compreensão pode ser utilizada pelas ciências sociais como uma chave metodológica e epistemológica de pesquisa. Para isso, recorro a Catherine Riessman (1993) que vê na análise das narrativas pessoais uma maneira de compreender a realidade social assim como de configurar, através de um *self*, as experiências vividas. Mesmo que Riessman (1993) se proponha a estender o giro hermenêutico às ciências sociais, ela não está pensando a narrativa em seu sentido ontológico – narratividade – mas sim a narrativa em seu sentido epistemológico – a análise da narrativa – como compreensão de um saber. Ainda que enfatize a função epistemológica da narrativa – ao buscar uma possibilidade de comunicação entre os estudos denarrativa e as ciências sociais – ela não perde de vista o seu caráter ontológico quando supõe que a narrativa não só diz sobre o sujeito, mas permite a esse sujeito construir um sentido de si.

Na quarta parte do texto, desenvolvo uma reflexão que, a meu ver, atinge o nível mais profundo da narrativa, qual seja este, o seu caráter mesmo ontológico. Este caráter ontológico se manifesta tanto na realidade social e nas experiências vividas – que já contêm previamente ao texto uma dimensão narrativa – como na possibilidade de refiguração da realidade pelo impacto que o texto exerce sobre o mundo e sobre o leitor. Esse momento do texto é crucial para frisar a relação entre vida, tempo e narrativa e para extrapolar a dimensão interpretativa ao aspecto ontológico da vida, o que possibilita que a narrativa se constitua como uma narratividade.

Nesse sentido, o texto aborda tanto a dimensão epistemológica da narrativa quanto a sua dimensão ontológica. David Carr (1991) em “Epistémologie et ontologie du récit” tenta pensar de que modo a interpretação, depois de Heidegger, ganha um caráter preponderantemente ontológico – “[...] a compreensão não é simplesmente uma de nossas atividades possíveis, ela pertence a nossa maneira de ser. Ela caracteriza nosso conhecimento do mundo porque ela faz parte do nosso ser-no-mundo.” (CARR, 1991, p.208, tradução nossa). No entanto, mesmo atentando para a transformação da hermenêutica de um conceito epistemológico em ontológico,

ele afirma que “[...] a função epistemológica da interpretação permanece intacta e importante.” (CARR, 1991, p.209, tradução nossa) Assim, o caráter ontológico da narrativa não oblitera a sua função epistemológica, ao contrário, serve como alicerce sob o qual a função epistemológica pode emergir. É nesse sentido que o texto se permite transitar entre a função epistemológica e o caráter ontológico da narrativa, não como aspectos mutuamente excludentes, mas, em alguma medida, complementares.

## A linguagem como condição humana

Antes de entrar na reflexão sobre narrativa propriamente dita, gostaria de iniciar o artigo com uma reflexão sobre a linguagem. Entendo que pensar a linguagem já é mesmo pensar a narrativa, tendo em vista que a narrativa se trata da configuração de uma trama que se dá através da linguagem, seja ela escrita ou oral. Para Gadamer (2002), o homem é antes de tudo um ser de linguagem. A linguagem, nesse sentido, não é um instrumento ou uma ferramenta da qual o homem se utiliza e depois de prestado seu serviço se desfaz ou joga fora. Essa percepção da linguagem como um instrumento pressupõe, antes de tudo, uma exterioridade da linguagem em relação ao homem, como algo que está fora de mim e, por isso mesmo, eu posso me apossar. No entanto, Gadamer (2002, p.176) diz que:

Esse tipo de analogia é falso porque jamais nos encontramos como consciência diante do mundo para num estado desprovido de linguagem lançarmos mão do instrumental do entendimento. Pelo contrário em todo conhecimento de nós mesmos e do mundo, sempre já fomos tomados pela própria linguagem. É aprendendo a falar que crescemos, conhecemos o mundo, conhecemos a pessoa e, por fim, conhecemos a nós próprios. Aprender a falar não significa ser introduzido na arte de designar o mundo que nos é familiar e conhecido pelo uso de instrumento já dado, mas conquistar a familiaridade e o conhecimento do próprio mundo, assim como ele se nos apresenta.

A linguagem, nesse sentido, constitui a nossa própria existência. Não existe ser humano para além ou para aquém da linguagem. A linguagem é o elemento fundante da nossa existência. Tanto é que o grande paradoxo de pensar a linguagem está no fato de que todo pensar sobre a linguagem já foi sempre alcançado pela linguagem, assim nunca podemos alcançar a totalidade do ser da linguagem de uma maneira objetificada, porque o pensamento já é mesmo linguagem. Esse é, para Gadamer (2002), o enigma profundo que a linguagem impõe ao pensar.

Se, por um lado, podemos estabelecer uma coincidência entre o pensamento e a linguagem, em alguma medida, podemos estabelecer uma coincidência entre a linguagem e o nosso estar no mundo. A nossa inserção no mundo já é uma inserção na linguagem, podemos dizer, então, que a nossa inserção no mundo real é uma inserção no mundo real de linguagem. Como afirma Gadamer (2002), já estamos tão habituados e inseridos na linguagem como estamos no mundo.

A compreensão de Gadamer (2002) sobre a linguagem se apresenta com uma profunda crítica à linguística estrutural de Ferdinand de Saussure e, ao mesmo tempo, lança bases para uma profunda reflexão sobre a narrativa ou o ato de narrar. Quanto a Saussure basta pensar que o que Gadamer (2002) propõe é a ligação inevitável da linguagem com o mundo, do homem com a linguagem e deste com o mundo. Atenta, então, para a incoerência da proposta de Saussure da autonomia entre linguagem e mundo quando se quer pensar a experiência humana, pois, o verdadeiro sentido da linguagem é aquilo em que se adentra quando a ouvimos: o dito. Fica claro o contraste entre a escola estruturalista – que coloca a *parole* e o discurso como segunda categoria de importância para o entendimento da linguagem enquanto sistema – e a perspectiva da filosofia hermenêutica – que encara a linguagem como nossa existência no mundo.

A reflexão de Gadamer (2002) sobre linguagem também lança bases para pensar a narrativa como condição ontológica – a indissociação entre linguagem e experiência e, ao mesmo tempo, a indissociação entre *self* e narrativa. Mas, antes de entrar nessa seara, gostaria de fazer uma recapitulação da história dos estudos e análise de narrativas.

## A narratologia, o giro hermenêutico e a análise do texto narrativo

A narrativa ou o ato de narrar, de contar uma história, sempre esteve presente desde que a humanidade é humanidade. Assim, desde Platão já havia uma preocupação em pensar a essência da linguagem humana. Manfredo Araújo de Oliveira (1996) coloca como Platão tentou se posicionar entre duas tendências: o naturalismo e o convencionalismo. O naturalismo pressupunha que cada coisa tem nome por natureza e o convencionalismo pressupunha que a significação é fruto da convenção e do uso da linguagem. Percebe-se por essa antinomia uma separação prévia entre o mundo das coisas e o mundo da linguagem. Só se cai nessa questão – ou a linguagem representa as coisas ou ela é mera convenção – na medida em que se pressupõe a separação entre mundo real e linguagem. Mas, Platão tenta se posicionar diante dessa antinomia afirmando que a linguagem apresenta não a imitação do tom e das formas das coisas, mas de seu próprio ser.

As palavras apresentam, então, a essência das coisas. Percebe-se que Platão se encontra aqui dentro de um pensamento objetivista, para o qual as coisas possuem qualidades em si mesmas. Segundo Oliveira (1996), Aristóteles, por sua vez, dá um passo adiante na medida em que acentua a mediação linguística para o acesso ao ser. Apesar de ainda manter a ideia de um acesso à verdade e ao real em contraposição aos sofistas que viam no discurso apenas a possibilidade de persuasão.

Bem mais tarde, no século XX, é publicado em 1928 o livro *Morfologia do Conto Maravilhoso*, do autor russo Vladimir I. Propp, que servirá de base para a análise estrutural narrativa. Ao analisar uma diversidade de contos maravilhosos, Propp percebe que apesar das diferenças entre os contos, esses contos se desenrolam através de uma mesma estrutura. Mudam-se os personagens, mudam-se os contextos, mas as funções e, nesse sentido, a trama permanecem as mesmas, ancoradas em tipos de ações que se repetem. Lévi-Strauss (1984) chega a afirmar que o desenvolvimento da lógica propperiana levaria a pressuposição de um único arquétipo de conto (uma estrutura) que sustentaria todas as variações do conto na sua manifestação concreta. Lévi-Strauss (1984) critica Propp ao afirmar que este não estabeleceu a relação necessária entre forma e conteúdo para que se apresentasse como possível a investigação da expressão concreta dos contos e propõe uma espécie de estrutura estruturante e estruturada que permita uma relação mais afim entre forma e conteúdo. Apesar da crítica a Propp, Lévi-Strauss e toda a análise estruturalista da narrativa se inspiram na escola formalista russa e nos pressupostos levantados por Vladimir I. Propp.

Em 1969 Tzvetan Todorov, na tentativa de legitimar um campo de estudo científico referente à narrativa, cunha o termo *narratologia*, ainda, até antes de 1970, fundada na descrição dos fatos estruturais, sustentada na perspectiva da semiótica, que favorecia a importância do texto na sua realidade formal e sua autonomia enquanto sistema em relação ao mundo (ADAM; REVEZ, 1997). A partir do final da década de 1970 surge uma nova perspectiva, a saber, a filosofia hermenêutica. A tônica deixa de ser nos aspectos formais do texto e passa para a sua dimensão interpretativa com todas as consequências que esta virada possa vir a ter. A hermenêutica ganha, aqui, um papel fundamental. A análise do tema da narrativa (mais tarde concebida por Paul Ricoeur como *narratividade*) ganhará outra dimensão, extrapolará as fronteiras do texto enquanto entidade autônoma para compreendê-lo na sua referência ao mundo, na sua relação com a pré-compreensão prática da vida e, ao mesmo tempo, com a sua audiência, com o leitor. É a partir dessa perspectiva que apresentarei uma breve descrição da narrativa e depois tentarei retirar as implicações epistemológicas dessa virada linguística.

Adam e Revez (1997) definem alguns traços e componentes da narrativa. A narrativa é, em primeiro lugar, representações de ações e mais do que a imitação ou cópia de ações preexistentes trata-se de uma transposição da ação humana no e pelo texto. É importante distinguir aqui a diferença de ações e acontecimentos. A ação caracteriza-se pela presença de um agente, enquanto o acontecimento advém sob o efeito de causas, sem o efeito intencional de um agente. A diferença entre ação e acontecimento leva-nos também a conceber a diferença entre causa e motivo. O motivo está para a ação, ou seja, é aquilo que leva um agente a agir, e a causa está para o evento; a causa é independente e exterior ao agente. No entanto, essas fronteiras não são intransponíveis, uma mesma ação pode ser ao mesmo tempo motivada por uma razão de agir e causada por um constrangimento exterior. Numa narrativa, o herói é precisamente aquele que tem um motivo para agir e um objetivo a atingir.

Em uma narrativa é necessário mobilizar o mundo, quer dizer, é preciso situar os fatos (O quê) num lugar (onde?) e num tempo (Quando?) e dotar os indivíduos (Quem?) de certo número de características. Para a narrativa é imprescindível a descrição. A construção do universo diegético passa necessariamente pela descrição. Além disso, a descrição serve para manusear o tempo da narrativa. Se por um lado, a narrativa possui uma natureza dinâmica, da ordem dos fatos que são passageiros e sucessivos, a descrição na narrativa possui uma natureza estática, da ordem dos fatos que são permanentes e simultâneos. Assim, é possível atrasar ou acelerar o ritmo da narrativa lançando mão do recurso descritivo.

Em um texto as ações não se encadeiam ao acaso, elas seguem leis e normas que podem ser chamados de *script*. Todo texto narrativo, também, demanda uma unidade de ação. Não é a mera sucessão das ações que forma um todo, é preciso mais do que a cronologia para que o texto adquira coerência e sentido. O tempo é um constituinte necessário, mas não suficiente, para definir um texto como uma narrativa. É preciso a constituição de uma trama narrativa, de uma intriga. A temporalidade se dá não só no âmbito da narração, mas também no âmbito do narrado. A ação também possui uma unidade e uma temporalidade, deste modo, é preciso coadunar a temporalidade da ação e da enunciação.

A oposição entre uma situação inicial e uma situação final constitui um critério de definição do narrativo (ADAM; REVEZ, 1997). Essa transformação da situação inicial e o surgimento da situação final são possibilitados pela existência da trama narrativa. A trama narrativa é constituída pelo par nó-desenlace (ou peripécia e reconhecimento), o nó se apresenta geralmente como uma situação problemática e o desenlace como desatar dessa situação. Geralmente o par nó-desenlace é permeado por uma tensão dramática, que possui apenas valor semântico (não ocupa um lugar definitivo na narrativa).

Um texto narrativo é uma estrutura hierárquica complexa que compreende um determinado número de sequências. Essas sequências podem se combinar de diferentes maneiras, seja por encadeamento-adição, alternância-entrelaçamento, encaixe-engaste. A análise do texto narrativo não se resume apenas aos seus elementos textuais, mas também aos extratextuais como, por exemplo, a questão do autor e do leitor ou audiência. Muitas vezes a voz que se escuta em um livro não é a do autor, mas a do narrador, visto que a obra não necessariamente diz sobre uma subjetividade criadora que está fora dela – o autor. E a história é contada pelo narrador, que pode ser um personagem imbricado na trama ou fora dela, ou pode se confundir com autor (ADAM; REVEZ, 1997). Por vezes, cabe a pergunta: quem é o produtor da narrativa? Se a unidade do produtor é problemática, também o é a unidade do leitor. O autor quando narra fica reduzido a imaginar um leitor que pode ser qualquer um que tenha a capacidade de ler. A imaginação de uma audiência ou a criação de um leitor modelizado é necessária ao autor para que ele possa ajustar suas próprias palavras, mas esse leitor, essa audiência, é um horizonte em aberto (RICOEUR, 1976).

## A análise de narrativa nas Ciências Sociais através do relato em primeira pessoa

Outra consideração importante sobre a análise de narrativas, em um campo diferente da análise de Adam e Revez (1997), é a de Catherine Kohler Riessman (1993) sobre a análise da narrativa pessoal como informação no processo de pesquisa. Seu interesse é especificamente os relatos em primeira pessoa como resposta à experiência vivida. Para Riessman (1993), a narrativa não se limita a nenhum campo do conhecimento específico. Os estudos narrativos possuem por sua natureza um caráter interdisciplinar e esses estudos estenderam às ciências sociais o giro interpretativo. Riessman (1993) ainda afirma que o objeto próprio da análise de narrativa são as próprias histórias.

Em seu livro *Narrative analysis*, Riessman (1993) propõe-nos ver como os entrevistados ordenam o fluxo da experiência para fazer sentido às ações e eventos de suas vidas. A abordagem metodológica examina como as histórias dos informantes utilizam tanto os recursos culturais quanto os linguísticos para criar um discurso capaz de persuadir o ouvinte de sua autenticidade. A análise de narrativa estuda, assim, não apenas o conteúdo a que a língua se refere, mas a abertura para as formas de contar da experiência. A pergunta é: como as histórias são contadas ou por que as histórias são contadas dessa maneira [ou por que histórias são contadas]?

Riessman (1993) chama atenção para a diferença entre os estudos narrativos e algumas pesquisas qualitativas desenvolvidas na sociologia que pretendem dar voz aos seus informantes. Ela afirma que não se pode dar voz, mas ouvir vozes, gravá-las e interpretá-las. A autora também diferencia os estudos narrativos dos métodos etnográficos que incorporam os relatos em primeira pessoa. A etnografia, muitas vezes, se propõe a alcançar a realidade dos fatos, a dar uma descrição realista das coisas, nesse sentido, ela se diferencia de outras ciências descritivas apenas no formato. São os eventos e não as histórias que os informantes criam sobre eles que comandam a atenção de muitos etnógrafos. A análise narrativa proposta por Riessman (1993, p.5) é cética à possibilidade de alcançar a verdade, porque a linguagem é entendida como profundamente constitutiva da realidade, não simplesmente um recurso técnico para criar significado: “As estórias dos informantes não miram o mundo lá fora. Elas são construídas, criativamente autorais e retóricas, repleta de suposições e interpretações [...]”. Os estudos narrativos até se inspiram em alguma medida nos estudos qualitativos e etnográficos, mas se distinguem, sobretudo, por seu salto interpretativo. A interpretação é um ponto fundamental na análise de narrativas e perpassa todas as etapas de investigação propostas por Riessman (1993).

Como o investigador nunca tem um acesso direto à experiência do outro, ele lida com representações ambíguas dessa experiência – a fala, o texto, a interação e a interpretação. Assim, Riessman (1993) compõe esse acesso ambíguo à experiência do outro, através da análise de narrativas, em cinco momentos: o viver a experiência (*attending to experience*), o contar a experiência (*telling about experience*), o transcrever a experiência (*transcribing experience*), o analisar a experiência (*analyzing experience*) e a leitura da experiência (*reading experience*). Em todos esses momentos existe a dimensão da interpretação.

Reissman (1993) levanta muitas questões no que diz respeito a narrativas, mas que se referem à epistemologia e à própria ciência. Uma das questões é que toda representação da experiência são como retratos limitados. Além disso, o significado é sempre ambíguo porque ele emerge do processo de interação entre as pessoas: o ser, o narrador, o gravador, o analista e o leitor. O caráter ambíguo do significado nos permite assumir que a verdade é, ela mesma, uma questão de interpretação. Isso coloca em cheque toda a ciência positivista que concebe a existência de um mundo objetivo e fora dele a linguagem. A linguagem é, nessa perspectiva, uma espécie de ferramenta da qual o cientista pode fazer uso para revelar o mundo das coisas, que possui uma realidade em si. Como Gadamer (2002) diz, a realidade é já linguagem, o homem na relação com o mundo e o mundo na relação com o homem é desde sempre linguagem. Daí o caráter interpretativo da ciência e da própria verdade. De algum modo, Reissman (1993) atenta para isso ao afirmar o caráter ambíguo do significado.

Outra questão que Reissman (1993) levanta é que a narrativa não conta sobre as ações passadas, mas sobre como os indivíduos entendem aquelas ações. As tramas variam em tipos: tragédia, comédia, romance e sátira. Os indivíduos colocam suas vidas ordinárias dentro dessas formas arquetípicas. O narrador indica em que termos ele quer ser interpretado pelo estilo de contar que ele escolhe. Além disso, o narrador tem um problema fundamental: como convencer sua audiência que não estava lá que alguma coisa aconteceu. A linguagem não é uma mera descrição, não é uma tentativa de dizer as pessoas como as coisas são, mas é uma tentativa, também, de mobilizar as pessoas. Mais uma vez, Reissman (1993) atenta aqui para a questão da verdade, ao dizer que não existe **a verdade**, mas o que existe são versões e interpretações do mundo.

Estudiosos da análise de narrativa abordam a questão da verdade de modos diferentes. Alguns assumem que a linguagem representa a realidade: as proposições narrativas capturam a experiência na mesma ordem que os eventos originais. Outros, influenciados pela fenomenologia, tomam a posição de que a narrativa constitui a realidade: é falando que nós tornamos reais os fenômenos no fluxo da consciência. Ainda outros, se interessam no aspecto persuasivo da linguagem, argumentam que os narradores inscrevem nas suas histórias suas ideologias e interesses. Para Riessman (1993, p.22, tradução nossa), no entanto:

Narrativas são interpretações e, em retorno, requerem interpretações: elas não falam por elas mesmas ou promovem um acesso direto a outro tempo, espaço ou cultura. Nossas interpretações analíticas são parciais, verdades alternativas que apontam para uma credibilidade, não uma certeza; para o alargamento do entendimento, mais do que um controle sobre os fatos.

Se a narrativa está no campo da interpretação, então, pode-se levantar a questão de como validar uma narrativa ou se, por exemplo, pode existir uma narrativa melhor que outra. Para Riessman (1993), uma narrativa pessoal não deve ser lida como um relato exato do que aconteceu, nem como um espelho do mundo lá fora. A verdade de um relato individual não é a primeira questão. “Narrativas assumem pontos de vista. Fatos são produzidos num processo interpretativo. Fatos e interpretações requerem e moldam um ao outro.” (RIESSMAN, 1993, p.64, tradução nossa). É sempre possível narrar o mesmo evento de formas diferentes, a depender dos valores e interesses do narrador.

Não existe razão para assumir que uma narrativa individual será ou deve ser consistente de um momento para outro. Cada relato torna presente uma possibilidade de versão da ação em questão. A ideia de narrativa invoca a inevitabilidade de descrições alternativas. (RIESSMAN, 1993, p.65).

Ao pensar sobre os relatos pessoais, Riessman (1993) reflete, ao mesmo tempo, sobre uma série de questões relevantes em termos epistemológicos e científicos. Suas reflexões não se reduzem aos relatos pessoais, mas cabem mesmo para pensar a análise de narrativa como uma nova possibilidade de conhecimento e de fazer ciência. Pensar na narrativa como uma fonte de informação válida e possível nessa perspectiva é, de algum modo, validar a própria hermenêutica como fonte válida de conhecimento. Quando se propõe outra ideia de verdade, outra ideia de linguagem e outra ideia de fato, se questiona mesmo os alicerces canônicos das ciências.

## Vida, tempo e narrativa

Pensar na narrativa é inevitavelmente pensar na relação com o tempo e mesmo na relação com a vida, porque a dimensão de temporalidade antes de estar configurada nos textos ela está presente na vida, nas nossas ações e experiências. Assim, o ato de narrar não é uma criação independente dos fenômenos da vida, nem é uma imposição violenta e artificial ao ritmo da vida, ao contrário, é como uma melodia que se toca em consonância com o esforço de coerência e sentido demandado pela experiência de estar vivo no mundo. Em *Tempo e narrativa I*, Ricoeur (1994, p.85) deixa bem claro essa relação entre narrativa, tempo e vida, quando diz que:

[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.

Ao pensar a narrativa e ao relacioná-la com o tempo e com a experiência prática, Ricoeur propõe a seguinte tese:

Minha tese é que o próprio sentido da operação da configuração constitutiva da tessitura da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que chamo de mimese I e mimese III e constituem o montante e a jusante da mimese II. Ao fazer isso, proponho-me a mostrar que mimese II extrai sua inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração. (RICOEUR, 1994, p.86).

Ricoeur (1994) pensa a configuração do texto como uma transfiguração da experiência prática, “do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer”, em texto e obra, direcionada, por um ator, a um leitor que, ao ter contato com a obra, muda seu agir e abre seu horizonte para novos horizontes. Aqui, percebe-se a diferença que existe, por um lado, entre a perspectiva semiótica que só considera as leis internas da obra literária e concentra-se em uma abstração forçada da mimese II, por outro lado, a perspectiva hermenêutica que percebe o texto como uma relação entre mundos.

A mimese I, para Ricoeur (1994), o mundo da ação, o mundo prático, guarda uma pré-figuração ou uma temporalidade. Se a intriga é uma imitação da ação, então, é necessário identificar na ação uma semântica ou uma significação articulada assim como suas mediações simbólicas. O campo da ação é diferente do campo do movimento físico exatamente pelo fato de pertencer a uma trama conceitual. A ação não é só interpretada na tessitura da intriga, ela já é em si interpretante, no sentido de que é simbolicamente mediatizada. A ação também pressupõe um agente e esse agente tem seus motivos para agir. Todos esses componentes da ação e da compreensão prática servem de ancoradouros para a compreensão narrativa. A narrativa pressupõe, da parte do narrador e do seu auditório, uma familiaridade com termos tais como agente, fim, meio, circunstância, termos que já estão presentes na compreensão prática do mundo.

Para Ricoeur (1994), existe ainda uma dupla relação entre a inteligência narrativa e a inteligência prática. Como a inteligência prática situa-se em uma ordem paradigmática e a inteligência narrativa em uma ordem sintagmática, a passagem de uma para outra dota a ação de integração e atualidade. Termos que só tinham um significado virtual adquirem sentido quando encadeados na trama sequencial da intriga, por outro lado, termos tão heterogêneos como agentes, motivos e circunstâncias são tornados compatíveis e passam a operar em totalidades temporais efetivas. Assim, a passagem da inteligência prática para a inteligência narrativa constitui uma relação de pressuposição, mas também uma relação de transformação.

Outro passo da pré-compreensão da ação refere-se aos seus caracteres temporais. Os caracteres temporais da ação levam a ideia de uma pré-narrativa da experiência temporal, é como se, de algum modo, a própria ação já pedisse uma narrativa. Muitas vezes as ações dos agentes estão organizadas temporalmente em termos de projetos e o projeto diz respeito ao futuro. No entanto, é possível perceber uma circularidade entre as perspectivas de passado, presente e futuro, localizando-as não como uma mera sequência dos fatos, quando, por exemplo, percebe-se o estreito parentesco entre a motivação e aptidão para mobilizar no presente a experiência herdada do passado na tentativa de realização de um projeto futuro. Assim, presente, passado e futuro estão interconectados em uma trama. Ao comentar a perspectiva de Agostinho sobre o tempo Ricoeur (1994, p.96) diz:

Dizendo que não há um tempo futuro, um tempo passado e um tempo presente, mas um tríptico presente, um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes, Agostinho pôs-nos no caminho de uma investigação sobre a estrutura temporal mais primitiva da ação.

Assim, mesmo a temporalidade da narrativa, em alguma medida, é inspirada na temporalidade da ação e, por que não, na temporalidade da própria vida. Vê-se aqui, pela explicitação da mimese I, uma relação íntima entre texto e vida, entre compreensão prática e compressão narrativa. Na realidade, o texto configura uma realidade que já está figurada. A mimese II possui por sua natureza uma função de mediação entre a montante e a jusante da configuração. Essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da função de mediação. Isso porque a função de integração que a intriga opera no próprio campo textual permite que ela exerça, por consequência, uma mediação mais ampla entre a pré-compreensão e a pós-compreensão da ordem da ação de seus traços temporais. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a intriga é chave para compreensão da função da mimese II.

A intriga é mediadora por três motivos. Primeiro, porque ela extrai de uma pluralidade de acontecimentos individuais uma história considerada como um todo. “A tessitura da intriga é uma operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.” (RICOEUR, 1994, p.103). Segundo, a tessitura da intriga compõe juntos fatores muito heterogêneos principalmente pela chave concordância-discordância que, na visão de Ricoeur, Aristóteles já utilizava para definir a intriga. É esse traço que permite a narrativa transfigurar numa ordem sintagmática os componentes do quadro paradigmático da ação. “Essa passagem do paradigmático ao sintagmático constitui a própria transição da mimese I a mimese II. É a obra da atividade da configuração.” (RICOEUR, 1994, p.103). O terceiro motivo são os caracteres temporais próprio da intriga. Se por um lado a intriga tem uma dimensão cronológica, da sucessão dos eventos, existe também uma dimensão não-cronológica que é a dimensão configurante propriamente dita, graças a qual a intriga transforma os acontecimentos em história. É esse ato configurante que fornece o sentido de todo aos acontecimentos.

A constituição de um sentido é uma das principais funções do ato configurante e é ele que dota a história da capacidade de ser seguida. Seguir uma história é assumir a conduta de uma espera diante de fatos e acontecimentos contingentes. Essa conduta de espera encontra sua realização na conclusão. Só a partir da conclusão poder-se-á ter uma perspectiva do todo. É essa capacidade de ser seguida – o sentido – que constitui a solução poética do paradoxo entre distensão-intenção. Distensão e intenção estão sempre dialogando dialeticamente através do fluxo do sentido.

A mimese II requer como complemento um terceiro estágio representativo que é a mimese III. Ricoeur (1994) diz que a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III. Assim, é no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese. A mimese III marca a intersecção entre o mundo do ouvinte e o mundo do leitor. O ato da leitura é o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência, é a sua possibilidade de refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga. Só quando o texto chega ao leitor e através da leitura é que ele adquire o *status* de obra, porque a sensação é fruto da conjunção do sentido e de quem sente. Assim, a escrita pede como complemento a leitura.

Mas, a mimese III não se resume aí, ela pede também uma atenção para a referência, porque o que é comunicado em uma obra é o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. Se a obra possui seu horizonte, haja vista que a linguagem é orientada para além de si mesma – ela sabe-se ser a fim de referir-se ao ser –, o leitor também possui uma capacidade de acolhimento da obra que também se define por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo. Ricoeur (1994, p.119) afirma que:

A questão da referência assenta-se no fato de que o acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como são a forma e o fundo.

É pelo fato de o texto e o leitor compartilharem o horizonte aberto do mundo que eles podem, por isso, compartilhar experiências. Esse compartilhar experiências através do texto, no entanto, guarda uma dimensão de abertura na significação que não é encontrada no diálogo, porque, no diálogo presencial, a referência se torna fechada à situação, enquanto no texto, escritor e leitor não necessariamente compartilham de um mesmo campo situacional. Só essa condição ontológica de compartilhar um mundo é que permite a linguagem ser o vetor dessa comunhão de mundos e experiências distintos.

Fica claro, pela ideia de referência, que a linguagem não constitui um mundo para ela própria. Como afirma Ricoeur (1994), ela nem sequer é um mundo, é porque estamos no mundo e somos afetados por ele que temos o que falar, o que comunicar, ou melhor, experiências para serem levadas à linguagem e a partilhar. É essa intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, possibilitada pela referência ontológica do estar no mundo, que modela a efetividade prática do texto. Esse compartilhar de horizontes afeta o leitor e age sobre ele. “O mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li,

interpretei e amei [...]” (RICOEUR, 1994, p.122). O texto volta, assim, através de uma temporalidade característica, à vida. A refiguração só é possível por causa do vínculo primordial que o texto mantém com uma vida já figurada.

Emerge da análise de Paul Ricoeur (1994) uma relação evidente entre tempo, narrativa e ação humana. A ação humana como o campo onde o tempo e a narrativa se inter cruzam. Falar de ação humana é falar também de vida. Nesse sentido, a reflexão de Ricoeur (1994) pressupõe uma relação subtendida entre vida, tempo e narrativa. Cabe, pois, através da análise de narrativa uma reflexão sobre a vida.

David Carr (1986), no Capítulo III – “The self and the Coherence of life”, de sua obra intitulada *Time, narrative and history*, faz uma relação muito profícua entre a narrativa, o *self* e a coerência da vida. Nela afirma que a estrutura narrativa perpassa todo cotidiano da vida e que a complexa estrutura narrativa representa a maneira pela qual nossas experiências e ações são organizadas sobre o tempo. A estrutura narrativa é o princípio organizativo não só das experiências e ações, mas do *self* que experimenta e age. Esta perspectiva concerne não somente às ações, mas como a vida de alguém é experimentada como um todo; concerne à natureza da existência humana individual, ao caráter e a identidade pessoal. De agora em diante, deter-me-ei em três pontos para explanar sobre a relação desenvolvida por Carr (1986) entre vida, tempo e narrativa, a saber: a coerência, noção que toma de Dilthey; a morte como o ponto final da vida, noção que provém da discussão com Heidegger; e, por fim, a vida como uma luta para construir sentidos.

Para Carr (1986), sempre que passamos por alguma experiência radical de trauma ou quase morte, nós realizamos uma profunda reflexão sobre nossas vidas. No entanto, embora a maioria de nós não experienciamos esse momento radical de quebra e revisão da vida, mas a maioria de nós está engajada em alguma forma de revisão autobiográfica, frequentemente ocasionadas pelos momentos de transição da vida. Nós estamos, continuamente, compondo e revisando nossas vidas enquanto permanecemos seguindo adiante. Este empenho cognitivo em entender os processos da vida está ligado à ideia de coerência.

Para Dilthey (apud CARR, 1986), coerência é direção e existem três categorias do pensamento relevantes para o entendimento da vida: o valor, o propósito e o significado. Essas três categorias entram em jogo de acordo com o ponto de vista adotado por alguém. O significado emerge primeiramente através da memória, como elementos que emergiram do fluxo da vida e tornaram-se parâmetro. Valores correspondem ao presente e provem a realidade ao nosso redor de um sentido positivo ou negativo. E o propósito pertence ao futuro como uma realização projetada dos nossos valores. No entanto, para Dilthey, os valores e os

propósitos não conformam padrões, são como notas que existem ao mesmo tempo, mas não conformam uma melodia, apenas a categoria do significado emerge do caos dos eventos da vida e traz a ordem. É nessa categoria que jaz a noção de desenvolvimento da vida.

A categoria de significado é então central para o entendimento do curso da vida porque ela engloba e ordena as coisas que nós valoramos e os propósitos que acreditamos. Significado, nesse sentido, é precisamente a coerência buscada pelo entendimento. (CARR, 1986, p.77, tradução nossa).

No entanto, o pensamento de Dilthey encerra um paradigma por se tratar da vida. Como o significado é sempre buscado retrospectivamente, a relação entre as partes e o todo da vida nunca é completada, porque não podemos esperar o momento da nossa morte para significar esse todo. Isso não significa que não podemos falar em uma dimensão de todo na vida, mas esse sentido de todo e de coerência só é alcançado prospectivamente, através de um ponto de vista adotado, por isso a vida está sempre por fazer-se e refazer-se. Uma visão retrospectiva-prospectiva é parte de qualquer ação ou experiência.

A questão do tempo, da vida e do significado também é uma questão para Heidegger (apud CARR, 1986) que coloca que na escala da vida ou da história de vida nós não devemos buscar o tipo de unidade interna e interconexão que nós encontramos nos elementos que compõem a vida, já que não podemos presenciar nem o nosso nascimento, nem a nossa morte. Segundo ele, para a vida individual a morte é o irrevogável fechamento, este é o significado da morte para a vida. A morte não é exatamente algo que alguém pode prever. Nós tomamos conhecimento da morte através da experiência de outros, mas minha própria morte não é algo que eu mesmo posso experimentar. A morte, por eu não saber quando ela virá, aparece para mim como uma disposição de ansiedade. Diferente do medo, a ansiedade não tem um objeto particular. O que isto revela é a facticidade da minha existência, minha breve passagem pelo mundo. Minha existência se ergue contra a possibilidade da minha não-existência. A morte é assim um chamado para minha consciência. É esse limiar que serve como paradigma para a minha história de vida. Emerge para Heidegger, então, a questão do autor. O autor não é necessariamente quem faz a história, mas aquele que é capaz de escolher, mesmo, de qual história ele participará, ou qual história sua vida ajudará a compor. A integridade de uma vida está relacionada ao chamado que a morte impõe em direção as escolhas.

Percebe-se que, tanto Heidegger ao pensar a morte, quanto Dilthey ao pensar a coerência estão, de algum modo, pensando como as pessoas constroem significados

ou dotam suas vidas de sentido. Guardadas as particularidades da experiência de uma vida, em certa medida, a vida também se configura como uma narrativa. A busca pela coerência, a busca de um sentido que possa organizar a pluralidade dos eventos em um todo, a necessidade de ultrapassar o mero suceder dos fatos mostram que o tempo adquire outra dimensão na vida que não é uma dimensão cronológica, mas a dimensão, talvez, do ato configurante de um texto.

Outros autores defendem a narrativa como a chave para o entendimento da vida individual. A vida pode ser vista como um constante esforço para manter a coerência narrativa. Viver a história individual das nossas vidas, que ordena todos os eventos heterogêneos presentes na nossa trajetória, como toda narrativa que nós conscientemente participamos, é contá-la para nós mesmos e, também, para outros, e contá-la novamente revisitando nossa história na medida em que caminhamos. A coerência de uma vida não é dada de antemão, ao contrário, ela é um constante exercício, uma constante tarefa, algumas vezes até uma luta, e quando obtém sucesso se configura como uma realização. “Experimentar, atuar, viver no sentido mais geral, é manter e se necessário restaurar a própria coerência narrativa no tempo, preservar isto contra a dissolução interna das partes que a compõem [...]” (CARR, 1986, p.96).

A reflexão de Carr (1986) mostra como a vida tem uma conexão direta com a narrativa e com o tempo. Como vimos, Ricoeur (1994) já afirmava a existência de uma estrutura pré-narrativa da experiência e perguntava se já não estamos inclinados a ver em tal encadeamento de episódios de nossas vidas histórias não ainda narradas, histórias que pedem para ser contadas. A hermenêutica radicaliza a dimensão da interpretação ao levar para a própria vida a estrutura narrativa e ao atentar, deste modo, para o fundamento ontológico da interpretação. Gadamer (2002) sinalizava para isso quando concebeu a linguagem como o centro do ser humano.

Esse giro hermenêutico ou interpretativo faz cair por terra os pressupostos das ciências positivistas e torna irrelevante, por exemplo, o questionamento em relação ao conhecimento histórico, qual seja este, se este é válido ou não, tendo em vista que seu objeto de estudo – o passado – encerra o paradoxo da verdade dos fatos. Carr (2001) no texto “Getting the story straight” havia colocado a questão: como pode a história verificar suas teorias, quando seu objeto, o passado, não pode ser verificado? O giro hermenêutico na medida em que coloca a interpretação como seu ponto fundante desestabiliza a ideia da verdade dos fatos e admite que o alcance do nosso pensar, já permeado pela linguagem, é sempre uma versão dos fatos erigida de um ponto de vista.

## **TIME, LIFE AND NARRATIVE**

**ABSTRACT:** *This article aims to develop a discussion on the analysis of narratives, touching different theoretical perspectives about language and reflecting on the relationship between time, life and narrative. For the purpose of this analysis, the paper is divided in three parts. The first part presents a discussion that questions the language as an autonomous system and places it as a human condition. The second part deals more specifically with the narratology, trying to understand what elements characterize a narrative. The third part discusses the narrative analysis or how personal narrative can be used by social sciences as information on the search process. And the fourth part of the paper develops a philosophical reflection about the relationship between narrative, time and life. Finally, the text also includes a concern about the meaning of scientific work. When talking about the hermeneutic spin, the text raises the problem of the truth of facts and admits that the scope of our thinking, already permeated by the language, is always a version of facts built from a point of view.*

**KEYWORDS:** *Language. Narrative. Time. Life.*

## REFERÊNCIAS

ADAM, J. M.; REVEZ, F. **A análise de narrativa**. Lisboa: Gradiva, 1997.

CARR, D. Getting the story straight: narrative and historical knowledge. In: ROBERTS, G. **The history and narrative reader**. London: Routledge, 2001. p.197-208.

\_\_\_\_\_. Epistémologie et ontologie du récit. In: KEARNEY, R.; GREISCH, J. **Les Métamorphoses de la raison herméneutique**. Paris: Du Cerf, 1991. p.205-214.

\_\_\_\_\_. The self and the coherence of life. In: \_\_\_\_\_. **Time, narrative and history**. Indianapolis: Indiana University Press, 1986. p.73-99.

GADAMER, H.-G. Homem e linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.173-182.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura e a forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp. In: \_\_\_\_\_. **V. I. Propp: morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.181-205.

OLIVEIRA, M. A. de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

RICOEUR, P. A tríplice mimese. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. p.85-131.

\_\_\_\_\_. **Teoria da interpretação**. Lisboa: 70, 1976.

RIESSMAN, C. K. **Narrative analysis**. London: Sage, 1993.

Recebido em 05/09/2014.

Aprovado em 18/05/2015.

**Varia**



## **A REVOLUÇÃO PASSIVA DOS GOVERNOS LULA**

*Carlos Alberto BELLO\**

**RESUMO:** A partir de um conjunto de processos associados ao conceito gramsciano de revolução passiva, o artigo discute por que, para que, por quem, como e com que efetividade ela teria ocorrido sob os governos Lula (2003-2010). Diversos aspectos foram avaliados, tornando plausível a hipótese de que os governos Lula teriam desenvolvido os processos essenciais à plena realização de uma revolução passiva, sugerindo êxito em fortalecer a dominação burguesa no Brasil, ao menos até 2010. O quadro resultante parecia expressar uma combinação exitosa entre novas práticas junto às classes populares e manutenção das práticas neoliberais anteriores, no contexto de um crescimento econômico expressivo e do enfraquecimento das forças sociais potencialmente antagônicas, que não estariam obtendo apoios sociais muito relevantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governos Lula. Revolução passiva. Neoliberalismo. Burguesia. Classes populares.

O conceito gramsciano de revolução passiva vem sendo utilizado por diversos autores para analisar as mudanças nos modos pelos quais a burguesia exerce sua dominação sobre as demais classes nas sociedades capitalistas. Ele será utilizado aqui a partir de diversas análises feitas por Gramsci nos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 1999); aplicado ao fascismo e à socialdemocracia nos países centrais, tem sido utilizado na América Latina e no Brasil<sup>1</sup>. A discussão acerca dos processos que caracterizariam uma revolução passiva durante os governos Lula (2003-2010) será realizada através de um percurso que principia pelas suas causas, passa pelas

---

\* Pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – carlosabello@uol.com.br

<sup>1</sup> Vide Coutinho (1999), Kanoussi e Mena (1985) e Vianna (2004).

condições necessárias à sua eclosão, pela discussão dos seus objetivos, pela análise de quem a dirigiu e de como ela se manifestou em mudanças de forte impacto social, avaliando então como ela teria atingido seus objetivos. Em suma, trata-se de discutir por que, para que, por quem, como e com que efetividade teria ocorrido uma revolução passiva sob os governos Lula.

Para Gramsci (1999), o início de uma revolução passiva consiste numa tentativa de solucionar uma situação de ampla crise nas dimensões socioeconômicas e político-ideológicas da vida social, buscando desenvolver novas maneiras de estabilizar as relações entre dominantes e dominados. Esse era o quadro pelo qual a sociedade brasileira vinha passando desde meados dos anos 1970 até 1994. A partir de então, os governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1994-2002) promoveram relevantes transformações nas mencionadas dimensões. Não cabe aqui analisar tais governos, cabendo salientar que a crise econômica iniciada em 1999 e outros episódios (como a privatização das telecomunicações) foram relevantes para a derrota de José Serra nas eleições de 2002, reabrindo a perspectiva de que novas medidas seriam necessárias para assegurar um amplo domínio da burguesia sobre a sociedade, como se verificou entre 1994 e 1999.

Como diversos processos, discutidos mais adiante, haviam reforçado o domínio da burguesia sobre a sociedade durante os governos FHC, não haveria a possibilidade de eclosão de uma nova etapa da revolução passiva, voltada a redefinir as relações entre as classes dominantes e dominadas no sentido de fortalecer o poder da burguesia? Este artigo postula a hipótese de que os governos Lula revelaram estas características. Cabe ressaltar que serão discutidos teoricamente processos sociais cuja fundamentação empírica não está sendo avaliada aqui, pois o objetivo é propor um quadro conceitual visando o mapeamento dos possíveis significados contidos nos processos sociais em curso. As seções seguintes utilizam vários aportes da teoria gramsciana associados ao conceito de revolução passiva para analisar os governos Lula.

## Eleição de Lula e revolução passiva como programa

Um momento crucial para a análise dos governos Lula foi o período anterior às eleições de 2002. Na época, segmentos associados às classes dominantes haviam conseguido difundir intensamente as ideias neoliberais, a partir da capacidade de FHC articular em torno de si um amplo conjunto de forças, como Sallum (2003) e Oliveira (1998a) ressaltaram. A difusão dessas ideias também decorreu do maior poderio dos capitais financeirizados e internacionalizados, os principais beneficiados pelas transformações promovidas pelos governos FHC, as quais

também enfraqueceram as bases dos segmentos que se opunham a tais ideias – sindicatos e movimentos sociais. A força política desses capitais cresceu ainda mais com a crise financeira mundial iniciada em 1997, posto que esta aumentou o risco de uma desvalorização cambial, a qual desencadearia pressões inflacionárias<sup>2</sup>. O governo FHC optou por ceder ao mercado quando este passou a exigir superávits fiscais primários para evitar um aumento ainda maior da dívida pública<sup>3</sup>.

Desde os anos 1980, a veiculação das ideias neoliberais avançou a ponto de conformar um quadro de amplo fracasso das ações produtivas, reguladoras e distributivas do Estado. Outras transformações impulsionaram a difusão dessas ideias, tais como o avanço de uma cultura consumista e individualista<sup>4</sup> e do estímulo à diversidade de identidades culturais numa lógica fragmentada e não universalizável<sup>5</sup>, aprofundando a dicotomia entre o Estado autoritário e a sociedade civil virtuosa (COUTINHO, 2006). Depois da euforia consumista (baseada no real forte frente ao dólar e no crescimento da renda) desde 1999, passou a ser destacada a ideia de que a globalização impõe ajustes inevitáveis; a dificuldade de gerar empregos se deveria ao imperativo da modernização tecnológica para enfrentar a acirrada concorrência mundial. Se o Estado buscasse enfrentar o desemprego, investindo ou gastando, prejudicaria a competitividade, pois aumentaria os custos das empresas, o déficit público e a inflação. Cabe ressaltar que a grande receptividade às ideias neoliberais ocorreu no contexto de escasso debate democrático. Pontificaram os discursos de especialistas (sobretudo economistas), expressos numa linguagem tecnocrática pouco acessível aos cidadãos comuns, através de meios de comunicação que raramente disponibilizam posições contrárias aos interesses da burguesia.

A estratégia eleitoral de Lula expressou sua adaptação a esse quadro, haja vista que:

Não sem razão, o marqueteiro Duda Mendonça passou a ser considerado o responsável pela performance de Lula num quadro em que as relações políticas haviam sido rompidas e revelavam-se ineficazes. Mas porque o êxito do marqueteiro, onde seus equivalentes sucumbiram com seus clientes? Exatamente porque os outros marqueteiros procuravam ainda ‘qualidades’ em seus patrões,

---

<sup>2</sup> Com o aumento dos preços em reais das importações em dólar, os preços internos tendem a aumentar.

<sup>3</sup> Seu crescimento incrementava o risco de ser tomada alguma atitude política (como uma moratória) que provocasse uma queda da rentabilidade ou da mobilidade dos capitais no país.

<sup>4</sup> As mudanças tecnológicas e a diversificação de produtos, apoiadas em amplos esquemas publicitários, incentivam muito os cidadãos a se dedicarem à fruição. O avanço do individualismo, enquanto multiplicação de estilos e experiências de vida, é ressaltado por diversos estudiosos.

<sup>5</sup> Tais identidades têm sido tematizadas em arenas públicas autônomas entre si, não parecendo estar ligadas a uma discussão sobre grandes questões nacionais como direitos sociais e desigualdades de condições de vida.

segundo códigos ainda de representatividade: Duda Mendonça resolveu ressaltar em Lula o que era inespecífico, vale dizer o **Lulinha, Paz e Amor**, procedendo à operação de des-petitizar o candidato. [...]. Tudo que ele havia declarado e representado antes já não tinha valor, e a campanha deveria ser livre, para prometer o céu, a terra e os peixinhos do mar. Numa versão diferente, era como repetir FHC quase uma década antes: ‘esqueçam tudo o que fui’. (OLIVEIRA, 2007a, p.262-263).

No contexto de crise econômica e política, cresceram os receios de que a candidatura Lula promoveria o caos, um consenso revelado pela alta do dólar. Lula opta por divulgar a Carta ao Povo Brasileiro (SILVA, 2002); comprometendo-se a honrar os contratos, sinalizava a manutenção da política macroeconômica do segundo governo FHC – combinação de juros elevados, superávit fiscal primário (excluindo juros da dívida pública) e taxa cambial flutuante – e não fazia proposições alternativas para a solução da crise.

Neste contexto, a composição do ministério do primeiro governo Lula, como disse Oliveira (2007b), parecia traduzir a interpretação de que a votação de Lula expressava a síntese da sociedade brasileira, nos seus mais variados setores, cabendo ao governo recompor o sistema político. Exemplo disso foi a presença de Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura vinculado ao agronegócio, Miguel Rosseto, ministro da Reforma Agrária próximo ao Movimento Sem Terra (MST), e Marina Silva, ministra do Meio-Ambiente vinculada ao movimento ambientalista, cuja convivência esteve sujeita a recorrentes tensões em torno da reforma agrária e do uso de transgênicos. A ideia de promover uma concertação social apareceu na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social, rapidamente esvaziado politicamente.

A partir de 2003, o governo Lula deixa de se pautar somente pela tentativa de administrar a crise e acomodar os diversos interesses. O crescimento da demanda mundial por matérias-primas e bens semimanufaturados, combinado à desvalorização cambial decorrente da mencionada crise, promoveu um expressivo crescimento das exportações, logo da renda e do emprego internos, e estabilizou a taxa de câmbio. Este quadro produziu certo alívio na situação política, permitindo que fossem iniciadas as maiores inovações do governo Lula, o conjunto de medidas voltadas às classes populares. É possível que essas inovações tenham provido do surgimento de uma nova orientação do grupo dirigente situado em torno de Lula, partindo da avaliação de que ele dificilmente seria considerado o governante ideal pelas classes dominantes brasileiras, as quais lhe opuseram forte resistência durante as eleições de 2002, além de ter ciência de que o apoio dos trabalhadores organizados e movimentos sociais, segmentos mais afinados à

sua candidatura ao longo do tempo, já não havia sido suficiente para vencer essas eleições.

É claro que essa nova orientação – buscar uma sólida base eleitoral através de uma atuação voltada às classes populares – poderia desencadear oposição das classes dominantes e dos segmentos médios, o que pode ter colocado a questão: seria politicamente viável adotar medidas voltadas às classes populares sem fazer mudanças significativas nas políticas apoiadas pelas classes dominantes e sem fazer com que a limitação de medidas distributivas acarretasse perda de boa parte de suas bases tradicionais?

Considerando que esta orientação do governo Lula sugere continuidades e mudanças em relação aos governos FHC, é possível postular que ela poderia caracterizar o início de uma nova etapa de revolução passiva. Embora em 2002 a crise socioeconômica e político-ideológica não fosse tão intensa como o foi até 1994 não sendo, portanto, um momento típico para a eclosão de uma revolução passiva, havia um enfraquecimento do grupo político liderado por FHC. Além disso, como as classes dominantes não dispunham de outra candidatura capaz de se contrapor a Lula e ainda temiam a perspectiva de realização das propostas progressistas do ideário petista, pode-se dizer que o quadro indicava a necessidade de alguma reformulação nas formas de dominação burguesa, o que parece ter sido captado pelo governo Lula.

Entre as principais condições necessárias à eclosão de uma revolução passiva está a avaliação de que não haveria suficiente capacidade política para que essa reformulação significasse mais uma ruptura do que uma continuidade da dominação anterior. Nesse sentido, seguindo as pistas de De Felice (1978) e Bianchi (2006), o conceito de revolução passiva guarda nexos fundamentais com os dois princípios de ciência política expostos no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx (1977), os quais relacionam estrutura (âmbito socioeconômico) e superestrutura (âmbito político, jurídico e ideológico). Cabe salientar que Gramsci (1999) enuncia os dois princípios de modo diferente do texto de Marx (1977)<sup>6</sup>:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios; 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as **condições necessárias e suficientes**, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as **formas de vida** implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 1999, v.3, p.36).

---

<sup>6</sup> Gramsci, nesse mesmo momento, coloca o texto marxiano à margem do manuscrito que está escrevendo, como Bianchi (2006) e Badaloni (1978) ressaltam.

Substituindo respectivamente as expressões marxiana condições materiais da existência e forças produtivas pelas expressões condições necessárias e suficientes e formas de vida, Gramsci distancia-se do determinismo econômico, mas não deixa de articular estrutura e ação para o entendimento da dinâmica social, como será visto em seguida.

A hipótese de o governo Lula ter iniciado uma nova fase da revolução passiva pode ser analisada a partir do avanço das práticas neoliberais no mundo desde fins dos anos 1970, em grande medida resultado da redução acentuada da inflação e da retomada do crescimento econômico, resultados que não foram obtidos pelos partidos de caráter progressista (social-democratas ou socialistas) nesse período. De modo mais contundente, desde os anos 1990 vivia-se (até a crise de 2008) um contexto internacional de consolidação do neoliberalismo e da crise dos partidos, os quais não legaram experiências exitosas que propiciassem à candidatura e ao governo Lula sinalizarem alternativas para tratar da inflação ou da crise do aparelho estatal. Desse modo, o êxito de grupos políticos aparentados ao neoliberalismo, como o governo FHC obteve até 1998, sinalizava que também no Brasil o capitalismo de caráter neoliberal poderia, parafraseando Gramsci (1999, v.3, p.36), “desenvolver todas as formas de vida implícitas nas suas relações.”

Apesar dessas dificuldades, o governo Lula poderia ter capacidade política para encaminhar soluções para estes problemas, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) havia construído uma reputação de partido comprometido com os anseios por mudanças sociais progressistas e o quadro de crise descortinava a possibilidade de se buscar realizar uma ruptura frente à orientação neoliberal. Assumindo aqui a hipótese de que suas ações não indicaram essa ruptura, cabe então analisar a situação a partir do primeiro princípio de ciência política exposto acima: o grupo político de Lula avaliou estar diante de um contexto no qual não havia amplas condições políticas favoráveis para uma ruptura, incluindo a correlação de forças desfavorável no plano nacional e internacional, de maneira que este grupo pode ter avaliado, novamente parafraseando Gramsci (1999, v.3, p.36), não haver “condições necessárias e suficientes” para propor uma solução antagônica ao neoliberalismo. Cabe considerar que a avaliação de “condições necessárias e suficientes” para uma ruptura tende a ser subjetiva e impressionista.

Portanto, o que se pode afirmar no caso brasileiro é que uma avaliação de escassa possibilidade de ruptura com o neoliberalismo era plausível, ou seja, se nutria de percepções razoáveis acerca da realidade de então. Partir dessas avaliações limitantes, mas sem deixar de se pautar uma orientação diferenciada frente aos governos de FHC, sugeria a hipótese de adotar a revolução passiva como programa.

## Restauração e renovação da ordem capitalista

Para Gramsci (1999, v.1, p.393), a revolução passiva expressa:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de **restaurações** que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de **restaurações progressistas** ou **revoluções-restaurações**, ou, ainda, **revoluções passivas**.

Portanto, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois conjuntos de ações: um de restauração (uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação proveniente das classes populares) e outro de renovação (no qual algumas das demandas dessas classes são satisfeitas através de concessões das classes dominantes). O conjunto que expressa a restauração da ordem burguesa foi o eixo da atuação dos governos FHC. A partir do êxito no combate à inflação, Sallum (2003) e Oliveira (1998a) ressaltam a capacidade de o governo FHC articular em torno de si um amplo espectro de forças socioeconômicas e políticas permitindo-lhe implementar amplamente, medidas neoliberais como as privatizações e a abertura comercial e financeira com o exterior.

Embora os governos Lula tenham implantado medidas restauradoras específicas de menor impacto e abrangência (como a reforma da previdência do setor público e apoio aos segmentos exportadores e à concentração de capital de grupos nacionais), o fato de não terem alterado as políticas essenciais de FHC pode ser considerada como uma continuidade do conjunto de ações restauradoras, notadamente por reproduzir as condições que favorecem o domínio burguês sobre a sociedade. A especificidade dos governos Lula foi acoplar à continuidade desse conjunto de ações restauradoras uma série de medidas de renovação da ordem burguesa, caracterizadas por Gramsci (1999), no âmbito da discussão acerca da revolução passiva, como uma reação das classes dominantes às iniciativas dos dominados. Sua análise do fascismo parece ser aquela que melhor ilumina esta espécie de reação pois:

Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, **teria sido**

**acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. [...] Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativas e de esperanças**, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. (GRAMSCI, 1999, v.1, p.299, grifo nosso).

O processo mais relevante de renovação da ordem sob os governos Lula foi o expressivo conjunto de medidas voltadas às classes populares, pontificando o grande aumento dos beneficiários do programa Bolsa Família (programa criado no segundo governo FHC) e do salário mínimo, além do incremento dos créditos públicos e da difusão do crédito consignado. Aliadas à manutenção das baixas taxas de inflação e ao maior crescimento do emprego e da renda, tais medidas certamente “criaram um período de expectativas e de esperanças” (GRAMSCI, 1999, v.1, p.299) sendo decisivas para a reeleição de Lula em 2006.

A importância socioeconômica e político-ideológica dessas medidas que propiciaram aumento do consumo e da renda das classes populares tem sido ressaltada, especialmente devido ao seu forte impacto em cidades e bairros mais pobres. Essas transformações podem ter causado mais do que um mero aumento do consumo; podem ter significado uma mudança no horizonte de expectativas das pessoas beneficiadas, dada sua inédita abrangência social<sup>7</sup>, caracterizando uma importante renovação das relações com as classes populares. Embora não tenha havido propriamente o atendimento de “uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, como disse Gramsci (1999, v.1, p.393), o uso do conceito de revolução passiva faz sentido porque a melhoria das condições de vida estava vinculada às propostas inseridas no ideário petista, mas não na forma limitada como foi realizada (recursos e beneficiários). Ainda mais importante é a avaliação de que essas medidas dos governos Lula contribuíram para enfraquecer a resistência das classes populares ao avanço da restauração do domínio burguês, o objetivo central de qualquer revolução passiva.

Esta análise pode ser objeto de críticas no sentido de considerar inadequado o uso do conceito de revolução passiva, baseadas em certa medida na avaliação de que os processos renovadores não só seriam muito relevantes como não visariam

---

<sup>7</sup> Rego e Pinzani (2013) expressam uma visão bastante otimista desse ponto de vista.

facilitar o avanço da restauração da ordem, ou seja, da dominação do capital sobre o trabalho. No entanto, há diversos elementos que tornam plausível o uso do conceito. Em primeiro lugar, mesmo sendo socialmente muito abrangente (alcançou 12,4 milhões de famílias em 2009<sup>8</sup>), o programa Bolsa Família não contribui para reduzir o poder do capital frente ao trabalho, uma vez que as taxas de desemprego (incluindo o subemprego) são consideráveis<sup>9</sup> e os recursos nele aplicados têm sido pouco relevantes para as finanças públicas, pois atingiram 0,41% do PIB em 2009, ou apenas 7,6% dos juros devidos pelo governo federal nesse ano<sup>10</sup>. Assim, a renovação ocorreu sem tocar na apropriação individual e grupal do lucro, nas palavras de Gramsci (1999).

Embora o salário mínimo tenha crescido expressivamente (64,9% entre abril de 2002 e janeiro de 2010<sup>11</sup>), isto não pareceu ter propiciado substancial incremento na capacidade negociadora dos sindicatos. Apesar do maior número de categorias que obtiveram aumentos reais de salários nos últimos anos, a maioria destes situou-se pouco acima da reposição inflacionária, sem conseguir incorporar os ganhos de produtividade verificados na indústria na última década<sup>12</sup>, quadro coerente com as consideráveis taxas de desemprego (incluindo o subemprego)<sup>13</sup> e com o modesto aumento da participação dos salários na renda, os quais não recuperaram as perdas ocorridas sob os governos FHC.

Em segundo lugar, analisando a hipótese da revolução passiva sob o prisma político- ideológico, as medidas voltadas às classes populares podem ter facilitado o avanço da dominação do capital sobre o trabalho. Considerando que o capitalismo contemporâneo depende de regras para a produção e a apropriação de parcelas do excedente social, uma vez que a atuação do Estado é fundamental para a reprodução do capital e da força de trabalho (OLIVEIRA, 1998b), tais regras podem prever ou sinalizar perspectivas de maior ou menor participação dos trabalhadores na riqueza social. Podem inclusive constituir direitos, através

---

<sup>8</sup> Conforme Soares e Satyro (2009).

<sup>9</sup> Em julho de 2010, o desemprego pelo IBGE atingia 6,9% da população em atividade econômica em 6 regiões metropolitanas (RMs), conforme IBGE (2011). No mesmo mês, para 7 RMs, o DIEESE (2011) apontava uma taxa de 12,4%, incorporando o subemprego de modo mais intenso que o IBGE. Vide IBGE (2011) e DIEESE (2011).

<sup>10</sup> Vide BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009), e Soares e Satyro (2009). Foram gastos cerca de R\$ 12,4 bilhões frente a uma despesa de juros de R\$ 169,3 bilhões.

<sup>11</sup> Vide DIEESE (2011).

<sup>12</sup> Segundo IBGE (2011), entre 2001 e 2010, a produção industrial no Brasil acumulou alta de 26,4%, o volume de horas pagas mostrou crescimento bem menor (2,9%) e o Custo Unitário do Trabalho caiu -0,1%. Desta diferença entre o aumento da produção e das horas pagas, verifica-se que a produtividade física na indústria cresceu 22,8%.

<sup>13</sup> Em julho de 2010, o desemprego pelo IBGE atingia 6,9% da população em atividade econômica em seis regiões metropolitanas (RMs); o DIEESE apontava uma taxa de 12,4% para seis RMs, incorporando o subemprego de modo mais intenso que o IBGE. Vide DIEESE (2011) e IBGE (2011).

de processos que expressam demandas de igualdade e justiça capazes de abranger conjuntos mais amplos de direitos, implicando perspectivas de melhoria nas condições de vida que podem apontar para reformas sociais do capitalismo ou até para o socialismo.

Esse modo de incorporação das classes populares à política é um processo que expressa, em termos gramscianos (GRAMSCI, 1999), a passagem dos interesses do plano econômico-corporativo (interesse imediato de parte dessas classes) para o plano político-econômico de classe (interesse de toda a classe) e daí para o plano ético-político (interesse geral), de modo que o avanço político dessas classes ocorreria simultaneamente, no último estágio, à constituição de propostas antagônicas frente às ações burguesas.

Sob esse enfoque teórico, os governos Lula, embora tenham propiciado melhoria das condições de vida das classes populares, não as incorporaram à política, por não terem institucionalizado regras em direitos que suscitassem perspectivas de novos direitos, o que poderia propiciar a passagem dos interesses para o plano ético-político.

Exemplos dessa ausência de institucionalização são a falta de legislação estabelecendo direito aos benefícios do programa Bolsa Família ou fixando os reajustes do salário mínimo (o que só ocorreu em 2011). A ausência de regras que coíbam a elevada rotatividade da mão de obra ou façam valer a ilegalidade da contratação sem carteira assinada são outros exemplos dignos de nota. Nesse sentido, mesmo as conquistas salariais de várias categorias expressam a permanência dos interesses no plano econômico-corporativo, não permitindo sequer a passagem ao plano político-econômico de classe devido à fragilidade dos sindicatos da maioria das categorias, quanto mais a passagem ao plano ético-político, no qual são elaboradas as propostas de hegemonia. Tampouco os interesses dos beneficiários do Bolsa Família tendem a chegar a este plano, pois participam da política apenas como eleitores, dada a ausência de programas que motivassem sua participação. Em suma, a ausência de processos que propiciassem a passagem dos interesses para o plano ético-político faria com que tais segmentos tivessem grande dificuldade para se contrapor às ações de caráter neoliberal.

## **Estado dirigente, modificações moleculares e protagonismo dos fatos**

Para analisar os processos pelos quais a revolução passiva se efetiva na realidade social, é necessário salientar que eles vêm sendo dirigidos pelo Estado, o que também permite caracterizar os governos Lula como uma revolução passiva.

Gramsci, referindo-se ao papel do Piemonte<sup>14</sup> no Risorgimento, afirma a incapacidade hegemônica dos núcleos de classe dirigente ao dizer:

Estes núcleos não queriam ‘dirigir’ ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. [...] Este fato é da maior importância para o conceito de ‘revolução passiva’, isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que o Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr a disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328-9).

A história brasileira dos últimos 50 anos parece indicar que um conjunto de ações voltado às classes populares dificilmente partiria de um grupo proveniente das classes dominantes; seria necessário um grupo que as dirigisse a partir do Estado, como ocorreu durante o período 1930-1964, considerado como um ciclo de revolução passiva pelas concessões feitas aos dominados (COUTINHO, 1999). Isto porque, desde a crise do pré-1964, os dominantes sempre abdicaram da busca pelo consenso, não fazendo concessões às classes populares por sentirem-se incapazes de controlá-las.

Entretanto, a hipótese de o grupo que dirige as classes dominantes provir das classes dominadas não era sequer cogitada por Gramsci nos momentos históricos por ele analisados. Embora não caiba aqui discutir detidamente a hipótese da hegemonia às avessas, a direção política por parte desse grupo faz sentido porque o conjunto de medidas voltadas às classes populares não resultou em significativo contraponto às medidas favoráveis à dominação capitalista reproduzidas pelos governos Lula, uma vez que são os dominantes – capitalistas e capital – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados com a condição de que a direção moral não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010).

Como o conceito de revolução passiva expressa a direção do Estado em prol das classes dominantes, o fato de o grupo dirigente provir dos dominados implica que seu grau de autonomia (característico dessa revolução) seria reduzido, sugerindo que os governos Lula seriam pressionados a manter as políticas herdadas de FHC e talvez até aprofundá-las ou ao menos diversificá-las, o que ocorreu através das iniciativas dando maior atenção aos exportadores e à concentração de capital de grupos nacionais, interesses pouco favorecidos pelos governos FHC. De todo modo, a desconfiança empresarial tenderia a permanecer, como se pode notar nesse

---

<sup>14</sup> Região italiana, onde se localiza Turim, que comandou o processo de unificação italiana.

período, mas desde 2003 o crescimento econômico e o aumento de popularidade dos governos Lula propiciaram menor resistência do empresariado.

Analisar os processos pelos quais a revolução passiva se efetiva na realidade significa discutir as mudanças que ela produz, partindo do que Gramsci salienta: “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.317).

Embora não se possa falar em transformação molecular no sentido socioeconômico, enquanto profunda modificação na conformação das classes sociais na produção do excedente social, a importância político-ideológica das medidas que propiciaram aumento da renda das classes populares é inegável, especialmente devido ao seu forte e inédito impacto em regiões mais pobres, podendo até ter criado um novo horizonte de expectativas nos beneficiários. De todo modo, tratou-se de uma transformação que contribuiu para criar uma nova base eleitoral para os governos Lula, tornando-os menos dependentes das bases petistas (movimentos sindicais e sociais) e fortalecendo-os em regiões como Norte e Nordeste, onde os partidos progressistas sempre tiveram enormes dificuldades.

Desse modo, as bases petistas, já enfraquecidas pelas ações dos governos FHC, tornam-se politicamente menos relevantes, em função da ênfase dos governos Lula na redução da pobreza. O fato de aquelas medidas, ligadas ao crescimento econômico, também terem beneficiado essas bases, contribuiu para que elas reduzissem seu empenho em fazer reivindicações afeitas ao ideário petista, enfraquecendo-o, portanto.

Outra transformação que contribuiu para o enfraquecimento desse ideário remete à intensificação das parcerias entre Estado e ONG's, através do aumento dos gastos sociais e da interlocução com segmentos populares, impactando diversos movimentos sociais que vinham mantendo relações estreitas com as ONG's que as assessoravam na luta por direitos. É possível avaliar que, sob os governos Lula, os critérios de acesso a tais políticas não estavam sendo democraticamente pactuados do modo pleiteado por esses movimentos pois, de um lado, as experiências participativas<sup>15</sup> parecem ter pouco influenciado a gestão estatal, de outro a ausência de garantia legal de acesso às classes populares dificultava a perspectiva de constituição de direitos – o Bolsa Família, como os demais programas, não foi instituído formalmente como direito de todos os cidadãos.

---

<sup>15</sup> Como conferências locais e nacionais dedicadas a temas como assistência social, saúde, cidades e etc.

O encurtamento da perspectiva de constituição de direitos sugere um enfraquecimento do ideário petista, assim como a atuação de grande parte das ONGs na política social pois, mesmo se elas manifestaram posicionamentos críticos relevantes, a política em si mesma enfraquece política e ideologicamente o ideário petista que impulsionou os movimentos sociais em décadas anteriores. Entretanto, esta interpretação depende da continuidade desses processos ao longo do tempo; somente assim se tratará de transformações associadas a uma revolução passiva.

As transformações discutidas acima estão intensamente articuladas a um outro aspecto da revolução passiva salientado por Gramsci, o protagonismo dos fatos, assim expresso:

Sobre a revolução passiva. Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, não os ‘homens individuais’. Como, sobre um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328).

Parece fazer pouco sentido falar em protagonismo dos fatos quando tratamos de governos liderados por um presidente como Lula, dotado de um considerável carisma. No entanto, esse próprio carisma deve ter facilitado que as ações desses governos que significavam um deslocamento frente ao ideário petista não aparecessem dessa maneira na sociedade, ao ajudar a viabilizar que certas medidas não fossem percebidas como decisões políticas que se distanciavam tanto das posições anteriores. A opacidade desse deslocamento seria acompanhada por justificativas de caráter conjuntural, como a inviabilidade de avançar na direção daquele ideário devido a exigências então incontornáveis, como o superávit fiscal e os elevados juros necessários para a preservação da estabilidade econômica. Outros elementos tidos como imprescindíveis na conjuntura seriam as alianças partidárias, que por um lado diminuem o poder do PT no governo, por outro levam o partido a buscar alianças que o afastam das suas bases tradicionais (movimentos sindicais e sociais). As ONGs podem ter avaliado como incontornável a necessidade de participação nas políticas públicas nas formas então implementadas, implicando atitudes menos críticas frente a tais políticas, processos que poderiam produzir algum afastamento frente aos movimentos sociais aos quais estavam articulados.

O protagonismo dos fatos e não das ações políticas assumidas como opções dentre outras opções válidas disponíveis, torna-se relevante e coaduna-se à revolução passiva porque a direção estatal teria, através das alegadas necessidades conjunturais incontornáveis, evitado discussões públicas sobre suas ações, facilitando as

transformações discutidas a pouco por tornar passivos os grupos sociais envolvidos na reconfiguração de suas forças políticas e ideológicas, favorecendo o afastamento desses governos frente ao ideário petista e aos movimentos sindicais e sociais a ele ligados, caracterizando o processo de modo a que “as forças oficiais [...] se modificam sem se dar conta, ou quase” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328). Tais processos expressam uma transformação dos partidos, com o enfraquecimento do petismo e as mudanças nos posicionamentos das ONGs e dos movimentos sindicais e sociais frente ao ideário petista, no conjunto enfraquecendo as ações dos grupos subalternos, um dos principais objetivos da revolução passiva.

## Absorção de parte da antítese e transformismo

Um dos mais importantes dentre os objetivos visados pelas modificações moleculares implantadas através do protagonismo dos fatos remete a outros aspectos essenciais à caracterização da revolução passiva para Gramsci, no âmbito das relações entre as duas classes fundamentais: o confronto entre a tese dos dominantes e antítese dos dominados e o transformismo de parte dos dominados que se acoplam aos dominantes. Quanto ao confronto entre a tese e a antítese, Gramsci (1999, v.5, p.318) afirma:

[...] nem Proudhon nem Mazzini compreenderam que cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus ‘recursos’ políticos e morais, e que só assim se consegue uma superação real. Dir-se-á que não compreenderam isso nem Gioberti nem os teóricos da revolução passiva e da **revolução-restauração**, mas a questão se modifica: neles, a **incompreensão** teórica era a expressão prática das necessidades da **tese** de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar **superar**, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração.

Como foi postulado ao longo deste artigo, os governos Lula implementaram a revolução passiva ao desenvolverem o conjunto de medidas voltadas às classes populares e, ao mesmo tempo, buscarem manter o consenso neoliberal herdado dos governos FHC quanto à política econômica e às relações entre capital e trabalho. Assim, apesar de expressarem uma continuidade de seus antecessores, destes poderiam se distinguir nitidamente, inclusive por desfrutar do carisma de Lula e da história petista.

Desse modo, os governos Lula, anteriormente portadores da antítese petista ao neoliberalismo – os anseios por mudanças sociais que alçaram a pobreza e a desigualdade ao primeiro plano da política –, não teriam tentado torná-la dominante; trataram de compatibilizar o neoliberalismo com parte desta antítese, através de concessões às classes populares que as enfraqueceram politicamente ao manter seus interesses no plano econômico-corporativo, tarefa viabilizada precisamente porque houve uma redução da desigualdade, mesmo que pequena, em meio a um ciclo de crescimento econômico.

Esta compatibilização, ao incorporar parte da antítese petista e empreender sínteses capazes de robustecer o neoliberalismo, permitiu aos governos Lula predominar sobre os anteriores portadores da tese neoliberal. Retomando Gramsci, as ações desse governo seriam “[...] a expressão prática das necessidades da **tese** de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar **superar** [...]” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.318). Nesse sentido, o neoliberalismo estaria se fortalecendo ao enfraquecer a antítese petista, precisamente por incorporar parte dela e ao mesmo tempo ressignificá-la, ao deslocar a pobreza e a desigualdade do âmbito simbólico e cultural dos direitos – no sentido de seu acesso universal descortinar a expectativa de novos direitos, tematizando as desigualdades reproduzidas pelas relações entre capital e trabalho – e transferi-las para a esfera das carências, na qual seriam tratadas de modo técnico e focalizado.

A absorção de parte da antítese petista pela tese neoliberal está ligada a outro aspecto de uma revolução passiva, o transformismo, assim conceituado por Gramsci (1999, v.5, p.286):

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a **revolução-restauração** ou **revolução passiva** [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo **molecular**, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à **classe política** conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido **domínio** ditatorial por uma **hegemonia**); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.

No caso dos governos Lula, há sinais de que houve o segundo tipo de transformismo, através das mudanças que as ações estatais causaram sobre um expressivo número de lideranças dos movimentos sindicais e sociais cujas posições estavam ligadas ao ideário petista. Cabe esclarecer, entretanto, que o

conceito gramsciano de transformismo pode contemplar a conjunção de dois aspectos distintos, que podem ser articulados, associados a esse tipo de conduta – a incorporação à lógica do poder por um lado, o apoio político-ideológico a aspectos problemáticos dos governos Lula frente às posições anteriores dessas lideranças por outro, nesse caso a concordância com práticas neoliberais como a manutenção de aspectos centrais do modo de dominação (as relações capital-trabalho e capital-sociedade). A incorporação ao poder ficou evidenciada para parte dessas lideranças que passaram a ocupar posições no Estado e/ou nas suas empresas.

Os apoios que não estiveram essencialmente articulados à inserção na lógica do poder podem ter sido relevantes, talvez resultantes de avaliações pautadas pelo enfraquecimento socioeconômico e político-ideológico dos movimentos sindicais e sociais frente às intensas pressões das poderosas burguesias, aliadas a variados graus de convencimento acerca dos méritos do governo. Nesse sentido, é possível supor que o quadro de enfraquecimento desses movimentos tenha contribuído para um grande rebaixamento das expectativas das lideranças e das bases desses segmentos sociais, de modo que a obtenção de benefícios que não significassem uma acentuada redução da desigualdade social poderia estar sendo avaliada como expressão de um intenso comprometimento para com as questões sociais.

Em termos analíticos, o transformismo pode ter assumido três sentidos, não mutuamente exclusivos: apoio baseado nos interesses das lideranças, fundado no compartilhamento da visão político-ideológica do governo ou fruto da descrença em obter algo muito diferente. Dessa maneira, não se trata de interpretar o transformismo como adesão fisiológica, uma vez que complexos processos socioeconômicos e político-ideológicos provocaram mudanças que não exprimem simples renúncia a posições assumidas anteriormente. De todo modo, ele seria um dos elementos centrais da revolução passiva, por ter contribuído para debilitar as articulações que haviam se constituído em torno dos anseios por mudanças sociais progressistas, o ideário petista que impulsionou as candidaturas de Lula desde os anos 1980.

## Considerações finais

Pode-se concluir que há diversos aspectos que tornam plausível a hipótese de que os governos Lula teriam desenvolvido os processos essenciais à plena realização de uma revolução passiva, sugerindo êxito em fortalecer a dominação burguesa no Brasil, ao menos até seu término (2010). O quadro resultante parecia então expressar uma combinação exitosa entre novas práticas junto às classes populares e manutenção das práticas neoliberais anteriores, no contexto de um crescimento

econômico expressivo e do enfraquecimento das forças sociais potencialmente antagônicas, na medida em que elas não estavam obtendo apoios sociais muito relevantes.

Fazendo um breve comentário sobre o governo Dilma, as significativas manifestações de rua de junho de 2013 podem estar sinalizando a necessidade de medidas renovadoras, no contexto de uma situação socioeconômica menos favorável, lembrando que não houve plena superação da crise econômica mundial iniciada em 2008. Se as manifestações tiverem consequências políticas relevantes, é possível que esteja surgindo alguma antítese político-ideológica consistente à dominação burguesa no Brasil.

### ***THE PASSIVE REVOLUTION OF LULA'S GOVERNMENTS***

**ABSTRACT:** *From a set of processes associated to Gramsci's concept of passive revolution, this article discusses why, for what, by whom, how and with which effectiveness it would have occurred under Lula's governments. Several aspects have been evaluated, turning plausible the hypothesis that Lula's governments would have developed essential processes to the full achievement of a passive revolution, suggesting success in strengthening bourgeois domination in Brazil, at least until 2010. The resulting frame seemed to express a successful combination between new practices toward popular classes and maintenance of previous neoliberal practices, in the context of an expressive economic growth and of weakness of the social forces potentially antagonistic, which don't seem to be obtaining very expressive social support.*

**KEYWORDS:** *Lula's governments. Passive revolution. Neoliberalism. Bourgeoisie. Popular classes.*

### **REFERÊNCIAS**

BADALONI, N. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.189-257.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual 2009. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.45, p.1-237, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.23, p.34-58, 2006.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.189-257.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. [DIEESE]. **Anuário dos trabalhadores**: 2010-2011. 11.ed. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/AnuTrab2010/Arquivos/apresentacao.html>>. Acesso em: 15 maio 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, v.70, p.1-578, 2011. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2010.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2011.

KANOUSI, D.; MENA, J. **La revolución pasiva**: una lectura de los cuadernos de la cárcel. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

MARX, K. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 23-27.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p.23-29.

\_\_\_\_\_. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a. p.15-49.

\_\_\_\_\_. O momento Lenin. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b. p.257-289.

\_\_\_\_\_. A quase hegemonia. In: \_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998a. p.159-162.

\_\_\_\_\_. O surgimento do antivalor. In: \_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998b. p.19-49.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.

SALLUM, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.4, p.35-55, jun. 2003.

SILVA, L. I. L. da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.lula.org.br/obras/documentos.asp>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SOARES, S.; SATYRO, N. **O programa Bolsa-Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão; 1424).

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: \_\_\_\_\_. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p.12-27.

Recebido em 13/10/2014.

Aprovado em 18/05/2015.



# **Resenhas/*Reviews***



## PEREGRINAÇÕES DE UMA TRADIÇÃO OCULTA: O PÁRIA COMO CRÍTICA DA MODERNIDADE<sup>1</sup>

*Deni Ireneu Alfaro RUBBO\**

Um espectro ronda o mundo moderno: a figura do pária. Destinada à vida anônima, essa tradição oculta, como invocava Hannah Arendt, herética, dissidente, fora do lugar das promessas da modernidade universalista, situa-se, na verdade, nos claustros, nos subterrâneos, nos porões da história e da memória social. Pois bem: o livro *A escória do mundo – figuras do pária*, de Eleni Varikas, professora de Teoria Política na Universidade Paris-VIII e membro do *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA/CNRS), constitui um vasto trabalho de reconstrução e reflexão crítica acerca dessas figuras humilhadas e ofendidas dispersas por toda odisseia da história da modernidade. Trata-se de uma pesquisa de fôlego cuja tentativa é destrinchar os condicionantes sociais, políticos, culturais, simbólicos e linguísticos dos párias, que nomeiam as mais diferentes relações de opressão, desigualdade e exclusão de indivíduos ou grupos pelos quais foram submetidos, ou melhor, banidos pela humanidade.

O livro é dividido em quatro capítulos-ensaios que mereceriam cada qual um ensaio à parte, como se cada capítulo fosse costurado pacientemente com um cuidado artesanal, palavra por palavra, frase por frase, sob um caldeirão impaciente de ideias fervilhantes. Ademais, esse ensaio é um trabalho que do ponto de vista teórico passa longe dos sistemas fechados e das ideologias petrificadas, como se pode perceber na multiplicidade de referências trabalhadas pela autora: Flora Tristan, Hannah Arendt, Max Weber, Friedrich Nietzsche, mas também, Franz Fanon, William Blake, Walter Benjamin, Friedrich Hegel, Bernard Lazare, W. E. B. Du Bois, Phillis Wheatley e

---

\* Doutorando em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – deni\_out27@uol.com.br

<sup>1</sup> Resenha da obra: VARIKAS, E. **A escória do mundo: figuras do pária**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014. 180p.

outros tantos autores. E se em um primeiro momento o leitor ficar surpreso com essa diversidade, aparentemente eclética, o discurso se tece numa bela coerência. Desse modo, é um convite para uma instigante aventura intelectual e inconclusa.

O primeiro capítulo é o mais extenso. A autora procura traçar uma genealogia do termo, apresentando suas mutações e contradições ao longo da história. Extraída originalmente da hierarquia das castas da história da Índia do século XVI, a palavra pária e a realidade que ela designa começa a ganhar significado e sentido negativo através das viagens ultramarinas de militares, funcionários imperiais, missionários e eruditos europeus que criam um discurso sobre os povos não europeus. Esse é “[...] um discurso sobre si mesmo, que ao mesmo tempo hierarquiza, delimita e torna inteligível uns nós europeus ao distinguir/opô-lo aos outros [...]” (VARIKAS, 2014, p.14). Dois séculos depois, a palavra ganha inteligibilidade política inteiramente europeia no espaço literário e político no fim do século XVIII. A autora apresenta e analisa as diversas histórias e lendas que circularam na cultura política do Velho Continente, especialmente na literatura (o conto *A choupana indiana*, de Bernadin de Saint-Pierre; as duas novelas, *Ourika*, de Claire de Duras e *Tschandala*, de August Strindberg), no teatro (*Le Paria*, de Casimir Delavigne; *Der Paria*, de Michael Beer) e na poesia (*Mary*, de William Blake). Dependendo do encadeamento e do conteúdo das histórias apresentadas, a autora caracteriza a figura do pária em diversas constelações que podem adquirir uma feição político-social (da alteridade que designa os procedimentos da exclusão do outro) e/ou romântica (de identidade individual como representação do sujeito revoltado que denuncia as pulsões mais autênticas do indivíduo).

Em grande medida, os adjetivos que rondam a figura do pária exprimem sua condição na vida social moderna: desterrado, indesejado, abjeto, exilado, proscrito, impuro, fétido, vil, detestado, opróbrio, degredado, vergonhoso, fugitivo, infame. Seu espectro não está circunscrito apenas na esfera literária e poética, mas também nas práticas políticas e sociais, nas percepções subjetivas dos indivíduos, nos sistemas simbólicos de reprodução, nas linguagens eruditas ou populares, nas doutrinas científicas etc. Evidentemente, todo cuidado é pouco com um termo cuja característica heurística mais notória é o caráter polissêmico, polimórfico, figurativo e profundamente metafórico.

O que é um pária? É o título que nomeia o segundo ensaio do livro. “Uma coisa é certa: diz-se pária com várias vozes, de várias maneiras.”, observa Varikas (2014, p.100). Sob um irreduzível plural, são todos aqueles, movimentos ou indivíduos, que estão à margem da sociedade, excluídos da história: mulheres, negros, indígenas, judeus, dissidentes sexuais, estrangeiros, aborígenes, súditos coloniais, trabalhadores imigrantes etc. De fato, a lista é enorme e tudo indica que não cessou de crescer nos dois últimos séculos. Porém, enumerar à exaustão e descrever as especificidades

dos grupos estigmatizados não parece ser o objetivo da autora. Na realidade, a intenção é captar o “[...] processo de estigmatização propriamente dito, do problema da diferença – ou da diferença como problema – para o da diferenciação hierárquica [...]” (VARIKAS, 2014, p.70). Em vez de partir de um *a priori* cognitivo ou, ainda, realizar uma incursão semelhante a uma diligência tautológica, a tentativa da autora é “[...] explorar as estruturas de sensibilidade, percepções do social e subjetividades em sua transformação e interação [...]” (VARIKAS, 2014, p.73), por meio do sentido metafórico que a palavra carrega e se define (metaforizar bem é ver o semelhante apesar da diferença, afirma Varikas). Nesse sentido, o sociólogo Max Weber<sup>2</sup> responderia a esse intuito, já que ele trabalha com a hipótese de que existiria uma situação estrutural dentro/fora dos grupos e indivíduos párias. *Id est*, as práticas de exclusão e as relações de poder que constituem a condição social objetiva da figura do pária, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, são colocadas ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade. Paradoxalmente, mesmo sendo legalmente incluso na sociedade, ele não se beneficia dos privilégios da igualdade dos direitos. É o que o sociólogo alemão nomeia de barreiras invisíveis na vida social moderna.

Isso remete, segundo a autora, à construção da diferença na figura do pária que está aprisionado na definição do grupo ao qual está ligado. Independentemente de suas qualidades as atitudes dos párias jamais serão vistas como um ato individual concreto, mas sim como um traço característico, como um gesto de um determinado grupo (de uma raça, de um gênero, de uma nação etc.). O pária está condenado como um membro de uma categoria à parte da qual “[...] a única coisa que ele não pode (mais) ser é pura e simplesmente ser humano.” (VARIKAS, 2014, p.88). Uma diferença da impotência que não deixa o indivíduo aceder à liberdade subjetiva e exteriorizar suas diferenças, tal qual afirmava Hegel. São, pelo menos, duas as consequências da construção da diferença como pureza/impureza: 1) ela torna-se inexoravelmente constitutiva da subjetividade pária, como valorização e/ou como desprezo e 2) uma mescla *sui generis* de visibilidade/invisibilidade. Por esse motivo, torna-se necessário dar nome para cada opressão e desmascarar – como fizeram Flora Tristan e Hannah Arendt – “em qual de suas identidades a humanidade comum é insultada” (VARIKAS, 2014, p.89).

O último item desse ensaio merece uma especial observação. Varikas estabelece uma hipótese instigante: a figura do pária como crítica da modernidade. Ora, justamente por sua posição social não poderia ser o pária que denunciaria as catástrofes das sociedades modernas baseadas no princípio iluminista da

---

<sup>2</sup> “Max Weber, o primeiro a fazer da metáfora do pária um conceito científico, define o povo pária como um grupo hereditário, privado de organização autônoma, caracterizado, por um lado, pela proibição originalmente mágica e ritual da exogamia e da comensalidade e, por outro lado, pelos **privilégios negativos** associados a um papel econômico peculiar de grande alcance.” (VARIKAS, 2014, p.76).

igualdade, fraternidade e liberdade? Com um tom polêmico, a autora afirma que a modernidade, na verdade, não passa de um **mito**, já que não conseguiu romper com as desigualdades e as formas hierárquicas de outrora. Na realidade, com muito menos luzes do que supostamente tem, “a modernidade e o progresso coincidiram com a colonização e a escravidão” (VARIKAS, 2014, p.92). Vacinada contra a cegueira teórica e política que toma o progresso como locomotiva da história, Varikas retoma, baseando-se no trabalho de Aditya Nigame e de outros estudiosos, a interpretação segundo a qual a continuação das castas na Índia não é expressão do vestígio pré-moderno, mas do universalismo da modernidade que se enraizou do país. É o moderno que se alimenta do atraso.

Os paradoxos do progresso e as modernidades deslocadas do triunfo europeu participariam, segundo a autora, de um capítulo trágico na história da América Latina. Às custas do **ocultamento** do outro, nos termos do filósofo Enrique Dussel (1993), a chegada dos europeus construiu um discurso oficial de valores invertidos: a conquista **invadiu**, o descobrimento **encobriu**, a civilização **brutalizou** os povos autóctones. É pelo **verdadeiro nome de cada coisa** que a autora se posiciona diante desse episódio marcante na história da humanidade – uma das passagens, vale dizer, mais brilhantes do livro:

A **descoberta** do Novo Mundo, sobre o qual os conquistadores europeus reivindicaram um *ius inventionis*, foi, ao mesmo tempo, uma auto-invenção da Europa como o mundo. Concebida sobre o modelo da universalidade cristã e como uma extensão secularista da vocação católica da fé cristã, a definição moderna da humanidade como sujeito de fonte positiva de direitos universais nasceu, ao mesmo tempo, como um projeto de criação de um espaço internacional de direito e como uma legitimação temporal da conquista. (VARIKAS, 2014, p.96-97).

As assim chamadas democracias formais contemporâneas e os signatários dos direitos humanos têm levado práticas contraditórias com o fundamento humanista que invocam e frequentemente desenvolvem ataques contra a diversidade e a pluralidade humana. A proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão, no final do século XVIII durante a Revolução Francesa, tornou-se no decurso do tempo um discurso tão vazio que já não seduz a maior parte da população do planeta. Mas, afinal, qual seria a ligação entre a figura do pária e a legitimação universalista da Declaração dos Direitos do Homem? Por vias paradoxais, é claro. Não por acaso, “[...] a história dessa palavra [pária] é a história do distanciamento característico entre princípios universalistas e práticas efetivas [...]” (VARIKAS, 2014, p.98). Em outras palavras, é justamente a bandeira do princípio universalista do indivíduo como sujeitos de direito que originaria os

**párias modernos**, como parte integrante da formação de uma herança política e cultural moderna. A **emancipação** das Luzes traria um elemento obscuro, uma secreta ambiguidade: **a da igualdade sob forma de privilégio**, como afirmou Hannah Arendt, e não como lei geral que deveria ser aplicada a todos. Desse modo, o desenvolvimento da história da figura do pária moderno liga-se a uma história do fracasso das promessas da modernidade.

Nessa perspectiva, “[...] a metáfora do pária expõe à luz do dia a contradição constante entre as promessas emancipadoras e a dinâmica histórica do processo de emancipação [...]” (VARIKAS, 2014, p.100). Desse modo, durante a modernidade, as práticas e os sistemas de valores de categorização hierárquica e dominação tornaram-se fontes de legitimação política, não pelo poder (anacrônico) da Igreja, como era durante a Idade Média, mas pela verdade científica e incontestável das ciências sociais e biológicas do século XIX. Um dos exemplos adotados pela autora é como a noção aristocrática da herança, por exemplo, será reformulada no século XIX em termos compatíveis com o universalismo. Entre paradoxos e ironias, contudo, foi diretamente essa mudança de percepções tradicionais, esse horizonte político-filosófico de seu tempo (o iluminismo) que abriu a possibilidade histórica dos párias pensarem sua condição como situação social em que é a força que decide, como afirmava Marx.

No último capítulo – possivelmente o mais interessante do livro –, a autora propõe uma conceitualização de uma moral propriamente pária. Isto é, inspirada nas observações de Nietzsche (transmutação radical dos valores dominantes) e de Max Weber (povos párias), Varikas procura integrar toda riqueza da subjetividade sociocultural e esclarecer alguns aspectos do processo ideológico que marcam a consciência pária, relacionando-a com o aspecto messiânico, redentor, milenar, em suma, a religião como salvação. Assim, mesmo sendo submetido a todos os imperativos de exclusão, do simbólico ao social, do econômico ao político, o fato é que os povos párias conseguiriam alçar voo na inversão das hierarquias dominantes através da chama incandescente da crença em sua dignidade e sua altivez. Dignidade e altivez que, segundo a autora, estariam assentadas numa **profissão de fé**, numa promessa, numa função, numa vocação redentora que traria a **salvação** para o conjunto da humanidade. Em vez da legitimação da ordem existente, portanto, a religião em vários povos párias poderia cumprir um papel crítico, um dispositivo contestatório da ordem estabelecida. Constituídos como grupo social antagonista, “[...] os párias são chamados/as a cumprir essa missão providencial por causa daquilo que os diferencia de seus opressores [...]” (VARIKAS, 2014, p.139). Malgrado o desprezo e a coação histórica a que foram submetidos, a invocação à **ação** – como os últimos serão os primeiros, que pertence à herança judaico-cristã – pode ser vista não apenas como afirmação de uma responsabilidade ética, mas também como reparação

histórica dos males sofridos. A história da gênese e do desenvolvimento da figura do pária também pode ser a história de uma resistência.

Parece impossível, nesse caso, não mencionar a emergência da Teologia da Libertação na América Latina, expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960 e que foi capaz de uma solidariedade ativa com os movimentos populares – aliás, uma curiosa ausência no livro de Varikas. Por exemplo, os indígenas do Sul do México do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. Síntese que supera a oposição clássica entre tradição e modernidade<sup>3</sup>, a Teologia da Libertação seria expressão daquilo que a autora designa como articulação entre inversão hierárquica dos valores dominantes (adota valores modernos da Revolução Francesa, aponta as limitações à liberdade de expressão no interior da própria Igreja, reflete sobre a questão da opressão específica contra as mulheres) e o desenvolvimento das escatologias messiânicas religiosas (que contribuíram para criação e o desenvolvimento dos movimentos sociais).

Publicado na França em 2007 pela editora Stock, o trabalho agora pode ser encontrado numa cuidadosa edição brasileira. Trata-se de uma oportunidade ímpar de estimular novos estudos sociológicos e interdisciplinares em diálogo com um novo prisma teórico que ilumina as relações entre passado, presente e futuro dos setores renegados. Ademais, o livro prima pela riqueza de detalhes, pelo cuidadoso trabalho bibliográfico, pelo refinamento dos argumentos construídos, pela prosa nervosa e cortante, dotada de um estilo narrativo que envolve o leitor de maneira surpreendente no coração do texto, mas também pela postura de relutância a qualquer fanatismo doutrinário. Desse modo, não resta dúvida que estamos diante de um livro fascinante que não apenas serve fonte de inspiração para a imaginação sociológica, política e histórica, mas também pelo compromisso da aposta em um forte impulso ético: no princípio da esperança e da resistência contra qualquer forma de exploração, opressão e exclusão.

---

<sup>3</sup> Para uma análise sobre a teologia da libertação como crítica da modernidade, confira Löwy (2000), especialmente o segundo capítulo.

## REFERÊNCIAS

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Recebido em 26/02/2015.

Aprovado em 05/06/2015.



# VIGILÂNCIA LÍQUIDA<sup>1</sup>

*José Dantas SOUSA JUNIOR\**

Por meio de um diálogo com David Lyon e Zigmunt Bauman (2014) trata em *Vigilância Líquida* de diversos assuntos ligados à modernidade líquida, como ele mesmo define a sociedade pós-moderna marcada pela liquidez e pelo consumo. Uma modernidade em crescente evolução e fluidez, o que causa transformações nas relações sociais. Em sete capítulos identifica, entre outros temas, o excesso e as novas formas de vigilância, as redes sociais, o que há de positivo e negativo no avanço da tecnologia, além de fazer uma discussão com estudos de outros autores como Marx, Bentham e Foucault.

O tema central do livro consiste em saber se a tecnologia consegue trazer uma verdadeira segurança para as pessoas ou se está apenas transmitindo uma falsa aparência que procura dessa forma satisfazer uma sociedade marcada pelo medo e pela incerteza. Procura mostrar como o avanço das relações sociais na *internet* como o *Facebook* e outros *sites* de relacionamento e entretenimento, colocados no mundo virtual e social, transmite uma sensação de identidade e de segurança às pessoas que procuram demonstrar suas vidas pessoais e suas intimidades em *posts*. Bauman e Lyon evidenciam de forma crítica que não devemos colocar a culpa na tecnologia, na *internet*, pois os computadores não são responsáveis pelo que é colocado na mídia.

A vigilância passou a ser mais intensificada em todo mundo, não só nos Estados Unidos, depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Em aeroportos foram instaladas câmeras de segurança e até escâneres de monitoramento que investigam qualquer conduta suspeita, desde a forma de se vestir até o jeito de olhar. Nos *shoppings*, supermercados e lugares privados aumentaram as técnicas

---

\* UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN – Brasil. 59078-970 – yjunior2013@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Resenha da obra: BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

de monitoramento com seguranças armados e treinados para impedir a entrada de pessoas que pareçam estranhas. Ao redor das residências, protegidas por câmeras, alarmes e muros altos, existem empresas de segurança vasculhando as ruas, procurando proteger as pessoas do medo que ronda as cidades. Além disso, há um controle de pessoas no *Google*, em registros de cartões e em dados biométricos, identificando quem faz parte ou não da sociedade líquido-moderna ou sociedade do consumo. Em *Vigilância Líquida*, Bauman e Lyon (2014) conseguem trazer uma envolvente análise sobre este novo contexto social mundial.

O primeiro capítulo do livro, o maior deles, com trinta páginas, intitulado “*Drones e mídia social*”, analisa como tudo que antes era visto como privado passa a ser público com a necessidade das pessoas de consumirem certos bens e de estarem sempre presentes em *sites* de relações pessoais. A condição de ser observado e visto, portanto, foi reclassificada de ameaça para a tentação e essa condição passou a ser a prova de reconhecimento social, avidamente desejada e significativa. Numa profícua discussão com Lyon, Bauman identifica como funciona o papel dos administradores do *facebook* e dos *drones* lançados nas mídias sociais e substitui o termo sociedade por rede. Para Bauman e Lyon (2014, p.46), o papel do *facebook* e de outros *sites* sociais é de “[...] trazer a manutenção de um núcleo estável de amigos nas condições de um mundo altamente inconstante, em rápido movimento e acelerado processo de mudança [...]”.

No segundo capítulo – “A vigilância líquida como pós-pan-óptico” – o título dá pistas de uma crítica aos estudos de vigilância de Michel Foucault e de Jeremy Bentham. Bauman vê a vigilância do mundo pós-pan-óptico em outras dimensões, mais além dos pressupostos foucaultianos. Analisa que “[...] a construção, manutenção de pan-ópticos foi transformada de passivo em ativo para os chefes, previstas nas leis miúdas de todo contrato de trabalho [...]” (BAUMAN; LYON, 2014, p.61), onde praticamente o próprio trabalhador já se auto-monitora. Faz uma discussão com Lyon sobre o ban-óptico, cujo principal propósito é garantir que o lixo separado do material decente (refere-se à sociedade que tenta por todos os meios conseguir a sua purificação, seja racial, social ou econômica) e identificado e levado a um depósito adequado, onde o pan-óptico se encarregará mantê-lo e de vigiá-lo até o momento que chegue a sua biodegração.

Nos capítulos III e IV os autores dialogam sobre questões referentes à vigilância, à automação e à segurança. Relembra outros autores, tratam da Modernidade e Holocausto, do sonho da pureza através da aniquilação racial daqueles vistos como estranhos, de um projeto de toda modernidade e não só dos alemães como muita gente diz. Concordo com Bauman que a capacidade instrumental da nossa sociedade tem invertido o que dizia Weber, portanto, não nos leva mais a ajustar os meios aos fins e sim ajustar os meios às possibilidades dos fins.

A discussão mostra que em todo projeto de automação e de exclusão, não apenas no Holocausto, existem técnicas de vigilância controladas através de grandes projetos, mas o que é colocado em questão é a dúvida sobre a eficácia desses projetos numa sociedade que sempre está produzindo estranhos.

No capítulo V, denominado “Consumismo”, sobre novas mídias e classificação social, os autores discutem sobre a forma de como o consumismo se tornou fundamental na produção de divisões sociais e da construção de identidades, este tema visto como possivelmente o mais marcante nas obras de Bauman. O consumo exige uma sedução dos seus consumidores e por possuir uma larga escala, também necessita de uma vigilância com um mesmo padrão e nisso a tecnologia e as mídias sociais são encarregadas de selecionar e classificar estes consumidores, seja através do *Google*, cartões de créditos, *e-mails* ou de outras formas de registro e controle. Do mesmo modo que classificam, excluem os consumidores falhos. “Na área de vigilância consumista, aplicações pan-ópticas e sinópticas são postas a operar logo que se conclui o trabalho de limpeza do terreno a cargo dos ban-ópticos.” (BAUMAN; LYON, 2014, p.118).

Na última parte do livro, capítulos VI e VII, os autores fazem uma análise da vigilância e colocam que a “a vigilância digital é uma espada afiada cuja eficácia não sabemos como reduzir” e, além disso, mostram a pós-modernidade a qual poderíamos, também, analisar como “uma espada com dois gumes, que ainda não conseguimos manejar com segurança”. O livro termina com David Lyon questionando com Bauman se as pessoas podem ter esperança de dias melhores numa vida tão marcada pela incerteza e pela ambivalência no mundo pós-moderno. Isso gera outro debate no qual passam por vários autores em uma discussão em boa parte filosófica. Bauman cita que a esperança é uma qualidade humana e que está presente em todas as fases de nossas vidas, mas também deixa claro que “[...] podemos ter certeza de que vai levar muito tempo até encontrarmos um refúgio seguro em que é possível lançar uma âncora [...]” (BAUMAN; LYON, 2014, p.136).

Recebido em 19/12/2014.

Aprovado em 14/05/2015.



# Diretrizes para Autores

## POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão

dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

## **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS**

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

### **Formatação**

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

### **Dimensão**

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há

no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

## Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês.
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

## Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

## Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

## Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000)

assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

### **Citações destacadas do texto**

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

## **REFERÊNCIAS**

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

**Livros:** SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

**Capítulos de livros:** SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

**Artigos em periódicos:** SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

**Dissertações e teses:** SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

**Artigos em jornais/revistas:** SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

**Entrevistas:** SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

**Eventos:** SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

**Publicação on-line:** SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

*A revista Estudos de Sociologia* adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

## **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

## **Declaração de Direito Autoral**

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

## **Política de Privacidade**

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



## SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.20 n.38

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

papel: pólen bold 90 g/m2 (miolo)

cartão suprema 250 g/m2 (capa)

tiragem: 250



